Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Raíza Alves de Sá Siqueira

A Política no Loteamento
Um estudo sobre mediação na Zona Oeste carioca

Rio de Janeiro
2013

Raíza Alves de Sá Siqueira

A Política no Loteamento:
Um estudo sobre mediação na Zona Oeste carioca

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Sociologia

Orientador: Professor Doutor Luiz Antonio Machado da Silva

Rio de Janeiro

2013

SIQUEIRA, Raíza Alves de Sá.

A Política no Loteamento / Raíza Alves de Sá Siqueira. – 2013.

224 f.

Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva.

Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

Bibliografia: f. 194 – 224.

1. Política; mediação; loteamento.

Raíza Alves de Sá Siqueira

A Política no Loteamento:
Um estudo sobre mediação na Zona Oeste carioca

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Sociologia

Aprovado em: _____

Banca Examinadora: _____

_____
Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva (orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ

_____
Profª. Dra. Licia do Prado Valladares
Universidade de Lille, França

_____
Profª. Dra. Diana Lima
Pesquisadora do NUCEC/Museu Nacional da UFRJ

_____
Profª. Dra Márcia da Silva Pereira Leite
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ

_____
Profª Dra. Lia de Mattos Rocha
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ

Rio de Janeiro

2013

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às agências de fomento – CAPES, CNPq e FAPERJ – que viabilizaram a realização do doutorado, concedendo inclusive à possibilidade de um estágio no exterior, na Universidade de Lille, na França. Em segundo lugar, agradeço a orientação de Luiz Antonio Machado, que, além de me dar autonomia na elaboração da tese, sempre foi muito atento e crítico ao longo de todo o doutorado. Minha admiração e o meu respeito por ele são imensos.

Agradeço também aos professores que compõem a banca de defesa. À professora Lícia Valladares, que me orienta no Urbandata-Brasil desde o início de minha graduação na UERJ e que me recebeu de forma tão generosa na França, deixo meu muitíssimo obrigada. Seu incentivo na escolha por estudar um loteamento na zona oeste foi (e ainda é) muito valioso. À professora Márcia Leite, minha orientadora na graduação, gostaria de agradecer por ter me introduzido nas discussões acerca dos conhecidos "territórios da pobreza". Sem sua orientação em meu estudo inicial num outro loteamento, ainda no âmbito da graduação, não teria elaborado as questões que perpassam a tese. Desde sua participação em minha banca de qualificação, a professora Diana Lima vem fazendo parte da minha vida acadêmica (e também pessoal). A partir de suas valiosas sugestões, procurei me aproximar mais de uma perspectiva antropológica. A sensibilidade e o respeito com que trata, não apenas seus interlocutores de campo, mas outras pessoas que atravessam sua vida, me sensibilizam muito. À Lia Rocha, também deixo meu muitíssimo obrigada. Além de presenciar sua transformação (com muito orgulho) em "Professora Lia Rocha", pude fazer parte de alguns grupos de discussão sobre política e associativismo onde aprendi muito (especialmente por conta do seu entusiasmo). Mesmo sem se dar conta, Lia serviu (e ainda serve) de estímulo para mim. Muito obrigada, Sereia!

Agora é hora de agradecer a toda a instituição que me acolheu desde o mestrado. Faço um agradecimento geral aos professores que contribuíram para a minha formação e dedico um espaço especial aos demais funcionários que tornaram meus dias mais fáceis e felizes Romário, Carlos, Cidinho, Simone, Ângela, Cris, Geraldo, Lula, Rafa, Silvinho, entre tantos outros. Agradeço aos demais amigos (de instituição e da vida) pelo suporte e estímulo que

sempre me deram. Obrigada: Caroline, Palloma, Mayra, Gus, Rachel, Alexandre, Diogo, Marcelo Diana, Maro, Carol, Roberta, Fabiene, entre tantos outros. À Juliana, minha primeira dupla no mundo acadêmico, dedico um agradecimento especial! Sem sua leitura atenta e sua força nos momentos de crise eu não teria chegado até aqui. Ao Paulo e à Bianca, agradeço também pelo apoio, mas especialmente pela possibilidade de conviver e aprender tanto! Amo vocês!

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha família! Mesmo sem compreender a razão do meu "bloqueio" em relação à tese, eles estiveram do meu lado (ora me incentivando ora cobrando). Um obrigado mais do que especial aos meus pais – Celso e Tânia –, às minhas irmãs – Marcela e Mariana –, aos meus cunhados/irmãos – Allan e Vinicius e ao meu sobrinho/afilhado mais lindo do mundo – Rafael. Vocês são parte fundamental de mim! Ao meu marido e companheiro, Daniel Soares, deixo o mais profundo agradecimento por sua sensibilidade e por seu amor.

RESUMO

A partir de um enfoque antropológico, baseado na ideia de que a política não é um dado *a priori* e que precisa ser compreendida a partir das práticas e das formulações dos atores em contextos específicos, discutirei como a política é vivenciada pelos moradores do loteamento Boa Terra, situado em Guaratiba na Zona Oeste carioca, através de pesquisa qualitativa realizada entre os anos de 2008 e 2010. Além de acompanhar festas, atividades ordinárias e extraordinárias do centro comunitário local e campanhas eleitorais, visitei o loteamento em diferentes dias da semana com o objetivo de observar o cotidiano desses moradores. Embora tenha conversado e acompanhado as atividades dos "moradores comuns", analisei com mais atenção as práticas desenvolvidas por aqueles que disputam o direito de *falar em nome* que, em geral, fazem (ou fizeram) parte de alguma associação local. Qual é o papel dessas associações? A que noções de bem público recorrem? Como se dá a relação entre os "representantes locais" e os moradores do loteamento? Que tipo de distinção existe entre eles? Como tais representantes se articulam no sentido de garantir as demandas de sua "base"? De que forma costuram relações no interior das agências estatais e com políticos em geral?

Palavras-chave: Política; Mediação; Eleições; Loteamento

ABSTRACT

From an anthropological approach, this thesis discusses how politics is experienced by Boa Terra dwellers, an allotment located in the West Zone of Rio de Janeiro. The research is based on the idea that "politics" should not be taken as a priori data and have to be understood through the analysis of actors' practices and formulations in specific contexts. A qualitative research was conducted between 2008 and 2010 in Boa Terra allotment. Over this period I have followed and participated in parties, ordinary and extraordinary activities of community center and election campaigns. I have visited the neighborhood in differents days of the week in order to observe the dwellers everyday life. In the course of my investigation, although I have observed the activities of "ordinary people" who live in Boa Terra allotment, the main focus of my analysis were the practices developed by those who do (or did) part of local association and dispute the right to represent the dwellers. Following are some of the main questions that I have tried to answer through this investigation: What is the role of local associations? With which concept of public resort do they work? How is the relationship between "local politicians" and the ordinary residents of the allotment? What kinds of distinctions are there between them? How do local representatives articulate themselves in order to answer what local people demand? How is the relation between local representatives, the government and the politicians of Rio de Janeiro?

Key Words: Politics; Mediations; Elections;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 09

1. DILEMAS DO TRABALHO DE CAMPO 15
1.1 **O trabalho de campo** 18
1.2 **A escolha do loteamento** 19
1.3 **A entrada no campo** 22
1.4 **As conversas e as observações de campo** 23

2. APRESENTAÇÃO DO CASO – A ZONA OESTE CARIOCA E O BOA TERRA .. 32
2.1 **O Processo de Periferização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro** 32
2.2 **O Loteamento Boa Terra: a narrativa dos moradores antigos** 42

3. AS LINGUAGENS DA DEMOCRACIA: o modelo analítico 54
3.1 **Sobre a "Cultura Política" no Brasil** 59

4. "ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA": os moradores e seus repertórios 75
4.1 **A Política no Loteamento** 76
4.2 **Sobre política e políticos: afinal quais são os repertórios relativos a esse universo** .. 78
4.3 **Sobre desânimo e apatia: problemas para a ação coletiva** 89
4.4 **As associações de moradores** 93
4.5 **O Grupo comunitário – novas configurações do associativismo local** 102
4.6 **O "Animador Cultural"** 108
4.7 **A Gramática da Política Local** 114
4.8 **Moradores e Milícia: uma relação complicada** 117

5. O "TEMPO DA POLÍTICA": AS CAMPANHAS ELEITORAIS DE 2008 E 2010 .127
5.1 **Pensando a Representação Política** 128
5.2 **A campanha: os candidatos e suas estratégias** 135
5.2.1 A campanha eleitoral de 2008 135
5.2.2 A Campanha Eleitoral de 2010 155
5.2.3 Performance e repertórios: síntese das linguagens dos candidatos 169

6. O ESTADO E O LOTEAMENTO 180
6.1 **"Ser cidadão com qual cidadania?"** 181
6.2 **O Caso de Janaína**..... 188
6.3 **Algumas considerações finais** 207

REFERÊNCIAS 210

INTRODUÇÃO

> Já apoiei vários candidatos, mas nunca agarrei a bandeira política. Dessa vez, eu peguei. *Mas nunca agarrei o bastão da bandeira porque tinha medo de ficar mal na comunidade, porque a política passa e eu fico*.
>
> Carlos.

A frase citada acima é de Carlos, morador do loteamento Boa Terra, situado no bairro de Guaratiba na zona oeste do Rio de Janeiro, desde 1964. Há pelo menos vinte anos ele é o "animador cultural" do bairro, promovendo diversos eventos, tais como: bingos, festas juninas, festa de ano novo e carnaval. Para realizá-los, Carlos precisa não apenas organizar as barracas de comida e bebida com os moradores, mas também resolver questões burocráticas indispensáveis para a viabilização do fechamento da rua e da manutenção da segurança no dia das festas. Transitando nas instâncias públicas necessárias à obtenção de autorização do evento, Carlos acabou tornando-se alvo de interesse de alguns parlamentares, que, segundo ele, ficaram admirados com seu potencial de agregar pessoas. Assim, Carlos reconstrói discursivamente o início de seus contatos com parlamentares e seu apoio em campanhas eleitorais.

Sem entrar, nesse momento, na análise das articulações empreendidas entre Carlos, os moradores e os parlamentares para os quais trabalhou ou trabalha, a frase proferida pelo animador cultural do Boa Terra introduz a temática que será desenvolvida ao longo da tese. Se a *política passa* e *ele fica*, o que vem a ser, então, a política? Ela é algo externo? De que forma se conecta com as outras esferas da vida social? Externalidade e impessoalidade possuem o mesmo sentido?

A partir de um enfoque antropológico, baseado na ideia de que a *política* não é um dado *a priori* e que precisa ser compreendida a partir das práticas e das formulações dos atores em contextos específicos, discutirei como a política é vivenciada pelos moradores do loteamento Boa Terra.

Para tanto, desenvolvi, entre os anos de 2008, 2009 e 2010, uma pesquisa qualitativa no loteamento supracitado, realizando entrevistas e, especialmente, observações diretas. Além de acompanhar festas, atividades ordinárias e extraordinárias do centro comunitário local e campanhas eleitorais, visitei o loteamento em diferentes dias da semana com o objetivo de observar o cotidiano desses moradores, pois, como destaca CEFAÏ ET AL (2011:10):

> O pesquisador compromete-se de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. [...] O pesquisador embarca, pois, numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele no momento exato de sua produção. [...] Não podemos, portanto, falar em etnografia sem ter esse momento de observação, compreensão e descrição *in situ* da pesquisa [...].

O loteamento, como será discutido mais adiante, foi criado nos anos 1950 e, atualmente, encontra-se relativamente urbanizado. Nem todas as suas ruas estão pavimentadas, o sistema de saneamento básico também não foi universalizado e outras questões de infraestrutura (água e luz) ainda são um problema. Há equipamentos públicos tanto no interior do loteamento quanto no seu entorno, tais como: escolas públicas municipais e estaduais, postos de saúde e Clínica da Família. A qualidade do atendimento prestado é, contudo, questionada pelos moradores.

O tema do acesso à cidade – aos serviços e equipamentos públicos – foi bastante abordado nas minhas conversas com os moradores. O substrato da política local residia na possibilidade de atendimento das demandas por melhoria da infraestrutura. A partir de questão da "escassez de cidade" (CARVALHO, 1995), procurei analisar de que forma os moradores – e suas organizações – procuravam atender suas demandas e alterar seu lugar na cidade. O estudo das associações locais (e a relação entre seus representantes e atores externos) foi, portanto, o foco dessa pesquisa, compreendendo tanto seu potencial agregador quanto excludente. De acordo com CEFAÏ ET AL (Op.Cit: 13-14):

> As associações são meios de sociabilidade e de socialização: elas oferecem um observatório ideal e uma microssociologia das interações e das conversações. Permitem também dar conta da dualidade simmeliana da ponte e da porta, ora ligando pessoas, ora impondo barreiras: elas aproximam e reatam, instituindo novos polos de existência coletiva e, a um só golpe, separam e muitas vezes excluem. Assim, as associações dissociam tanto quanto associam.

O estudo do associativismo e da política em "territórios da pobreza" não é novidade. Data do final dos anos 1960, um dos primeiros textos sociológicos nessa temática que se tornou referência: "A Política na favela", de Luiz Antonio Machado da Silva. Em seu artigo, MACHADO DA SILVA questiona o estereótipo de que as favelas são um todo homogêneo, identificando a presença de uma grande estratificação social nestas. O autor analisa a existência de uma "burguesia favelada", formada pelos estratos superiores das favelas, que monopolizaria parte dos recursos internos, conquistando, através deste controle, um certo prestígio político. Esta burguesia utilizaria, então, estes recursos internos não só como meios de exploração econômica, mas também de subordinação política dos moradores dos estratos inferiores.

Dessa forma, a "burguesia favelada" se constituiria enquanto intermediária entre o Poder Público e os moradores das favelas, já que teria o "direito" de falar em seu nome tanto para dentro quanto para fora. Não seria apenas uma mediação com os moradores, mas também com os agentes externos, incluindo nestes o Poder Público e os "políticos de fora", termo utilizado por MACHADO DA SILVA (Ibidem) para se referir aos políticos que não limitam sua área de atuação às favelas. Em geral, os "políticos de fora" ou "políticos supralocais" são os candidatos, vereadores, deputados, governadores.

A relação com os "políticos de fora" seria condição indispensável para a manutenção do poder da "burguesia favelada", pois esses políticos garantiriam, através da prestação de pequenos serviços, a continuidade de certas características da organização da favela, mantendo, por exemplo, a rede de luz como propriedade da "burguesia favelada". Esses políticos não alterariam, portanto, o *status quo* desta "burguesia" (melhorariam a favela, mas não tanto), tendo em troca apoio político convertido, potencialmente, em votos.

A "burguesia favelada", ao realizar esta dupla-mediação, acabaria se tornando o "político favelado" ou "político de dentro", ou seja, aquele que se orientaria a partir das necessidades/ questões locais, sendo mais ou menos independente dos grupos partidários.

Embora tenha conversado e acompanhado as atividades dos "moradores comuns", analisei com mais atenção as práticas desenvolvidas por aqueles que disputam o direito de *falar em nome* que, em geral, fazem (ou fizeram) parte de alguma associação local. Qual é o papel dessas associações? A que noções de bem público recorrem? Como se dá a relação entre os "representantes locais" e os moradores do loteamento? Que tipo de distinção existe entre eles? Como tais representantes se articulam no sentido de garantir as demandas de sua "base"? De que forma costuram relações no interior das agências estatais e com políticos em geral?

Analisando *situações* – tais como, evento de apresentação de candidato, festa do grupo comunitário local – procurei identificar os léxicos ou vocabulários usados pelos atores na relação com os moradores comuns, com outros mediadores locais e com atores externos. Os atores são tomados, portanto, enquanto detentores de capacidades críticas relevantes que são mobilizadas nas diversas situações da vida cotidiana. Os mediadores locais teriam habilidade para ajustar seu discurso em cada situação, adotando a linguagem que lhe é pertinente (numa reivindicação encaminhada a um político, ou no convencimento dos moradores a respeito do voto, por exemplo). De acordo com BOLTANSKI e THÉVENOT (1991: 28-30):

> Pour comprendre la capacité des acteurs à critiquer, il faut les doter de la possibilité de passer d'une forme de justification à une outre tout em maintenant ces mèmes exigences. [...] Les personnes que nous suivons dans leurs épreuves sont obligés de glisser d'um mode d'ajustement à um autre em fonction de la situation dans laquelle eles s'engagent.

A questão principal era tentar compreender, de forma situada, o que significa concretamente política e, de modo mais amplo, como se dá o funcionamento da democracia, pois, como assevera CEFAÏ ET AL (2011: 13):

> [...] não podemos perder de vista que os sentidos e os significados se constituem no contexto da ação e da situação social. Não podemos, assim, reduzir os contextos de sentido que se constituem no exercício da vida associativa a uma espécie de sombra generalizante e portadora de "culturas" ou de "tradições nacionais": é preciso descrever precisamente, em cada lugar e em cada momento de que modo categorias, argumentos, dramas e narrativas adquirem sentido por parte de seus produtores e receptores. Se podemos, em grandes traços, fabricar tipos culturais, embora sob o risco de cair em estereótipos, devemos também e principalmente examinar *in situ* os modos múltiplos pelos quais os atores assimilam e acomodam, inventam, distorcem, utilizam ou recusam significados.

* * * *

A tese está divida em seis capítulos. No capítulo metodológico, procuro evidenciar todas as etapas do trabalho de campo: desde o início da pesquisa (destacando as estratégias para entrada e estabelecimento de relações com os moradores) até o período em que morei no loteamento. Além de colocar em evidência as adversidades do processo, o capítulo tem o objetivo de situar o pesquisador na pesquisa, ou seja, a maneira como fui vista e percebida ao longo do trabalho de campo.

Em seguida, analiso brevemente a evolução urbana do Rio de Janeiro e a formação dos loteamentos enquanto "[...] alternativa encontrada pela população de baixa renda, impedida de se fixar em regiões mais estruturadas e próximas aos mercados centrais de trabalho" (IPLAN-RIO, 1985: 49). Apresento o caso do Boa Terra e recupero seu processo de constituição, principalmente, através dos relatos de seus moradores mais antigos.

No capítulo 3, recupero uma discussão realizada por BARBOZA FILHO (2008) sobre as "linguagens da democracia". A ideia não é a de enquadrar a linguagem política do loteamento a um repertório já definido, mas sim de pensar num possível diálogo entre a proposta analítica do referido autor e os léxicos utilizados pelos atores analisados.

O capítulo 4, intitulado **A Política no Loteamento**, problematiza as percepções acerca da política na perspectiva de moradores comuns, analisando os papéis das associações de moradores e do grupo comunitário local e de atores que se colocam na posição de mediadores locais. Também nesse capítulo, a presença da milícia, embora de forma não muito aprofundada, é tematizada.

No capítulo 5, o foco é o "tempo da política"[1], isto é, as campanhas municipais e estaduais de 2008 e 2010, respectivamente. Nessa parte da tese, apresento e discuto as estratégias e os discursos dos políticos-candidatos para auxiliar no processo de convencimento do eleitor. Como a perspectiva abordada não privilegia o voto em sua dimensão individual, e, sim, a partir de sua inserção e significados sociais, são analisados os recursos acionados pelos políticos nas suas interações com os moradores.

O último capítulo recupera as discussões suscitadas pelo trabalho de campo numa tentativa de situá-la num contexto mais global, qual seja, o da relação entre Estado e "territórios da pobreza". Seguindo as advertências feitas por GOLDMAN (2006), a abordagem da política "do ponto de vista nativo", tal como realizada nessa pesquisa, não significa aprisionar-se nas elaborações e vivências locais. Por meio de um recorte "miúdo" – o loteamento e as maneiras pelas quais a política é experimentada pelos moradores e mediadores locais (e também pelos "políticos de fora") – discuto o sistema político moderno e problematizo a democracia (e as noções de cidadania) enquanto modelo ideal de organização política.

[1] Em estudos focados nos períodos eleitorais de cidades do interior do Brasil, PALMEIRA E HEREDIA (1995) cunharam o conceito "tempo da política". Trata-se de uma categoria nativa que designa o período em que a política é identificada pela população enquanto parte de sua vida social. Nesse período, de acordo com PALMEIRA (2006), verifica-se um importante realinhamento social, com redefinições e disputas entre as "facções". Nesses grupos sociais, a política é, então, vivenciada enquanto um fenômeno com temporalidade marcada. A noção de "tempo da política" será usada aqui para remeter a uma época em que os políticos estão mais próximos dos eleitores.

1. DILEMAS DO TRABALHO DE CAMPO

> Je ne peux pas réfléchir sur l'univers sans réfléchir sur mon rapport à cet univers parce que ma position est indissociable de mes observations.
>
> Noiriel, 1990:139.

Neste capítulo, discutirei os dilemas relacionados ao trabalho de campo, enfocando a maneira como – creio – fui percebida pelas pessoas durante a observação e os diferentes tipos de relação que estabeleci com elas. A pesquisa nunca é uma simples coleta de informações. É também uma situação de interação entre os pesquisados e o pesquisador. O pesquisador não detém o monopólio da observação; ele é também objeto de observação e curiosidade por parte daqueles que observa. Como o envolvimento do pesquisador é inevitável, a maneira como é visto no campo determina também o tipo de informações às quais terá acesso. Como nos diz MAUGER (1991: 125 [tradução minha]): "A apresentação de si do pesquisado depende da representação que ele faz do pesquisador e da situação de pesquisa", sendo seu inverso também verdadeiro.

Em outros termos, a relação entre pesquisador e pesquisado produz efeitos sobre o conteúdo do discurso recolhido. Nesse sentido, BEAUD e WEBER (2008) afirmam que o pesquisador não pode se esquecer na própria pesquisa, isto é, ele precisa analisar seu papel. Sabe-se que a neutralidade do pesquisador é uma ficção. Sua presença suscita sempre avaliação, positiva ou negativa.

Por mais que procure reduzir os efeitos de sua presença, o pesquisador deve considerar sua influência no campo e problematizar seu lugar na relação com os pesquisados. Como ele é visto? Como é representado? De que maneira essa representação afeta o desenvolvimento da pesquisa? Acredito que a análise dos lugares e dos valores atribuídos na interação inerente à pesquisa é parte do processo de construção do conhecimento.

* * * *

Iniciei meu trabalho de campo em abril de 2008. Interrompi a observação entre setembro de 2009 e abril de 2010, para a realização de estágio de doutorado sanduíche no exterior na cidade de Lille, na França, e retomei as pesquisas em maio, a fim de acompanhar as campanhas eleitorais de 2010.

No primeiro momento da pesquisa, ia ao loteamento pelo menos uma vez por semana. No segundo momento, visitei o local três dias por semana e morei lá no mês de setembro de 2010, para acompanhar mais de perto as campanhas eleitorais. Realizei entrevistas informais que puderam ser gravadas e observei o espaço em diversas situações, tais como bingos, festa de carnaval, atividades no grupo comunitário e atividades de campanha das eleições de 2008 e de 2010.

A prática do trabalho de campo exige muita disciplina e rotina. Considerando isto, observei sistematicamente o local por um período de aproximadamente dois anos e mantive um diário com anotações – as notas de campo são o substrato principal da minha pesquisa. Para fugir de categorias apriorísticas e de formulações abstratas, procurei registrar, de perto, quem disse o quê a quem, e em que contexto.

Sobre essa temática, esclarecem-nos BEAUD e WEBER (2008: 39):

> En effet, l'enquête de terrain offre l'accès à des interactions de face-à-face, à des relations interpersonelles (parmi lesquelles les relations entre enquêteur et enquêté), elle ne permet pas d'observer des pratiques ou d'enregistrer des opinions hors contextualisation. L'enquêteur ne peut pas se faire oublier, il ne doit donc pas s'oublier dans l'analyse. L'observation ethnographique ne porte pas sur des univers d'individus mais sur des *univers de relations*. (grifo dos autores).

O pesquisador deve ser sensível às informações que o campo traz, e flexível para se adaptar a elas. Apenas ao entrar no campo, e com o decorrer da pesquisa, conseguirá definir

melhor seu tema. A escolha do problema de pesquisa sempre é provisória. Entrei no campo com a intenção de estudar a associação de moradores. Acreditava que esta seria a organização coletiva mais importante do loteamento. Ao conversar com os moradores e ao frequentar o Boa Terra, percebi que o "produtor cultural local" fazia as vezes de representante dos moradores, com mais destaque até que o presidente da Associação de Moradores. A escolha do tema de pesquisa tem grandes chances de mudar com o desenvolvimento do trabalho, ainda conforme BEAUD e WEBER (Ibid: 56):

> Il faut savoir, au moment de choisir un thème de enquête que celui-ci a de fortes chances d'être provisoire, ou plus précisément que l'objet final différera sensiblement du projet initial. Pourquoi? Parce que'entre temps l'enquête aura lentement cheminé, passant alternativement par des phases de progression et de blocage. Or, loin de croire que l'enquête se déroule selon un plan de programmation décidé par l'enquêteur, on peut dire que, d'une certaine manière, le terrain dicte sa loi à l'enquêteur. Certes, ce dernier peut réorienter son enquête, développer des tactiques, trouver d'autre accès, esquisser une nouvelle problématique.

A ideia de fazer uma pesquisa no Boa Terra, loteamento regular (com projeto aprovado na Prefeitura e com as obras exigidas pela lei concluídas) situado no bairro de Guaratiba, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, surgiu logo após a defesa de minha dissertação de mestrado. Neste trabalho, acompanhei a rotina de um vereador que atuava, sobretudo, na Zona Oeste da cidade. De maneira geral, pesquisei diferentes maneiras de elaboração e experimentação da política.

Ao acompanhar o integrante da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pretendi discutir os recursos e dispositivos acionados no processo de sua constituição enquanto representante dos moradores locais, sobretudo, de loteamentos. Para tanto, observei suas atividades na Câmara e, especialmente, as atividades desenvolvidas nos cinco centros sociais que ele mantinha na Zona Oeste carioca. A ideia principal era analisar como ele se constituía como mediador entre o Poder Público e os moradores (eleitores em potencial).

Nessa pesquisa, minha análise ficou concentrada na percepção do vereador sobre esse tema. Acredito que a mediação deve ser pensada como processo que compreende mediadores acima e abaixo do vereador-mediador, em uma "cadeia de mediações". Na pesquisa atual,

portanto, procurei observar como são costuradas as relações entre os moradores e os diferentes mediadores, quais são os conflitos e, por fim, como os moradores percebem e representam a política e os políticos.

Mais do que discutir de que maneira as pessoas tentam se aproximar do político mediador e, possivelmente, quebrar a "barreira" sustentada por eles num espaço público fragmentado, pretendo analisar a produção da mediação e discutir seus limites. O trabalho busca, por meio de uma perspectiva antropológica, contribuir para a compreensão da natureza da política no Brasil e do enraizamento nas práticas locais da questão democrática.

1.1 O trabalho de campo

Para estudar a política no loteamento, assumi como orientação teórica no desenvolvimento da minha tese a perspectiva da antropologia da política[2]. Nessa abordagem, a noção de política é alargada e a preocupação principal é a de oferecer uma "descrição densa" (GEERTZ, 1978) do comportamento político, rotineiro e situado das pessoas. O objeto de análise é o significado conferido pelos próprios atores à política e às práticas desta. O período eleitoral, assim, seria um momento particularmente interessante para pensar os significados da política e a inserção dos atores em suas redes.

Para ter acesso às diferentes maneiras de representar e elaborar a política, pareceu-me indispensável a realização do trabalho de campo, com base em entrevistas e, sobretudo, na observação e convívio prolongado com os moradores. Este tipo de método auxiliaria na

[2] Segundo KUSCHNIR (2007: 31-32), "Na década de 1990, encerrado o regime militar e restaurada a democracia, os antropólogos brasileiros parecem ter renovado seu interesse pela política. Diversos trabalhos importantes foram produzidos no período, tendo como foco principal análises etnográficas a respeito das práticas políticas, seja em pequenas localidades rurais, seja nas grandes metrópoles e centros urbanos. Esse conjunto de trabalhos autodenominados de 'antropologia da política' tiveram sua institucionalização mais umportante no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), sediado no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas envolvendo grupos e, outras universidades federais, como as de Brasília, Ceará e Rio Grande do Sul. O objetivo do NuAP, como definiu uma de suas fundadoras, Mariza PEIRANO, era partir da "suposição básica de que a categoria política é sempre etnográfica".

compreensão de como é organizada a vida social do grupo estudado. Além disso, ao combinar esses dois instrumentos de análise, poderia destacar e comparar as enunciações voluntárias, produzidas nas interações, e as enunciações induzidas, respostas às questões da entrevista. Não pretendo classificar as falas como mais ou menos autênticas, pois, como nos diz MAUGER (1991: 131):

> [...] ces manipulations plus ou moins conscientes de la définition de la situation de enquête ne présupposent ni que le discours privé soit "plus authentique", ni même nécessairement plus riche d'informations que le discours public: l'intérêt scientifique de la manipulation de la situation de l'enquête se resume à la possibilité qu'elle offre de pouvoir observer des versions différentes (publique/privé) de la présentation de soi (discours ou pratiques) d'un même enquêté.

Vale destacar, mais uma vez, que o trabalho de campo nas ciências sociais não é simples, é um processo de constante reflexão. Trata-se de um processo longo que compreende muitas escolhas, como tema, método, campo, interpretação dos dados. Segundo WRIGHT MILLS (1975), tal pesquisa é uma verdadeira "aventura sociológica", cercada de imponderáveis: dificuldades, frustrações, dilemas intelectuais e, também, práticos. O pesquisador não é alguém que passa incólume pelo campo, ele o afeta e também deve se deixar afetar por este:

> No campo, tudo se passa como na intensa experiência de campo vivida por Favret-Saada (1977) ao estudar a feitiçaria no Bocage francês. Não se trata simplesmente, como observou a autora, de apelar para a observação participante: tendo sempre adotado uma concepção psicológica e racionalista da participação (como identificação ou compreensão, termos que implicam distância e separação), a antropologia teria sido conduzida a reter apenas a observação, gerando assim uma "desqualificação da palavra indígena" e uma "promoção da do etnógrafo". Ao contrário, participar – prossegue Favret-Saada – significa a necessidade de o etnógrafo aceitar ser *afetado* pela experiência indígena, o que "não implica que ele se identifique com o ponto de vista indígena, nem que aproveite a experiência de campo para exercitar seu narcisismo" (Favret-Saada, 1990: 7). Significa, sobretudo, deixar-se afetar pelas mesmas forças que afetam o nativo, não se colocar em seu lugar ou desenvolver em relação a ele algum tipo de empatia. (GOLDMAN, 2006: 32-33. Grifos do autor.)

1.2 A Escolha do Loteamento

Desde a graduação, preocupei-me em fazer um trabalho que, de alguma maneira, discutisse a situação dos loteamentos localizados na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Este tipo de habitação não tem despertado muito interesse nos trabalhos sociológicos, embora seja uma das principais formas urbanas cariocas. Segundo dados do Sistema de Assentamento de Baixa Renda (SABREN), desenvolvido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro possui 1.020 favelas e 977 loteamentos. A cidade é dividida pelo Poder Executivo em cinco Áreas de Planejamento, 33 Regiões Administrativas e 160 bairros. As Áreas de Planejamento são definidas da seguinte maneira:

> AP 1 - Centro e arredores. Aqui surgiu a primeira comunidade cujo nome depois se generalizou: Morro da Favela, atual Morro da Providência, no bairro da Gamboa. Nessa AP fica a Mangueira, berço da escola de samba de mesmo nome. AP 2 - Bairros da Zona Sul, Tijuca e Vila Isabel. Abriga comunidades famosas como Rocinha, Vidigal, Santa Marta, Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho, Borel, Macacos, Morro do Andaraí, Formiga e Salgueiro. AP 3 - Bairros da Zona Norte. Cerca de 50% da população residente em favela se concentra na AP3. Além das mega-favelas abrigadas no Jacarezinho, Alemão, Maré, Conjunto da Penha, Conjunto do Lins e Fazenda Botafogo, há muitas outras de grande importância na vida da cidade: Serrinha, Dendê, Queto, Fubá, Vigário Geral, Parque Acari. AP 4 - Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Palco de muitas pequenas e recentes favelas, a Baixada de Jacarepaguá abriga outras mais antigas como Rio das Pedras, Vila Sapê e Floresta da Barra da Tijuca. AP 5 - Zona Oeste. Em Realengo, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba há várias favelas, em geral planas e recentes, como as comunidades: Fazenda Coqueiro, Três Pontes, Divinéia e Vila do Céu. (Fonte: SABREN, 2012)

De acordo com dados do Instituto Pereira Passos (IPP), na Área de Planejamento 5 (AP 5) encontram-se os bairros mais populosos: Campo Grande, Bangu e Santa Cruz. São também dessa região os bairros com maior extensão territorial: Guaratiba, com 13.950,12 hectares (ha); Santa Cruz, com 12.504,43 ha e Campo Grande, com 511.912,53 ha.

Segundo os dados do SABREN, a AP 5 possui 599 loteamentos (dentre os quais 66,7% são irregulares ou clandestinos). Ainda assim, os loteamentos situados nessa região não têm sido alvo de interesse de pesquisadores. Na base de dados do Urbandata-Brasil, por

exemplo, podem ser encontradas 93 referências sobre loteamentos no Estado do Rio de Janeiro (incluindo loteamentos na Baixada Fluminense), enquanto são encontradas 701 sobre favelas apenas na cidade do Rio de Janeiro.

Meu interesse em estudar a Zona Oeste não se deve apenas à percepção de que há um déficit de pesquisas sobre essa região. Fui moradora, por 17 anos, de um loteamento situado no bairro de Campo Grande. Tal proximidade e percepção de familiaridade[3] devem ser explicitadas porque auxiliaram no processo de pesquisa, mas também podem ter prejudicado, algumas vezes, a complexificação e o aprofundamento de certas questões cuja relevância posso ter desconsiderado por me parecerem banais e desimportantes. Assim, antes de discutir a dinâmica, os problemas e os dilemas da minha pesquisa, é imprescindível fazer um resumo da minha biografia para apresentar de que lugar falo, e qual é a minha relação com o objeto, pois minhas observações são inseparáveis da relação que tenho com o universo estudado.

> Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais. (DUARTE, 2002: 140)

Nasci e fui criada no loteamento Jardim Monteiro, situado no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Filha de pais professores, sempre estudei na rede pública de ensino. Frequentava as festas juninas dos bairros vizinhos e participava das atividades da Paróquia Santa Clara. Saí do loteamento com 17 anos, quando comecei a cursar graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Por conta da distância, mudei-me para o bairro de Vila Isabel.

---

[3] Essa familiaridade foi positiva na medida em que me informou sobre determinados aspectos da vida cotidiana do loteamento. Além disso, ter contatos no bairro foi indispensável para o desenvolvimento da pesquisa. Não considero que essa aproximação possa prejudicar minha análise e interpretação dos dados coletados, pois, como assevera GOUIRIR (1998: 125): «à l'évidence, tout membre d'un group devient en quelque sorte étranger dans l'acte même d'objectiver et de rendre compte de ses expériences».

Desde a graduação, interesso-me por estudar os chamados territórios da pobreza, em especial, os loteamentos. Tive contato com diversos trabalhos que se dedicavam às favelas, como se elas fossem, por excelência, o *locus* da pobreza urbana. Queria, com minhas pesquisas, problematizar um espaço negligenciado pelo poder público e pelos próprios pesquisadores. Em minha monografia de conclusão de curso, fiz uma pesquisa sobre a associação de moradores e o centro social de um loteamento vizinho àquele em que eu residia.

Na dissertação, como já mencionei, estudei o cotidiano da ação política de um vereador carioca que sustenta centros sociais em bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. O tema – política – era, sem dúvida, o que me motivava. A ideia era, agora, pesquisar com maior profundidade, pois já havia feito uma tentativa neste sentido na monografia, a vida política de um loteamento da Zona Oeste.

Escolhi, então, o loteamento Boa Terra, localizado no bairro de Guaratiba. Por ter morado em Campo Grande (bairro vizinho a Guaratiba), e ainda ter laços de parentesco e de amizade no local, ouvia comentários sobre as áreas que seriam dominadas pelas milícias comandadas pelo então vereador Jerominho e seu irmão, à época deputado estadual, Natalino. Situado na Área de Planejamento 5, o local seria um dos redutos da dupla. Além disso, na Estrada do Magarça – uma das principais vias de acesso ao bairro – havia um centro social financiado por Jerominho. Dessa maneira, conseguiria conjugar dois temas que despertavam meu interesse: as relações políticas desenvolvidas no local (relação entre o vereador e os moradores por meio do centro social, por exemplo), e a influência das milícias no cotidiano e, principalmente, na vida associativa dos moradores do loteamento.

1.3 A Entrada no Campo

Como se pode supor, não era só o Boa Terra que conjugava as duas temáticas (milícia e centros sociais). Precisava definir o campo e utilizei, para isso, critérios mais pragmáticos, preocupando-me então com a possibilidade de realização da própria pesquisa. Fazer campo não é uma atividade fácil. De uma maneira ou de outra, a entrada do pesquisador é um tipo de *invasão*, pois sua chegada nunca é esperada. Não basta chegar no loteamento com seu bloco e começar a fazer perguntas. É preciso *entrar* e ser minimamente aceito.

Para entrar no campo, na maior parte das vezes, é necessário um contato. Tive a sorte de ter um "Doc" (termo cunhado por FOOTE WHYTE, 2005, para designar o informante-chave que possibilita o contato com o grupo social em estudo) em minha família. A namorada do meu primo, Leila, morava no loteamento há cerca de cinco anos. Ela não me parecia "super integrada" à vida local, mas certamente transitaria muito melhor que eu no loteamento. Conversei com ela e pedi que fosse minha assistente de pesquisa. Expliquei em que consistia meu estudo e disse que, no começo, precisaria que ela me apresentasse aos moradores antigos do Boa Terra. Precisava conhecer um pouco da história local.

Tive sorte porque seu avô, Seu Jorge, nascido na Paraíba, havia se mudado para o Rio no final de 1969, indo para o Boa Terra na década de 1980. Ele foi um dos meus primeiros entrevistados. Combinei com Leila que, para me ajudar nesse trabalho, ela deveria ser remunerada. Acertamos um valor e ela me acompanhou, sobretudo nos primeiros meses. Depois voltou a estudar e eu já tinha conseguido alguns outros contatos. Sua mãe continuou me informando sobre os eventos do bairro e se ofereceu algumas vezes para me acompanhar nas atividades.

Leila me apresentou a alguns moradores que viviam no loteamento há mais de 20 anos. Abordava as pessoas, conversava e agendava uma entrevista comigo. Nessa etapa, ela me acompanhava nas conversas, mas ficava quase sempre silenciosa. Eu explicava ao entrevistado que minha pesquisa era para uma tese de doutorado em sociologia, e que eu queria, por intermédio dessas conversas, conhecer um pouco da história do "bairro". Usava o

termo bairro, pois minha condição de ex-moradora me informava que, via de regra, os moradores não se referem ao lugar como loteamento. Loteamento é um termo que só fui incorporar quando me tornei pesquisadora.

A participação de Leila na pesquisa e, posteriormente, de sua mãe, foi indispensável. Devo destacar, no entanto, que me sentia um pouco desconfortável com essa situação inicial. Além da extrema dependência, me preocupava com o comportamento delas em relação aos entrevistados. Se eu, por um lado, procurava conter minhas opiniões na conversa sobre determinado candidato, por exemplo, a fim de que a pessoa falasse mais livremente sobre o assunto, por outro, não poderia exigir o mesmo delas. Expliquei a importância de evitar julgamentos para não inibir o discurso, mas talvez fosse difícil silenciar quando o assunto tocava suas vidas diretamente. É normal que tivessem suas posições acerca da atuação de um vereador ou da associação de moradores; afinal, também eram moradoras.

Havia outro aspecto que me preocupava em relação às minhas "assistentes": seu pertencimento religioso. As duas eram evangélicas e a mãe de Leila frequentava uma igreja do loteamento. Pensei que, de alguma maneira, isso pudesse inviabilizar meu contato com moradores de outras vertentes religiosas, mas assumi o risco e optei por essa "entrada" no loteamento, até porque era a única disponível. Não tive meu acesso dificultado por conta dessa inserção específica. Não fui identificada como "crente", e pude conversar com pessoas de outras religiões.

1.4 As Conversas e as Observações de Campo

Sempre que conversava com os moradores, pedia autorização para gravar. Facilitaria o diálogo e eu não precisaria ficar tomando notas. Em meu diário de campo, escrevi sobre essa escolha:

"A realização de conversas gravadas tinha o objetivo de me aproximar dos moradores com a expectativa de que esses pudessem me apresentar a outras pessoas e me inserissem de alguma forma em suas redes. O loteamento é muito grande e preciso encontrar uma maneira razoável de recortá-lo".

Combinei com os moradores que seus nomes seriam trocados, a fim de preservar-lhes o anonimato.

Quase todas as conversas se realizaram na casa das pessoas, com exceção de Seu Anderson e de Dona Joana, cujas conversas foram realizadas em seus locais de trabalho (na calçada de sua lojinha de consertos e no brechó, respectivamente). As entrevistas feitas em casa rendiam mais, pois a quantidade de pessoas que transitavam era menor. Mesmo assim, quase todas as entrevistas foram interrompidas por filhos ou vizinhos – era comum encontrar mais de uma casa no mesmo terreno.

Procurava me certificar de que, no momento da conversa, as pessoas tinham realmente tempo livre, a fim de evitar que seu discurso fosse afetado por outras obrigações e compromissos. Havia marcado, por exemplo, uma entrevista com seu Anderson com certa antecedência, mas, na hora em que cheguei, ele me disse que estava com muito trabalho e perguntou se seria possível remarcar. Sabia que poderia dizer "não" e fazer a entrevista mesmo assim. Preferi, contudo, aguardar um momento em que ele estivesse realmente disponível para que, então, pudesse falar com mais tranquilidade sobre as questões abordadas.

Ninguém recusou meu pedido, exceto Dona Maria, esposa de Seu Paulo (meu primeiro entrevistado), que me via como uma pessoa que queria saber demais da vida dela. Mesmo explicando que o interesse pela história dela era estritamente ligado ao interesse pela história do local, ela não aceitou conversar comigo. Todavia, ouviu toda a minha conversa com seu marido.

Iniciava toda conversa perguntando o nome da pessoa, sua idade e há quanto tempo residia no "bairro". A maior parte dos moradores antigos entrevistados vinha de outros estados, principalmente do Nordeste. Por isso, me explicavam um pouco da trajetória até

chegar ao Boa Terra. Era interessante conversar com os mais antigos para entender melhor a história do bairro, como foi criado, como era no princípio, quais as principais mudanças, quando e como ocorreram. Perguntava-lhes também sobre a associação de moradores local e sobre a política de maneira geral (políticos que intervieram diretamente no loteamento, por exemplo). Para tentar deixá-los falar mais livremente, procurava fazer perguntas muito amplas, do tipo: "Como é a vida no bairro?" e "Quais são as coisas boas e ruins de morar nele?"

A ideia era evitar ao máximo impor as minhas categorias e deixar que eles elaborassem de acordo com suas próprias experiências. É claro que precisava tocar nas questões que me interessavam (associação de moradores, centros sociais etc.), mas tentei não entrar diretamente nelas. Em geral, perguntava se existia ou não associação de moradores e centros sociais, mesmo sabendo a resposta.

Treinar ouvidos e olhos para o trabalho de campo, como já foi dito, é fundamental. Estando atento aos termos e aos conceitos elaborados pelos próprios sujeitos em suas interações, no lugar de usar categorias apriorísticas, o pesquisador evita receber respostas que são apenas "o espelho das questões e das expectativas do próprio pesquisador" (WEBER, 1990: 22). Ainda de acordo com WEBER (1990: 21), o pesquisador deve "observer et écouter les gens, et non les interroger, pour leus laisser l'initiative de leurs classements et la maîtrise de leurs mots".

Vale destacar que levar a sério a linguagem do pesquisado e estar atento às suas categorias e formulações não é o mesmo que tomá-las como verdades definitivas. O trabalho do pesquisador é o de artesão, como diria MILLS (1968). Além de juntar as peças desse quebra-cabeça (que, diga-se de passagem, nunca estará completo), estas falas e situações devem ser tomadas como objeto de observação e análise.

Conversei com alguns moradores mais antigos e, por conta da dificuldade de encontrar outros (o que me foi dado conhecer ou eram muito idosos, ou já falecidos), comecei a

conversar com os presidentes da associação de moradores do bairro, Dona Maria e Alex. Conversei também com Carlos, identificado por grande parte dos entrevistados como responsável pela organização de bingos e eventos (carnaval, festa junina, queima de fogos no Ano Novo etc.). Leila me falou também de um grupo comunitário, o Grupo de Apoio Comunitário à Infância, Juventude e ao Idoso, na época (GAC) que havia sido criado há pouco tempo no bairro. Sendo assim, também fui ao GAC para tentar conversar com seus membros e ver como a instituição era organizada.

Depois de conversar com Carlos, o animador cultural, e com Janaína, membro do grupo comunitário supracitado, comecei a frequentar as atividades desenvolvidas por eles. Frequentei bingos, festas de carnaval e shows gospel organizados por Carlos. Ia ao grupo comunitário em dias normais e em dias de eventos (tais como churrasco e pagode de domingo, recepção ao vereador Carlo Caiado, apresentação do grupo de capoeira etc.). Não frequentei as atividades das duas associações de moradores existentes porque ambas encontravam-se inativas. Os presidentes continuavam se apresentando como presidentes, mas não existia sede e não havia mais reunião com os moradores. Por isso, durante as conversas, os moradores não sabiam me dizer se ainda existia ou não associação de moradores no Boa Terra.

Geralmente, eu ia aos eventos desacompanhada e procurava conversar com as pessoas de maneira descontraída. Claro que falava da minha pesquisa, mas não queria importuná-las, especialmente nos dias de festa. Falávamos sobre coisas gerais e eu tentava obter o contato da pessoa para conversar com calma posteriormente.

Durante as atividades, a minha principal preocupação era observar de que maneira os "organizadores" se relacionavam com os moradores comuns, o quê e como falavam no microfone, por exemplo. A ideia era pensar no papel que os organizadores desempenhavam na vida local. Eram, de fato, "lideranças"? As pessoas pareciam prestar atenção no que diziam? Tratava-se de uma relação desigual?

Observava também a roupa e o vocabulário que usavam. Eles procuravam distinguir-se dos demais e mostrar que possuíam um *status* diferenciado, que os colocaria na condição de "mediador para resolução de problema"? Existia uma distinção do tipo "eles" e "nós"? De que forma falavam com os moradores?

A realização de observações diretas procurava, na medida do possível, não perturbar as atitudes e os comportamentos dos pesquisados. Nessas situações, não fazia anotações. Tentava ficar o mais natural possível: conversava com as pessoas que conhecia, bebia, comia e jogava. Como mencionei, não importunava as pessoas com minha curiosidade de pesquisadora. Afinal, era dia de festa. As entrevistas não diretivas, no meu caso as "conversas gravadas", seguem a mesma linha, na medida em que procuravam deixar o entrevistador falar da maneira mais livre possível (MAUGER, 1991).

Além da recusa de Dona Maria em conversar comigo sobre sua vida, outra dificuldade me acompanhou na pesquisa de campo: a incompreensão, por parte de alguns moradores, do que eu, de fato, estava fazendo ali. Talvez por ser um loteamento (com mais de onze mil pessoas no ano de 2000, segundo dados do SABREN), alvo de interesse de candidatos e parlamentares, alguns dos meus entrevistados pensavam que eu tinha intenções políticas, ou que possuía algum contato nos centros de poder (na Câmara, na Prefeitura etc.). Janaína, uma das minhas principais interlocutoras, me perguntou mais de uma vez se eu iria me lançar candidata e o que eu poderia fazer pelo bairro.

Certa vez, essa mesma moradora, que trabalhava, na época, no grupo comunitário do bairro, me pediu que doasse um aparelho de som para o grupo. Tal pedido, feito assim, subitamente, me deixou sem saber como agir. Respondi que não poderia comprá-lo, mas que poderia ajudar com uma parte. Lembro-me que fiquei em dúvida, pois um não poderia ser encarado como falta de “boa vontade”, e um sim poderia dar a impressão de que sempre poderia ajudar financeiramente. Nesse momento, não quis gerar antipatia, mas, ao mesmo

tempo, deixei claro que minhas relações com ela e com o grupo não seriam mediadas por financiamento.

Durante a entrevista com Seu Anderson, ele falava um pouco sobre os problemas de infraestrutura do bairro, especialmente no que se refere ao saneamento básico. Ao fazer críticas às obras realizadas pelo estado e pela prefeitura no bairro, ele se dirigia a mim como se fosse alguém capaz de ajudar a solucionar esse tipo de problema:

> Por exemplo, esse esgoto aqui tá uma porcaria. Ao invés de botar a água pra dentro do rio, ele tá trazendo a água do rio aqui pra dentro. *E inclusive eu queria até falar com uma pessoa que tivesse oportunidade de falar com alguém pra ver isso,* porque aquele camarada que foi prefeito antes do Cesar Maia, o Conde, ele veio aqui, inaugurou. Só que ele inaugurou o quê aqui? Eles botaram aqui uma manilha de 15 milímetros, muito precária. Essa capa aí eu que fiz […] *Eu queria até, se alguém pudesse tomar providência* […]. (Seu Anderson, entrevista realizada em 2008).

Era como se Seu Anderson me visse como uma possível mediadora, ou seja, alguém que pudesse, de alguma maneira, levar suas demandas e reclamações ao Poder Público.

Fui identificada, ao contrário do que eu gostaria de transmitir (inclusive porque acionava constantemente minha condição de "moradora" da Zona Oeste), como alguém que ocupava um *status* superior, o que pode ser explicado não apenas pela minha escolaridade (muito elevada, se comparada à das pessoas que ali habitavam), mas também pelo meu lugar de moradia (o bairro do Maracanã, percebido por eles como "cidade"). Por mais que eu me sentisse próxima por ter morado quase toda a minha vida num loteamento muito similar ao Boa Terra (no que se refere à infraestrutura e aos serviços públicos, ao menos) e por ter estudado em escolas públicas durante toda vida escolar, eu não era percebida como tal. Ter me mudado para outro bairro poderia denotar uma mobilidade social e, além disso, minha maneira de falar e de me vestir mostrava diferenças entre "eles" e "eu", pois a percepção das hierarquias sociais também passa pelo corpo, ou seja, pela maneira de gerir o corpo, pela apresentação de si.

É importante considerar essa assimetria constitutiva da situação de pesquisa, na medida em que esta afeta o tipo de informação ao qual tive acesso. Como afirma LEPOUTRE (2001: 90, tradução minha): "a assimetria e a desigualdade da posição entre o pesquisador e aqueles que ele estuda não pesam apenas nas relações de campo, mas ainda na construção do próprio objeto". O autor insiste na necessidade prévia de trazer à tona, a fim de poder medir as consequências, a situação de dominação social em jogo nas relações entre o pesquisador e a população que ele estuda.

A familiaridade comprometeu, como já mencionei, o aprofundamento de determinadas questões. Ao rever algumas entrevistas, percebi que certas vezes eu utilizava meu suposto conhecimento "nativo" para introduzir temas, mas me esquecia, posteriormente, de solicitar que eles abordassem com mais acuidade tais "saberes compartilhados". Como nos afirma Gilberto VELHO (1980: 15): "Familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento, assim como viajar milhares de quilômetros não nos torna livres de nossa socialização com seus estereótipos e preconceitos". Tal problema, no entanto, foi resolvido com a simples introdução de um "Por quê" ou "Como". Ainda de acordo com Gilberto VELHO (Ibid: 16):

> Ora, o ponto que enfatizei em "Observando o Familiar" é que dentro de nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento. Vivemos experiências restritas e particulares que tangenciam, podem eventualmente se cruzar e constantemente correm paralelas a outras tão plenas de significado quanto as nossas. A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas. Isso fica particularmente nítido quando fazemos pesquisa em grandes cidades e metrópoles onde a heterogeneidade provinda da divisão do trabalho, a complexidade institucional e a coexistência de numerosas tradições culturais expressam-se em visões de mundo diferenciadas e até contraditórias.

Ao reconhecer esse problema, não pretendo desqualificar meu trabalho. Por tê-lo percebido no decorrer da pesquisa, tive tempo de retornar, pelo menos, às questões que

identifiquei. Acho importante, no entanto, apontar as dificuldades e os erros cometidos para propor uma análise da prática de campo:

> Se nossas conclusões somente são possíveis em razão dos instrumentos que utilizamos e da interpretação dos resultados a que o uso dos instrumentos permite chegar, relatar procedimentos de pesquisa, mais do que cumprir uma formalidade, oferece a outros a possibilidade de refazer o caminho e, desse modo, avaliar com mais segurança as afirmações que fazemos. (DUARTE, 2002: 140).

Espero ter elucidado, neste capítulo, o processo de realização da pesquisa. Ao descrever o caminho percorrido até a construção do objeto, pretendia discutir as escolhas, os dilemas e os problemas ocorridos durante o trabalho de campo. Este consiste, sobretudo, numa constante experimentação, como busquei demonstrar, ainda que de forma breve. Só com a prática do campo o pesquisador aprende como e quando perguntar, e aprende também que, apesar de seu esforço de neutralização, ele é também protagonista na pesquisa. Sendo assim, sua relação com o grupo pesquisado precisa necessariamente ser explicitada. Fazer pesquisa de campo é, desse modo, pensar incessantemente sobre o que se observa, como se observa e também como é observado. O trabalho de campo é uma interação:

> C'est-ce qu'on pourrait appeler le fantasme de l'observateur débutant: il suffirait d'observer à distance pour comprendre. Or il faut «être avec» ou, mieux encore, «faire avec», pour comprendre quoi que ce soit. Si je me présente, l'autre se présentera. Si je m'explique, l'autre s'expliquera. L'ênquete joue sur la norme de la reciprocité, sur le plaisir de rendre service, sur les règles du jeu des relations personnelles. L'oublier, c'est croire qu'on peut sortir un poison de l'eau pour mieux observer comment il nage. Rester dans cette position anonyme et extérieur, c'est se condamner à regarder la société en touriste, en spectateur, en peintre: c'est privilégier la vue sur l'intellect, c'est se condamner à la naïvité, c'est en savoir moin sur l'événement observé que le moindre de ses participants. C'est aussi risquer de prendre des vessies pour des lanternes. L'enquête est active, elle court le risque des interactions et des malentendus pour éviter celui des contresens et des surinterprétations. (BEAUD e WEBER, 2008: 41)

Escolhi realizar um trabalho etnográfico porque acredito que só dessa maneira poderia ter acesso às representações e ao universo de relações desenvolvidas pelos moradores do Boa Terra. Por meio do acompanhamento das situações e interações ordinárias, pude me

aproximar do(s) modo(s) pelo(s) qual(is) a política é vivida por esses atores. Proponho, tal como GEERTZ (1978), realizar uma interpretação sobre o "cotidiano da política" dos moradores do Boa Terra – uma interpretação de outras interpretações.

Trata-se de uma pesquisa de campo circunscrita espaço-temporalmente em que procurarei comparar os resultados da minha pesquisa com outros estudos na mesma linha temática. O exercício comparativo, a meu ver, é indispensável, na medida em que torna meu caso "apenas" como um exemplo concreto, específico, de algo que é geral para uma "classe" de eventos. Ou seja, evitarei cair no erro de considerar que as discussões suscitadas no meu campo lhe são exclusivas. Trata-se de um caso particular, mas não singular, único, isolado. Faz-se necessário, ainda, situar as discussões sobre esse território específico no conjunto da cidade. Em outros termos, é preciso pensar a relação que os atores estabelecem dos loteamentos com a cidade.

2. APRESENTAÇÃO DO CASO – A ZONA OESTE CARIOCA E O BOA TERRA

2.1. O processo de periferização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Na reflexão atual sobre as grandes metrópoles mundiais, os impactos da globalização e das transformações econômicas sobre a estrutura socioespacial tem sido analisados à luz de temas como o desenvolvimento, a desigualdade social, a segregação urbana e a segmentação ou fragmentação do espaço urbano. A perspectiva analítica desses estudos, em geral, é a de que as alterações na estrutura socioeconômica refletem-se na dinâmica urbana, provocando mudanças na organização socioespacial das cidades (MACEDO, 2002)[4].

Nas cidades latino-americanas, o debate em curso aponta para o surgimento de uma nova configuração espacial, desencadeada pelas políticas de liberalização e globalização das economias e caracterizada, sobretudo, pelo aumento da segregação socioespacial[5]. Se, de um lado, o aprofundamento das desigualdades sociais entre os estratos superiores e os inferiores resulta numa proximidade física entre esses extremos da estrutura social dentro dos principais núcleos urbanos (como parece ser o caso das favelas existentes em áreas valorizadas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro), por outro, promove, também, um afastamento de certos contingentes populacionais em direção aos subúrbios, à Zona Oeste da cidade e aos municípios da Baixada.

> A expansão em direção aos bairros periféricos e aos municípios da Baixada foi viabilizada pela execução de obras públicas de vulto nas décadas de 30 e 40, como o saneamento dos rios Acari e Meriti, realizados a partir da segunda metade da década de 40, a eletrificação da Rede Ferroviária Central do Brasil, a partir de 1935 e a instituição da tarifa ferroviária única, e o início da construção da Avenida Brasil em 1946. Estas obras serviam de suporte à expansão periférica e ao processo de loteamento que viria a ocorrer ao longo dos eixos rodoviário e ferroviário (BRITTO, 1990: 43).

PORTES (1989, *apud* MACEDO, 2002: 30) analisa o aprofundamento da segregação urbana:

---

[4] Sobre segregação, ver Vetter e Massena (1981) e Lago (2000).

[5] De acordo com SABATINI, CÁCERES e CERDA (2001), no caso do Chile há, de um lado, uma redução da escala geográfica da segregação em algumas zonas internas das cidades e, de outro, um aumento das consequências negativas produzidas pelo acirramento da segregação nas últimas décadas.

> […] nas últimas décadas, algumas "forças centrífugas" têm contribuído para um afastamento das populações das metrópoles latino-americanas do centro em direção aos subúrbios, o que tem produzido um crescimento da polarização espacial e a criação de zonas de baixa densidade populacional em regiões dessas cidades.

Vale ressaltar que a segregação residencial também é resultado da especulação imobiliária e da ação do Estado, que atuam em áreas onde podem conceder exclusividade para os estratos sociais altos e médios por meio da realização de grandes transformações nos locais do empreendimento e da produção de equipamentos coletivos[6]. ABREU (1987: 145- 147) enfatiza o papel do Poder Público para a consolidação da estratificação espacial no Rio de Janeiro:

> Com efeito, a ação do setor público contribuiu em muito para a atual conformação da forma metropolitana, seja por sua ação direta (erradicação das favelas, planos de renovação urbana, implantação de infraestrutura), seja de forma indireta (legislação elitista, taxações crescentes, não controle da supervalorização da terra, adoção de politicas habitacionais segregadoras), em ambos os casos com o objetivo claro de "limpar" o núcleo metropolitano. (ABREU, Ibid.: 147).

A discussão sobre a segregação socioespacial é importante, uma vez que indica a íntima relação entre organização do espaço urbano e diferenciação social. MACEDO (2002: 34 e 35) assevera:

> [...] a segregação é um processo fundamental para a compreensão da estrutura espacial intra-urbana, enquanto elemento de diferenciação social, portanto, de diferenciação de classe, constituindo-se num problema de suficiente relevância para suscitar uma discussão e análises sistemáticas.

O termo segregação é usado quase exclusivamente para indicar a divisão espacial em áreas urbanas de distintos grupos de população. Assim, a divisão social do espaço e da habitação pode dar-se em função de distintas categorias de análise, dependendo dos aspectos a considerar. Relacionadas à ideia de segregação socioespacial, *"*as noções de periferia são dinâmicas e se alteram ao longo do tempo-espaço" (MACEDO, 2002: 38). O crescimento periférico converteria muitas áreas da cidade em áreas de segregação socioespacial,

---

6 Sobre esse assunto, ver RIBEIRO (1982, 1991, 1997 e 2001).

especialmente em função da localização em relação aos núcleos urbanos principais e da precariedade de infraestrutura.

> Os investimentos públicos destinaram-se à área mais central e bairros litorâneos, de forma a propiciar um processo de apropriação e reprodução do capital extremamente desigual, baseado, sobretudo, na expansão do setor imobiliário de bens de consumo das camadas de mais alta renda. [...] Essa estrutura de ocupação do solo baseada na concentração da propriedade e na especulação ocasionou a impossibilidade, por parte da população de baixa renda, do acesso à moradia própria com condições mínimas de infraestrutura, aumentando assustadoramente o número de áreas faveladas e de loteamentos clandestinos e irregulares. (*PROPOSTA*, 1986: 4)

A Zona Oeste do Rio de Janeiro[7], percebida e caracterizada tradicionalmente como periferia, é uma antiga área agrícola da cidade, destacando-se na produção da cana-de-açúcar e de café. Após a implementação da Lei Áurea, em 1888, e o consequente declínio dos grandes proprietários, as velhas fazendas desmembraram-se em inúmeras chácaras, onde se desenvolveu a citricultura entre os anos 1920 e 1950. Tal ciclo entrou em decadência apenas com o advento da Segunda Guerra Mundial, que impossibilitou o escoamento da produção. O apodrecimento das frutas, somado ao ataque de insetos[8] e à utilização de inseticidas, contribuíram para a dizimação dos laranjais.

> [...] com a eclosão do conflito mundial, as exportações entraram em colapso, pois toda a laranja era exportada em navios frigoríficos estrangeiros que não mais aportaram no Rio de Janeiro. Ademais, a falta de armazéns frigoríficos e o transporte rodoviário deficiente das chácaras para a ferrovia (devido à crise do combustível) levaram ao apodrecimento das frutas nos pés, originando daí uma praga citrícola que dizimaria grande parte das plantações. Ao findar a guerra, com a produção brasileira não atendendo mais ao mercado interno, o Governo proibiu a exportação da laranja, dando assim "o golpe de misericórdia" para os que conseguiram conservar seus laranjais durante a crise. A partir de então, os laranjais foram substituídos pelos loteamentos. (ABREU, 1997: 111)

O aumento crescente da população do Rio de Janeiro, as políticas governamentais de remoção de favelas e a criação de polos industriais transformaram a Zona Oeste numa região de *periferia* com inúmeros problemas para seus moradores (PROPOSTA, 1986). Na década de 1950, já desvalorizadas e estigmatizadas pelo fracasso dos laranjais, as terras da Zona Oeste foram postas à venda por preços irrisórios, abrindo espaço para a especulação imobiliária que, especialmente na década de 1960, avançava na região a ponto de degradar

[7] A Prefeitura, que divide a cidade em Áreas de Planejamento, classifica a Zona Oeste como AP-5.

[8] Praga conhecida como a "Mosca do Mediterrâneo" (OLIVEIRA, 2004).

ainda mais as atividades agrícolas (OLIVEIRA, 2004). De acordo com Maurício ABREU (1987: 111), o registro de plantas de loteamento cresceu de 176, no período entre 1906-1946, para 1.561, entre os anos 1947 e 1957. Em levantamento realizado pelo Instituto de Planejamento Municipal do Rio de Janeiro no ano de 1984, verificou-se a existência de 427 loteamentos irregulares[9], sendo a maior parte deles (370) implantada nos anos 60 e 70.

As antigas fazendas de laranjais foram retalhadas em lotes e vendidas sem infraestrutura, com condições precárias de moradia. Tal divisão foi feita sob a ótica e os interesses da especulação imobiliária. Os loteadores e as imobiliárias vendiam as áreas mais distantes dos núcleos urbanos, objetivando pressionar o governo do estado a fazer a infraestrutura nas áreas vizinhas. Só assim colocavam essas áreas, já valorizadas, à venda:

> O Estado, por omissão, não opôs obstáculos ao surgimento desses loteamentos – ao contrário, estimulou a autoconstrução, onde ele (Estado) entrava apenas com a obrigação de fiscalizar e usufruir, via impostos, o imóvel construído. Por outro lado, o Estado, além de criar leis defasadas da realidade, não interferiu no problema ao longo desses anos, proliferando, assim, grande quantidade de loteamentos com vários tipos de irregularidades, isto é, que não respeitam as leis municipais e federais. Em consequência, as pessoas pagam seus lotes, mas não recebem a escritura a que deveriam ter direito e nem a urbanização (água, esgoto, meio-fio), o que faz com que o Poder Público não realize outros benefícios, como asfalto, escolas, transportes, etc. Além disso, a não-legalização é uma forma permanente de os loteadores e imobiliárias continuarem lucrando, pois os compradores estão sujeitos a inúmeras "trapaças". (*PROPOSTA*, 1986: 5-6)

Nos anos 1970, verifica-se a intensificação do fenômeno denominado "periferização"[10], no qual a Zona Oeste, entre outras áreas da cidade, deixou de ser região agrícola para tornar-se uma "periferia" eminentemente urbana. De acordo com VALLADARES (1983: 47), compreendia-se o processo de periferização enquanto resultado do "[...] desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de suas consequências na conformação do espaço urbano nas grandes cidades, especialmente a partir dos anos 1950". O conceito periferização denotava não apenas "um novo modo de urbanização", como defendia SANTOS (1980), mas também uma forma particular da estruturação do espaço urbano.

---

[9] De acordo com o Instituto de Planejamento Municipal do Rio (1985: 39): "Loteamento irregular é o empreendimento realizado em desconformidade com as exigências do Poder Público. Nesta definição estão incluídos tanto aqueles cujos titulares submeteram os projetos à apreciação do órgão competente, tendo caído em irregularidade nesta fase ou em qualquer outra posterior, como também os que nem sequer apresentaram projetos. Estes últimos são considerados como clandestinos".

[10] Em artigo publicado no livro **Repensando a Habitação no Brasil** (1983), Licia VALLADARES afirma que, no início dos anos 1980, a temática da periferização era nova (data dos anos 1970), embora o processo tivesse sua gênese nos anos 1930 e sua intensificação na década de 1950.

Tal fenômeno consiste no crescimento acelerado e desordenado das franjas metropolitanas, por meio do parcelamento do solo por imobiliárias de pequeno e médio portes – especialistas em burlar a legislação urbana –, e da criação de loteamentos irregulares ou inteiramente clandestinos:

> Saturadas as áreas mais próximas da Baixada Fluminense, os loteamentos irregulares nas regiões mais distantes da MRJ começam a se tornar uma opção de moradia significativa. O local privilegiado para sua implantação vai ser a Zona Oeste da cidade, que engloba as regiões administrativas de Santa Cruz, Campo Grande e Bangu. Área que esteve durante muitos anos vinculada à economia rural do município, com a implantação da Estrada de Ferro Central do Brasil, foi modificando sua fisionomia. As propriedades rurais começaram a dar lugar aos loteamentos, permitindo a expansão da malha urbana, a princípio nas áreas vizinhas às estações ferroviárias. Com o asfaltamento da Avenida Brasil na década de 50 e a expansão das linhas de ônibus, as condições de acesso melhoraram, acelerando o processo de ocupação. Hoje existem 347 loteamentos irregulares nessa parte da cidade, totalizando 81 por cento do total dos loteamentos levantados. […] A implantação de loteamentos na Zona Oeste não se deu só por uma questão de existência de áreas vazias. Nas periferias, além do preço da terra ser mais barato, os mecanismos de fiscalização e controle do parcelamento e da ocupação do solo atuam com menos intensidade. Assim, verifica-se que os loteamentos se implantam com vias mal abertas e sem pavimentação, sem luz, sem água e sem esgoto. Como resultado, têm-se loteamentos sem a mínima infraestrutura e, por isso mesmo, destinados à população de baixa renda. (IPLAN-RIO, 1985: 39-40)

Segundo estudo de BRITTO (1990), a Zona Oeste seria um espaço onde diversas formas de produção imobiliária se apresentam imbricadas e onde há, ainda, um estoque de terrenos a preços baixos. De acordo com o autor:

> O incremento populacional da Zona Oeste no período 70/80 é decorrente das profundas modificações por que vem passando a região a partir da década de 60, com a decadência das atividades agrícolas, o parcelamento da terra em loteamentos populares, a implantação de conjuntos habitacionais e o surgimento de favelas. (BRITTO, Ibid: 58)

Os loteamentos periféricos converteram-se em uma das principais soluções para a questão da habitação, por conta dos baixos custos[11] e também pela forma de pagamento prevista que se deu por meio do parcelamento do valor total do imóvel.

> Os padrões técnicos exigidos pela legislação implicam custos de infraestrutura que, se fossem adotados, inviabilizariam o acesso das pessoas de baixa renda aos loteamentos. Além disso, a forma de comercialização dos lotes é a única possível para essa população ter acesso à casa própria: entradas pequenas e prazos que variam de oito a quinze anos, geralmente, com prestações fixas. (IPLAN-RIO, 1985: 41)

[11] De acordo com estudo do IPLAN-RIO (1985: 41): "[…] a valorização econômica do loteamento não está somente ligada ao oferecimento de lotes desprovidos de infraestrutura. A quantidade grande de lotes permitiu que cada unidade fosse vendida por um preço bastante reduzido e parcelado em prestações generosas".

Além disso, com o lote comprado, os moradores desfrutavam de maior tranquilidade para improvisar uma moradia, enquanto construíam sua própria casa por tempo indeterminado. Era comum, por exemplo, morar em barraco enquanto a casa de alvenaria era construída aos poucos. Sobre o tema da autoconstrução, VALLADARES (1983: 53) argumenta:

> A autoconstrução, enquanto solução habitacional promovida pela classe trabalhadora, tem sido considerada como "a única alternativa que restou ao trabalhadores" [...] ; como uma "resposta" [...]; como "um elemento de resistência a um contexto contraditorio que tende a reduzir ao maximo as tentativas de cooperação" [...]. Essa solução ocorre, enfim, em uma situação que demarca um quadro de "dilapidação", de "espoliação urbana" da força de trabalho; diante de um Estado que não garante os meios de consumo coletivo, nem uma politica habitacional adequada à classe trabalhadora.

VALLADARES (Ibid.) argumenta que a produção bibliográfica acerca desse novo território da pobreza, realizada predominantemente nos anos 1970, representa, em termos teóricos, uma ruptura com a teoria da marginalidade. Francisco de Oliveira seria importante exemplar dessa mudança de perspectiva analítica, segundo VALLADARES:

> Na sua tese acerca da integração dos setores atrasados no processo de acumulação do capital no Brasil, a moradia autoconstruída pelas classes populares é considerada um dos principais itens da reprodução e da dilapidação da forma de trabalho, uma vez que uma não-insignificante porcentagem das residências de classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o "mutirão". Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. (VALLADARES, Ibid.: 45).

O conceito de periferia, discutido por vários autores brasileiros, implica segregação espacial, com segmentos da classe trabalhadora sendo cada vez mais empurrados para glebas loteadas a baixo preço em regiões distantes da área central da cidade, onde os serviços urbanos e os equipamentos de uso coletivo são precários. Sobre isso, esclarece MACEDO (2002:40):

> A ideia de distância de um modelo que concentra bens e serviços urbanos é bastante difundida, no sentido de que as periferias urbanas são tanto mais precárias e desprovidas de facilidades de consumo coletivo urbanístico, quanto mais se afastem dos núcleos. Tal concepção indica que a precariedade de equipamentos e serviços urbanos se irradia do centro para a periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta. [...] uma concepção de periferia que é bastante difundida, ou seja, entendida como o espaço de reprodução da classe trabalhadora ou das camadas populares, desvalorizado em termos imobiliários e desprovido de infraestrutura, de equipamentos urbanos e de consumo coletivo.

A constituição dos loteamentos enquanto alternativa mais barata de moradia para as classes populares deve-se a uma combinação de fatores: a crescente especulação imobiliária; a expulsão "indireta", promovida pelas modificações na legislação urbana, nos impostos e nas leis do mercado de aluguel; a execução de projetos de remoção e renovação urbana; e, também, a crescente pauperização da classe trabalhadora e dos estratos inferiores em geral. Vale lembrar também que as "periferias" recebiam, nesta época, uma grande quantidade de migrantes que continuavam a se deslocar para as metrópoles brasileiras (VALLADARES, 1991).

No processo de produção de loteamentos, a incorporação imobiliária configura-se como responsável pelo controle do terreno e a transformação do seu uso. O loteador, portanto, fraciona o terreno e apresenta uma planta e um projeto de loteamento à Prefeitura, com as divisas da gleba a ser loteada; as curvas de nível à distância adequada; a localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes; a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada[12].

Entretanto, é comum na Zona Oeste a venda de lotes sem os registros necessários e as condições mínimas de urbanização exigidas pelo Poder Executivo Municipal. De acordo com estudo publicado pelo Instituto de Planejamento Municipal do Rio de Janeiro (1985: 39-40):

> Na cidade do Rio de Janeiro, aquele que parcelar uma gleba é obrigado, por lei, a realizar o arruamento com pavimentação, a prover a área de galeria de águas pluviais, redes de água potável e esgotamento sanitário, iluminação pública e arborização das vias. Desde que os loteamentos começaram a se implantar nas periferias, já o fizeram sem obedecer tais normas legais. O processo mais comum foi, e continua sendo, o do loteador vender os lotes, após subdividir a gleba e realizar poucas e parciais obras de infraestrutura. Tais loteadores davam a entender aos compradores ou que a responsabilidade pelas obras era do governo, ou que, para realizá-las, teriam de cobrar taxas extras não incluídas no preço inicial. Em muitos casos, essas taxas foram cobradas anos a fio. Quando os compradores estavam esclarecidos das responsabilidades legais do loteador, funcionou, algumas vezes, uma espécie de pacto. Os interessados aceitavam comprar e ocupar lotes sem infraestrutura, a preços bastante baixos, sabendo que depois teriam de pressionar o Governo para obter as melhorias. Não raramente, o loteador tornou-se o "sócio interessado" do esquema anterior. Ao reservar, para vender depois, os melhores lotes de uma gleba, beneficiava-se, enormemente, da colocação da infraestrutura conseguida pela pressão dos moradores.

12 Legislação – Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.
http://www.rio.rj.gov.br/habitat/nucleo.htm#lei

Assim, muitos lotes foram vendidos "sem as condições de urbanização exigidas pela Prefeitura e, como são irregulares, também não é realizado o desmembramento legal, carecendo futuramente da regularização fundiária" (OLIVEIRA, 2004: 14). A questão da irregularidade dos loteamentos traz graves problemas aos moradores:

> Não sendo aceito [pela Prefeitura], é como se não existisse aquela área, pois seus logradouros não são oficialmente reconhecidos. Isso tem trazido sérias consequências aos seus moradores: o lote é desvalorizado, a Administração não faz a conservação das ruas, nem das galerias pluviais, que porventura existam, e até as ambulâncias criam problemas para entrar nas vias. (IPLAN-RIO, 1985: 41-42)

Em geral, os loteadores nunca loteavam uma área em continuidade a um loteamento anterior que já possuísse algum serviço público. Entre um e outro loteamento eram deixadas áreas ociosas, visando à valorização, o que dificultava ainda mais o acesso aos serviços de uso coletivo. Na revista *PROPOSTA* (1986: 6), encontra-se disponível o documento da Federação da Associação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ, de setembro de 1984, sobre a problemática dos moradores de loteamentos irregulares e clandestinos. Quanto ao processo de legalização dos loteamentos, destacam-se:

a) Loteadores que conseguiram averbar o PA (Projeto de Arruamento) e PAL (Projeto de Aprovação de Loteamentos) no RGI (Registro Geral de Imóveis) há muitos anos. Nesse caso, quando existe o loteador para assinar a escritura, os moradores conseguem registrá-la no RGI. Mas o bairro fica sem urbanização.

b) Loteadores que conseguiram fazer o Projeto de Arruamento receberam inclusive a aprovação da Prefeitura, o nº do PAL e PA; não continuaram nem o processo de registro no RGI e nem cumpriram o cronograma das obras de urbanização estipulado pela Prefeitura. Outros, ainda, começaram, além do arruamento, a canalização das águas pluviais e abastecimento de água, colocaram meio-fio em alguns trechos para valorizar o loteamento e não realizaram mais nada, deixando as obras sem conclusão.

c) Loteadores que apenas fazem uma planta para poder vender os lotes e não a submetem à aprovação da Prefeitura e nem ao RGI.

d) Loteadores que fazem a planta abrem processo na Prefeitura e o abandonam completamente.

e) Loteadores que obtêm PAS e PALs da Prefeitura com Projetos que não obedecem à legislação em vigor.

No final dos anos 1970 e início da década de 1980, a resistência promovida pelos moradores da Zona Oeste, organizados nas associações de moradores e reunidos, posteriormente, na FAMERJ, representou um marco inicial do movimento dos loteamentos irregulares. Implementou-se uma dinâmica de reuniões visando à organização dos moradores: como conseguir a união e a organização em cada loteamento? Como todos os loteamentos podem se reunir para levar sua luta em comum?

Uma das questões discutidas nesses encontros era a necessidade de pressionar as autoridades com vistas à urbanização e regularização dos loteamentos. A partir daí, foram marcados assembleias, atos públicos e "encontros dos bairros", culminando na criação do Conselho de União dos Bairros (CUB). A principal estratégia, nesse momento, era a de intensificar a pressão sobre a Administração Regional dos Bairros da Zona Oeste.

No final de 1980, após sete meses sucessivos de audiências semanais, notava-se um relativo desgaste do movimento, decorrente do pequeno número de conquistas reais e das diversas "manobras" implementadas pelo administrador regional. Além disso, ondas de despejo e assassinatos começaram a se intensificar. No loteamento Palmares, por exemplo, o presidente da associação de moradores, que sofria ameaças do loteador, foi assassinado.

Em abril de 1981, o administrador regional comunicou a decisão das autoridades de só atender as demandas dos loteamentos reconhecidos pelo Poder Executivo Municipal, e data, desta mesma época, a implementação da cobrança do Imposto Predial, independente de se ter ou não a titulação das casas:

> Ou seja, as autoridades que alegam as "irregularidades" para se isentarem da responsabilidade com a urbanização dos loteamentos, não isentam os moradores da voracidade tributária do município. A ação das autoridades municipais, se até então deixava alguma margem de negociação com os moradores, a partir de agora torna-se clara, no sentido de se opor aos interesses destes. (*PROPOSTA*, 1986:15-16)

Durante a campanha eleitoral para o governo do estado em 1982, o movimento preocupava-se, fundamentalmente, em influenciar a elaboração dos programas de governo dos candidatos. Findas as eleições, o movimento de loteamentos foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Estado que, no começo de 1984, cria o Núcleo de Loteamentos da Procuradoria, responsável por assumir e desenvolver as medidas jurídicas específicas adequadas à proteção e à promoção dos interesses efetivos dos loteamentos, como a questão da regularização, por exemplo. Segundo o IPLAN-RIO (1985: 42):

> Desde 1979, a Lei Federal 6.766 criou melhores condições para a atuação governamental, e alguns municípios (poucos, é verdade) passaram a se organizer para regularizar os loteamentos. No Rio de Janeiro, o resultado já se faz sentir. Acompanhando uma série de outras ações governamentais voltadas à problemática habitacional dos setores carentes, foi criado, em 1984, na Procuradoria Geral do Estado (que representa o Municipio da Capital) o Núcleo de Regularização de Loteamentos. Este órgão tem a participação das principais entidades estaduais e municipais envolvidas, bem como de membros das comunidades. Atualmente [1985], existem 50 loteamentos em processo de regularização no Núcleo e, destes, 37 já estão com os pagamentos das prestações ao loteador suspensas, por força de medida social.

Nas reuniões organizadas pelo Núcleo discutia-se a necessidade de reconhecer e legalizar tais loteamentos para que, dessa forma, a Prefeitura pudesse prestar serviços básicos àquelas áreas e melhorar a condição de vida dos moradores, que foram vítimas da omissão dos loteadores. Em 1985, foi organizada uma importante reunião na qual "[...] ficou decidido também que a SMO urbanizaria 11 loteamentos ainda no ano corrente". (IPLAN-RIO, 1985: 48). Mesmo com intensa mobilização em torno do tema dos loteamentos periféricos na década de 1980 (com demandas por regularização e urbanização), é possível afirmar que muitos problemas persistem.

Não é minha intenção aprofundar uma discussão acerca dos modos de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, até porque não estudo o loteamento Boa Terra sob o ângulo habitacional: não descrevo suas moradias, seu processo de construção ou o uso do seu espaço interno e imediato. Como pretendo já ter esclarecido, o loteamento é estudado enquanto tópico relevante para a discussão da vida política e associativa dos seus moradores.

No entanto, antes de entrar nas questões aqui tratadas, é preciso apresentar a localização espacial e as condições físicas e de infra-estrutura do loteamento. Para tanto, nas próximas seções realizarei uma breve apresentação do processo de criação do loteamento especialmente por meio da narrativa de alguns moradores antigos.

2.2 O Loteamento Boa Terra: a narrativa dos moradores antigos

O loteamento Boa Terra, cujos lotes foram postos à venda nos anos 1950 pela Imobiliária Santa Clara, localiza-se no bairro de Guaratiba, na Área de Planejamento 5.2, como é possível observar no mapa abaixo, extraído do Armazém de Dados da Prefeitura do Rio de Janeiro.

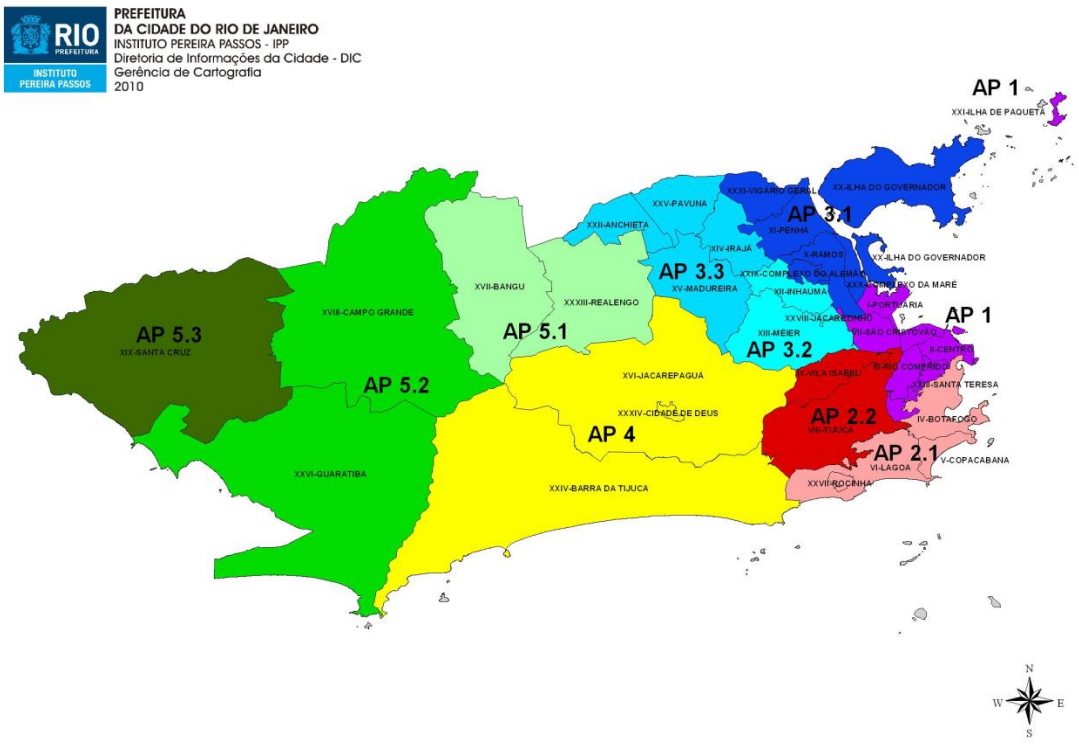

Figura 1: mapa das Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro (IPP, 2011)

No mapa, é possível observar a localização das Regiões Administrativas (RAs) que compõem a Área de Planejamento 5, área de atuação da Subprefeitura da Zona Oeste: Bangu, Campo Grande, Guaratiba, Realengo e Santa Cruz. A Região Administrativa de Bangu[13] é

13 Segundo nota informada no Armazém de Dados: "O Bairro de Gericinó foi criado em novembro de 2004, pela Lei nº 3.852, que alterou, também, os limites do Bairro de Bangu, do qual a área do Gericinó fazia parte. As informações das

composta por três bairros: Bangu, Padre Miguel e Senador Camará. A RA de Campo Grande é formada pelos bairros de Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Augusto Vasconcelos. Na Região Administrativa Guaratiba, encontram-se os bairros de Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba e Guaratiba. Já a RA de Realengo é formada pelos bairros de Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar. Por fim, os bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Paciência compõem a Região Administrativa de Santa Cruz. De acordo com o Censo realizado no ano de 2000[14], a população da Área de Planejamento 5 é assim distribuída: 239.146 habitantes na RA de Realengo, 420.503 na de Bangu, 311.289 na região de Santa Cruz, 101.205 habitantes em Guaratiba e 484.362 na RA de Campo Grande.

O bairro de Guaratiba, onde se localiza o loteamento Boa Terra, possui uma população de 110 049 habitantes., de acordo com o censo de 2010. No censo de 2000, o número de residentes não alfabetizados é de 10.910. Apresenta um total de 20 unidades escolares públicas municipais, sendo duas creches, 11 pré-escolas e 16 escolas de ensino fundamental. No ano de 2010, o total de alunos matriculados na Rede Pública Municipal no bairro de Guaratiba é de 18.080.

Segundo dados da Região Administrativa de Guaratiba, o loteamento Boa Terra é regular e sua planta foi apresentada pela primeira vez à Prefeitura pela imobiliária Santa Clara, em setembro de 1950. A imobiliária fazia a divulgação do novo loteamento e oferecia transporte para realizar visitas coletivas no local. Uma kombi saía da Igreja da Candelária e os interessados iam juntos conhecer a região. Sobre o processo de compra dos lotes, alguns moradores destacam:

> Isso aqui foi um negócio legal. Não foi invasão não. A companhia comprou e vendeu os lotes. […] Era promessa. Eles sempre iludiam a gente. Eles davam sempre churrasco ali para puxar o pessoal lá de Campo Grande para cá. […] Pra vender os terrenos aqui porque os terrenos aqui… ninguém queria vir para cá. Isso aqui era campo puro. Tanto é que as ruas era só… fizeram caminho. Isso aqui era um caminho. Essa rua aqui na frente. Não era um projeto de rua. […] Não tinha meio-fio, não tinha nada. Nada, nada, nada. Aqui não tinha luz, não tinha água. Nada disso aqui tinha. Nada, nada. A luz, os que podiam, era do bonde. Puxavam um fio de luz pra cá. (Felipe. Entrevista concedida em 2008)

> Meu pai trabalhava na feira livre e tinha gente fazendo propaganda nas feiras para vender terrenos em Campo Grande. No final de semana veio o ônibus da Companhia. Saiu um ônibus

diversas fontes utilizadas não contemplam, ainda, o novo Bairro. Tão logo estejam disponíveis, serão apresentadas neste aplicativo". Fonte: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas

[14] Ainda não foram disponibilizados pelo IBGE os microdados do Censo de 2010.

> lá do centro da cidade para conhecer o local. Aí nós viemos conhecer e meu pai comprou um lote. (Dona Rita. Entrevista concedida em 2008)

"Isso aqui não é invasão não". O trecho retirado da fala acima exemplifica a preocupação que muitos desses moradores têm em demonstrar a legalidade de suas habitações. Talvez por reconhecerem o discurso do senso comum que justifica a precariedade da infraestrutura de muitos bairros populares por conta do não pagamento dos impostos, muitos dos entrevistados enfatizam o processo de compra de seus lotes. Dona Cecília, uma senhora de 86 anos, aumenta o tom de voz no momento em que fala da documentação de sua propriedade: "Nós compramos o terreno com aquele valor fixo. [...] O terreno que eu tenho aqui, graças a Deus, eu tenho escritura definitiva, é imposto predial, é tudo". Seu Paulo, um dos primeiros moradores do bairro, me mostrou os documentos que atestam a compra de seu lote, inclusive com os valores das parcelas e da entrada dada por ele.

Mesmo afirmando que não se trata de invasão, que a imobiliária havia comprado e loteado devidamente os lotes, Seu Felipe explica que, por conta do não pagamento de todas as parcelas dos lotes, a maior parte dos moradores não possui escritura da propriedade:

> Ninguém pagava nada aqui. Nem os impostos de IPTU também ninguém pagava. Primeiro que eles lá embaixo prendiam também... na Obrasin [Imobiliária responsável pelo loteamento] prendia. Por que? Porque os terrenos não tinham sido pagos. […] E depois veio a anistia, que não precisava pagar e aqueles que quisessem legalizar tinham que ir na companhia, lá embaixo, na cidade. […] Tinha que pagar mais. Aí eles só davam a metade do compra e venda. Que todo mundo aqui praticamente… muitos têm compra e venda. Por exemplo, aqui só temos compra e venda, não temos escritura aqui. (Seu Felipe. Entrevista concedida em 2008).

Como já foi dito, o loteamento é reconhecido como regular pela Prefeitura. Contudo, a informação de que grande parte dos moradores não dispõe de escritura põe em xeque o processo de compra e venda dos lotes pelas imobiliárias responsáveis (Obrasin, Mara e Santa Clara, subsequentemente – uma imobiliária foi comprando a outra). Embora seja uma opção mais barata de moradia quando comparada a outras áreas da cidade, os loteamentos muitas vezes são uma alternativa custosa para seus moradores. Não raras vezes, após pagarem todas as parcelas, esses moradores descobrem a irregularidade de suas propriedades e não conseguem obter a escritura definitiva dos lotes (IPLAN-RIO, 1985: 43).

Na introdução desse capítulo, apresentei brevemente a história da articulação dos moradores da Zona Oeste carioca em torno da questão da moradia e do acesso à cidade. Ainda

que algumas conquistas tenham sido obtidas por meio da articulação do movimento de loteamentos da Zona Oeste carioca, muitos problemas relativos à regularização e à infraestrutura continuam a fazer parte do cotidiano de uma parcela dessa população. De acordo com o relato de alguns moradores antigos, o loteamento passou por um processo muito lento de urbanização e, apesar das promessas feitas pela imobiliária Santa Clara, responsável pelo loteamento, não havia água (a não ser a de poço) nem iluminação, e o único meio de transporte era o bonde.

Seu Paulo, morador do Boa Terra desde 1953, relembra esse período: "Não, não tinha nada. Só tinha poço. [...] Olha, em 1969, chegou a luz. Em 1983, chegou a água". A respeito da iluminação, ele adverte que em 1969 houve a implantação de luz nas casas, mas não nas vias públicas. Relata, ainda, um episódio de assalto decorrente da falta de iluminação na Estrada do Magarça, onde se localizava o ponto de ônibus. E afirma que a Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE contou com a colaboração dos moradores para colocar a tubulação no local: "Compramos os tubos todos. Aí a CEDAE veio e instalou". Seu Paulo conta que, no começo, existiam muitos terrenos vazios, mas que a mudança na legislação relativa ao parcelamento do solo possibilitou o crescimento da população local:

> Isso é o projeto de 11 mil lotes. Agora você já imaginou quanto cresceu depois, porque o projeto era 12 x 35, mas o prefeito adotou a lei 58 que deu direito ao loteador recortar lotes menores. Aí, a Obrasin já aproveitou [...] tirando 10 no comprimento e 3 na largura. Você vê... a planta tinha 11 mil lotes [quase dobrou]. (Seu Paulo. Entrevista concedida em 2008).

Outros moradores falam das mudanças ocorridas no loteamento, não apenas no que se refere ao aumento da população, mas no que diz respeito ao acesso aos equipamentos e serviços públicos:

> Quando cheguei, fui morar lá embaixo. Só tinha luz nas casas. Água e esgoto não tinha. A água era de poço e depois que ela começou passando ali. Quando eu cheguei, só tinha poço. A moça que tinha um poço bom era lá na pista [Estrada do Magarça]. A gente, que não tinha água, ela dava. Ficamos nessa luta aí. [...] Os ônibus demoravam muito, vinham lotado. Perdi três empregos por causa daquele ônibus. (Seu Jader. Entrevista concedida em 2008).

> Eu ja moro aqui desde 1952. Quando eu vim morar aqui, tinha muito mato. [...] Era terra batida. Do açougue para cá era só mato. Dois quilômetros para chegar no eucalipto, onde hoje em dia estão as "casinhas" [área mais pobre e menos urbanizada do loteamento, onde casas foram construídas para militares e, posteriormente, foram desocupadas por conta das sucessivas enchentes]. Bom, tinha ali o Morro Careca, que o pessoal invadiu. [...] E tinha o bendito bonde. Eu ia lá na Pedra levar meus filhos no Posto de Saude. Não existia esse aqui. Aí pegava aquele bendito bonde. (Dona Zezé. Entrevista concedida em 2008).

> [Sobre a infraestrutura] Demorou muitos anos porque eu moro aqui desde 56, do final de 56. E tem o quê? Tem uns 10, 12 anos que está asfaltado, com água, com luz. Antes era luz do bonde. [...] Antes, era só bonde. Depois que começou a lotação. A gente saltava na Estrada [do Magarça] e ia caminhando. Então, o que a gente via era assim... eram umas 5 ou 6 casas, muito pouco vizinho. [...]. Nós vimos o crescimento do Boa Terra. Era tudo trilha, não tinha rua. (Dona Rita. Entrevista concedida em 2008).

> Me mudei para cá no dia 21 de agosto de 1956. [...] Moradores eram muito poucos. Aqui não tinha condução de espécie nenhuma. Para comprar pão, ia-se comprar pão em Monteiro. Subia-se o trilho para esperar o bonde. Só tinha bonde. Não tinha outra condução. [...] Esgoto não tinha não. Era tudo a céu aberto mesmo. A água era de poço. [...] Asfalto é mais recente. A água entrou aqui em 82. (Dona Cecília. Entrevista concedida em 2008.)

> Isso aqui era uma chácara. Eu tinha 10 anos de idade quando cheguei aqui. Não tinha casa quase nenhuma. Podia contar umas duas ou três casas, no máximo. [...] Eu mesmo fui um dos primeiros furadores de poço aqui. Eu e meu sogro. [...] Passamos muito tempo com água ruim para caramba. A iluminação chegou parece que há uns 10, 12 anos. (Seu Anderson. Entrevista concedida em 2008).

> Não tinha nada. Não tinha nem luz, a luz que tinha era do bonde, que não valia nada [ele ri]. De noite não se enxergava nada. [...] Na minha casa eu puxei a luz. Ficamos uns dois ou três anos sem luz aqui. Aí veio a luz e foi aumentando o movimento no Maravilha. A rua era uma lama. Quando chovia então era uma tristeza. (Seu Ângelo. Entrevista concedida em 2008).

A precariedade descrita pelos moradores é muito semelhante àquela encontrada em boa parte dos outros loteamentos existentes. Em 1985, o IPLAN-RIO fez o mesmo diagnóstico:

> Em quase todos os loteamentos, as condições das vias são precárias, isto é, não existe nivelamento, e não são pavimentadas. De uma maneira geral, são esburacadas e com trechos que não permitem o trânsito de veículos (IPLAN-RIO, 1985: 44).

Em alguns relatos, o transporte público foi apontado como um dos principais problemas, não só porque o bonde "saía da linha", mas porque ele era a única alternativa de deslocamento para os moradores do Boa Terra. Mesmo com a inserção de uma linha de ônibus, os problemas continuaram, como lembra Seu Jader:

> Os ônibus demoravam muito e, quando vinham, vinham lotado. [...] Perdi três empregos por causa daquele ônibus. [...] Perdi três empregos chegando tarde; tarde e o patrão não aguentou mais e acabou me mandando embora. Eu não tinha culpa. O que eu podia fazer? Mas patrão não quer saber disso.

Vale ressaltar que os relatos apresentados são de moradores da parte mais urbanizada do loteamento, que está mais próxima da Estrada do Magarça. Como não tinha meio de transporte e o loteamento "era só mato", os primeiros moradores compraram os lotes mais

próximos da estrada e do bonde. Esta, até hoje, é a área com melhor infraestrutura do bairro: é praticamente toda pavimentada, possui iluminação e nas ruas principais passam as linhas de ônibus e o transporte alternativo. Contudo, há outras áreas no loteamento que dispõem de uma infraestrutura mais precária: a parte do Morro Careca e a das Casinhas. O asfalto é a principal diferença entre essas duas partes do loteamento e aquela que caracterizo como mais urbanizada.

Além da falta de pavimentação e da precariedade do saneamento básico (o esgoto encontra-se a céu aberto), os moradores dessas duas partes do loteamento precisam se deslocar para terem acesso ao transporte público que atravessa as principais ruas da parte asfaltada[15]. A área das Casinhas começa na parte não asfaltada da mais importante via do bairro – a rua Letícia – e é a região mais prejudicada do bairro, especialmente por conta das enchentes. Seu Felipe, morador do Boa Terra desde 1959, fala de um episódio de enchente[16]:

> Teve uma vez que deu uma enchente aqui em 1969, outra em 1975, deu uma enchente aqui. Foi quando o presidente da República tirou o feriado de São Sebastião, dia 20 de janeiro. Foi uma enchente doida aqui, que muita gente ficou desabrigada, no teto da casa aí, pedindo socorro. Inclusive esse rapaz que eu te falei – o Alex – que tinha um barco, ele botou aí para salvar muitas pessoas lá embaixo.

No planejamento inicial do loteamento, o Morro Careca, de acordo com alguns moradores, deveria ser demolido e usado como aterro para a parte das Casinhas que se encontram abaixo do nível do mar e que sofrem com as enchentes. Seu Paulo e Dona Maria, respectivamente, explicam:

> As Casinhas foram mal feitas porque aquele morro a Companhia Obrasin [Companhia que assumiu o loteamento no lugar da Santa Clara e da Mara] tinha vendido. Porque anigamente tinha uma Poupança [...] disse que a Poupança comprou aquele morro para demolir e aterrar onde são as casinhas, porque lá sempre foi baixo. Mas se tivessem tirado o morro todo naquela ocasião... porque esse morro praticamente estragou o Boa Terra, porque quem está na Estrada não vê o Boa Terra, e quem está no Boa Terra não vê a estrada. [...] Se fosse aterrado, bem aterrado, não enchia (Seu Paulo, Entrevista concedida em 2008).

---

15 Transitei nessas outras duas partes do loteamento e conversei com alguns moradores, especialmente no periodo da campanha de 2010, quando acompanhei a equipe de um candidato na aplicação de questionários. Contudo, não entrevistei nenhum morador antigo do Morro e, na parte das Casinhas, entrevistei apenas Dona Maria, então presidente da Associação de Moradores.

16 As chuvas de 2010 prejudicaram bastante os moradores dessa parte conhecida como as Casinhas. Diversas matérias e vídeos foram divulgados nessa época, tais como: http://blogs.estadao.com.br/olhar-sobre-o-mundo/drama-no-rio/ e http://www.youtube.com/watch?v=dZeBDHUxnMc . Em janeiro de 2013, a mesma região é atingida, como destacado no blog gerenciado por um morador: http://jardimmaravilha.blogspot.com.br/2013/01/dom-orani-visitou-capela-de-sao.html .

> Já faz 11 anos que não tem, mas nós não estamos livres de ter porque é uma coisa da natureza. Nós estamos abaixo do nível do mar, já estamos abaixo um metro e meio, o Boa Terra todo, não é so essa parte nossa não, é todo o Boa Terra. Quando você chega de ônibus […] do Magarça pro Boa Terra você desce […]. Aqui era laranjal, manguezal e foi muito mal aterrado. [...] Quando foi declarado loteamento era justamente pra isso, pra que aquela parte do morro fosse toda devastada e descesse essa terra toda praqui, pra que fosse aterrada, pra que ficasse no mesmo nível com o Magarça todo. (Dona Maria. Comunicação pessoal em 2008).

A percepção dessas diferenças internas ao loteamento promove uma certa divisão entre os moradores. Por ser a área ocupada mais recentemente (já que os primeiros moradores, como foi dito, optaram por morar mais perto da Estrada do Magarça, área que é atualmente mais urbanizada), os moradores das Casinhas muitas vezes são percebidos como *outsiders*. Representadas como lugar da invasão, da sujeira, da pobreza e até mesmo da violência, as Casinhas são o "outro" que, muitas vezes, deve ser evitado. Em relação aos moradores do Morro Careca, essas representações negativas não foram recorrentes e não me pareceram tão significativas quanto a divisão entre "asfalto" e "Casinhas".

Embora não disponha de indicadores sociológicos consistentes no que se refere à renda, à educação e ao tipo de educação dos moradores das diferentes áreas do loteamento, é possível pensar (especialmente pelas condições de moradia) que os moradores da parte asfaltada dispõem de maior capital econômico. As casas do "asfalto" são, em geral, maiores e mais valorizadas que as das Casinhas. Dona Maria, então moradora da parte das Casinhas, descreve a divisão do bairro:

> Sempre aqui houve um *apartheid*: a parte asfaltada e a parte sem asfalto. […] Os daqui não se dão com os de lá e os de lá não se dão com os daqui. […] Sempre houve esse apartheid, desde que eu vim para aqui. […] Agora não. Agora tá bem melhor. Melhorou bastante. […] Ainda tem gente que não vem aqui porque aqui "nêgo" vai matar […] e "nêgo" daqui tem medo de lá. Mas agora melhorou […] mesmo assim, ainda há da parte das pessoas. […] A parte de lé é a parte mais agressiva, negócio de morte. (Dona Maria. Entrevista concedida em 2008).

Esse "apartheid" de que nos fala Dona Maria é percebido nas representações dos moradores acerca da segurança local. É comum a acusação de que a violência local concentra-se na parte das Casinhas, onde ocorrem episódios violentos. "Essa parte nossa [asfaltada], aqui é calmo. Lá para baixo que tem muito disso [...] de vez em quando vem de fora e deixa o corpo aqui". A renda também é um importante recurso argumentativo utilizado para desqualificar os moradores das Casinhas. Como o valor das casas e dos terrenos na parte urbanizada, seja para aluguel ou venda, é superior ao da parte das Casinhas, é possível notar

que, de maneira geral, os moradores das Casinhas possuem um menor poder aquisitivo e são frequentemente desprestigiados por conta disso. A associação entre pobreza e inadimplência é direta:

> Isso aqui, se você chegar num lugar desses [Casinhas], eles vão te falar [que existem problemas]. Mas aqui [parte mais urbanizada] não. Lá para baixo, onde hoje em dia são as Casinhas, que eles falam... o povo reclama. Reclama, mas o quê que acontece? O povo vai lá para baixo por quê? [...] Eles não pagam nada. Eles não pagam nada não. Quando chove, aí reclamam. [...] Uma gota de água que passa aqui eu pago. [...] Não me interessa fazer gato porque isso é roubo. [...] Porque lá não paga água, não paga luz, não paga nada, não paga aluguel. (Dona Cecília. Entrevista concedida em 2008).

Pelo relato de Dona Cecília, moradora do Boa Terra desde 1956, pode-se pensar que, assim como em Wiston Parva, no estudo realizado por ELIAS e SCOTSON (2000), a distinção entre "nós" e "eles" – a parte urbanizada e as Casinhas – fundamentar-se-ia na percepção de que os "recém-chegados" são invasores. Na apresentação do livro de Elias e Scottson, Federico NEIBURG (2000: 8) assevera:

> Os primeiros fundavam a sua distinção e o seu poder em um princípio de Antiguidade: moravam em Wiston Parva muito antes dos outros, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade. Os outros viviam estigmatizados por todos os atributos associados com a anomia, com a delinquência, a violência e a desintegração. Como explica Elias no importante ensaio teórico que abre o livro, Wiston Parva se transformou, aos olhos dos pesquisadores, em um verdadeiro laboratório para a análise sociológica, revelando as propriedades gerais de toda relação de poder. As categorias estabelecidos e *outsiders* se definem na relação que a nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência.

Por não terem comprado seus lotes[17], por disporem de uma infraestrutura insuficiente (sem coleta de lixo, pavimentação, saneamento e com iluminação precária) e por serem identificadas como local de abandono de cadáveres, as Casinhas, também chamadas de "Favelinha", seriam estigmatizadas pelos moradores do "asfalto". Essa distinção entre as diferentes partes do loteamento explicitam uma distribuição desigual de poder que, embora guarde relações com as questões materiais, não se reduz a ela. Os comentários estigmatizantes proferidos constantemente pelos moradores do asfalto põem em relevo a importância do convencimento do outro, isto é, não basta fazer parte de um grupo de distinção, é imprescindível que as demais pessoas saibam e lhe reconheçam como membro da "boa sociedade", que legitimem sua superioridade.

[17] Vale destacar que nem todos os lotes da região das Casinhas foram invadidos. Muitos moradores compraram os lotes, sem saber que estes eram irregulares.

As mudanças no loteamento se deram, como já foi dito, de forma bastante lenta. Quando o Poder Público não atuava no sentido de ampliar os serviços urbanos, os moradores agiam pontualmente, seja "puxando" a luz do bonde ("A luz do bonde foi meu marido que ajudou a puxar"), seja perfurando seu poço e dividindo a água com os vizinhos. Para a realização de alguma obra (como no caso da tubulação instalada pela CEDAE), muitas vezes os moradores se cotizavam para a compra de material. A organização dos moradores para a instalação de serviços básicos era uma regra nos loteamentos: "[…] Com o passar dos anos, os moradores foram implantando com seus próprios recursos os equipamentos de infraestrutura mais fundamentais" (IPLAN-RIO, 1985: 43).

Alguns moradores falam do passado com certo saudosismo e dizem que, embora as condições de habitação fossem mais precárias, o loteamento era muito mais calmo, as pessoas se conheciam e a natureza era mais presente:

> Não tinha água, não tinha luz, muito mosquito. Mas era melhor que hoje em dia. Porque hoje em dia... sei lá... tem muito bandido aqui dentro. Tem muitas pessoas que a gente não conhece, mal encarado. Naquele tempo era "bom dia, boa noite". Todo mundo conhecia um ao outro. (Dona Zezé. Entrevista concedida em 2008).

> Quando cheguei aqui, o Boa Terra era uma maravilha mesmo. […] principalmente essa parte aqui sem asfalto […] era só gramas, não tinha esses valões enormes como tem hoje, não tinha lama […], porque só tinha muita areia, era muita areia. Aqui é tipo… um mangue, né, um mangue e dava muita areia. A gente encontrava caranguejos, siri, andando nos pés da gente. (Dona Cecília. Entrevista concedida em 2008).

Outros moradores, por sua vez, dizem que agora o bairro pode ser considerado uma maravilha. O crescimento do comércio local é, sem duvida, um dos aspectos mais valorizados pelos moradores. Reiteradas vezes escutei moradores dizendo que não vale a pena se deslocar até o centro de Campo Grande – centro comercial mais próximo e importante –, pois o preço das mercadorias lá não compensaria o gasto com a passagem. O comércio é realmente diversificado: farmácia, sacolão, mercados, brechós e lojas de material de construção, de roupa, de utensílios domésticos, entre outros. As opções de salão de beleza, *lan house* e locadoras de filme também são muitas. O loteamento dispõe, ainda, de muitas "pensões", onde são vendidos pratos feitos (PFs), sobretudo, no horário do almoço, e barraquinhas de lanches rápidos. Dona Cecília, além de falar do sossego do bairro, valoriza as facilidades disponibilizadas pelo comércio local:

> Para mim, eu acho que está ótimo. Hoje em dia você vê [...] gás vem encostado aqui. É só você fazer assim [acenar] que o gás vem entregar. A padaria é aqui. Tem sacolão aqui, armazém enorme, farmácia... tem tanta farmácia por aí. O quê que eu vou querer mais? Para mim não precisa melhorar nada. Tem condução para a Barra, para tudo quanto é lugar. (Dona Joana. Entrevista concedida em 2008).

Outros moradores destacam a melhora promovida pelo processo de urbanização do loteamento. Seu Jader afirma, inclusive, que o Boa Terra "está uma cidade", com iluminação, pavimentação (ainda que incompleta) e variadas opções de ônibus. Seu Anderson também comenta:

> Isso aqui melhorou muito em matéria de iluminação pública... a luz agora, como se diz... a subestação foi inaugurada na quinta-feira passada [2008]. A luz está realmente boa [...] Aumentou a voltagem. A água está muito boa também. (Seu Jader. Entrevista concedida em 2008).

De acordo com os dados divulgados no Sistema de Assentamento de Baixa Renda da Prefeitura do Rio de Janeiro[18], a área ocupada pelo loteamento Boa Terra é de 4.144.205 m^2. Sua população, no ano de 2000, era 11.436 e o número de domicílios estava estimado em 3.219. O acesso principal ao loteamento se dá pela Estrada do Magarça – importante meio de comunicação entre os bairros de Guaratiba, e a Estrada do Monteiro, que leva a Campo Grande. No mapa das Áreas de Planejamento apresentado acima, é possível observar que o bairro de Guaratiba se encontra mais próximo das Regiões Administrativas de Campo Grande, Santa Cruz e Barra da Tijuca. São diversas as linhas de ônibus que atravessam a Estrada do Magarça e um número menor de ônibus entra no Boa Terra. Ainda assim, no loteamento em questão, é possível encontrar ônibus para o centro da cidade e a Barra da Tijuca, além de Sepetiba e Campo Grande.

No Boa Terra estão situados uma escola municipal que atende crianças do sexto ao nono anos, uma Escola Municipal com aulas do primeiro ao quinto anos, um Ciep com alunos do jardim de infância ao quinto ano), um Colégio Estadual, além de diversas escolas particulares. O loteamento dispõe de um Posto de Saúde e de uma Clínica da Família. Além disso, desde 2000, possui um posto do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.

O Programa é compreendido enquanto estratégia de transição para o Programa Saúde da Família. O PACS do Boa Terra situa-se em uma das principais vias do lugar. O Programa foi criado em 1994, mas só foi implementado no Boa Terra em 2000. A sede é uma casa de

[18] Para mais informações, consulte: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.htm

um andar que não dispõe de muitos cômodos. Em conversa com a enfermeira do PACS, ela me explicou melhor o funcionamento do Programa. Teoricamente, como já citado acima, um PACS deveria contar com um médico, uma enfermeira (generalistas, ou seja, que tenham responsabilidade pela saúde como um todo) e agentes de saúde escolhidos na comunidade. A exigência feita para recrutamento dos agentes comunitários é ser morador, nível de ensino fundamental e ter perfil comunicativo.

O PACS, ao contrário do Posto de Saúde local, criaria um vínculo com as pessoas, pois sua atuação prevê visitações mensais às famílias envolvidas. Ou seja, o PACS não é como um Posto que apenas presta o serviço. A ideia é que o PACS ajude a controlar a saúde (fazendo o diagnóstico e encaminhando para atendimento na rede do SUS). A noção de saúde seria mais ampla nesse programa. Nessa perspectiva, a observação das condições de moradia, através de visitas, seria importante. De acordo com esta enfermeira, o PACS do Boa Terra atende a três mil famílias do Morro Careca e das Casinhas, não atendendo, portanto, os moradores da parte asfaltada. Cada agente fica responsável por 750 pessoas. Nas visitas, as gestantes, os diabéticos e os hipertensos têm prioridade. A enfermeira enfatiza que, embora seja um programa extremamente importante, seu funcionamento não se dá como o previsto. As críticas feitas remetem-se, especialmente, a dois aspectos: 1) ao fato de não ter nenhum médico que fique no PACS; seria ela sozinha; 2) mesmo fazendo os encaminhamentos, não necessariamente as pessoas são atendidas.

Não pude acompanhar o funcionamento da Clínica da Família, instalada em setembro de 2010, próximo à Escola Municipal T. M., mas conversei com os moradores sobre o posto de saúde local, que existe há mais de quinze anos no bairro. Em geral, os moradores queixam-se do pequeno número de profissionais, das enormes filas e da espera prolongada para a marcação de consultas:

> Tem um posto de saúde aí. Devagar, quase parando, mas tem ... Eu, por exemplo, eu trato lá. Eu sou hipertenso. Aí, eu quase não vou. Tem muita fila. Aí eu marco a consulta para fazer. Eu marco a consulta em seis meses. Seis meses de uma consulta para outra! Tem condição? O cara é hipertenso, vai fazer consulta de seis em seis meses. [...] Tem que procurar verificar a pressão por outros lugares, porque por lá não dá. (Seu Jader. Entrevista concedida em 2008).

> Olha, o posto de saúde eu não sei te dizer não. Mas eu escuto muita gente reclamando que vai e que nunca tem médico. É uma luta danada. Eu mesma precisava pegar remédio para pressão, mas eu nem me atrevo a ir [...] muito ruim mesmo. Outra coisa, o governador prometeu, disse que ia fazer, mas até agora não fez nada. O posto de saúde tem que funcionar dia e noite. Ele gastou para fazer isso aí [Unidades de Pronto Atendimento]; e os outros que já

> estavam prontos? Não querem aproveitar o que está pronto, querem inventar algo novo. (Dona Rita. Entrevista concedida em 2008).

> Ultimamente esta uma negação. As doutoras foram embora... pediatra... não para médico aí. [...] Tem que ir lá três horas da manhã para conseguir número. (Dona Joana. Entrevista concedida em 2008).

Os relatos dos moradores, por vezes repetitivos, foram recuperados na tentativa de apresentar um pouco a paisagem física, espacial e social do loteamento. Criado há 61 anos, ainda não completou seu processo de urbanização: o esgoto é precário, o asfalto não contempla todo o loteamento, a iluminação em diversos pontos é inexistente, não existem praças e o posto de saúde não atende adequadamente os moradores do Boa Terra. Após a breve descrição do loteamento, caracterizado pela sua precariedade no que se refere especialmente aos serviços públicos, analisarei de que maneira os moradores do loteamento Boa Terra conferem sentido às práticas políticas, aos políticos e às suas atividades. Discutirei as linguagens políticas desenvolvidas por seus diferentes atores na tentativa de compreender como esses moradores tentam ampliar seu acesso aos equipamentos e serviços públicos. A partir do trabalho de BARBOZA FILHO (2008), em que são analisadas as diferentes linguagens da democracia, pretendo discutir quais são as gramáticas que compõem a "linguagem política" do Boa Terra, tomado aqui como "caso particular do possível".

3. AS LINGUAGENS DA DEMOCRACIA: O MODELO ANALÍTICO

Em artigo publicado em 2008, BARBOZA FILHO propõe que, ao abandonarem a tradição como fundamento da ação social, as sociedades pós-tradicionais encontraram outras linguagens para construir uma nova normatividade social. A corrosão do princípio teológico que conferia sentido a tudo levou a sociedade moderna e ocidental a desenvolver-se por meio da invenção da subjetividade, a qual, por sua vez:

> [...] não se desdobra de forma idêntica e homogênea no Ocidente, produzindo tradições distintas de subjetivização da vida e de modernização da sociedade, e modos diferentes de organização dos novos campos morais ou éticos. (BARBOZA FILHO, Ibid.: 16).

O autor propõe, então, a existência de três grandes linguagens de subjetivação nas quais a pluralidade da modernidade ocidental estaria assentada: a linguagem do interesse, a linguagem da razão e a linguagem do sentimento. Tais linguagens, suas articulações e hierarquizações, explicariam as diversas tradições e culturas políticas ocidentais. A estrutura dessas linguagens deve ser pensada sob a forma de tipos ideais:

> Diante da inquieta infinitude do desejo, as linguagens de subjetivação do mundo ensaiam e firmam suas diferenças e possibilidades tentando dominá-la ou preservá-la. E nesse enfrentamento, nasce o homem moderno [...], ou melhor, os vários tipos e modos de subjetividade humana. (BARBOZA FILHO, Ibid.: 17).

No caso da linguagem do interesse, a noção de indivíduo compreenderia um "dentro" (o que o faz subsistir por si próprio) e um "fora" (os indivíduos e a sociedade). O componente interno e primeiro seria o desejo – a vontade de apropriar-se do mundo e de tudo o que nele existe –, o qual, por sua vez, reclamaria a necessidade de um controle externo. Tal controle (o Leviatã, segundo Hobbes) não anularia o indivíduo e seus apetites. Pelo contrário, ele seria sua própria matéria:

> O objetivo hobbesiano é o de evitar as consequências catastróficas do desejo irrefreado, sem erigir nenhum outro valor para a vida em comum a não ser a realização máxima do interesse de cada um e de todos. Hobbes é, no entanto, para os nossos propósitos, a apresentação das armas da linguagem do interesse [...]. (BARBOZA FILHO, Ibid.: 18).

A conversão desse desejo em linguagem plena de subjetivação da vida dar-se-á apenas quando o interesse se tornar um *habitus* internalizado, isto é, quando "o interesse se transformar na fonte autônoma de uma moral que controle o desejo e o vincule a um modelo de vida boa" (BARBOZA FILHO, 2008:18). Embora o interesse organize moral e normativamente esse tipo de linguagem, há espaço também para a razão e para os sentimentos. Nota-se, portanto, que as linguagens são híbridas, havendo, contudo, subordinação de uma linguagem a outra. No caso da linguagem do interesse, o autor destaca a convocação da linguagem da razão, reconhecendo, porém, a preponderância do interesse:

> A linguagem da razão é convocada de forma tríplice. Em primeiro lugar, toda a justificação do mundo fundada no interesse deve se dar racionalmente, sem o apelo a nenhum fundamento transcendente e sustentada numa visão imanente do homem. Esta justificação racional do interesse envolve uma contradição que mais tarde Kant perceberá com toda clareza, tentando solucioná-la: se o interesse se justifica racionalmente, deveria ser a razão o elemento fundamental da nova normatividade. Em segundo lugar, a razão é convocada para encarnar-se em razão formal e legal, presente nas instituições. E, finalmente, é reduzida a razão utilitária, território do cálculo individual que submete instrumentalmente o mundo e os sentimentos aos interesses. A transferência da razão para fora do território galileano, inspiração clara de Hobbes, se dá pela sua fragmentação e instrumentalização, operação que não parece capaz de completa legitimação ou consolidação da linguagem do interesse. Em outros termos, a associação interesse/razão não se mostra suficiente para legitimar e manter a sociedade. (BARBOZA FILHO, Ibid.: 20).

A razão, embora não seja rejeitada na linguagem do interesse, encontra-se subordinada a ela. Na linguagem da razão, no entanto, ela é fundamento da vida. Diferentemente da forma como era convocada anteriormente, ela aqui deve ser normativa e totalizante:

> A dúvida cartesiana suspende o caráter descritivo e realista da perspectiva hobbesiana, fundada no reconhecimento do desejo, responsabilizando o eu pensante pela reconstituição racional do mundo e da realidade. A razão torna-se fundamento da reinvenção subjetiva da vida, já investida do poder de controlar os interesses e as paixões do corpo, de onde se originam os nossos erros. Por outro lado, embora essa concepção moral seja tão exigente quanto a puritana, ela não estará diretamente associada ao interesse, cujo movimento deve também estar submetido aos ditames de uma razão moral. A operação cartesiana dribla o desejo e o enquadra naquilo que alternativamente é posto como a natureza de nossa subjetividade: a razão, dominadora e imperialista. O enfrentamento do desejo não segue a estratégia do interesse, mas se organiza pela postulação de um "outro", da razão como o núcleo de nossa subjetividade, deslocando e ocultando o desejo. (BARBOZA FILHO, Ibid.: 21).

A razão, seja nas formulações de Kant ou Rousseau, teria, então, precedência normativa em relação aos interesses e/ou sentimentos, na medida em que estes seriam percebidos como insuficientes para a promoção da "vida boa" – em que há o predomínio da

universalidade. Na linguagem da razão, o estabelecimento de normas interiores e exteriores evitariam, portanto, os riscos da particularidade e do acidental, decorrentes das linguagens do interesse e do sentimento.

A linguagem dos sentimentos, segundo o autor, encontrar-se-ia fundamentada num pressuposto aristotélico, qual seja, a natureza social dos homens. Assim, as imagens antropológicas das duas outras linguagens seriam recusadas, "redefinindo o homem como um ser do desejo que existe apenas nas suas relações e mediações sociais" (BARBOZA FILHO, 2008: 26).

> Cada homem é *cupiditas* em exercício, é pura potência e o nó anelante de uma complexa e mutante trama de relações com os outros homens e a natureza. O desejo é posto como a nossa potência, que recusa e dobra a eficácia dos modelos de pura disciplina e repressão, e que só pode ser exercido nas nossas relações sociais. Ele é uma força que subverte o mundo, e introduz a mutação como a marca da história humana, como em Maquiavel e Spinoza [...]ou ainda em Quevedo e no barroco [...]. Antropologia e ontologia atravessadas pelo reconhecimento da dinamicidade do mundo, entendido como labirinto, como território da *fortuna* e do exercício da *virtú*, radicada nas paixões e no sentimento. (BARBOZA FILHO, Ibid.: 26).

Assim como as outras, a linguagem dos sentimentos também incorpora o interesse e a razão. Ainda de acordo com o autor:

> O desejo humano, longe de reprimido, é posto como elemento essencial e passível de cultivo, tal como em Aristóteles [...]. A vontade de apropriação do mundo é a chave da linguagem dos sentimentos, interessada em liberar para todos o exercício desta potência que produz e se apropria materialmente do mundo. A multidão tem o seu interesse, material, concreto. Do mesmo modo, não esquece a razão, entendendo-a mais como aliada do desejo do que como dele repressora e diretora, e por isso mesmo redefinida como crítica dos modos de organização da vida e como parte da potência humana. Se ela desconfia das grandes epifanias da razão, seu *médium* é a ação humana, a ação política, capaz de sintetizar tanto as virtudes da ciência e da técnica, para a produção do mundo, como aquelas incorporadoras da arte, que fazem do mundo um mundo desejado. (BARBOZA FILHO, Ibid.: 29).

Com a síntese apresentada acerca das diferentes formas de subjetivação da modernidade, conclui-se que, embora apresentem traços determinantes, as linguagens são híbridas. Ou seja, a preponderância de uma não impede que as outras também sejam convocadas. Assim, seria interessante pensar no caso brasileiro de maneira geral para, posteriormente, analisar no estudo de caso, qual seria a linguagem que se superpõe às outras.

Segundo o autor, a tradição ibero-americana estaria sob a influência da linguagem dos sentimentos, numa versão especial. A peculiaridade principal do Brasil seria, então, a linguagem teatral dos afetos: recusa em incorporar plenamente a linguagem da razão ou dos

interesses. BARBOZA FILHO argumenta que o Barroco é uma forma de modernização, de subjetivização da vida característica da tradição ibero-americana (BARBOZA FILHO, 2000, 2003, 2008). Segundo ele, esta seria uma última tentativa promovida pela Ibéria:

> [...] para preservar a ordem espacial, arquitetônica e hierárquica que a orientou desde o início da Reconquista. As coroas são as grandes artífices desse esforço, desenvolvido pela gnose e não mais pela exegese neotomista e escolástica. O preço desta fidelidade a uma determinada concepção de ordem social como comunidade hierárquica e corporativa é a artificialização da tradição, o desenraizamento da hierarquia de seu solo natural e a translação de seus fundamentos para uma ordem política sustentada pela vontade absoluta do soberano, com sua capacidade de inventar e dirigir subjetividades. (BARBOZA FILHO, 2008: 31)

Nem linguagem dos interesses, nem linguagem da razão; o que predomina entre nós é a linguagem dos sentimentos – ou do afeto. O que o Brasil herdou do barroco ibérico, prossegue BARBOZA FILHO (Ibid.: 31-32), "não foram as formas de vida e as crenças peninsulares, mas a linguagem dos sentimentos, com a sua natureza estética, com sua capacidade de integrar antagonismos e diferenças, com sua veemência teatral e seu voluntarismo". A experiência moderna brasileira subordina as linguagens do interesse e da razão ao barroco ibérico. Para analisar a experiência ibérica, sem distorcê-la, o observador deverá ajustar seu olhar à linguagem dos sentimentos.

> Não por acaso, quando escrutinado pelas lentes das linguagens do interesse e da razão, o povo - a multidão - não aparece em nossa história, seja na colônia, no império ou na república, inaugurada diante de um povo que aparece apenas para se mostrar "bestializado". Quando se observa, no entanto, a nossa história pelas lentes da linguagem dos sentimentos, o que emerge é o vulto cada vez mais nítido desta multidão, que fez e faz do improvável a marca da sua presença e o programa de sua potência. Longe de se consagrar à preservação de uma tradição, constelada em torno de valores claros e objetivos comuns, o nosso barroco é pura linguagem em movimento, é exercício infindável em busca de sentido, um eterno presente em busca de significado, a perseguição criativa de um *télos* que só se descortina na própria caminhada, parafraseando Guimarães Rosa. A América vai se construindo no movimento, mas sem a ideia clara de futuro e sem uma origem que lhe permita a cissiparidade, possuidora apenas das linguagens do verismo e do sentimento. Por isso, é desejo permanente e anseio profundo de ordem e significação, motivos que se encontram ao fundo dos movimentos de autonomia política no século XIX e que se mantêm no século XX. (BARBOZA FILHO, Ibid.: 31-32).

Ao considerar o personalismo como traço distintivo da política brasileira, Sérgio BUARQUE DE HOLANDA (1986) já desenvolvia a citada linguagem teatral dos afetos, isto é, a importância da afetividade na configuração das relações sociais no Brasil. Em *Raízes do Brasil*, o autor argumenta que nosso modelo de vinculação societária é a cordialidade. CHAVES (2003: 42) resume a proposta analítica de BUARQUE de HOLANDA:

> À ausência de normatividade impessoal do mercado e de qualquer outra cuja abrangência confira um sentido do público, o personalismo, e com ele o vínculo afetivo, tornam-se esteios da vida social e política. [...] Sob o céu da afetividade e da intimidade, o personalismo opera no interior de uma estrutura decisória verticalizada que o pressupõe. É a partir da moldura de um Estado centralizado de cunho patrimonial que as relações personalistas adquirem significado político, do mesmo modo que é por meio delas que ele se viabiliza e perdura. [...] O homem cordial, signo da fraqueza do espaço público com seu ordenamento impessoal, sobrevive.

A linguagem teatral dos afetos, enquanto traço constitutivo da nossa cultura, tem relação profunda com o tipo de relação estabelecida entre representantes e representados. O personalismo, segundo Holanda, seria "a transposição política do princípio que rege o domínio privado" (CHAVES, 2003: 38). E, assim, a lealdade afetiva configurar-se-ia enquanto princípio organizador das relações mais amplas.

> Pode-se dizer que, na avaliação de Sérgio Buarque, o ponto nevrálgico para a constituição de uma democracia no Brasil encontra-se na confusão público-privado, cuja síntese é retratada por ele num tipo social: o homem cordial. Trata-se de uma construção conceitual que tipifica um padrão de convivência e um conjunto de valores enfeixados pela afetividade. O que significa dizer que o modelo das relações familiares – privadas – torna-se ordenador das relações políticas, que deveriam conformar um domínio público. Ou seja, a esfera das relações políticas não configura um mundo público, que apenas pode se constituir enquanto definido por regras e normas gerais comuns a todos. Em *Raízes do Brasil*, a afetividade como padrão de convívio definidor de valores para a sociedade mais ampla, para além da família, implica na inserção da particularidade e dos privilégios na esfera política, contrariando a constituição democrática. [...] A predominância do modelo familiar no ordenamento político, do rural sobre o urbano, consiste fundamentalmente na predominância do modelo associativo comunitário e afetivo na lógica da ação social. Enquanto a democracia requereria uma tessitura social fundada na racionalização formal, uniformizadora das regras que orientam as relações sociais. (CHAVES, Ibid.: 23-24)

Nossa experiência moderna, estranha aos códigos das linguagens do interesse e da razão, é marcada, como diria NUNES (1997), por descontinuidades, pela tentativa de conciliar o tradicional e o moderno. Nossas instituições foram forjadas dessa maneira e a linguagem que dá conta da relação Estado-sociedade no Brasil, como já foi dito, é mista. Assentada no sentimento e nos afetos, sem uma gramática impositiva, essa linguagem é capaz de conter, ao mesmo tempo, elementos personalistas e impessoais. BARBOZA FILHO (2008: 34) concorda quanto ao caráter descontínuo da nossa modernidade:

> [...] a América ibérica nasce fragmentada e permanece fragmentada socialmente, desde o seu início. Ela nunca foi comandada por uma linguagem cujos princípios pudessem ser

> organizados com clareza, transparência e eficácia imediata. Nem a linguagem da razão, nem a dos interesses, a unificou, reproduzindo formas homogêneas de indivíduos e de relações sociais. Mas talvez seja este o modo de materializar a linguagem dos sentimentos, sem nenhuma gramática impositiva, sem nenhuma metafísica especial: mantendo-a como linguagem que faz da mutação e da história o exercício livre, criativo e crescente da potência da multidão. Entre nós, ela foi sempre isto: o combustível de um processo de democratização, mesmo numa chave passiva [...], que tende a se acelerar.

Tomando como pano de fundo essa discussão sobre as linguagens da democracia, seria interessante recuperar, na próxima seção, alguns trabalhos clássicos sobre a dimensão política das relações sociais no Brasil, com o objetivo de repensar as questões levantadas e os aspectos comumente apresentados como constitutivos de nossa dinâmica política para, posteriormente, discutir o problema no caso específico da presente pesquisa.

3.1 Sobre a "Cultura Política" no Brasil

A linguagem dos sentimentos, tal como elaborada por BARBOZA FILHO (2008), supõe o "a multidão" pós-tradicional enquanto potência, que precisa estar em constante movimento, rejeitando qualquer tipo de petrificação ou cristalização. O objeto da análise na linguagem radicada nas paixões e nos sentimentos é a multidão:

> [...] se o indivíduo resume a perspectiva antropológica da linguagem dos interesses, se o cidadão ou o indivíduo autodeterminado explicitam os modelos de perfeição humana da linguagem da razão, na linguagem dos sentimentos os termos são outros. A multidão, com sua potência e energia, e as "pessoas" – como modos desta potência da multidão – constituem os personagens centrais da narrativa de liberdade humana. (BARBOZA FILHO, Ibid.: 29)

Se tal linguagem, fundada na potência das "pessoas", é avessa à "postulação de um conjunto de normas com a ambição de uma moral universal*"* (BARBOZA FILHO, Ibid.: 26), ela é capaz de conciliar antagonismos e/ou de aprofundá-los. Desse modo, seria interessante

analisar de que maneira os autores lidam com essa linguagem. Qual é a chave de leitura dessa conciliação entre termos opostos, tais como pessoal/impessoal, entre outros?

Pode-se dizer que, de maneira geral, a permanência da subordinação pessoal nas relações políticas e a preponderância da rede de clientelas em detrimento da lógica universalista de direitos não são pensadas como traços do hibridismo característico de nossa linguagem. A recusa da rigidez de normas abrangentes e universais é lida de forma negativa, como inaptidão ou entrave para o desenvolvimento da democracia em solo brasileiro, uma vez que se tem como parâmetro as linguagens do interesse e da razão, desconsiderando, portanto, que nossa linguagem democrática – o barroco ibérico – é descontínua, fragmentada, que compreende características antagônicas.

Em seu ensaio sobre cidadania, DAMATTA (1997) afirma que no Brasil a ideia de cidadania enquanto papel social ligado à igualdade de todos os homens universalmente não seria verdadeira sob o ponto de vista da prática social. Segundo o autor:

> [...] o que o caso brasileiro inegavelmente revela é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador. (DAMATTA, Ibid.: 75).

DAMATTA (Ibid.: 89) argumenta que o Brasil é uma sociedade onde existem "fontes diversas para a classificação e a filiação de seus membros". Ou seja, há a coexistência de tipos diversos de cidadania. Tem-se, por um lado, "uma forma de cidadania universalista, construída a partir de papéis modernos que se ligam à operação de uma burocracia e de um mercado*"* e, por outro lado, "outras formas de filiação à sociedade brasileira [...] que se constroem de espaços tipicamente relacionais, dados a partir do espaço da 'casa'" (DA MATTA, Ibid.: 86).

Existiria, portanto, uma espécie de combate entre o espaço do mundo público (a rua) – que compreende as leis universais e o mercado – e o mundo privado, da família e dos amigos (a casa). Como a sociedade brasileira seria fundamentalmente relacional, pois "sua unidade básica não está em indivíduos (ou cidadãos), mas em relações e pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos" (DAMATTA, Ibid.: 77), a palavra cidadão teria um caráter negativo, em detrimento da valorização da noção de pessoa.

Nessa mesma linha argumentativa acerca da centralidade dos laços pessoais em determinadas sociedades, destaca-se artigo de Elisa REIS que, através de uma releitura do "familismo amoral", cunhado por BANFIELD, discute "quais são as perspectivas de que a democracia venha de fato a se consolidar em sociedades que fracassaram na integração social"? A noção de "familismo amoral" consiste numa lógica familista privada, onde a solidariedade e o sentimento de pertença social não transcendem o ambiente da família. BANFIELD, nas palavras de REIS (1995: 40), "descrevendo 'hábitos do coração', voltava-se primordialmente para as implicações de um e*thos* que impedia as pessoas de agirem de modo conjunto em função do bem comum". Analisando a América Latina, Elisa REIS argumenta que compartilhamos um "ideal comunitário de forte inspiração cristã" e relegamos "a defesa de interesses próprios a uma forma de egoísmo ilegítimo".

Como as "massas" precisam garantir sua subsistência através do trabalho cotidiano, sobrar-lhes-ia pouco tempo para atividades políticas voltadas para o "bem comum". Assim, a situação de pobreza extrema ("privação aguda") e desigualdade convertem-se em obstáculos para a constituição de uma solidariedade cívica. Em suma:

> O modelo de cidadania historicamente institucionalizado na América Latina contribuiu para promover uma identidade coletiva em torno do Estado-Nação que colocava a autoridade acima da solidariedade. Dentro dessa perspectiva, o Estado-Nação resumia a totalidade dos interesses particularizados como expressões simbólicas de um corpo orgânico. [...] Duas ressalvas devem ser feitas, no entanto. Primeiro, é importante considerar que esse tipo de moral coletivista não implicou um recuo dos privilégios sociais existentes, como se podem verificar historicamente nas experiências revolucionárias. Na América Latina, a demanda por uma integração harmônica da sociedade revelou-se compatível com a manutenção das hierarquias sociais prevalecentes. (REIS, Ibid.: 46).

Embora não pretenda elaborar uma espécie de "gramática profunda" do universo social brasileiro (SOUZA, 2001: 48) tal como DAMATTA (1997), LEAL (1980 [1949]) analisa "o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município" e observa a subordinação dos trabalhadores rurais à vontade dos seus chefes políticos, numa estrutura marcada pela concentração de renda e propriedade territorial. Os fazendeiros e chefes locais, como "condutores do processo coronelista", responsabilizavam-se pelas despesas eleitorais, pelo cadastramento dos trabalhadores, pela apuração dos votos e prestavam favores aos empregados, compelindo-os a

votar de acordo com seus interesses (LEAL, 1980: 13-15). Ao submeter seu voto à vontade de outro, o trabalhador rural retirava qualquer caráter efetivamente representativo do voto.

Além da dependência existente entre trabalhadores rurais e seus patrões, o autor destaca a falta de informação e "cultura cívica" como componentes importantes para a compreensão do fenômeno denominado tradicionalmente de "coronelismo":

> Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver figuras, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo paria tivesse direito a uma vida melhor e lutasse por ele com a independência cívica. O que é lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o coronel e pelo coronel. Aí estão os votos de cabresto, que resultam em grande parte da nossa organização rural. (LEAL, Ibid.: 25)

O debate sobre as limitações do modelo democrático brasileiro não ficou restrito ao ambiente rural. Enfocou também o espaço urbano. Em estudo sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Rio de Janeiro entre 1979 e 1981, DINIZ (1982) desenvolve uma discussão dos pressupostos e das implicações do fenômeno clientelista, ao descrever e analisar a "máquina política"[19] montada pelo governador Chagas Freitas no Rio. Neste âmbito, a autora define o clientelismo como a prática política pautada na assimetria de poder que privilegia uma relação paternalista.

Os laços clientelistas, mais evidentes no plano do legislativo local, implicariam concessão de benefícios restritos calcados nos interesses mais pontuais e imediatos, tendendo a favorecer a fragmentação e a individualização das demandas. Estimulariam, também, um padrão de representação patrimonial/paternalista, que privatiza as possibilidades de acesso aos principais recursos sociais e políticos, pela interposição de um mediador:

---

[19] A máquina política consiste num circuito centralmente controlado, em que a apropriação de poderes (referentes aos bens e serviços públicos) e a distribuição de favores se conjugam e se reproduzem. Trata-se, em última instância, da institucionalização da prática do favor na esfera política. A bibliografia sobre máquinas políticas tem seu principal referencial teórico na obra seminal de Harold GOSNELL (1968[1937]), intitulada **Machine Politics: Chicago Model**. Nas palavras de Diniz (1982: 25): "Um importante passo no sentido de relativizar as versões extremas acerca do significado das máquinas políticas foi dado pelo trabalho pioneiro de Gosnell sobre a máquina de Chicago, cuja primeira edição sairia em 1937. Em seu estudo, o autor daria visibilidade a certos aspectos não predatórios da máquina, ressaltando seus efeitos integradores numa sociedade relativamente dispersa e desmobilizada, marcada por considerável grau de diferenciação e fragmentação étnico-religiosa. Assim, a atenuação de conflitos de interesses, a vocalização de um leque diversificado de demandas a que a máquina daria algum tipo de resposta representariam o lado não destrutivo desse tipo de organização política".

> [...] cria e difunde uma dada ideologia de representação, que privilegia um tipo de vínculo paternalista entre representantes-representados, substituindo o livre acesso de grupos de interesse organizados de forma autônoma pela conexão, mediados pelos políticos, entre clientes e órgãos públicos, configurando-se a clássica relação de troca entre votos, por um lado, favores e proteção, por outro. (DINIZ, Ibid.: 150)

A organização das máquinas políticas pressuporia a divisão de áreas de influência e o fortalecimento do núcleo de representantes políticos de cada uma delas, visando o estabelecimento e a ampliação de sua clientela. Deste modo, ao priorizar uma "política de bairros" e uma articulação de clientelas, o poder de cada liderança delimitar-se-ia de acordo com suas circunscrições administrativas e eleitorais (Diniz, Ibid.).

O esquema informal de constituição de redes clientelistas de acesso a serviços urbanos, montado pelas máquinas políticas, tornar-se-ia tanto mais visível quanto maior fosse a brecha deixada pela administração local. Assim, segundo DINIZ, o "vácuo do executivo" (referente à prestação de serviços públicos) abriria espaço para a consolidação de laços clientelísticos como forma de solucionar carências básicas. Nas palavras de MOTTA:

> A aglutinação dos parlamentares emedebistas em tomo da chefia de Chagas Freitas foi o resultado de um bem-sucedido trabalho de articulação de várias redes de clientela, estruturadas em tomo de políticos que controlavam suas respectivas áreas de atuação, e tecidas com os fios da tradição familiar, da política de bairro e da vinculação com grupos religiosos e corporativos. Fundou-se, assim, uma complexa rede clientelista na qual o deputado, articulando um sistema baseado em uma teia de obrigações recíprocas, se tomava o mediador dos moradores de bairros, dos membros de corporações e de grupos religiosos junto à máquina governamental. Fundamentalmente em função do uso eficaz dos recursos de poder de que dispunha no Executivo, Chagas Freitas pôde articular essas várias redes e transformá-las no principal motor do que se convencionou chamar de "máquina chaguista". Se a força do chaguismo se assentou na sua capacidade de agregar pessoas e interesses comuns em tomo de uma azeitada máquina política, suportada, é verdade, pelo expressivo patrimônio de poder então acumulado no Executivo estadual, o segredo do lacerdismo residiu nas emoções que Lacerda era capaz de despertar em seguidores apaixonados e adversários empedernidos. Ser lacerdista ou antilacerdista significava compartilhar sentimentos de pertencimento a grupos que se definiam pela comunhão de valores, representações e atitudes em relação à figura carismática de Carlos Lacerda. Desse modo, se para entender o chaguismo é preciso dissecar a montagem de uma máquina política, para compreender o lacerdismo toma-se necessário analisar o processo de construção do carisma, que se sustenta, entre outros pontos, no reconhecimento do e na submissão ao valor extraordinário de uma pessoa dotada de características inacessíveis à maioria dos mortais (Weber, 1971). (MOTTA, 1999: 371).

As práticas clientelistas aparecem, desse modo, como ação coerente com a realidade vivida, uma vez que, sem a intermediação do político, a população local não obteria benefício algum. As ações de cunho clientelista seriam a principal maneira, se não a única, de obter

acesso a serviços e equipamentos públicos. LEITE (2001: 83), em sua pesquisa sobre o Grajaú, destacou esta releitura do clientelismo:

> [...] o clientelismo muda de estatuto, elevado à condição de prática racional, tanto no sentido de compatibilidade com a realidade (já que a comunidade fica vulnerável à vontade dos administradores ou [de outra forma] não vai dar certo, não se consegue nada), quanto no de adequação dos meios aos fins (bairro nenhum sobrevive se não tiver um político para ajudar e quanto mais, melhor). A ligação a um político a quem se possa pedir (e receber) pelo bairro resulta, assim, na política mais racional e produtiva em relação aos interesses dos moradores, já que é assim que as coisas são (ou seja, que a política é e que o sistema representativo opera no Brasil).

A legitimidade dos vínculos clientelistas resultaria da vinculação dos serviços públicos à ideia de concessão, ou seja, a rede clientelista seria aceita enquanto forma de "sobreviver num mundo indiferente e adverso" (DINIZ, 1982: 157). Em outros termos, esta prática converter-se-ia em única forma de obter serviços, equipamentos e recursos num universo reconhecidamente desigual e assimétrico, configurando a intermediação como principal, se não exclusivo, mecanismo de representação. Por conseguinte, o papel mediador do político na realização das demandas dos eleitores seria essencial.

> Dado que a relação clientelista é essencialmente assimétrica e nega os princípios universalistas em que se baseia o exercício da cidadania, dado que o acesso a bens e serviços públicos deixa, de fato, de ser um direito aberto, em princípio, a todos para ser regulado em função de uma hierarquia de prestígio e poder, o impacto desse tipo de participação tende a reforçar os princípios de desigualdade presentes na ordem social. (DINIZ, Ibid.: 165)

A ausência de princípios universalistas denota a substituição dos direitos por redes de clientela. Assim, o reconhecimento de que o acesso à cidade viabilizar-se-ia principalmente, ou apenas, por meio da relação clientelista, seria mais intensamente experimentado pelos estratos inferiores por se encontrarem, *grosso modo*, sujeitos a maior precariedade de infraestrutura.

Sob este enfoque, muitos estudos (como o da própria DINIZ) dedicaram-se ao tema da cooptação de lideranças "comunitárias" pela máquina político-partidária e, consequentemente, à questão da desmobilização das associações de moradores de favelas. Vale ressaltar, entretanto, que muitos desses trabalhos, numa tentativa de denunciar a existência de grupos sociais "não-cidadãos", acabaram por identificar as práticas clientelistas como atributos dos

territórios de pobreza e da cultura de seus moradores, quando, na verdade, tratar-se-ia de uma característica da relação política de dominação. Mais uma vez, a manutenção de vínculos fundados na ideia de concessão e não na lógica da garantia de direitos universais e impessoais é compreendida pelo signo da falta. Na discussão desenvolvida por DINIZ percebe-se claramente a avaliação moral do processo político. Se para BARBOZA FILHO a linguagem dos sentimentos, com sua aptidão pela manutenção de aspectos ambivalentes, constitui uma característica política da modernidade brasileira, na perspectiva "racional" de DINIZ e DAMATTA, esta linguagem aparece sob o viés negativo da falta de universalismo.

Apesar da efervescência política das organizações de moradores de favela com o processo de redemocratização, a autora conclui que estas não tiveram muito sucesso no que se refere ao atendimento de suas principais demandas, devido ao controle institucional[20] a que foram submetidas. Se, por um lado, o poder público passou a ouvir as demandas destes representantes, por outro, tentou instrumentalizar suas organizações e transformá-las em verdadeiros "braços estatais". Como afirma DINIZ (1982: 139):

> As formas de vinculação das associações de favelas às agências governamentais sofreram algumas modificações através do tempo, prevalecendo, a partir de 1967, a tendência a subordiná-las à supervisão de determinados órgãos, que deveriam aprovar seus estatutos e relatórios financeiros.

A implementação desse modelo corporativista (BURGOS, 2005), que converteu grande parte das associações locais em representantes do poder público junto aos moradores de favelas, baseava-se, de um lado, na promessa de urbanização e, de outro, na cumplicidade das lideranças locais, que dificilmente conseguiam "escapar do tradicional papel subordinado

[20] Para análise do "controle negociado" imposto às associações de moradores de favela pelo Estado, consultar MACHADO DA SILVA (1967, 2002). Diferentemente de DINIZ, que faz uma avaliação cognitivo/moral do que é o "processo político", o autor propõe uma rediscussão do clientelismo no sentido socioantropológico. Na perspectiva de MACHADO DA SILVA (2002), os movimentos associativos dos favelados, embora tenham despontado como atores coletivos, mantiveram-se "encapsulados" por meio da consolidação de um padrão de integração urbana fortemente restrito e hierarquizado. É por isso que as práticas de mobilização desenvolvidas pelos favelados não alteraram de maneira significativa seu lugar no debate público, atuando apenas na redefinição parcial do padrão de integração com a cidade – isto é, eles continuaram na condição de cidadãos subalternos. Tratar-se-ia, portanto, de um "controle negociado", em que os interesses dos moradores das favelas são manipulados por intermediários políticos em troca de alguma autonomia na formulação de demandas. Enfim, MACHADO DA SILVA (2002) defende que a substituição das políticas de remoção pelos programas de urbanização, embora tenha representado um avanço do modelo de intervenção governamental, não alterou de maneira substantiva o lugar da favela e de seus moradores na cidade. Embora a reflexão do autor privilegie as favelas cariocas, ela pode ser estendida para o conjunto das mobilizações originadas nos territórios da pobreza.

de clientela cativa de políticos tradicionais e/ou de agências governamentais" (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2004: 65).

A ditadura militar, por exemplo, destaca-se como um período de tentativa de controle e, consequentemente, esvaziamento político e democrático das organizações faveladas. Nesse período, o governo, por meio de sua política repressiva, dentre outros aspectos, dispunha-se a dar uma resposta à resistência promovida pelos favelados contra os programas de remoção, desenvolvidos ao longo de três administrações estaduais, a partir do governo Lacerda.

> O reforço do teor coercitivo refletir-se-ia no retraimento geral da vida associativa no país. No caso das associações de favelas, esse retraimento seria particularmente acentuado pelos constrangimentos decorrentes de um volume crescente de legislação restritiva voltada para o controle de suas atividades e redução de sua autonomia. [...] Assim, o decreto "N" 870 colocaria estas associações diretamente sob o controle da Secretaria de Serviços Sociais e das administrações regionais. Posteriormente, o decreto "E" número 3330, de 3 de novembro de 1969, imporia a unicidade de representação, determinando que apenas uma associação em cada favela poderia ser reconhecida pelo governador como porta-voz dos interesses dos moradores junto aos órgãos públicos. Além disso, esse decreto permitiria a intervenção governamental nas associações. A partir de então, o governo desencadearia uma política francamente intervencionista pela dissolução de diretorias e formação de juntas governativas, cujos membros seriam designados pelas autoridades governamentais competentes. (DINIZ, 1982: 140).

Essa fase, marcada pela "contenção" das associações de favelas, só começou a declinar a partir de 1978, com o processo de abertura política. Para além do clima de liberalização, outro fator que teria impulsionado o desenvolvimento destas associações seria a reorientação da política governamental referente às favelas. Deixando de lado as remoções, o governo passou a desenvolver programas voltados para a urbanização destas áreas, "privilegiando-se um estilo de intervenção calcado numa articulação mais estreita entre os grupos interessados e as agências governamentais envolvidas nos programas" (DINIZ, 1982: 141).

Na análise de DINIZ, se, por um lado, a reabertura política e os programas de urbanização possibilitaram o estabelecimento de um diálogo entre moradores de favela e Estado, por outro, reabriram um canal para a disseminação de práticas clientelistas. Apesar de não ser um fato novo, estando inclusive presente na legislação que regulamentou e estabeleceu os termos das organizações faveladas, o governo continuou tentando esvaziar politicamente tais associações. Para tanto, as possibilidades de controle disponibilizadas pela

legislação foram interpretadas de modo a viabilizar uma ampla cooptação de lideranças mais antigas, visando ao aumento da dependência de suas entidades à estrutura governamental. Sendo assim:

> A nova postura governamental levaria ao estreitamento dos vínculos entre órgãos públicos e associações de favelas, reativando-se paralelamente os mecanismos de intermediação inspirados pelas práticas clientelísticas do partido do governo. (DINIZ, 1982.:141).

De acordo com a mesma autora, a generalização e disseminação das práticas clientelistas no relacionamento com as organizações de favelados eram promovidas pela máquina político-partidária e pela Fundação Leão XIII – agência ligada intimamente ao governo estadual:

> [...] criada por decreto municipal em 1947 com a finalidade de prestar assistência aos moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro, com função basicamente assistencialista, desenvolvendo projetos de assistência médico-sanitária e assistência jurídica [...]. Com a extinção da Secretaria de Serviços Sociais, a Fundação viria a funcionar como instância legitimadora do direito de acesso das entidades de representação dos favelados ao estado, na medida em que o cadastramento de uma associação no departamento competente viria a representar uma das condições necessárias ao seu reconhecimento como porta-voz dos interesses das comunidades faveladas junto aos poderes públicos. (DINIZ, Ibid.: 141).

DINIZ (Ibid.: 158) conclui que participar do "jogo clientelista" não significa ignorar suas limitações no que diz respeito à defesa de interesses coletivos: "a receptividade ao apelo clientelista não significa necessariamente ausência de consciência quanto à lógica dominante favorável aos estratos superiores". Mesmo reconhecendo o caráter opressivo desse sistema político, o ator, por meio de uma avaliação perfeitamente racional da realidade e das condições de possibilidade de ação, acabaria por ser persuadido pela vantagem de adotar uma estratégia particularista ou "mercantil".

Embora trate especificamente do caso das favelas, a literatura mobilizada até aqui pode ajudar a refletir acerca da situação dos loteamentos, das periferias e das "margens" (DAS e POOLE, 2004) de maneira geral, pois, estes territórios estariam igualmente "despojados da cidade" (LEFEBVRE, 2001). Na medida em que são pensados no registro da "ilegalidade" e/ou da "informalidade", tais territórios (e, consequentemente, seus moradores) compartilham uma experiência de relação com o Estado semelhante. Por serem representados enquanto "espaços de ilegalidade", a forma de presença do Estado permite que o acesso à

cidade seja realizado de maneira precária. Ou seja, existem diferentes modalidades de presença do Estado e, nas "margens" de maneira geral, tal presença parece se efetivar através da consolidação de um espaço público descontínuo e particularista, pautado numa "cidadania de geometria variável" (LAUTIER, 1997) em que os direitos – por serem "reversíveis e precários" – podem ser questionados diante de qualquer mudança na conjuntura política, por exemplo.

Na tentativa de atingir o progresso (e garantir a inserção do país entre as mais modernas formas de produção), o desenvolvimentismo brasileiro, adotado na Primeira República do século XIX, privilegiou as cidades. Este modelo passou a demandar, então, uma mão-de-obra barata nas cidades, sem, no entanto, responder às questões sociais desencadeadas por ele. Segundo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Brasília exemplifica o modelo de cidade levado a cabo pelo desenvolvimentismo brasileiro, que compreende necessariamente uma segregação socioespacial traduzida no mecanismo núcleo-periferia. Nas palavras de SANTOS (1980: 17), tal mecanismo, que passou a ser reproduzido nas grandes cidades brasileiras, era uma "exigência e corolário da concepção daquela cidade", pois, na medida em que não disponibilizava os recursos para atender às demandas sociais, acabana por delegar aos estratos inferiores uma autonomia para a articulação de estratégias próprias de permanência nas cidades.

Em discussão sobre o clientelismo urbano, Alba ZALUAR (1985) argumenta que o voto é representado como um bem de troca, configurando-se como a principal oportunidade de o "povo" – categoria usada pela autora para designar os trabalhadores pobres – obter a concretização de um certo tipo de demanda. Sob esta perspectiva, o clientelismo seria a contrapartida urbana do coronelismo. Todavia, ressalta ZALUAR, não é correto estabelecer uma identificação entre essas diferentes práticas políticas, principalmente porque a relação político-eleitor não estaria pautada pela lealdade, como na patronagem tradicional.

O clientelismo, dessa maneira, aproximar-se-ia muito mais de uma relação mercantil que de uma subordinação pessoal, assumindo a forma de um contrato. A subordinação não é mais à autoridade – um tipo de dominação patrimonialista –, mas, sim, instrumental, pois na medida em que a máquina pode ser considerada uma "empresa", no sentido weberiano

(empresa de interesses), o clientelismo corresponderia a uma competição no mercado político. Tratar-se-ia, portanto, de uma relação frágil que pode ser desfeita por uma quebra no processo de barganha, como o não cumprimento de algum serviço prometido pelo político, por exemplo. Afinal, os funcionários da empresa têm que ser remunerados, caso contrário, não trabalham – votam – e a empresa – "máquina" – vai à falência.

Em **A Gramática Política do Brasil**, Edson NUNES faz uma análise da moderna política do Estado brasileiro e argumenta que a uma gramática é um sistema de regras de desenvolvimento, portanto uma lógica gramática das trocas generalizadas e específicas é essencial ao capitalismo do Brasil. O autor procura elucidar, então, o que classificou como sendo as "quatro gramáticas" (padrões institucionalizados de relações) que estruturam os vínculos entre Estado e sociedade no Brasil. São elas: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimento.

A perspectiva de Edson NUNES argumenta que o capitalismo moderno desenvolveu-se no Brasil em condições bastante distintas daquelas encontradas nos países que primeiro se industrializaram. A presença dos arranjos clientelistas como elemento constitutivo da moderna ordem é, sem dúvida, uma de nossas principais peculiaridades:

> O que caracteriza uma sociedade como a do Brasil são exatamente as descontinuidades apresentadas em várias áreas da vida social, econômica e política. O processo de subordinação de muitas outras esferas da vida social ao comando da ordem econômica, tal como descrito por Karl Polanyi para os países capitalistas centrais, não aconteceu no Brasil. (NUNES, 1997: 30).

Segundo o autor, os procedimentos burocráticos da "nova ordem" também teriam sido impregnados pela lógica de favores (da "mãozinha", do "jeitinho"). NUNES afirma que a ideia de que o clientelismo é uma das características mais marcantes dos partidos políticos no Brasil. E ressalta : "Os partidos políticos desempenharam um papel crucial na ligação entre a gramática do clientelismo e as normas universalistas da democracia representativa instaurada no Brasil" (NUNES, Ibid.: 42).

Mesmo o insulamento burocrático, entendido como forma apropriada para "frear" o clientelismo, foi por ele afetado. Por definição, "o insulamento burocrático é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras

organizações intermediárias" (NUNES, Ibid.: 34). No entanto, o autor argumenta que o insulamento burocrático está longe de ser um processo apolítico, meramente técnico:

> […] agências e grupos competem entre si pela alocação de valores alternativos, coalizões políticas são firmadas com grupos e atores fora da arena administrativa, com o objetivo de garantir a exequibilidade dos projetos; partidos políticos são bajulados para proteger projetos no Congresso. (NUNES, 1997: 35)

Ao realizar uma análise histórica da evolução do capitalismo moderno, o autor destaca as quatro gramáticas para as relações Estado-sociedade no Brasil, argumentando que estas têm como base o personalismo e o impessoalismo. O clientelismo tipificaria uma gramática fundada no personalismo em oposição ao universalismo de procedimentos – representante máximo da impessoalidade. Já o corporativismo e o insulamento burocrático são penetrados pelas duas gramáticas, sendo considerados, portanto, como semipessoais e semi-impessoais. O autor afirma, ainda, que o corporativismo e o insulamento burocrático caminharam *pari passu* ao processo de centralização e racionalização do Estado Moderno brasileiro[21].

Enfim, a descontinuidade seria a marca do capitalismo moderno brasileiro. As instituições formais nos países de industrialização mais recente, como o Brasil, estariam sob pressão constante, diferentemente dos países que se industrializaram mais cedo:

> Sob tais circunstâncias, as instituições são forçadas a participar da esfera produtiva e, ao mesmo tempo, expandir seu papel regulador na economia e nas relações sindicais, e a definir direitos à participação política, supervisionar e criar organismos de bem-estar social, saúde, educação e outras funções similares. […] Se é impossível dizer que o clientelismo foi desalojado, é igualmente impossível afirmar que ele constitui a gramática dominante a ligar o Estado à sociedade no Brasil contemporâneo. (NUNES, 1997: 119-120) .

De acordo com NUNES (Ibid.: 120), o quadro no Brasil seria demasiado complexo porque "as separações que entrecruzam a formação social brasileira são verticais e horizontais". Assim, as diferentes gramáticas seriam contextuais e a integração seria atingida por meio da combinação de traços aparentemente contraditórios. Seria constitutivo da nossa sociedade, e também das nossas instituições, a imbricação desses diferentes elementos

---

[21] Seria interessante sublinhar que, apesar de estar analisando alguns exemplos da literatura que fazem referência ao "Estado-patrão", em que o favor não seria concedido mais pelo chefe (da clientela), mas sim pelo próprio Estado, convertendo a sociedade em cliente, não pretendo com a pesquisa discutir a "nacionalização" dos recursos. A ideia é, antes, estudar como – e quanto – essa nacionalização se efetiva na prática concreta de uma localidade.

pertencentes às gramáticas do clientelismo, do insulamento burocrático, do corporativismo e do universalismo de procedimentos. Tal combinação permitiria que as gramáticas possíveis fossem acionadas inclusive pelo mesmo ator em contextos diversos, ou seja, a cada momento e contexto uma das gramáticas instrumentalizaria a outra:

> Os políticos, por exemplo, usam tanto a linguagem do clientelismo quanto a do universalismo, mas jamais endossam, mesmo retoricamente, a lógica do insulamento burocrático. Tecnocratas e militares empregam igualmente a linguagem do universalismo e da "competência técnica", mas nunca a do clientelismo. Grupos de interesses das classes médias tendem a utilizar apenas a linguagem do universalismo, rejeitando tanto o clientelismo como o insulamento burocrático, por considerá-los não-democráticos. Não obstante, dependendo do contexto todos os atores podem utilizar estratégias que contradizem sua retórica pública. (NUNES, Ibid.: 121)

As quatro gramáticas apresentadas permeiam a sociedade e as instituições brasileiras de diferentes formas. De acordo com NUNES (Ibid.: 122):

> Atualmente, o corporativismo emprega comandos universais e organiza horizontalmente várias instâncias de unidades sociais; o clientelismo permeia muitas instituições, fornece uma gramática compreensível para o sistema de relações sociais e políticas, atravessa distinções de classe e organiza verticalmente a sociedade. O universalismo de procedimentos confere uma aura de modernidade e de legalidade pública ao sistema político e às instituições formais; representa a retórica dos intelectuais e jornalistas; e ainda confere legitimidade a vários movimentos sociais de classe média. O insulamento burocrático é uma forma de evitar o controle e o escrutínio públicos sobre as atividades do Estado; uma forma de perseguir a eficiência econômica, o desenvolvimento e a privatização seletiva das benesses que provêm do controle de parcelas substanciais do aparelho produtivo do Estado.

Em *A Política dos Outros*, Teresa CALDEIRA (1984) faz um estudo sobre a periferia industrial de São Paulo. Seu interesse principal é fornecer uma descrição densa (GEERTZ, 1978) "[...] para entender quem são os 'moradores da periferia' e qual sua relação com os movimentos sociais" (CALDEIRA, 1984: 9). Nesta pesquisa, a autora argumenta que os trabalhadores valorizam ao mesmo tempo o corporativismo, fundamental para a definição de seus direitos civis, e a gramática clientelista, pois são os políticos clientelistas que o veriam como "povo real". CALDEIRA argumenta ainda que, dentre os candidatos de oposição, os trabalhadores preferem votar num candidato com quem tenham vínculos pessoais já estabelecidos. Estas seriam, de acordo com NUNES (1997: 122)*:* "[...] situações nas quais a gramática clientelista é utilizada para manter os dispositivos corporativistas, isto é, os direitos de cidadania, os direitos de serem percebidos como 'população real'".

Apesar de não elaborarem uma linguagem da democracia brasileira, tal como BARBOZA FILHO (2008), tanto NUNES (1997) quanto CALDEIRA (1984) também enfatizam a coexistência de diferentes gramáticas que perpassam a sociedade e suas instituições. Tal diversidade aparece como constitutiva da nossa formação social e, diferentemente das análises realizadas a partir de tomadas de posição cognitivo/morais, da qual a análise de DINIZ seria o exemplo mais claro, esses autores tomam essas gramáticas como categorias descritivas. Vale destacar, mais uma vez, que recorrendo ao referencial teórico desenvolvido por BARBOZA FILHO (2008), pretendo me afastar das leituras que analisam as relações políticas no Brasil sob o signo da "falta de apetite cívico". Como destacado, anteriormente, parece haver uma conjugação de gramáticas na composição da linguagem da democracia brasileira, e não uma exclusividade marcada pela negatividade. Pretendo pensar o material empírico da tese nessa mesma perspectiva, analisando as relações entre "políticos" e "moradores", a partir de suas práticas concretas. A ideia é refletir, no caso estudado (dentro e fora do período eleitoral), se e como aparece o hibridismo que caracteriza a articulação entre a esfera política e a vida cotidiana na periferia da cidade do Rio de Janeiro.

A ideia não é fazer uma comparação ponto a ponto, buscando convergências e divergências entre a construção etnográfica e a linguagem dos sentimentos elaborada por BARBOZA FILHO, mas, sim, propor um diálogo. Nas palavras de CHAVES (2003: 23), que fez um esforço comparativo com o trabalho de Sérgio BUARQUE DE HOLANDA em **Raízes do Brasil**,:

> Tomar o dado etnográfico desta forma particular, em sua dimensão significativa, enquanto valor – e, portanto, como expressão sintética de representações e práticas, como vivido – torna legítima uma opção comparativa que confronte interpretações, embora de estatutos diversos.

4. "ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA": OS MORADORES E SEUS REPERTÓRIOS

Levando em consideração que toda linguagem pode ser expressa na forma de um modelo de sua gramática, isto é, de suas regras de desenvolvimento, pretendo apresentar um esquema dos repertórios da gramática política em operação no Boa Terra, procurando dialogar com os autores tratados na seção anterior. Enfocarei, para tanto, como os moradores compreendem as práticas políticas antes, durante e depois do período eleitoral. Tomo a política enquanto dado etnográfico, o que implica dizer que tanto sua definição quanto sua análise serão feitas por meio das próprias formulações dos atores em situações específicas.

Procurarei me distanciar de uma análise negativa, isto é, de uma abordagem marcada pelo signo da falta. No lugar de pensar que faltam (aos sujeitos e aos contextos) racionalidade, informação, tradição partidária e apetite cívico, procurarei descrever as performances desses atores, na medida em que elas são capazes de elucidar a dinâmica concreta de funcionamento das instituições estatais, que poderíamos chamar de *a grande política*. Vale a pena destacar a advertência de GOLDMAN e SANT'ANNA (1996) de que essas tramas micropolíticas não devem ser encaradas como miniaturização e sim como desvendamento de processos fundamentais.

A antropologia da política, desenvolvida no Brasil, especialmente no período de redemocratização, consiste na compreensão da política a partir da "interpretação que os atores sociais fazem das instituições, relações e objetos com os quais lidam no seu cotidiano" (KUSCHNIR, 2007: 9). Esta perspectiva aponta para uma pluralidade de modos de construir a escolha do voto e as representações acerca da política. De acordo com PEIRANO (1998: 5-6):

> Uma antropologia *da* política tem objetivos ao mesmo tempo empíricos e teóricos em sua concepção. Ela se distingue, no interior da antropologia, da vertente que floresceu entre os anos 40 e 60 como "antropologia política", e que correspondeu a uma subespecialidade que procurava dar respostas às demandas de rigor que a antropologia experimentava em relação às demais ciências humanas. [...] O projeto central da disciplina tem sido exatamente a procura de uma visão diversa, se possível mais genuína, da universalidade dos conceitos sociológicos. Assim, os dois termos da expressão "antropologia da política" têm um estatuto desigual: a antropologia aqui se define pelo projeto ambicioso de confrontar configurações de valores por

> intermédio de um processo artesanal, etnográfico e, implícita ou explicitamente, comparativo; a política torna-se o objeto de investigação, o quadro nativo.

Ao considerar as diferentes maneiras de pensar e experimentar a política (sem rebaixá-las a carências e faltas, seja do contexto ou dos atores) tal perspectiva possibilitaria o alargamento do sentido que comumente se atribui à política. Sobre isso, esclarece-nos CHAVES (2003: 16):

> Um suposto necessário dessa postura é a noção de que as representações e valores atualizados pelos sujeitos em sua prática cotidiana são fundamentais ao processo de constituição da vida social. Neste sentido, para além de uma tipologia acabada de cidadania [Peirano, 1983]ou um roteiro pronto do processo político, uma perspectiva antropológica da questão política deve estar interessada em compreender o conjunto de representações e valores sociais nativos, reconhecendo neles sentido e eficácia social.

Ao privilegiar as práticas cotidianas dos atores, a antropologia *da* política forja uma grade de inteligibilidade que possibilitaria uma maior compreensão do sistema político brasileiro. Um trabalho dessa natureza pretende, portanto, "[...] evitar conceber a política como domínio ou processos específicos, definíveis objetivamente de fora", investigando, assim, "fenômenos relacionados àquilo que, do 'ponto de vista nativo', é considerado como política" (GOLDMAN, 2006: 40). Em suma, a política será apreendida em sua positividade, isto é, naquilo que ela tem de original para contribuir na compreensão do domínio político moderno.

Na próxima seção, ocupar-me-ei dos valores atribuídos à política, às suas atividades e aos seus atores a partir, não apenas das entrevistas formais realizadas com os moradores do loteamento, mas também das conversas e das próprias ações empreendidas por eles.

4.1 A Política no Loteamento

> Meu prefeito César Maia, tome melhor atitude. Se faltar força nas pernas, peça a Deus que lhe ajude. Veja a nossa nação e melhore nossa saúde.

Seu Jader, 77 anos, PB.

Por meio de conversas, da observação e da realização de entrevistas, procurei aproximar-me das maneiras pelas quais os moradores do Boa Terra vivem e contribuem para institucionalizar as relações de poder. Adotando a perspectiva acima esquematizada procurei responder às seguintes questões. O que é a política? Quais práticas estão associadas à política, e como se articulam esses repertórios? Quem é identificado como profissional da política?

A política, embora seja evidenciada nos períodos de campanha eleitoral, não pode ser pensada como dissociada das demais dimensões da vida social. Ela está sempre em relação com outras experiências dos sujeitos, o que, nas palavras de GOLDMAN (2006: 42), "evita a tentação de substancialização e literalização do político". Ao mesmo tempo em que está vinculada ao dia a dia das pessoas (aos recursos ao seu alcance, por exemplo), ela irrompe e subverte o cotidiano[22] apenas no período das campanhas eleitorais.

Nas entrevistas que fiz, especialmente com moradores mais antigos do loteamento Boa Terra, muitos recados foram dados aos "políticos", que em geral eram percebidos como candidatos ou como políticos profissionais[23]. O repente criado por Seu Jader foi apenas um deles. Além das críticas a respeito da precariedade de alguns serviços e equipamentos públicos, havia um reconhecimento generalizado de que melhorias foram realizadas no local. Seu Jader, por exemplo, declara: *"*Só sei que a gente sofreu muito até isso aqui ficar bom".

Para analisar as críticas proferidas pelos moradores, cabe perguntar: Como transcorre a vida destes? Quais são suas principais demandas? De que forma buscam atende-las? Os moradores mostram-se resignados/desinteressados ou são ativos/interessados? Quais são os atores identificados como responsáveis pelo atendimento destas? O que os moradores

[22] Segundo PALMEIRA e HEREDIA (2010: 175): "Mais do que a suspensão do cotidiano, o que temos durante o 'tempo da politica' é a criação de um outro cotidiano dentro do cotidiano, que não o elimina, mas interfere profundamente na sua maneira de operar. Durante esse período, as pessoas continuam a levar sua vida familiar, a trabalhar, a frequentar cultos religiosos etc. Mas, a partir do momento em que a linguagem politica (linguagem da divisão) torna-se a linguagem autorizada, a politica tende a invadir todos os domínios [...] obrigando-os a se redefinirem, de modo que não haja conflitos de regras".

[23] São considerados, aqui, políticos profissionais, especialmente os representantes com mandato eletivo, seja no âmbito executivo ou no legislativo municipal, estadual ou federal. São incluídos também nessa categoria "políticos" não eleitos, mas que desempenham funções tidas como políticas, como um secretário municipal ou estadual, por exemplo.

consideram “bom” no bairro? A quem eles atribuem a realização das melhorias? Afinal, o que é e quem faz política no Boa Terra?

4.2 Sobre política e políticos: afinal quais são os repertórios relativos a esse universo?

Em toda conversa com os moradores, pedia que estes contassem um pouco sua trajetória de vida, destacando o período em que foram morar no Boa Terra. A ideia era recuperar um pouco o processo de transformação do loteamento (pavimentação, luz, água e esgoto etc.) para tentar identificar, nesses relatos, de que maneira a política aparecia e quais seriam os personagens da vida política do Boa Terra e evitar perguntas diretas sobre o tópico de meu interesse, deixando que ele aparecesse espontaneamente. Tentarei organizar, nesse capítulo, os elementos que compõem a gramática política do loteamento, destacando as representações dos moradores acerca do Estado, dos políticos e das atividades tidas como políticas.

Na minha lista de perguntas direcionadas aos moradores, que não era seguida rigidamente, constava a preocupação em saber não apenas as datas de implementação dos equipamentos e serviços públicos, mas também os nomes das pessoas e/ou instituições responsáveis por essa realização. Pretendia observar se nas falas dos moradores verificava-se uma maior referência à pessoa do político que aos seus partidos ou aos órgãos governamentais, numa tentativa de seguir as pistas desenvolvidas por BARBOZA FILHO (2008), CHAVES (2003), TEIXEIRA (1998), entre outros autores.

As transformações no Boa Terra foram atribuídas, por muitos moradores, ao processo de crescimento do loteamento, ou seja, o acesso à cidade não seria decorrente do apadrinhamento de algum candidato, mas sim da iniciativa do Estado. “O Estado mesmo botou [a infraestrutura]”, diz Seu Paulo. Ou, ainda, “Foi o Estado mesmo que trouxe”, declara Seu Jader. Muitas vezes, o sujeito realizador das obras de infraestrutura ficava oculto e a melhora do bairro teria se dado por conta do próprio crescimento local: “O progresso foi chegando, foi empurrando… devagar, mas fez”, assevera Seu Anderson. Seu Felipe também

atrela o desenvolvimento ao crescimento local: "Aí, as coisas foram aumentando, aumentando. Foi melhorando, melhorando, melhorando". Na mesma linha argumentativa, mas sem ocultar o sujeito, Dona Dolores afirma: "Eu acho que foi a prefeitura que viu um loteamento enorme […] isso tudo aqui. Aí eles foram fazendo… porque o povo aqui sempre foi muito desanimado".

Vale destacar, no entanto, que essa espécie de antropomorfização do Estado, com a contrapartida do desânimo do povo, não pode ser generalizada, pois, há críticas aos políticos (de forma mais personalista) e referências às mobilizações coletivas locais.

O crescimento do loteamento (seu incremento populacional, sobretudo) teria tornado mais evidente a necessidade de implantação de equipamentos públicos no local. O poder público – ora apresentado como "Estado", ora como "prefeitura" – não poderia ser negligente diante de um fenômeno tão visível. Era imperativo, portanto, *trazer*/*botar* a infraestrutura, ainda que de forma lenta. A morosidade da ação do Estado, destacada em quase todas as conversas com os moradores, pode ser considerada como um primeiro elemento que constitui o mundo da política em seu aspecto mais institucionalizado.

É interessante destacar que a vinculação dos moradores à política passa fundamentalmente pelo processo de urbanização do loteamento, isto é, a infraestrutura passa a ser tema subjacente nas relações entre os políticos e a população. A situação da infraestrutura local, as obras necessárias e os problemas vividos são, sem dúvida, "assunto político".

É essa questão que, cotidianamente, vincula os moradores à política no seu sentido nativo, ou seja, ao Estado, aos governantes, aos políticos. Nas palavras de PALMEIRA e HEREDIA (2010: 128): "[...] a obra é a face pública da política, ao revelar o uso que é feito dos recursos públicos e ao assinalar, para qualquer entendedor, a presença óbvia da política". Ou seja, a constituição óbvia da margem despossuída de (muitos, porque pelo menos a pressão demográfica se faz presente) recursos de poder.

Embora nenhum "padrinho" tenha sido apresentado, alguns nomes foram citados no decorrer dos meus contatos no loteamento: o prefeito Conde, o prefeito César Maia, o presidente Lula, o vereador Jerominho, além de alguns personagens locais (que trabalham

com candidatos ou que já se candidataram algumas vezes). Esses nomes apareciam tanto positiva quanto negativamente, como pessoas que resolviam ou não os problemas.

A infraestrutura é algo a ser alcançado por meio do Estado, ele é o responsável por "botar", mas ele não o faz para todos. Seria interessante refletir um pouco, com Veena DAS e Deborah POOLE (2004), sobre as diferentes modalidades de presença do Estado nos territórios tidos como marginais. As "margens", na forma como são discutidas em *Antropologia nas Margens do Estado* (DAS e POOLE, 2004) não se restringe apenas aos aspectos geográficos. Nas palavras de FARIAS (2007:20):

> o descolamento de um modelo espacial de centro e periferia foi acontecendo na medida em que se percebia que várias ideias a respeito de "margens" eram baseadas em relações entre soberania e formas de poder disciplinar, assim como em genealogias específicas de assuntos políticos e econômicos.

As formas de atuação do Estado variariam de acordo com a posição social, econômica e política dos segmentos em questão. Sua "morosidade" não indicaria uma negligência, ou seja, o Estado não estaria deixando de cumprir com seus deveres. Esta seria, então, a forma de atuação condizente com a perspectiva dominante naquele momento e contexto – que não é fundada num universalismo quanto ao acesso à cidade. Sua morosidade seria, ao mesmo tempo, uma fonte do poder do Estado e seu limite: o Estado pode ser visto como fornecedor autônomo de recursos necessários à reprodução social dos segmentos subalternos (marginais), mas por outro lado isso lhe retira legitimidade.

A vinculação com os políticos aparece, então, como uma das possibilidades para o acesso a esses equipamentos e serviços. De acordo com CHAVES (2003: 56):

> Embora distante e abstrato, o governo, como centro de decisão e lugar do estabelecimento das leis, é acessível por meio dos políticos. Estes, pela posição que ocupam, como membros, funcionários do governo, possuem uma ascendência legítima, incontestada, porque dados como hierarquicamente superiores. O caráter impessoal, abstrato e intangível do governo e da política é contornado pela presença reconhecível do político. [...] Esta dimensão moral reveste a principal característica da categoria pessoa, bem como as relações políticas nela fundadas. É nesse plano que o verbo "conhecer" na política assume sua completa significação: uma relação moral apenas se verifica entre pessoas, que idealmente deveriam conhecer-se. Antes de excluir, isso requer a intervenção de mediadores entre o governo, distante, e o povo, anônimo. Apenas a pessoa do político pode exercitar o reconhecimento.

Apesar de interessante, essa citação não se encontra completamente adequada para tratar do meu "caso", pois o Estado, nesse contexto, não pode ser pensado como algo abstrato (na medida em que praticamente se converte em pessoa que "traz" e "bota" infra-estrutura, por exemplo), mas sim como "entidade" mais distante do cotidiano dos moradores. Ele é, no limite, o responsável por atender as demandas e promover o desenvolvimento do loteamento. No entanto, há mediadores que podem catalisar o processo e operar no sentido de aproximar este mesmo Estado dos moradores.

O mundo da política não deve ser considerado como algo impessoal, na medida em que ele é constituído por relações pessoais – com a *pessoa do* político, inclusive – que lhe dão concretude (e até mesmo o Estado acaba se antropomorfizando). A esse respeito, PALMEIRA e HEREDIA (2010: 127) argumentam:

> Externalidade da politica não é o mesmo que impessoalidade. Se o mundo da politica é visto como "pouco conhecido", "de fora", e identificado a uma entidade de difícil definição, o "governo" [no meu caso, "o Estado"], isso não quer dizer que ele seja pensado como impessoal, mas, sim, feito de relacionamentos pessoais entre homens extraordinários, "pessoas de conhecimento", o que significa simultaneamente terem instrução, saberem "onde estão as coisas", conhecerem as leis, serem conhecidos e terem conhecidos em muitos outros lugares, e, sobretudo, serem donos de um certo saber fazer, que os distingue das demais pessoas, que os capacita a gerirem conflitos de toda espécie.

Assim, a pessoa do político, justamente por ser mais próxima que o Estado, está mais sujeita a avaliações positivas ou negativas no plano moral. Para ser bem avaliado, o político deve tecer suas relações com os moradores, seus potenciais eleitores, a partir de uma lógica afetiva, que compreende valores como amizade, reconhecimento, lealdade. Seu Paulo, por exemplo, demonstra apreço por um político que lhe dispensa um tipo de atenção que costuma caracterizar relações de amizade. A fala de Seu Paulo demonstra que "fazer-se presente", mesmo que por meio de uma carta, é fundamental para a boa avaliação do político:

> Um cara que eu admiro muito que, de vez em quando, manda carta pra mim é o filho do César Maia, o Rodrigo Maia. Não conheço o cara e ele fica mandando carta pra mim [risos]. É fim de ano, ... Parabéns... (Seu Paulo. Entrevista concedida em 2008).

Em artigo sobre as relações político-eleitor no período entre duas eleições, HEREDIA (2002: 95) considera que a percepção generalizada de que os políticos só aparecem no período eleitoral pode levar à interpretação errônea de que fora desse "tempo" políticos e população

não mantém contato: “Os contatos existem e são justamente essas relações que contribuem para a compreensão daquelas que acontecem no período eleitoral”.

E, como os parlamentares, especificamente, e os “políticos”, de maneira geral, são tidos, via de regra, como distantes da população fora do tempo da política – o que é reforçado pela própria natureza de seu trabalho (pois o grosso de suas atividades é desenvolvido no âmbito das Assembleias e do Congresso Nacional e no interior do Poder Executivo) –, são desenvolvidas estratégias de aproximação com a população. As cartas seriam, portanto, um meio para criar e/ou manter as relações já existentes até as próximas eleições. Elas atualizariam relações personalizadas de fidelidade (HEREDIA, 2002: 108).

Como a expectativa é a de que o político seja o solucionador de problemas, aquele com quem se estabelece uma relação de confiança, o não cumprimento das promessas de campanha pode inviabilizar a continuidade desses laços. Tratar-se-ia, portanto, de uma imbricação entre a lógica do interesse (instrumentalização/mercantilização da relação eleitoral) e a lógica do afeto (a confiança “familística”, “segmentar”). O sentimento de traição e desconfiança não é, portanto, deslocado, já que as obrigações de dar e receber perpassam essas relações:

> A obrigação de dar não é menos importante; seu estudo poderia fazer compreender como os homens se tornaram permutadores. Podemos apenas indicar alguns fatos. Recusar-se a dar, deixar de convidar ou recusar-se a receber equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão. Em seguida, explica-se por que são forçados a isso: o donatário tem uma espécie de direito de propriedade sobre tudo aquilo que pertence ao doador. Esta propriedade exprime-se e é concebida como um vínculo espiritual. (MAUSS, 1974: 57-58).

Romper com estas obrigações denota, nos termos de MAUSS, uma recusa à aliança e à comunhão. A *confiança* dada por meio do voto deveria ser *recompensada*. E, quando o compromisso não é respeitado, a frustração torna-se evidente:

> Quando o povo vota numa pessoa, fez fé nele, não é? [...] Quando a pessoa vota num candidato, conforme votaram nele, ele foi eleito... Fez alguma coisa no primeiro mandato? No segundo era pra fazer mais. [...] O pessoal está mais uma vez ali com ele, ele tinha que ter capricho melhor e fazer mais pelo povo, não é não? Ele está recompensando o que o pessoal fez por ele [...]. Aquele voto de confiança que o povo deu a ele. (Seu Jader. Entrevista concedida em 2008).

Não ter *capricho*, isto é, não atender devidamente às demandas daqueles que lhe deram o voto romperia, portanto, a relação de confiança (baseada nas obrigações de dar e receber) estabelecida anteriormente. A pessoa do político, compreendida como "canal de distribuição" (de serviços, equipamentos etc.), deveria reforçar o vínculo com a população após a conquista de uma eleição. Assim, seu distanciamento espacial e simbólico é visto com pesar:

> O primeiro [político] que era até cria daqui – o Miécimo da Silva – ele já morreu. Ele, quando foi eleito, a primeira coisa que ele fez foi mudar pra Copacabana. Ele nunca fez nada aqui … Nenhum deles! Esse Conde inaugurou. Inaugurou o quê? Que esgoto que ele fez aqui? (Seu Anderson. Entrevista concedida em 2008).

A declaração de Seu Paulo elucida o choque existente entre a tentativa do político de representar uma igualdade ideal e a desigualdade de fato (da sua posição hierárquica, das suas condições econômicas, entre outros aspectos). Por mais que tente adotar a forma de representação baseada na identidade entre representante e representado, os "políticos" não conseguem aplicar o modelo na prática, já que a desigualdade entre estes é evidente. Além disso, se, nas campanhas eleitorais, o político demonstra intimidade e amizade, tentando construir uma noção de pertencimento a uma identidade social partilhada, fora desse período ele, em geral, não tenta inserir-se no cotidiano da população. Segundo CHAVES (2003: 58):

> O jogo de proximidade e distância [ou seja, o jogo da transformação da hierarquia de poder em autoridade legítima, para usar Weber], como atesta a sedução pela intimidade aparente, é considerado uma característica normal da política. A encenação obrigatória de intimidade pelo candidato é seguida pelo isolamento distante, no gabinete, quando investido do cargo.

Dessa forma, apesar de considerar a política enquanto parte integrante de processos que compreendem as mais diversas dimensões da vida social (tais como, vida comunitária, família, trabalho, redes sociais, festividades e estruturas de mediação, entre outras), a perspectiva antropológica supracitada argumenta que a política tornar-se-ia mais evidente nos períodos eleitorais. Em vários relatos é possível observar a percepção, exaustivamente discutida em vários autores (KUSCHNIR, 2007; PALMEIRA e GOLDMAN, 1996; HEREDIA et al, 2002, PALMEIRA E HEREDIA, 1995 e 1997), de que a "política" e a

consequente presença dos "políticos" têm uma temporalidade bem definida – o chamado "tempo da política":

> [Para resolver os problemas no bairro] Só se aparecer um político aqui. Mas talvez seja só antes de se eleger. Depois que eleger faz igual o outro. (Seu Anderson. Entrevista concedida em 2008).

> *Nunca teve ninguém que se interessasse por aqui.* Esses deputados faziam campanha, só mesmo no tempo das campanhas mesmo, das eleições. […] carreatas, essas pregações … falavam um bocado de bobagens. Mas ganhava e acabava tudo. Quando não ganhavam, acabava. E quando ganhavam, acabava também. Sumia também tudo. Deputado nenhum não fez nada aqui. (Dona Dolores. Entrevista concedida em 2008).

Seu Anderson, citado acima, destaca também outro componente que aprofunda esse ceticismo: a distância física dos políticos. Mudar-se para outro bairro, na Zona Sul (como fez o político que era "cria"), é compreendido como afastamento também simbólico da realidade desses moradores, o que também poderia promover a quebra de confiança entre candidato e eleitor mencionada no trecho recuperado acima. Afastar-se e abandonar seriam, portanto, quase sinônimos, na medida em que, estando longe, o político teria mais dificuldade para conhecer as dificuldades locais e para dialogar com os moradores sobre suas principais demandas.

De maneira geral, a política aparece como algo distante do cotidiano dos moradores, com uma temporalidade definida. A presença dos políticos num espaço de tempo restrito contribui para o desenvolvimento de uma sensação de desilusão, aprofundando o sentimento de desconfiança característico da relação políticos-eleitores. Assim, o emprego da palavra "interesse" na fala de Dona Dolores (mas também na fala de outros tantos moradores) conota personalismo e não parece ser casual. A inserção dos políticos na vida dos moradores num tempo muito específico desenvolve esse sentimento de desconfiança tão bem sintetizado na fala de Dona Zezé*:* "Político aqui só vem pra apanhar votos, mais nada. Que melhoria que tem aqui?". Ivo, que não é morador, mas que participava do grupo comunitário local, afirma que, desde a sua infância, era comum observar diversas promessas feitas por políticos no período de campanha e que, posteriormente, não eram realizadas. O problema não estaria no interesse em si ("pegar votos"), mas, sim, no abandono posterior da população que ofereceu apoio ao político.

A percepção de que determinadas áreas dispõem de maior prestígio no que se refere ao acesso aos equipamentos e serviços públicos, gera descontentamento e crítica dos moradores em relação aos "políticos" em geral. Como foi visto no capítulo sobre a constituição do Boa Terra, os moradores relatam de maneira quase idêntica o processo lento de urbanização (ainda não inteiramente realizado) no loteamento. Diferentemente da Zona Sul, por exemplo, onde as ruas estão pavimentadas e o sistema de saneamento encontra-se devidamente implantado, na Zona Oeste e, especialmente, em Guaratiba, as condições ainda são precárias:

> O prefeito César Maia só cuida do Pan, só cuida da Zona Sul. Aqui mesmo, eles fizeram essa pista... não é duplicação [...]. Mas aquilo ali é só pra inglês ver. Resolveu bastante coisa. Pelo menos, os acidentes diminuíram muito, mas em compensação o saneamento nós não temos aqui. (Seu Anderson. Entrevista concedida em 2008).

> Toda a Zona Oeste tem essa dificuldade [descaso da prefeitura, inclusive não embargando a construção de casas em área de risco, como é o caso de parte do loteamento], só que em Guaratiba […] não é só Boa Terra, é toda Guaratiba, nos temos essa dificuldade ... de toda a Zona Oeste, maior é a nossa […] porque é a maior área que tem loteamentos irregulares. […] Todos os loteamentos são irregulares, quase todos. (Dona Maria. Entrevista concedida em 2008).

Na fala de Dona Maria é possível destacar um componente que estaria atrelado à falta de prestígio da Zona Oeste em relação ao resto da cidade: a irregularidade de suas formações urbanas. A ideia de que espaços ilegais ou irregulares não devem ter acesso à cidade (direito a ser gozado apenas por aqueles que cumprem com seus deveres – pagamento dos impostos) encontra-se profundamente enraizada e tem guiado, muitas vezes, as ações dos órgãos governamentais.

O tratamento desigual dado pelos políticos às diferentes regiões da cidade é uma importante crítica, mas não a única. O universo da política seria também poluído, por estar identificado com características condenadas no âmbito das relações que deveriam fundar-se idealmente na generosidade e no desinteresse. Falar mal dos outros, roubar e mentir (apropriando-se, por exemplo, de obras realizadas por outros) são algumas das ações criticadas no comportamento dos "políticos" de maneira geral:

> Eu não gosto muito de discutir cargo político não. Mas todos os políticos que entram, tanto governador como prefeito, eles querem mostrar serviço. Mas faz o quê? Eles são incapazes de continuar uma obra que já está começada. Deixa de lado e começa outra pra aparecer que foi ele que fez. Eu acho que isso é muito errado porque o brasileiro luta e nós pagamos muitos

> impostos […]. Outra coisa sobre política que eu não gosto também é ir na TV e meter malho nos outros. Isso é horrível. Isso devia ser cancelado, isso aí. Só pode falar daquilo que você pode fazer, daquilo que você vai fazer. Não interessa o que o outro fez ou deixou de fazer porque isso é muito feio. (Dona Rita. Entrevista concedida em 2008).

> Eu penso assim ... o povo brasileiro é um povo ... eu faço parte desse povo. Então, é um povo muito hospitaleiro, um povo muito bom de se lidar, mas a política nossa tem muita roubalheira. (Dona Rita. Entrevista concedida em 2008).

> Ele [Chiquinho de Sepetiba] veio aqui e jogou um pó de asfalto aqui. Mas quando ele entrou na Rua Letícia pra fazer, ele entrou, Caiado entrou atrás. Todo mundo querendo ser dono do benfeito. (Dona Joana. Entrevista concedida em 2008).

Muitas vezes o caráter negativo conferido à política promove uma recusa de tratar dessa temática. Muitos moradores dizem não gostar de política ("De política eu não entendo", afirma Dona Joana), outros nem sequer falam sobre o assunto. Para não se "contaminar", muitas pessoas preferem manter-se distantes daquilo que é percebido como "política":

> A política hoje é, conforme eu te digo, prefiro continuar neutra. Eu votei até 70 anos. Agora eu não sou obrigada a votar ou a não votar [...]. Sempre procurei cumprir com meus deveres. Mas sabe, pra mim, eu só peço a Deus o seguinte: seja o que for ganhar, que dirija com amor. [...]. Em época de eleição você sabe que aparece muitos políticos ... (Dona Cecília. Entrevista concedida em 2008).

Embora o silêncio seja uma maneira bastante comum de lidar com o assunto, é importante "dar voz" também àqueles que falam de maneira mais enfática sobre a política, reclamando dos "governantes" e apontando soluções para os seus problemas ou, ainda, elogiando:

> Para melhorar [o Boa Terra] ainda falta muita coisa... não tem um banco, não tem um hospital. Em cada bairro desse nosso Rio de Janeiro cabe um hospital. É que os nossos presidentes não botam, nossos governadores acham que um bairro como o Boa Terra ... só num bairro como o Boa Terra merece um hospital e é muita gente pra ser atendida diariamente. O Boa Terra é muito grande. Agora, presta atenção, bota um posto de saúde desse que não tem atendimento suficiente. [...] Fica esse Rocha Faria, vai atendendo esse pessoal todo de Campo Grande. Como é que o Rocha Faria vai atender esse povo todinho? É muita gente. Não tem condição. Eu não sei como nossos governadores não veem a necessidade de botar mais hospitais. Se botasse um hospital na Pedra de Guaratiba e um no Boa Terra já melhorava bem [...]. Na área de saúde nós estamos muito ruim. Na área de saneamento também. [...]. Os esgotos fechados, tudo entupido. Como é que César Maia deixa a prefeitura num estado desse? Como é que pode? Um homem que o pessoal elegeu duas vezes. [...] E esse homem não vê, não sabe ... sei lá. Não tem assim uma vivacidade nele que veja que o pessoal, todo mundo que votou nele. (Seu Jader. Entrevista concedida em 2008).

> Esse esgoto, por exemplo, está uma porcaria, em vez de botar água dentro do rio, ele está trazendo água do rio para dentro de casa. [...] Porque veio aquele camarada, o prefeito antes

> do César Maia ... o Conde [...] botou umas manilhas aí de 15 mm, muito precária. Essa tampa aí [do esgoto] eu que fiz. Quatro meses eu venho pedindo pra eles trazer a tampa, eles dizem que vão trazer, que vão trazer ... Eu resolvi. Porque eles quebraram, eles que quebraram a tampa, eu mandei soldar a tampa, soldar os vergalhõezinhos. (Seu Anderson. Entrevista concedida em 2008).

> Eu acho que o prefeito César Maia é um prefeito bem legal, muito honesto. Entendeu? Tem feito alguma coisa. Agora, o que eu *não acho justo* é nós aqui do Boa Terra pagarmos imposto de esgoto porque nós não temos esgoto para estar pagando. Temos esgoto assim ... das águas pluviais. Então, não é um esgoto à parte. É um problema muito grande. Aqui eu pago água e esgoto muito caro [...] quatro pessoas e eu pagava 180 reais, 185: metade água, metade esgoto. Então, eu acho um *abuso*. (Dona Rita. Entrevista concedida em 2008).

Os três moradores demonstram indignação diante de alguns problemas que existem no loteamento ainda hoje. Além da morosidade ou do não atendimento de demandas básicas, existe uma crítica, na última fala, sobre o abuso da cobrança de taxas por serviços que não são prestados. Embora não elaborem suas críticas em termos de direitos, pude observar, na fala da Dona Rita, e em conversas com outros moradores, que o não cumprimento dessas demandas é problematizado. E, por conta disso, muitos moradores demonstram-se impacientes ou céticos em relação aos políticos que visitam o loteamento.

Por saber que existia na Estrada do Magarça um centro social mantido pelo então vereador Jerominho[24], costumava perguntar aos moradores se eles eram usuários para, então, tentar saber o que achavam desse tipo de atuação dos parlamentares. Como era de se esperar, as respostas foram diversas.

> Eu votei nele [Jerominho]. Meu bem [modo como chama sua esposa] já foi [atendida]. Dizem que é bom o atendimento. (Seu Paulo. Entrevista concedida em 2008).

> Eu acho que realmente serve à comunidade. Não serve? Desde que tenha um local que atende a comunidade ... Se o camarada chega passando mal e é atendido, eu acho que é válido. Está valendo a pena. (Seu Mario. Entrevista concedida em 2008).

> Tem muita gente que é beneficiado ali. Muita gente mesmo ... (Dona Cecília. Entrevista concedida em 2008).

[24] Desde o começo da minha pesquisa, o centro social estava fechado por conta das acusações contra Jerominho. Sobre isso, Dona Rita afirma: "Está fechado já. Está tudo fechado porque ele está preso, não é?".

> É. Realmente aquilo ali [centro social] ajuda muita gente. Eu mesmo já extraí dente, não paguei nada. É médico, serviço médico, dentista [...]. Vai lá, faz a inscrição. É tipo um posto de saúde, mas é particular. É dele. (Seu Anderson. Entrevista concedida em 2008).

A ênfase dada à ajuda prestada, observada nas três falas apresentadas, refere-se a um aspecto bastante característico dessa forma de experimentação da política. A relação política estabelecer-se-ia entre pessoas morais e, portanto, estaria fundamentada numa moral privada: nas trocas pessoais e no compromisso. Nessa mesma perspectiva, prossegue CHAVES (2003: 167):

> A ação política é percebida como concessão de benefícios, a política é exercida como ação beneficente. Ela retrata as qualidades da pessoa política representada pelo político profissional, não é vista como atribuição do cargo. O vínculo social mais largo e abrangente, traduzindo o sentido afetivo daquela relação, é naturalizado e pensado em termos de pertencimento, como identidade.

Valoriza-se, portanto, uma prática política que, nas palavras dos moradores, ajude, beneficie e sirva à população, ainda que seja uma ação privada, com recursos declarados como não-estatais. Essa dimensão da ajuda relaciona-se à noção religiosa de caridade, de atender ao próximo, especialmente aquele que é mais "carente". Nas palavras de CHAVES (Ibid.: 49):

> Detendo o monopólio dos recursos estatais, o político profissional habilita-se ao papel de distribuidor de benefícios. Para a pobreza em desabrigo ele pode conceder telhas, tijolos; na absoluta penúria, mantimentos; remédios, na doença; cobertor, no frio. Faz-se política desta maneira [...]. Caridade como ato particular de concessão, mediado pela sensibilidade, conformador e estabilizador de uma assimetria dada.

Tratar-se-ia, portanto, de uma política fundada no modelo comunitário-afetivo, em que o apelo ao vínculo de pertencimento manifesta-se de formas variadas (inclusive por meio do recurso às identidades regionais e locais). Nesse padrão de articulação política, as relações são de mutualidade, baseadas num "código de prestações mútuas", a serem realizadas entre pessoas.

Na perspectiva da autora, numa relação política cujo traço é o personalismo não cabe a noção de direitos, o que, a meu ver, não procede. Pois a política no loteamento estudado, mesmo estando estreitamente ligada às noções de ajuda, benefício e favor concedidas pela "pessoa do político", não descarta critérios mais universalistas. A percepção de que a

cobrança de alguns impostos é abusiva, por exemplo, remete a uma normatividade impessoal. Se fosse uma relação pautada única e exclusivamente pela lógica personalista da troca de favores, a palavra "abuso" estaria deslocada desse contexto. Percebe-se que a "política" no loteamento é elaborada e experimentada a partir de gramáticas diversas, que compreendem tanto elementos de uma relação mais personalista (abandonar, fazer fé, ajudar) – seu traço mais marcante – quanto palavras que fazem parte do campo semântico das linguagens do interesse e da razão (abuso, justiça). Nos termos do modelo de BARBOZA FILHO, a linguagem política no Boa Terra aproximar-se-ia, portanto, de um "sincretismo" entre a linguagem dos sentimentos, privilegiada, e a linguagem da razão, que levaria ao que parece ser uma desqualificação da linguagem do interesse.

Apesar de a maior parte dos moradores avaliar positivamente os centros sociais, pondo em relevo a dimensão da "ajuda" prestada, algumas pessoas criticam esse tipo de atuação dos políticos. Cito trecho do meu diário de campo do dia 2 de agosto de 2010, onde destaco a opinião de Ivo que, apesar de não ser morador, sempre frequentou o loteamento porque sua família mora ali.

"A primeira crítica feita pelo Ivo referia-se ao trabalho de Fernando[25]*. Ele disse que tinha ressalvas aos centros sociais, pois estes preencheriam lacunas deixadas pelo Poder Público e que a vereadora deveria lutar para que essas lacunas não existissem. Ou seja, no lugar de oferecer esses benefícios, ela deveria fazer seu papel de vereadora e lutar para que as pessoas tivessem seus direitos respeitados".*

A oferta privada de serviços que deveriam ser públicos é o fundamento da crítica de Ivo. No lugar de atender nos seus centros sociais, os parlamentares deveriam cumprir suas funções, pressionando o Poder Executivo e elaborando projetos de leis para que as "lacunas" (que podem ser lidas como direitos não preenchidos) não mais existissem.

Além de analisar as representações que os moradores elaboram a respeito dos políticos e da política de maneira geral, procurava refletir como eles percebiam as associações locais, se participavam ou não, se as consideram importantes etc. Na próxima seção, concentrar-me-ei na prática política local.

[25] Como o referido vereador já foi objeto de análise na minha dissertação de mestrado, manterei o mesmo nome utilizado nessa pesquisa.

4.3 Sobre desânimo e apatia: problemas para a ação coletiva

Eu acho que foi a Prefeitura que viu um loteamento enorme […] isso tudo aqui. Aí eles foram fazendo … porque o povo aqui sempre foi muito desanimado.

Dona Dolores.

A fala de Dona Dolores é interessante não apenas porque aponta o Poder Executivo Municipal como responsável pela realização das obras de infraestrutura (o que demonstra, como já foi discutido, uma certa impessoalidade na relação entre o Poder Público e os moradores), mas, sobretudo, porque destaca um outro componente fundamental para a compreensão da vida política local: a suposta apatia dos moradores, sua falta de apetite para organizações coletivas. Dona Maria, presidente da Associação de Moradores do Boa Terra (AMABT), e Dona Joana, que possui um brechó, também ressaltam a falta de interesse dos moradores do Boa Terra, respectivamente:

> Principalmente aqui no Boa Terra, as pessoas são muito desinteressadas em matéria de progresso, de saber como era antigamente, em saber como é que está atualmente. Aqui, as pessoas não se interessam. Se interessam assim … do portão pra dentro, do que se passa dentro de casa. Mas o que se passa do portão para fora … é muito difícil. Aqui a comunidade é muito difícil para gente lidar. (Dona Maria. Entrevista concedida em 2008).

> Ninguém faz nada. Fica todo mundo só de braço cruzado, reclamando […]. Reclamavam da lama, reclamavam da poeira, xingavam os grandes que não faziam nada. Mas nunca ninguém tomou a iniciativa de pegar um caderno, de pegar assinatura e levar, nem que seja para jogar no lixo lá na Prefeitura. (Dona Joana. Entrevista concedida em 2008).

Não se trata, aqui, de reiterar as perspectivas analíticas que rebaixam as práticas políticas populares, analisando-as sob o signo da falta, mas, sim, de pensar qual é o sentido do "desânimo", isto é, como as pessoas veem a si mesmas e às outras no que se refere à vida associativa, à sua capacidade de organização. Para aprofundar essa discussão, quando esta não aparecia espontaneamente, perguntava se existia ou não associação de moradores no Boa Terra. Para essa pergunta, obtive muitas respostas diferentes: muitos diziam não saber, outros diziam que havia acabado, e ainda alguns afirmavam que existia sim. Destaco algumas falas a esse respeito:

> Eu sei que tem associação. Quando eu passei a morar aí, na casa que nós estamos é que eu soube que tinha associação de moradores aí. Tinha lá embaixo … Foi a primeira associação de moradores. […] Depois do seu Antônio, passou a ser Alex e acho que … hoje não sei quem é. (Seu Jader. Entrevista concedida em 2008).

> […] nunca fizemos parte não. Tinha a Dona Sueli, mas nunca fizemos parte não. Fui convidada. Meu marido foi convidado […], mas nunca foi para frente. Tem gente aqui, que deputado ia na casa dele, mas não fazia nada. (Dona Zezé. Entrevista concedida em 2008).

> Olha, tinha uma associação. Eu nunca fiz parte; meu marido também não porque a gente tinha o trabalho do dia a dia. Muito complicado […] tinha muita atividade. A gente não tinha como. (Dona Rita. Entrevista concedida em 2008).

> Meu marido participava. Ele era sócio. Minha filha também era sócia. Mas tem uma coisa que com o decorrer do tempo … você sabe que hoje em dia, infelizmente, a ganância é muita. É um querendo derrubar o outro. Foi se acabando tudo depois, foi parando de receber e pronto. Acabou tudo. (Dona Cecília. Entrevista concedida em 2008).

> Eu até fui associado da primeira – APROJAM – e agora tem a AMAJAM. Só que não faz nada. Não faz nada porque não vejo fazer nada. [...] Aqui nunca vingou uma associação de moradores. É só enrolação, discussão, briga um com o outro. Um querendo tomar a vez do outro e nunca vingou. (Seu Anderson. Entrevista concedida em 2008).

> A associação de moradores aqui nem funcionava direito. Cada morador que entrava, não queria tomar responsabilidade de nada, não é? […] Nunca quis entrar nisso porque não era um negócio certo. Até o Wanderley que morreu há pouco tempo, que era da polícia, morava aqui atrás aqui, ele foi um dos síndicos daqui da redondeza que procurava a associação de moradores. Mas depois o pessoal não ia nada. Tinha uma casa ali que eles faziam reunião do quê que era melhor para aqui. Mas ninguém aparecia … acabou. (Seu Felipe. Entrevista concedida em 2008).

> Aqui teve uma associação … para você ver a importância que teve uma associação, até minha nora foi presidente de lá e tudo e tinham muitos sócios que pagavam. […] Você sabe que o último que entrou lá, o presidente, vendeu a associação? […] Vendeu a sede e comprou um carro. Isso tem mais de dez anos. […] Eu fui sócia da associação. Paguei muitos anos. Aí, quando eu vi que não dava em nada, parei de pagar. (Dona Dolores. Entrevista concedida em 2008).

> A associação aqui nunca valeu nada. (Seu Ângelo. Entrevista concedida em 2008).

O pouco prestígio conferido à associação de moradores local estaria atrelado, principalmente, ao seu reduzido potencial para solucionar problemas e atender demandas: "Aqui nunca vingou uma associação", "Nunca valeu nada", "Não dava em nada". Em parte, a associação "não funcionava direito", para usar as palavras do Seu Felipe, devido à falta de

interesse dos moradores. Seja por falta de tempo ou por não quererem assumir responsabilidade, os moradores não se dedicavam às atividades.

Contudo, a falta de apetite associativo dos moradores pode ser explicada pela própria inércia da associação e, assim, causa e efeito se confundem. Alguns moradores dizem, inclusive, que pararam de pagar a taxa por não observarem uma movimentação da associação de moradores. Outro aspecto a ser salientado relaciona-se ao comportamento da diretoria da associação de moradores: "Tem gente aqui, que deputado ia na casa dele, mas não fazia nada", "A ganância é muita". Esses trechos destacam que o ceticismo, já identificado em relação à política mais geral (a que está relacionado aos parlamentares, aos órgãos governamentais), também aparece na esfera local. Como "um quer tomar a vez do outro", no lugar de pensar no propósito coletivo, a associação de moradores não vinga. A ganância dos dirigentes da associação de moradores pode ser observada no relato abaixo:

> Você sabe que o último que entrou lá, o presidente, vendeu a associação? […] Vendeu a sede e comprou um carro. Isso tem mais de dez anos. […] Eu fui sócia da associação. Paguei muitos anos. Aí, quando eu vi que não dava em nada, parei de pagar. (Dona Dolores. Entrevista concedida em 2008).

Mesmo dispondo de contatos (com deputado, por exemplo) que poderiam viabilizar o atendimento de algumas demandas, as lideranças locais não exerceriam o papel que lhes foi atribuído por duas razões principalmente: ou estavam mais preocupados com seus interesses privados ou estavam envolvidos em disputas entre si. Os conflitos internos são destacados por Carlos:

> Aqui tem quatro associações de moradores que não conseguem se entender entre si. [...] Existem quatro cabos de força, cada um puxa para um lado. [...] Quem sofre é a população, a comunidade. (Carlos. Entrevista concedida em 2008).

Mesmo quando alegam não terem tempo para se dedicarem à associação, muitos moradores criticam a falta de empenho por parte das lideranças locais. Na fala abaixo, Dona Joana comenta a necessidade de se ter um líder forte, que assuma as responsabilidades para si:

> Tinha que ter uma associação, uma coisa mais forte para resolver isso aqui. Porque não adianta uma pessoa fazer um abaixo-assinado e simplesmente entregar e vai entregar na porta porque eles não vão receber mesmo. Vão pegar e jogar no lixo. Tinha que ter alguém que fosse mão forte. Igual quando eu morei em Realengo. Lá tinha uma Associação ... Lá tinha o

> Manoel da Associação. Ele alugava um ônibus e enchia de gente e ia parar lá embaixo no Palácio da Justiça para resolver alguma coisa. Aqui não tem, aqui não tem. O Fernando foi que prometeu aí antes da eleição. Ela veio, fez palestra aqui dentro com os moradores. Eu nem fui. [...] Aí ele prometeu que dali a uns quinze dias, ela viria e buscaria o pessoal com um ônibus. [...] Só que diz que quando ele saiu lá de dentro, ele encontrou gente que ameaçou ele. Aí ele não voltou pra buscar o pessoal [...]. Ele nem sempre vem por causa disso. (Dona Joana. Entrevista concedida em 2008).

O trecho da entrevista acima aponta dois aspectos que me parecem relevantes na vida associativa local. Um primeiro diz respeito à falta de interesse dos moradores já discutida anteriormente. A associação seria fraca porque não teria a competência para reunir um número significativo de moradores para pressionar o Poder Público e também porque não disporia de uma liderança. Dona Joana complementa:

> Já fizeram um abaixo-assinado, mas aqui eu acho que, para resolver alguma coisa, eu acho que tinha que ter uma pessoa que tomasse a frente igual à Associação de Moradores. Forte ... uma pessoa que realmente fizesse um abaixo-assinado, juntasse uma turma de pessoas e fossem lá pra fazer a reclamação, que corressem atrás. Mas assim ... vão uns e vêm uns. Ganhou, sai fora … (Dona Joana. Entrevista concedida em 2008).

Um segundo aspecto a ser salientado na primeira fala de Dona Joana tem a ver com a violência criminal, pois a candidata teria sido ameaçada ao atuar no loteamento. Assim, seria interessante pensar de que maneira a presença de milícias na região influenciaria a vida associativa local. Discutirei mais adiante as percepções que os moradores têm sobre as milícias, ou melhor, de que maneira esse grupo é visto, quais significados lhe são atribuídos e de que forma afetam as organizações coletivas locais e as relações entre políticos e moradores.

Antes, contudo, apresentarei as organizações coletivas locais. Já foram analisadas brevemente as percepções em torno da associação de moradores. Mas, afinal, existe Associação? Existem outras formas de organização local? Quais são as principais "lideranças" do loteamento?

4.4 As Associações de Moradores

Como o tema que mobiliza essa tese é a política, não poderia deixar de refletir sobre a existência e a importância da associação de moradores no loteamento Boa Terra. Reconhecidas enquanto relevante ator político, desde a década de 1940 e especialmente no período da segunda redemocratização, as associações de moradores foram responsáveis por inúmeras conquistas:

> Sem apoio do poder público e contando com recursos próprios dos moradores, essas associações de favelas, através de mutirões, construíam redes de água e esgoto, pavimentavam ruas, colocavam postes de iluminação elétrica, faziam a coleta de lixo, entre outros serviços. (PANDOLFI e GRYNSZPAN, 2002: 246)

Sem desconsiderar o processo de enfraquecimento pelo qual vem passando as associações de moradores, tema já discutido na introdução da tese, acredito ser ainda relevante analisar o papel que estas ocupam na vida cotidiana dos moradores do Boa Terra. Quando conversava com os moradores, evitava fazer muitas perguntas, pois queria refletir acerca das associações livres que as pessoas poderiam fazer a esse tema. Ou seja, não perguntei de que maneira a associação de moradores organizava demandas coletivas ou, ainda, de que forma seus direitos eram reivindicados. Tentei não impor categorias e representações que considerava relevantes para tratar desse assunto, deixando que os moradores me dissessem, afinal, o que é e qual é a importância de uma associação de moradores.

Em sua maioria, como já foi discutido, os moradores comuns[26] alegavam que nenhuma associação de moradores no Boa Terra teria sido bem-sucedida. Entre outras pessoas, conversei com Alex, 54 anos, morador do loteamento desde seu primeiro ano de vida. Ele é motorista da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e declara ter trabalhado como cabo eleitoral de diversos candidatos. Na entrevista, ele recupera um pouco da história da Associação Pró-Melhoramento do Boa Terra – APROBT – que, atualmente, não tem sede:

> [...] na época faltava tudo aqui. Aí meu pai resolveu fundar a associação. Aí chamou seu Alcino, seu Fernando [...]. Aí fundaram a Associação Pró-Melhoramento do Boa Terra, que a gente chama ABROBT, 1976. Aí fundou [...] aí consegui luz, conseguiram água. Na época só tinha só a Campo Mourão asfaltada. Aí depois asfaltou a Avenida 1, que hoje é a Pilar do Sul,

[26] Ou seja, moradores que não estavam ligados diretamente às organizações coletivas locais.

> e a Letícia pra poder o ônibus passar. E aí o ônibus passou a entrar aqui dentro. (Alex. Entrevista concedida em 2008).

A associação teria sido responsável pela pavimentação de algumas ruas, pela instalação da rede elétrica e pelo abastecimento de água. E, embora seu pai tenha sido um dos fundadores da associação, o envolvimento de Alex só aconteceu na década de 1990, depois de um período em que a associação de moradores teria sido "tomada" por militantes do Partido dos Trabalhadores. O problema maior, segundo Alex, não seria a vinculação partidária em si, mas sim o estabelecimento de ligação com um partido que não estava no poder:

> A época que a associação, ela caiu muito na época do Cléber. Por quê? Porque eles eram militantes do PT. Eles eram partidários. [...] isso em 92, por aí. Eles eram partidários; eles não eram comunitários. Só entrava na associação quem era do PT. Porque o PT nunca esteve no poder. Ele teve no PT agora [...]. Então, nessa época, a associação caiu muito. Desmoralizaram muito a associação [...]. O pessoal não queria o PT lá; o PT ia lá pra brigar. O líder comunitário não ia lá pra reivindicar melhoria. Ele ia lá pra brigar, entendeu? Então, perderam espaço. A associação caiu muito. Aí na época em 90, me chamaram pra mim sair de sócio na associação de moradores. Aí eu entrei. (Alex. Entrevista concedida em 2008).

Dona Maria, moradora do bairro e então presidente da AMABT, outra associação do loteamento, descreve esse período em que a APROBT teria sido dominada por militantes do Partido dos Trabalhadores:

> O interesse deles era fazer a associação partidária. E a associação de moradores ela não pode ser. Porque nós precisamos de todos. […] Nós não somos nós que fazemos. A gente tem que olhar pra comunidade, entendeu? A gente não gosta do prefeito, mas a gente precisa gostar porque precisamos do prefeito. A gente não gosta do governador mas tem que gostar porque nós precisamos dele. […] Tem negócios que é com o prefeito, tem negócios que é com o Estado [governo do Estado do Rio de Janeiro] […]. Então a gente tem que ter um bom relacionamento com todo ele, e não ser partidário. […] Eu fui vendo que lá eles eram completamente petistas. Eles não eram lideres comunitários, eles eram petistas. […] Eu disse: eu vou sair. Não quero saber de troço de guerra com partido que eu acho a maior besteira. […] Mesmo assim, me associei. Fui pagando. […] Eu não via serviço pra comunidade […] principalmente essa parte nossa, que sempre foi e continua sendo muito esquecida. (Dona Maria. Entrevista concedida em 2008)..

Além do enfraquecimento da associação decorrente do envolvimento estreito com um partido político, Alex destaca outros problemas que foram resolvidos graças à sua *atitude*:

> Quando foi em 90, através do seu Fernando que foi o primeiro secretário da associação, tinha uma porção de coisa errada na associação, inclusive até boca de fumo tinha dentro da associação. Então, o morador foi se afastando, se afastando. [...] Quando chegaram na hora de botar chapa, o pessoal ficou com medo porque ameaçavam as pessoas que botavam. Aí, eu falei: "Bota meu nome lá que eu vou me candidatar", entendeu? Aí o pessoal: "Ah, tu é maluco". "Maluco não, eu vou me candidatar". Maluco não. O que foi que eu fiz? Botei meu

> revólver na cintura, fui lá e falei: "Não quero mais você, você e você aqui dentro". Fui expulsando todo mundo da associação. Aí, me candidatei, ganhei. Não os proibi de virem na associação, não proibi eles de serem sócios. Só não permiti certas coisas ali dentro, entendeu? Pode ajudar a associação ... certas coisas aqui eu não quero. [...] Aí fui levantando, mas você pegar uma associação sozinho é difícil, entendeu? Fui fazendo o que podia, fui fazendo o que podia. Aí, fui tendo apoio, fui tendo apoio. Aí peguei e me afastei. Aí o César se candidatou, ganhou. Aí me botou na diretoria dele como diretor social. Queria me botar como vice. Aí eu falei que não queria. Aí eu, graças a Deus eu tinha muito conhecimento, fui botando ele nas fitas dos secretários ... tudo. Só que quando convidavam ele pra ir, ele não ia. [...] Aí, me afastei e depois me candidatei de novo. (Alex. Entrevista concedida em 2008).

O presidente da associação admite, então, a utilização da força física para acabar com as *coisas erradas* que estavam acontecendo na associação. Outro morador comentou comigo, ainda, que, ao se desentender com Alex por conta da organização de uma festa no bairro, levou um tiro dele. O caso não teria sido levado à polícia porque as famílias dos envolvidos eram amigas. O jeito autoritário e violento de Alex poderia indicar uma tentativa de privatização de uma organização que deveria ser coletiva[27] (aparelhando-a para fins pessoais). Apesar de afirmar que as decisões são feitas pelo grupo, o presidente, "ao colocar o revólver na cintura", não parece estar muito aberto ao debate.

No trecho citado, Alex destaca, não apenas a intimidação para *limpar* a associação de moradores, mas também a importância dos contatos para o atendimento das demandas *(*"Eu tinha muito conhecimento, fui botando ele nas fitas dos secretários"). Para se destacar enquanto representante dos moradores, ele precisaria exercer uma função mediadora, isto é, ele deveria ter um acesso privilegiado às instâncias de poder ("secretários") para que os problemas apresentados pelos moradores pudessem ser resolvidos. Nos termos de KUSCHNIR e VELHO (2000: 82):

> A passagem por diferentes mundos dá a alguns indivíduos a possibilidade de desempenhar, com maior ou menor sucesso, o papel de mediador. Assim, a circulação por universos distintos gera condições, em princípio, para que certos agentes sociais desenvolvam o potencial supracitado e que ativem essa competência específica.

[27] Sobre Alex, Dona Maria comenta: "O último presidente é também inelegível porque ele tem um monte de processo, já deu tiro em diretor da associação, invadiu terreno, desapropriou […] desapropriou a associação, vendeu, gastou o dinheiro".

Embora afirme que as *conquistas* de sua gestão são do grupo todo (“Todo mundo ajudou. Não vou querer ser mais que todo mundo. Todo mundo teve sua parte”), ele quase sempre fala na primeira pessoa do singular, enfatizando a *sua* importância na vida local:

> Você tem respaldo quando você faz as coisas pra comunidade. Se você fizer 99 coisas boas e não fizer uma, você não presta porque eu vou falar uma coisa para a senhora: eu dei onde morar pra umas pessoas aqui, dei o que comer, eu ajudei muitas coisas aqui e eu não tive valor. Por quê? Porque eu combati até o tráfico aqui dentro, entendeu? [...] Hoje nós temos aqui *nossos amigos*[28], mas na época não tinha. [...] acabei [referindo-se ao tráfico]. Nunca peguei um telefone para ligar pra RPMonte, pra delegacia. Eu ia lá, chamava: “Não queremos isso aqui”. [...] Vou em casa e quando eu voltar não quero ver isso mais aqui, entendeu? Então, eu vinha pra tomar atitude primeiro como morador, não como presidente da associação de moradores. [...] Eu fui ficando sozinho ... Você não vai conseguindo as coisas, eles vão te criticando. (Alex. Entrevista concedida em 2008).

Mesmo se apresentando enquanto alguém que possui habilidades de *liderança* (tem conhecimento nas instâncias de poder, tem autoridade para conter a implantação do tráfico, por exemplo), Alex se declara desmotivado. Segundo ele, a falta de retorno do Poder Público e a redução da participação das pessoas são responsáveis por seu *desgosto*:

> Eu ainda sou o presidente da associação ainda. Ainda sou presidente, eu tô registrado lá. [...] o que me desanima mais é o poder público não fazer nada. Porque eu faço ofício, faço ofício pra tudo aqui dentro só que enjoei de brigar. [...] Eu fazia assembleia, tinha umas pessoas amigas que iam. [...] Mas iam porque eram amigas. Elas não precisam da associação: são pessoas aposentadas, que moram no asfalto, que têm sua casa e iam lá por causa de mim. Mas foi enchendo. [...] Quem precisa é quem mora lá embaixo [...]. Isso foi me desanimando, desanimando. Eu desgostei. Mas eu ainda sou o presidente. Se aparecer alguma autoridade procurando, precisando de alguma informação, se tiver precisando de alguma coisa aqui. Eu to lá pra ajudar. Mas, agora, fazer o que fazia: sair daqui de madrugada, ficar até duas, três horas em reuniões, debatendo, discutindo, brigando e o morador ali tomando cerveja e jogando bola, isso acabou pra mim. [...] A comunidade dormindo, e eu correndo atrás de melhoria. (Alex. Entrevista concedida em 2008).

Ele ainda se apresenta como presidente da associação de moradores e afirma que os moradores o procuram quando precisam. No entanto, não consegui observar esse contato, tampouco sua participação nas campanhas eleitorais de 2008 e 2010 (embora ele tenha dito que participou da equipe de um candidato em 2008). Parece-me, então, que a excelência de sua função mediadora não foi reiterada, na medida em que seus contatos (*seus conhecimentos*) nas agências de poder não lhe renderam a solução dos problemas locais.

---

[28] A. parece estar se referindo ao grupo de milicianos que controlaria o local, pois estes impediriam a implantação de um ponto de venda de drogas no loteamento.

A APROJAM foi a primeira associação de moradores fundada e registrada no loteamento Boa Terra, mas não é a única. Como foi apresentado no capítulo sobre as divisões espaciais do bairro, o Boa Terra possui três divisões principais: a parte mais urbanizada do bairro, o Morro Careca e as Casinhas. A parte das Casinhas, segundo o relato de vários moradores, sempre foi a área mais precária por conta das constantes enchentes e da falta de saneamento. Diante da "paralisia" da APROJAM, alguns moradores se reuniram e decidiram fundar outra associação.

De acordo com Dona Maria, um grupo foi à Regional do bairro para buscar informações acerca do processo de criação de uma associação de moradores. No início da década de 1990, fundou-se, então, a Associação de Moradores e Amigos do Boa Terra – AMABT:

> Juntou esses amigos que eram dissidentes [da APROBT] e nós fundamos. Aí, fomos atrás para registrar e esse professor [um dos moradores que ajudou a fundar a AMABT] [...] levou todas as coisas e foi registrado federal. A AMABT é registrada federal. É uma das mais pobres [risos] e é registrada federal. Ele registrou, nós registramos tudo e nós fomos tocando para frente. (Dona Maria, ex-presidente da AMABT). (Dona Maria. Entrevista concedida em 2008).

A AMABT só teve dois presidentes: Seu Íris e Dona Maria. Por falta de novas candidaturas, Dona Maria permaneceu como presidente da associação até a sua morte em 2010. Em 2004, no entanto, por problemas de saúde, Dona Maria tentou se desvincular da associação:

> Eu já estava com a saúde precária, já não estava mais conseguindo ficar, estava cega. Não conseguia fazer as coisas e eu fico muito chateada de ficar na associação ... porque ela só é boa se for atuante. Sem ser atuante, não adianta ter se não pode correr atrás das coisas. [...] Aí comecei a correr atrás aqui para moradores ... e aí aquele problema: morador fala muito, morador fala demais. "Porque não tem isso, porque não tem aquilo". Mas quando a gente consegue as coisas: "Gente, vamos dar uma força. Precisa-se de dez moradores, cinco, oito moradores para irmos". Porque uma coisa é ir você sozinha para conversar, outra coisa é você ir com quatro ou cinco pessoas. Não é só a sua palavra. Tem, além da sua palavra, a palavra de mais três ou quatro pessoas que estavam com você. Faz diferença. E com esses homens tem que ter pressão. Não adianta você fazer um ofício, registrar e tudo e levar. Porque vai chegar lá, vai entregar, vai ficar dentro da gaveta. Adianta se você ficar fisgando ali toda hora, em cima deles. Eles vencem a gente pelo cansaço. A gente vence eles também. [...] Aí, eu sempre falando com as pessoas. [...] Nunca tinha quorum para eu sair da associação. Não tinha jeito. Eu procurava brechas no estatuto da associação para eu sair. (Dona Maria. Entrevista concedida em 2008).

A solução encontrada por Dona Maria para sair da condição de presidente foi a de convocar uma assembleia geral, quando seria colocada em pauta a questão de votar e ser votado sem restrição de ser sócio ou morador ou amigo. Como não tinha sede, a assembleia foi realizada no galpão de um policial – o Duda – que, apesar de não ser morador do Boa Terra, fazia negócios no loteamento (vendendo lotes de maneira irregular, por exemplo). Dona Maria afirma que não gostaria de envolver-se com Duda, mas, nas suas próprias palavras: "Se eu não posso com inimigo, então, tenho que me aliar a ele".

Por ser respeitado (e também temido), Duda conseguiu lotar o salão e, nessa assembleia. Dona Maria colocou em pauta a satisfação dos moradores em relação às outras associações existentes: a APROBT e a associação do Morro Careca que não era sequer registrada[29]. Nessa ocasião, as outras associações foram dissolvidas, sendo mantida apenas a AMABT. Dona Maria relembra o episódio:

> Então, botei em pauta se queriam continuar como estava com esse monte de associações só em nome e nada fazer. Porque uma atrapalhava a outra. Cansou de pedir máquina pra vir passar nas ruas, o Alex, que era presidente lá da APROBT, vim embargar e mandar voltar. Ele mandava voltar a máquina porque não precisava. Eu ia lá reclamar: "Não, Dona Maria, o seu Alex mandou voltar". "O seu Alex não é de lá da minha parte". Porque a minha associação só funcionava nessa parte sem asfalto. Então, a parte de lá continuava com o Alex. Aí vinha gente de lá para pedir para assinar documento, a pessoa dizia: "Ah, falei com o Alex, ele me mandou tomar naquele lugar e não assinou nada". "Gente, mas eu não sou daquela parte de lá". Eu ficava com pena e tinha vezes que eu fazia. […] Isso não está dando certo. (Dona Maria. Entrevista concedida em 2008).

Ainda de acordo com Dona Maria, cinco chapas foram inscritas e uma nova eleição foi marcada. Contudo, ao longo do processo que compreende noventa dias, três chapas desistiram, pois teriam ficado com medo do Duda. Por fim, a chapa do Duda saiu vitoriosa, mas ele não pode candidatar-se ao cargo de presidente, pois estaria respondendo a algum processo judicial. Sua filha, então, assumiu e ele ficou com um cargo na diretoria. No entanto, Dona Maria afirma que legalmente a associação nunca saiu do seu nome[30]. Diante desses

[29] Muitos moradores comentaram a existência de um grupo formado por moradores antigos, mas que não chegou a se converter em associação. Por falta de mais informações, não poderei analisá-lo.

[30] Duda, segundo ela, nunca tirou seu CPF da condição de presidente da AMAJAM mesmo quando sua filha era a presidente.

impasses, é possível salientar o caráter altamente burocratizado das associações, que muitas vezes comprometem a operacionalidade destas e dificultam sua regularização.

As acusações de Dona Maria ao novo presidente de fato, mas não de direito, não se restringem aos negócios irregulares que ele mantinha e à utilização da força física para colocar os moradores "no cabresto", como ela mesma diz. Ela queixa-se do trabalho dele enquanto representante da associação de moradores, pois, embora tivesse obtido alguns projetos via Poder Público, não teria sido bem sucedido:

> Aí eu botei esse cidadão [Duda]. Nenhum dos dois [dos candidatos das duas chapas inscritas] prestava, mas […] tudo o que ele [Duda] faz, ele faz às claras. Se tiver que matar um fulano, vai dizer foi fulano que matou. Não se esconde, como é o caso do outro que é mais covarde. Mas Duda não podia ser candidato porque ele tem processo. […] Então, ele foi e botou a filha, botou uma filha que estava se formando para advogada […]. E ele entrou na diretoria. […] Aí ele entrou como vice. […] Mas aí entrou, foi uma decepção muito grande, nada fez. E … com esse negócio político […] colocou um político [Carlo Caiado] aqui dentro, pegou um dinheiro grande do homem, nada fez, o homem não teve voto nenhum aqui e acabou ainda sujando, queimando porque aí queimou. Porque o cara tinha um plano de fazer aqui dentro. Acabou não fazendo nada. Depois ficou … eu tentei falar com ele diversas vezes depois disso, não consegui falar. […] Já no final da campanha eu fui procurada, mas já estava no final da campanha. Aí entrou não fez nada. E era pra dois anos, que de 2004 pra cá ele já está a coisa … ele está inelegível. […] Ela, dois anos depois, ela não convocou nova chapa, nem reunião, nada, nada, não faz nada. E ele entrou na política, já entrou para deputado federal, não ganhou. […] Ele é manipulador porque político, é policial, não é, é da P2. E da P2 é uma inteligência. Ele é super inteligente para determinadas coisas porque, para política e para presidente, ele é burro demais, muito burro. Eu confiei mais na filha dele, como advogada. […] Era uma outra imagem que eu tinha porque ele, como policial, ficava por trás, controlando a parte de violência, a parte policial, e ela na parte burocrática. […] A segurança [risos] faz as coisas daquele jeito, no grito. No caso dele, é no grito. […] Conclusão: nada foi feito. [...] Quando eu entreguei a associação para esse meu amigo. Tava tudo encaminhado. Nós tínhamos aqui um monte de projetos. Então, nós tínhamos a cozinha comunitária que era uma coisa essencial. […] A cozinha comunitária me foi oferecida quando César Maia foi pela primeira vez prefeito. Ele me ofereceu a cozinha comunitária, ele me chamou lá e me ofereceu. Sendo que o seu César Maia tem uma mania dele lançar projetos, mas ele não dá estrutura. […] Então, eu teria que ter um local para botar a cozinha comunitária, ainda tinha que ter … ser aprovada por engenheiro, toda azulejada, piso anti-derrapante e fogão industrial. Então, é uma série de coisas que eles exigem, mas não davam a estrutura. A única coisa que a prefeitura dá é a comida. [...] Entreguei pra ele a cozinha comunitária […]. Entreguei para ele o gari comunitário para ficar aqui fazendo a limpeza do Boa Terra todo. Era a associação de moradores que regia o dinheiro, que fazia o pagamento […] só para morador do lugar, mulher e homem que tivessem desempregado, 600 reais […]. A papelada já estava toda pronta […]. O primeiro emprego do jovem, agente comunitário de saúde, mulheres em ação […] só para passar de casa em casa para saber as necessidades […], eletricista comunitário […] tudo isso entreguei o ofício. E ele não botou nada para frente. (Dona Maria. Entrevista concedida em 2008).

Não me aproximei muito do Duda ao longo da pesquisa, mas seu nome foi mencionado por muitos moradores por conta das atividades que ele desenvolvia a partir do

"Amarelinho do Duda"[31], das suas candidaturas (candidatou-se uma vez a deputado federal e outra vez ao cargo de vereador) e também dos projetos que desenvolveu por meio da associação de moradores, tais como "Cozinha Comunitária" – Programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Prefeitura, que, de acordo com relatos que obtive no campo, não foi bem sucedido. Tive a oportunidade de conversar com ele uma única vez[32].

Logo no começo da conversa, Duda quis mostrar as fotos das atividades que já desenvolveu no Boa Terra. Conhecido como "O Amigo das Comunidades", além de festas, ele fez limpezas em valas dos loteamentos. Ele comenta, com lágrimas nos olhos, que já fez muitos sacrifícios pela "comunidade", que fez doação de comida inclusive. Disse não interpretar como traição dos moradores suas duas derrotas enquanto candidato. Sua felicidade residiria apenas no fato de ter oferecido ajuda.

No decorrer da nossa conversa, ele tentou resolver, com um funcionário seu, o problema de documentação de uma moradora que pretendia se casar. Prometeu a ela a festa de casamento a ser realizada no galpão que atualmente não é mais seu[33]. Fomos interrompidos algumas vezes por moradores (crianças e adultos), que demonstravam apreço por ele[34].

Mesmo sem ser perguntado, Duda falava do seu trabalho enquanto policial militar, reforçando que nunca havia cometido nenhuma irregularidade. Talvez por conhecer as críticas que usualmente lhe são feitas, disse explicitamente que nunca matou pessoas para resolver os problemas locais. Segundo ele, toda resolução foi feita conforme a lei, ou seja, os criminosos foram presos para "acertarem suas contas com o pai da sociedade" – o juiz. Duda fez questão de me mostrar marcas de tiro que têm na barriga. Ele não fez comentários sobre sua gestão na associação de moradores. Enfatizou apenas sua dedicação à "comunidade", com o investimento de seus próprios recursos para resolver problemas públicos e privados.

---

[31] Galpão de propriedade do Duda para a realização de reuniões e, especialmente, festas.

[32] Embora só tenha conversado com o Duda uma única vez, encontrei com ele em algumas atividades do bairro: campanha eleitoral, inauguração da Clínica da Família etc. Vale ressaltar que ele não é morador do Boa Terra.

[33] O galpão foi vendido para uma pessoa interessada em desenvolver projetos sociais – ligados ao meio ambiente – no loteamento. Durante o período de campo, não tive mais informações a respeito desse possível projeto.

[34] No final da conversa, fui à casa de uns moradores mais amigos meus, que ironizaram Duda, alegando que toda sua sensibilidade era fingimento.

Não obtive mais informações sobre o funcionamento da AMABT. Dona Maria, no começo de 2010, estava ainda tentando desvincular-se da associação de moradores. Sua última tentativa foi a de organizar, junto ao grupo comunitário local, uma nova eleição. No entanto, ela faleceu antes que isso pudesse ocorrer.

Nota-se, com esse breve histórico, que as associações do Boa Terra não tinham grande potencial para reunir os moradores e organizar as demandas coletivas: "A maior participação que eu tive na associação, na minha época de presidente, foram 27 pessoas numa reunião", desabafa Dona Maria. Alex, que também presidiu uma associação, comenta que seu desânimo é decorrente da falta de interesse dos moradores: "A comunidade dormindo, e eu correndo atrás de melhoria".

Pouco se falava sobre as demandas que teriam sido atendidas através da associação. A ênfase era dada quase sempre nas qualidades das lideranças: Dona Maria apresenta-se como pessoa experiente (pois já tinha participado da associação dos moradores do bairro onde morava anteriormente) que sabia pressionar o Poder Público ("vencendo no cansaço"); Alex destaca sua coragem (demonstrada por meio do uso de armas, inclusive) e seus contatos privilegiados e Duda apresenta-se como alguém generoso que ajuda as pessoas por meio de seus recursos econômicos.

Embora reclamem da falta de participação dos moradores nas reuniões e nos encaminhamentos da associação, o que indicaria a valorização de um trabalho coletivo, Dona Maria e Alex destacam a importância de seus contatos pessoais com os políticos para o atendimento das reivindicações. A. afirma: "Você só consegue aquilo [projeto] se estiver com quem está no poder". Muitas vezes, a relação com o político é comprometida por conta do comportamento dos moradores. Dona Maria relata que um candidato iria pavimentar algumas ruas do bairro em período de campanha, o que é proibido pelo TRE, e os próprios moradores telefonaram para denunciá-lo. Alex também descreve que numa visita do então prefeito César Maia um morador jogou um objeto nele.

A relação com o Poder Público, tido como omisso, pode ser bem-sucedida se houver um político mediando esse contato. Da mesma forma que a liderança media a relação do político com a população local (para a conquista do voto), este, através dos seus contatos e

acessos, teria maior facilidade para resolver os problemas do loteamento. Os presidentes das associações de moradores são os únicos atores que disputam a posição de mediação entre os políticos e os moradores?

Seria interessante, então, discutir a presença de outros atores na vida política do loteamento, como o grupo comunitário e o animador cultural do Boa Terra. Na próxima seção, concentrar-me-ei no papel do grupo comunitário local: O que é? Como foi formado? Quais são seus objetivos? Quem participa? Na seção subsequente, analisarei o trabalho desenvolvido por Carlos, o organizador de eventos no loteamento.

4.5 O Grupo Comunitário – novas configurações do associativismo local?

Criado em janeiro de 2008, o centro – então denominado Grupo de Apoio Comunitário (GAC) – oferecia diversos cursos gratuitos para os moradores do Boa Terra, tais como: artesanato, capoeira, ginástica, kung-fu. O grupo funcionava de segunda a sábado num salão coberto, localizado na última rua asfaltada antes de chegar na área das Casinhas. Os membros do grupo eram voluntários e faziam um revezamento para manter o grupo funcionando diariamente. Janaína, uma das fundadoras, narra a gênese do grupo:

> O grupo GAC surgiu de uma roda de amigos. Estávamos conversando. Aí, surgiu a ideia de fazermos alguma coisa pela comunidade. Ninguém tinha se interessado por aqui. Porque no momento a gente não tem uma associação que responda aqui. [...] A associação, no momento, ela está inelegível. Então a gente se reuniu para que alguma coisa fosse feita em relação à comunidade que está, num todo, abandonada. Porque aqui existem 26 mil habitantes aqui nessa área que a gente sabe que é carente [são os agentes de saúde que contabilizam]. Com esse levantamento, surgiu a ideia de formar um grupo [formado por moradores que estão há mais de 15 anos no loteamento]. As pessoas mesmo da comunidade estão se doando aí porque tem tanta atividade que está acontecendo hoje que a gente está espantada. Eu estou estarrecida porque é tudo voluntário. Os próprios moradores são os próprios professores. [...] Já estamos registrados [o grupo] para que a coisa fique na comunidade. (Janaína. Entrevista concedida em 2008).

Para participar do grupo, era necessário fazer uma inscrição. Em caso de alunos menores de idade, uma declaração dos pais era solicitada. Ao preencher a ficha para matrícula, o primeiro documento exigido era o título de eleitor, depois pediam RG e CPF. Além da inscrição, alguns materiais eram solicitados para a participação nos cursos. Nas aulas

de artesanato e grafite, os alunos deveriam levar linha, agulha, tecido, lápis de cor, canetinha, folha e borracha. Nas aulas de lambaeróbica e *hip hop* eram exigidos o uso de tênis e de "roupa decente". Além disso, nos cursos de ginástica e *kung fu* era necessário o atestado médico.

Embora apresente o GAC como uma iniciativa de um grupo de amigos que resolveu "fazer algo pela comunidade", Janaína destaca que, para seu funcionamento, a *parceria* estabelecida com o candidato a vereador pelo DEM – Democratas – Carlo Caiado era imprescindível. Ele estaria pagando, desde maio, pelo espaço onde o grupo funciona. É importante ressaltar ainda que dentro do GAC funcionava o projeto "Guaratiba Feliz", coordenado pela equipe do mesmo vereador, que oferece ginástica, sobretudo para a terceira idade. O vereador estaria pagando ainda um espaço para que pessoas do bairro pudessem fazer aula de hidroginástica, também de graça. Segundo Janaína:

> Esse grupo foi desde janeiro. Mas hoje a gente fez uma parceria porque eu acho que onde não gira renda é difícil você conseguir alguma coisa. É nesse espaço aqui que o Carlo Caiado, vereador, ele fez uma parceria para que a coisa acontecesse. Porque hoje em dia ninguém vai a lugar nenhum sozinho. Então, a ideia é que fique alguma coisa para que, mais tarde, a gente puxe projeto para a comunidade. Tem tantos projetos da prefeitura, da Petrobras, vários e, no entanto, não acontece nada. Isso é o que acontece aqui. O quê que a gente está tentando fazer aqui? Mais tarde a gente quer ter um local próprio para que continue esse projeto. Não é bem um projeto porque projeto tem início, meio e fim. [...] Isso é um grupo registrado que a gente vai dar sequência. (Janaína. Entrevista concedida em 2009).

Janaína menciona, com certa frequência, a necessidade de um "respaldo político" para a resolução de problemas no loteamento. Sua relevância residiria não apenas na manutenção do projeto em si, mas também na possibilidade do atendimento de outras demandas, tais como envio de ambulância em casos de emergências, promoção de atividades para viabilizar a documentação dos moradores, etc. Ao dizer que "ninguém vai a lugar nenhum sozinho", Janaína parece estar reiterando a ideia de que o político profissional é capaz de exercer uma mediação entre a população e o Poder Público fundamental para a melhoria das condições de vida no Boa Terra. Além do acesso aos órgãos públicos (e sua capacidade de *puxar* projetos), o político teria também recursos financeiros para solucionar problemas pontuais.

Em conversa com Janaína e Geni, outros membros do grupo, elas falaram sobre a expectativa que têm em relação aos moradores e, sobretudo, aos usuários do GAC. Segundo

elas, as pessoas precisam estar conscientes de que para dar continuidade ao trabalho o apoio ao vereador Carlo Caiado é fundamental. Para não transgredir a legislação eleitoral, o nome do vereador não aparece nos muros e nem no nome do grupo, mas dentro da sede havia uma faixa: "O GAC agradece o apoio do vereador Carlo Caiado".

Elas criticavam várias vezes os moradores do local que, de acordo com elas, só queriam facilidade e benefícios mais individualizados. Por diversas vezes, disseram que esses moradores "não pensam no social". No lugar de apoiar um político aqui para resolver um problema pontual e específico, elas disseram que precisavam fazer algo *maior*, que atendesse toda a comunidade. A ideia, segundo D., é que futuramente a comunidade seja mais participativa.

A distância entre "nós" (grupo) e "eles" (moradores) é bem marcada na fala das duas. Elas dizem, por exemplo, que os jovens são muito mal orientados e "têm a mente vazia" e que, por conta disso, elas buscavam no dia a dia reeducá-los. Os líderes locais, segundo elas, só procuravam se beneficiar e aguardar para que mais "favores" fossem concedidos na próxima eleição. S. (a mais enfática delas) criticou também as pessoas que procuravam o vereador para pedir emprego: "Por que você não bota o currículo embaixo do braço e vai procurar emprego?".

Quando as pessoas, na ocasião das inscrições, perguntam se esse não seria um "projeto eleitoreiro", S. responde que depende da participação da comunidade. Além de estar se referindo ao fato de que é preciso ter alunos inscritos e frequentando as aulas, acredito que estivesse falando também do retorno esperado no dia 5 – dia da eleição. A equipe de coordenação entregava o material do candidato aos alunos do GAC e pedia que estes fizessem o mesmo entre seus familiares.

De maio a outubro, observei algumas aulas e também alguns eventos realizados. Foi organizado um evento no GAC (com apresentação das turmas de *hip hop* e lambaeróbica) no dia em que Carlo Caiado fez uma carreata no bairro. Nessa ocasião, ele assistiu as apresentações dos alunos, parabenizou-os e pediu o apoio destes. Disse que não faria promessas, mas que trabalharia para converter o GAC em uma referência na região.

As eleições passaram e Carlo Caiado se elegeu. Não obteve, porém, a votação que era esperada no Boa Terra. Os membros do grupo alegam que, por conta disso, ele queria apenas financiar o projeto "Guaratiba Feliz", coordenado por funcionários do seu gabinete na Câmara. Por não aceitarem o encerramento das demais atividades do GAC, houve uma intensa disputa pelo espaço. Janaína, que era a locatária do imóvel, não aceitou repassá-lo para o vereador e, juntamente com outros membros do grupo, decidiu dar continuidade ao GAC. Nesse período, houve uma fragmentação: algumas pessoas seguiram com a equipe do vereador (e continuaram com a ginástica num outro espaço) e outras permaneceram vinculadas ao grupo.

O aluguel da sede do grupo, antes financiado pelo vereador, foi assumido pela diretoria do grupo, que contava agora com novos membros. Numa tentativa de marcar um recomeço do grupo, outro nome lhe foi dado: Apoio Único da Força Comunitária – Apoio Comunitário. Sandra, membro da nova equipe, afirmou que o Apoio Comunitário não tem "interesse eleitoreiro" e seu único objetivo é o de oferecer oportunidades em prol da "comunidade" que não teria muitas opções. Como a participação no Apoio Comunitário não pode ser pensada como uma profissão (pois todos continuariam prestando serviços voluntários), Sandra asseverou que o novo grupo não queria mais atrelar-se a nenhum político[35], garantindo, assim, sua autonomia.

Além das aulas realizadas de segunda a sábado, o Apoio Comunitário organizava nos finais de semana alguns eventos, tais como: bingo, churrasco, show com grupo de pagode, apresentação de grupos de dança e capoeira etc. Num dos bingos realizados, a nova presidente do grupo – Jurema, conhecida como Jô – fez um discurso no microfone. Ela falou da luta travada pelos membros do grupo para manter o "projeto"[36] e destacou também que nem sempre os moradores ajudavam da maneira que era esperada[37]. Ela ressaltou, mais de uma vez, que a ajuda da comunidade era fundamental para a continuidade do projeto. Seu tom era

---

35 Vale destacar que Janaína não compartilhava dessa postura. Mesmo tendo rompido com Carlo Caiado, ela continuou afirmando a necessidade de ter um apoio político para o desenvolvimento do grupo.

36 Era comum utilizar o termo projeto como sinônimo de grupo comunitário.

37 Segundo Jô, o grupo organizaria um almoço com a comunidade, mas ele acabou não acontecendo porque as pessoas não vêem a importância em contribuir para esse momento de confraternização. Ela parece decepcionada com o comportamento dos moradores que, de maneira geral, pensam que o grupo pertence a algum político, não compreendendo, portanto, que o objetivo do Apoio Comunitário é apenas ajudar.

de cobrança, mas as pessoas que estavam no evento pareciam não dar muita importância ao que ela dizia. Todos continuaram conversando, comendo e bebendo.

Como frequentava o loteamento praticamente toda semana, observei que o grupo encontrava-se fechado por diversas vezes. Em fevereiro de 2009, não muito tempo depois da ruptura com o vereador Carlo Caiado, Janaína me informou que havia saído do grupo, mas que ele ainda estaria funcionando. Segundo ela, sua visão era muito distinta da dos demais membros do Apoio Comunitário. Ao decidirem não recorrer a nenhum político para a manutenção do grupo, Janaína decidiu desvincular-se. Segundo ela, a recusa à participação de um político não se deve à vontade de garantir a autonomia do Apoio Comunitário, mas à intenção de lançar a candidatura de Ivo, também membro do grupo. Diferentemente dos outros, Janaína alega ter grande conhecimento sobre política, além de vinte anos de trabalho na comunidade e, por isso, não gostaria de estar atrelada a um projeto aparentemente não promissor e que estava direcionado a um interesse particular – que seria a candidatura de Ivo.

Mencionando sua experiência, ela considera que o político não traria apenas recursos financeiros, mas também projetos e programas, indispensáveis para o "progresso" do Boa Terra. Seu *know-how* político confirmar-se-ia, por exemplo, pela ligação que teria recebido de uma Organização Não-Governamental sueca para que ela auxiliasse na execução de um projeto no Boa Terra. Ela seria, portanto, reconhecida pela habilidade em realizar "trabalhos na comunidade".

Os outros membros do grupo, em tom acusatório, afirmam que Janaína estava interessada em obter vantagens econômicas: "Ela saiu porque viu que não iria lucrar sem um político". Ivo, citado por Janaína como possível candidato a vereador, disse que esta teria saído do grupo, pois não queria trabalhar como voluntária nem queria arcar com as despesas do grupo.

Os conflitos no grupo não se encerraram com a saída de Janaína. O Apoio Comunitário fragmentou-se novamente pouco tempo depois e, dessa vez, da diretoria anterior, apenas Jô permaneceu. Na versão sustentada por Ivo (que admitiu ter intenção de se candidatar), sua mãe e sua tia, Jô seria extremamente autoritária, além de desonesta, pois teria utilizado os recursos obtidos através da Casa da Moeda para fins privados. Ao relembrar sua

participação no grupo, Ivo fala dos projetos que pretendia desenvolver, tais como a criação de um escritório modelo, em parceria com uma universidade privada, para atender os moradores do loteamento. Segundo Ivo, nada disso teria sido possível por conta da postura centralizadora de Jô, que visava apenas seu próprio benefício econômico.

Também conversei com Jô a respeito do grupo e obtive, como era de se esperar, outra versão do episódio. Remontando ao início do seu envolvimento com o grupo, Jurema afirma que o grupo, em sua origem, tinha finalidades políticas, e não comunitárias. Ou seja, o GAC havia sido criado apenas para divulgar a campanha de Carlo Caiado. Ela aceitou participar, meio a contragosto, porque, com a perda do apoio do vereador, o grupo estava enfrentando dificuldades para efetuar o pagamento do aluguel.

Desde sua entrada, no entanto, ela teria criticado a iniciativa de se "linkar"[38] a um político "por necessidade de ganhar dinheiro". Sua primeira iniciativa foi a de mudar o nome do grupo para Apoio Comunitário. Mas, de acordo com ela, os antigos viam o "projeto" como meio de diversão e de ganhar dinheiro. Ela critica o tipo de política desenvolvida no Boa Terra, definida como "política de promessas vãs", na qual os moradores seriam "burros de parelha" e o loteamento seria um curral. A ideia que ela apresentou é que, com o Apoio Comunitário, os moradores venham a ser capacitados para que um "político de dentro" seja forjado.

Em novembro de 2010, ela afirmou ter doze atividades em funcionamento e 690 alunos inscritos. O Apoio Comunitário contaria ainda com as seguintes parcerias: Casa da Moeda, Cruz Vermelha e Universidade Gama Filho. Jô pretende também construir uma biblioteca comunitária, uma horta e um centro de reciclagem, em parceria com a COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana. A presidente do grupo me mostrou ainda os vídeos da enchente de abril de 2010, onde estava registrada a ajuda prestada pelo Apoio Comunitário. Apesar de apresentar muitas propostas para o desenvolvimento local e de já ter realizado um Fórum para discutir direitos humanos na Zona Oeste[39], o grupo não parecia estar

38 Trata-se de um termo utilizado por Janaína que denota ligação, estabelecimento de parceria.

39 O Fórum foi realizado no Centro Esportivo Miécimo da Silva, situado no bairro de Campo Grande.

muito ativo. Como já foi mencionado, encontrei o Apoio Comunitário por diversas vezes fechado e os moradores comentavam que ele funcionava menos que antes.

As disputas em torno do que deveria ser o grupo evidenciam diferentes sentidos atribuídos à vida política pelos moradores do Boa Terra. A distinção entre grupo político e comunitário, proposta por Jurema, demonstra que a categoria político é identificada de forma negativa, isto é, ela compreende o período em que os políticos vão ao loteamento, motivados única e exclusivamente pela busca de votos (a ideia de curral eleitoral, mencionada por Jô, está embutida nessa representação). Já, na perspectiva de Janaína, o "respaldo político" seria indispensável para a solução dos problemas locais. Ela não parece desconsiderar o "interesse" dos políticos, mas a parceria com estes seria a maneira por excelência (se não a única) de atender às demandas. Jurema, no entanto, acredita que o caminho é estabelecer parcerias com outras organizações ou até mesmo instituições públicas, e não com a "pessoa" do político.

4.6 O "Animador Cultural"

Nas conversas com os moradores, um nome era sempre recorrente quando se falava dos eventos realizados no loteamento: Carlos. Embora não fosse mencionado sempre com apreço e admiração, os bingos e as festas organizados por ele pareciam ser parte importante da vida local:

> Tem uns eventozinhos. Tem um tal de Carlos que ele inventa de vez em quando umas festinhas aí em cima. As festinhas ele mesmo faz ... aniversário do bairro, carnaval e às vezes São João. (Dona Dolores. Entrevista concedida em 2008).

CHAVES (2003:21), em sua pesquisa sobre o município de Buritis, em Minas Gerais, pretende "compreender o significado da festa em sua eficácia política [o que] implica nela reconhecer a encenação e atualização de valores tidos como fundamentais". A festa, prossegue a autora, tem um vínculo histórico com a política e manifesta a dimensão fortemente personalista da política tal como é experimentada em Buritis:

> A festa subverte o sentido moderno da política. Acontecimento, ela não constitui a dimensão pública como âmbito abstrato, patrimônio e realização comum de individualidades. Dimensão pública abstrata que é a garantia legal das prerrogativas essenciais do indivíduo: autonomia, igualdade e liberdade. Dimensão pública na qual tem lugar o exercício da cidadania em sua acepção clássica. Em lugar disso, a festa celebra uma comunhão de vida, temporalmente inscrita e emocionalmente sustentada. (CHAVES, Ibid.: 67).

A festa inscreve uma diferença essencial entre os políticos e "os outros", evidenciando a dimensão do poder. Contudo, "os outros" não devem ser pensados como iguais. Entre esses "outros", há aqueles que, por estarem mais próximos dos políticos, dispõem de maior prestígio. Esse parece ser o caso de Carlos, o organizador de eventos do bairro. Mesmo quando o político não está presente fisicamente, a identificação de Carlos com algum candidato já é suficiente para marcar uma presença simbólica deste. Em entrevista realizada no período da campanha eleitoral de 2008, Carlos, morador do loteamento há 47 anos, comenta sua motivação para a organização de eventos:

> *O que eu faço de evento na comunidade é porque gosto do povo mesmo e vejo a carência da comunidade, criança, principalmente.* [...] Sou muito visado, muito procurado, muito caçado. [...] Você tem dificuldade pra fazer esses eventos e tem muito pouco recurso financeiro. Se você me perguntar: "Carlos, como é que você faz isso tudo?" Não tenho nada, não faço nada de errado, tudo o que eu faço é transparente. E isso a gente faz com a ajuda dos moradores ... dos moradores não porque o morador contribui com a presença, que é muito importante. [...] Eu me projetei uma pessoa muito popular aqui onde eu moro. [...] Eu comecei a fazer eventos tem uns vinte [anos]. Eu sempre fui voltado para o esporte, para o lazer, para uma boa reunião ... aquilo que é bom, é de festa, é comigo. (Carlos. Entrevista concedida em 2008).

Segundo Carlos, a organização de eventos é muito cansativa. Exige bastante e esforço sacrifício ("Eu até esqueci de mim um pouco"). Por conta disso, ele seria uma pessoa valorizada pelos moradores e mesmo aqueles que não lhe têm apreço são forçados a reconhecer que seu trabalho é bom:

> Eu adoro ver as pessoas sorrir. E, com isso, eu até esqueci de mim um pouco. Eu nunca tive propósito de vir como candidato, assim ... de me projetar. Até porque eu acho você tem que ter a grana. [...] Acho eu que 50% do bairro me pede candidato. [...] me expresso na comunidade com o coração, não é com hipocrisia, não engano ... as coisas comigo são bem transparentes: é 8 ou 80; é sim sim, não não. Sou pavio curto, gosto mais de gente que de dinheiro, está entendendo? Então é minha forma ... então, as pessoas ... Claro que a gente não consegue agradar a todos (...) mas grande percentagem da comunidade, mesmo aqueles que não gostam é obrigado a olhar assim com os olhos: "é, tenho que tirar o chapéu para esse cara porque ele é um lutador, é um guerreiro". Porque eu faço com transparência, pô. (Carlos. Entrevista concedida em 2008).

A projeção no bairro se deve, em sua opinião, não apenas ao escopo do seu trabalho, mas também à autenticidade. Os eventos que promove estariam de tal forma atrelados à vida social do loteamento que ele não precisaria nem registrá-los, pois "a própria história são as pessoas como testemunha". Embora tenha afirmado que não tem vontade de se candidatar, Carlos, em outro momento da entrevista, já considera essa possibilidade por conta da valorização de seu trabalho que visa à ampliação da visibilidade do Boa Terra:

> Eu vou ser sincero para você, não vou dizer dessa água não beberei, mas eu não tenho nenhuma pretensão de ser nada porque a gente não é nada e já sofre uma perseguição. É obrigado a só acertar. [...] Eu fiz cem eventos na comunidade. Quando eu errei um, me jogaram pedra e me botaram na cruz. [...] Fazia bingos com eletrodomésticos porque a gente sabe a carência do lugar onde a gente mora [...] Queima de fogos, espetáculo pirotécnico. [...] É, queima de fogos. Então, tudo pra marketar o bairro, pra chamar atenção do poder público [...] "Oh, aqui as pessoas precisam de alguma coisa". (Carlos. Entrevista concedida em 2008).

Ao perceber o vácuo deixado por uma associação de moradores pouco ativa e articulada, Carlos tenta estabelecer uma relação de mediação entre o Poder Público (materializado, muitas vezes, na figura de algum parlamentar) e o loteamento Boa Terra. Ele critica a associação de moradores, mas não só. Reclama ainda dos candidatos que não são *sérios*, isto é, não parecem dispor dos recursos necessários para a resolução dos problemas de uma população que es*tá sofrendo*:

> [...] são [...] cabos de força; cada um puxa pra um lado e ninguém consegue se entender. [...] então quem sofre é a população, é a comunidade. Eu, percebendo isso ao longo dos anos, é que fui me projetando. As pessoas me perguntam às vezes se eu sou presidente da associação de moradores [...] porque uma praça de esporte antes não tinha; agora está começando a ter. [...] Eu já consegui iluminação pra essa praça. [...] A associação de moradores é um caso seríssimo para nossa comunidade porque, para que o poder público seja ... nós trabalhamos, nós vivemos com três esferas no país, politicamente falando, federal, municipal e estadual. Então, nós dependemos. Não adianta ninguém correr de política porque política existe: somos governados. Então nós temos prefeito, deputado, governador, presidente da república. Não adianta a gente correr disso. Nós vivemos dia a dia com política. [...] a CEDAE é política, a polícia civil é política, todos os órgãos públicos é política. Então, o bairro vive governado. Se ele não tiver governo, ele vai à decadência. [...] Tem pessoas aqui que brincam de ser candidato, brincam de política e esquece que a comunidade está sofrendo... as valas negras. Então existe uma política séria, tem que fazer uma política séria na comunidade para você ter uma credibilidade. Isso aí eu tento passar para os moradores. (Carlos. Entrevista concedida em 2008).

Para resolver questões relativas à organização dos eventos (como solicitação para fechamento de rua, por exemplo), Carlos tem que transitar pela Prefeitura e pela Câmara.

Assim, ele acabou sendo *filmado* pelos "políticos" e começou a trabalhar no gabinete de Carlo Caiado. Nas palavras de Carlos, sua forma de fazer política dar-se-á alinhavando contatos, fazendo levantamento de problemas no bairro e encaminhando para os políticos. Ele descreve sua atuação:

> Começou com o Rodrigo Dantas, subprefeito. Devido ao trabalho que eu faço ... então tem que passar pelos trâmites, da documentação [...] então, eu estava sendo filmado. "Venho, em nome dos moradores, solicitar ...". Eu boto os moradores, não boto Carlos. Carlos vem lá embaixo, assinando como o responsável pelo ofício, mas o pedido vai em nome dos moradores. E a associação não aprendeu isso aqui: que é associação *de moradores*, não é associação do Carlos. [...] Aí, o Rodrigo Dantas, como subprefeito, ficou olhando meus documentos, perguntando: "Mas você faz isso sozinho?" "Não, existe aí uma comissão organizadora com umas cinco pessoas [...] mas na hora de pegar no arado mesmo, é o Carlos sozinho mesmo, só que existe milhares de pessoas ajudando, só que no anonimato. Então, não aparece. Me ajudam e me ajudam e muito. [...] *Eu quero o melhor para a população e para a humanidade. As pessoas viram isso.* Aí, o Rodrigo me chamou pra conversar e tal, me ofereceu um emprego e tal. [...] Não houve uma vaga no Rodrigo [gabinete] porque o trem tava lotado, o vagão tava lotado. [...] Aí eu fui levando ... aí o Caiado, me levaram no gabinete do Caiado e isso vai um ano e quatro meses, com o propósito, lógico, de, quando chegar a eleição, eu ajudar ele. Eu vim trabalhando pouco antes da eleição. Faço uma agenda ... Mas só que eu vinha *alinhavando os trabalhos* ... na rua que tem que asfaltar [...]. Então, ele me ajudou e eu aceitei o desafio político. (Carlos. Entrevista concedida em 2008).

Foi realizado um evento no GAC (com apresentação das turmas de *hip hop* e lambaeróbica) no dia em que Carlo Caiado fez uma carreata no bairro. No carro de som, que andava na frente do carro de Caiado, estava Carlos. Ao microfone, ele pedia que os moradores do Boa Terra "apoiassem" esse candidato que já estava trabalhando pelo bairro e que pretendia fazer muito mais.

Em setembro, semanas antes da realização dessa carreata, fui informada de que haveria um Evento Gospel no local. Como o patrocinador do evento[40], segundo Ana (moradora do loteamento), era o Caiado, resolvi comparecer. Enquanto o palco estava sendo montado, algumas pessoas da igreja (que era responsável pelo evento juntamente com Carlos) distribuíam papéis com mensagens religiosas e também um panfleto assinado por Carlos.

Carlos reconhece que muitas pessoas criticam seu apoio ao Carlo Caiado por conta da origem social deste, que é da Barra da Tijuca, e não da Zona Oeste, mais pobre, onde está situado o bairro de Guaratiba. No entanto, ele justifica sua opção por um "político de fora":

---

40 Fui informada de que o candidato pagaria o palco e a iluminação.

> Existem candidatos na comunidade que não têm condições de serem eleitos. Não que eu esteja menosprezando e desmerecendo ... porque você tem que ter pelo menos um milhão pra fazer campanha. [...] "Ah, mas o cara mora na Barra, veio da Zona Sul" [refere-se ao candidato Carlo Caiado]. Mas o cara, graças a Deus, tem condições. [...] Agora vamos ver qual é a linha que ele tem pra comunidade. Por exemplo, teve que vir um garoto da Barra, o Caiado, para ele fazer uma praça de esporte que há 59 anos eu moro e não vi no bairro. [...] um lugar que tem mais 5000 crianças e adolescentes não tem lugar de lazer é um absurdo. [...] A claridade e a iluminação dão segurança à população. [...] Eu acredito nele. Acredito porque acompanho no gabinete dele um ano e quatro meses. Me mostrou vocação, dinamismo. [...] Mas é uma pessoa que mostrou ter criatividade, dinamismo, credibilidade. Criatividade em política é muito importante; e vocação. (Carlos. Entrevista concedida em 2008).

Nesses dois eventos, é possível pensar que o papel de Carlos na campanha de Caiado foi extremamente importante. Ele, na condição de morador antigo e de organizador de festas, fez a mediação entre o candidato e a população do Boa Terra. Sua "credibilidade", aparentemente conquistada por conta da dedicação ao lazer e ao entretenimento local, seria transferida para o candidato que ele está apoiando. Carlos seria, portanto, "intérprete cultural" (VELHO, 1999) do candidato, capaz de "introduzi-lo" naquele contexto específico.

A atuação de Carlos também demonstra que o espaço para a disputa de quem pode falar *em nome* do bairro está aberto. Sem estar vinculado a nenhum grupo e/ou organização, ele converte-se em "liderança" porque consegue reunir os moradores em eventos e atividades organizados por ele, em parceria com os comerciantes locais e com políticos. Sua *visibilidade* teria sido conquistada entre os moradores por conta das festas e entre os políticos por conta dos ofícios levados aos órgãos públicos. Graças a essa popularidade, ele foi convidado a participar de diversas campanhas eleitorais:

> Não engano os moradores pra pegar voto: "Oh, vou asfaltar sua rua amanhã" [...] Mentira, eu trabalho com o que eu tenho. O que me prometeram uma coisa politicamente e não cumpriram tem briga porque eu não posso ficar mal com a comunidade. (Carlos. Entrevista concedida em 2008).

Carlos acredita que os problemas ainda existentes no loteamento são decorrentes, em parte, da escolha dos próprios moradores, que, segundo ele, não estudam o candidato e se *vendem* por qualquer promessa. Reclama, mais uma vez, da acusação feita por candidatos locais de que o vereador Carlo Caiado não *ajudará* o loteamento Boa Terra porque não é *da área*. Sobre os "políticos de dentro", ele chega a afirmar que: "Essas pessoas que dizem que

são daqui e nunca deram um doce na comunidade". Além disso, como já foi discutido, Carlos se apresenta como alguém que possui habilidades para alinhavar os contatos e resolver, assim, os problemas locais:

> [...] a população peca muito ... como é que eu vou dizer para você ... uma grande parte dos moradores, não falando mal dos moradores, me entendam bem; politicamente falando, *os moradores pecam muito porque ele não estuda o candidato; eles se vendem por uma bola ou talvez pela emoção de um amigo*. Eu não posso ... se a minha irmã sair candidata, só porque é minha irmã eu vou ajudar a ela? Não posso [...] *A primeira coisa que eu tenho que ver é o melhor para o meu bairro, não importa quem seja que vai fazer.* Tá fazendo bem? É bom? Então vamos sentar ali e conversar. [...] "Ah, ele mora em Niterói". "Está bom, você mora aqui e nunca fez nada". [...] Tudo que eu fiz, eu fiz para um dia ver o Boa Terra crescer, crescer socialmente [...]. *Consegui algumas coisas, mas falta muito. Consegui o colégio.* [...] O nosso esgoto está dando problema porque a obra, na época, não teve estação de tratamento. [...] Esse é um dos maiores propósitos do vereador Caiado. Então, pedi pra ele incluir. Chegou Brisa, Sepetiba e Pedra. Chegou pertinho da gente, mas por falta de uma associação de moradores forte não está aqui também. Aí eu que não sou nada que tenho que estar lutando por essas coisas. (Carlos. Entrevista concedida em 2008).

O clientelismo pode ser, então, racionalmente justificado em torno de dois eixos: pela necessidade de ajustamento a condições de possibilidade tidas como insuperáveis; por uma lógica instrumental (é preciso "dar" algum retorno para legitimar-se como líder local e entrar na rede de clientela).

A política, apesar de conter múltiplos sentidos, parece estar atrelada à possibilidade de personalizar e se manter em constante contato com responsáveis por órgãos públicos e parlamentares, os quais seriam indispensáveis para a realização de melhorias no loteamento ("Você tem que ter essa pessoa para te ajudar"). Nesse sentido, ter contato personalizado é dispor de maior habilidade para prestar ajuda. O período eleitoral seria um momento em que a política emerge de maneira mais evidente no cotidiano das pessoas, ou seja, é o período de se alinhavar contatos e estabelecer acordos. Se *fazer política* ("trabalhar" para/com um candidato) é positivo, no sentido de que disponibiliza recursos (contatos com as instâncias de governo, projetos públicos etc.) antes inviáveis, aliar-se ao político *errado* pode ser muito negativo, já que o desapontamento com o candidato compromete a imagem do mediador local junto aos moradores do loteamento. O contato personalizado, que associa sentimento e razão, seria, portanto, instrumental.

4.7 A Gramática da Política Local

Nas seções anteriores, procurei analisar os significados atribuídos à política e aos políticos, apreendidos não apenas pelas falas dos moradores comuns, mas também pelas atividades empreendidas pelas organizações locais e por suas "lideranças". Entre os moradores do loteamento, a política estaria diretamente ligada ao tema da infraestrutura local, sendo, portanto, assunto cotidiano. Contudo, o "interesse" dos políticos (que dão materialidade ao Estado, tido como ente externo) para solucionar os problemas locais estaria bem definido temporalmente – de uma forma tal que nos aproxima do conceito de "tempo da política", desenvolvido por PALMEIRA e HEREDIA (já explicitado anteriormente). A desconfiança seria, portanto, a marca da relação entre os políticos e a população local, pois, apesar de reconhecerem ser esse o caminho por excelência para o atendimento das demandas (até porque as organizações coletivas locais não cumpririam com a expectativa dos moradores, qual seja, a de solucionar problemas/atender demandas), os políticos, depois das eleições, não respeitariam o acordo estabelecido, que seria o de "lutar" pela região.

Tal desconfiança pode ser vista como o "afeto" que separa a concepção "comunitária" do cotidiano local que define, por contraste, o tempo da política. A lógica instrumental do personalismo (sentimento e razão) define a divergência entre o interesse dos políticos, que, por sua vez, definem a natureza não comunitária da política, e o interesse coletivo da comunidade. A cidadania se define em termos da infraestrutura de serviços ("bens de cidadania"), a qual é a mediação entre o Estado e a vida cotidiana (a "comunidade" de interesses, não a "sociedade). A ação coletiva, embora não possa interferir nesta dualidade - que é constitutiva, imanente à vida social -, pode interferir sobre o "estado" da mediação. Essa interferência não deve se realizar como conflito explícito de interesses entre os "políticos" e a "comunidade", e sim da escolha de uma aliança adequada, ou seja, aliança de interesses representada pela doação recíproca, espécie de instrumentalização do dom, cuja categoria central é a ajuda (a eleição do político e a oferta de infra estrutura). A ajuda, então, subjetiviza e personaliza (sentimento) o direito, isto é, o conflito impessoal entre interesses.

Fica demonstrado, portanto, que pelo menos o Boa Terra se caracteriza por uma lógica fortemente marcada pela política personalista e particularista típica das relações de clientela. No entanto, a crítica generalizada aos mediadores locais e aos "políticos" também demonstra que não se trata do clientelismo tradicional, mas da constituição de máquinas em um mercado político que transiciona voto por "melhoria" (DINIZ, 1982). E "melhoria", como demonstra Carlos – o animador cultural - , é um termo vago que não se refere apenas a dispositivos de serviços institucionais – inclui recursos de lazer (festas, bingos), cuidados pessoais (esportes para crianças e idosos, possivelmente creches), instrução (cursos independentes da educação regular), etc.

A importância do político-mediador é evidenciada também nas organizações coletivas locais. Seus presidentes e dirigentes enfatizaram a importância de se ter contatos para o atendimento das reivindicações locais, pois, de acordo com seu "realismo instrumental", é preciso manter uma boa relação com aqueles que dispõem de recurso para "ofertar". Além de pressionar os órgãos públicos através de abaixo-assinados, uma associação, para ser bem-sucedida, precisa ter um bom relacionamento com todos (com o Poder Executivo e com o Legislativo). Para tanto, Dona Maria assevera, não se pode aceitar dinheiro para trabalhar na campanha de um candidato:

> Se o vereador e o deputado chegam aqui, paga pra você cinquenta mil reais pra você trabalhar pra ele na campanha, paga ali pro outro cem mil, pro outro duzentos mil, ele tem compromisso com você? Ele tem? Não tem porque ele já te pagou. O benefício que você queria, você pegou só pra você. (Dona Maria. Entrevista concedida em 2008).

Carlos, o organizador de eventos no bairro, que sempre trabalha com algum candidato (e é remunerado para isso) também reitera a importância de aliar-se a um político para a obtenção de serviços e equipamentos públicos para o bairro. Segundo ele, a Escola Municipal Tatiana Memória, recentemente construída no Boa Terra, teria sido obtida graças ao contato com o vereador Carlo Caiado e com a deputada Solange Amaral.

Os conflitos narrados no interior do grupo comunitário também põem em relevo o tema do político-mediador: uns são a favor, enquanto outros são contrários ao estabelecimento de parceria com político. Jurema, além de não concordar com o estabelecimento de vínculos

com políticos, propõe a construção de outras parcerias por meio da elaboração de projetos pelo Apoio Comunitário. Ela me mostrou diversos projetos sociais a serem submetidos às seleções públicas (como a da Petrobras, por exemplo).

A nova versão do Apoio Comunitário realiza suas ações e seus objetivos por meio de projetos, pois através destes são obtidos os financiamentos. Para ser bem-sucedido, o grupo precisa estar realizando constantemente algum projeto e buscando parcerias. A mediação seria, então, a atividade principal para o sucesso do grupo.

Mesmo não elaborando projetos, como faz a presidente do Apoio Comunitário, outros atores relevantes na vida política do bairro também atuam no sentido de manter e ampliar seus contatos: Janaína e Carlos, especialmente. Em suas falas e ações, os dois reiteram a importância de estabelecer contatos diversos, sobretudo com políticos que dispõem de ampla rede, capaz de solucionar mais eficazmente os problemas do Boa Terra e alcançar o sucesso no "mercado político" (com a adesão política e a obtenção de votos). O "respaldo político" de que fala Janaína ou a necessidade de "ter alguém para ajudar" mencionada por Carlos são exemplos desse ajustamento à "máquina política". Trata-se de uma modalidade (particularista) de organização do clientelismo em um contexto de competição no mercado político. Ou seja, eles atrairiam contatos que, por possuírem uma rede ainda mais ampla, atenderiam suas demandas. Nota-se, portanto, que não há divergência estratégica (isto é, na lógica da ação) entre esses atores, apenas diferença entre táticas: em um caso há a defesa de adesão a máquinas de composição de interesses (políticos/comunidades locais); em outro, defesa da criação de máquina local.

4.8 Moradores e Milícia: uma relação complicada

Antes mesmo de começar a pesquisa, imaginava que tal área também fosse controlada pelo grupo de milicianos denominado "Liga da Justiça". Esse grupo paramilitar, formado por policiais e bombeiros que podem estar ou não na ativa, estaria sob o comando dos irmãos Jerominho e Natalino, vereador e deputado estadual, respectivamente. A ideia, antes mesmo

da entrada no campo, era pensar de que maneira a existência de milícias influenciaria nas relações entre os moradores e os "políticos", mas também nas relações dos moradores entre si.

Entrar nesse tema, no entanto, não era tarefa das mais fáceis. Parecer invasiva num assunto como esses poderia significar o rompimento das minhas relações com esses moradores. Minhas perguntas eram sempre muito genéricas: você gosta de morar aqui? Você se sente seguro? A resposta a essas perguntas foi quase sempre a mesma e pode ser sintetizada em algumas falas:

> Dizem que tem problema [de violência] lá pelas casinhas, que tem bandidagem. Mas não chega aqui. Graças a Deus. (Seu Paulo. Entrevista concedida em 2008).

> Eu saí de lugar brabo [São João de Meriti], cheguei num lugar manso. Aí eu gosto daqui. (Seu Mario. Entrevista concedida em 2008).

> Eu não vou dizer que o loteamento é uma maravilha. O que você vê ... está aí nos jornais nacionais [referindo-se às noticias sobre milícias], o que saem nos jornais ninguém precisa falar (...). Vê o jornal agora, se eu disser pra você que isso aqui é uma maravilha, você ouve o jornal tal dia. Você vai dizer: "Puxa, a Dona Cecília falou que era uma maravilha, mas isso aí é uma maravilha? Entendeu? Pra mim, é uma maravilha. Mas sem violência hoje em dia não existe lugar. Todos os lugares ... (Dona Cecília. Entrevista concedida em 2008).

> É um lugar tranquilo. Você não vê briga, você não vê tiroteio. [...] Não tem bandido aqui não. (Dona Joana. Entrevista concedida em 2008).

> O que a gente desejava era mais silêncio, mais calma [...] mas acontece que a gente vê isso muito pior nos outros lados. Então eu acho que aqui dentro a gente está até no céu. (Dona Dolores. Entrevista concedida em 2008).

> É calmo. Essa parte nossa [asfaltada] aqui é calmo. [...] Lá para baixo dizem que tem muito disso muito daquilo [...] sai uma briga, sai outra coisa [...]. De vez em quando vem de fora, deixa o corpo aqui. [...] Uma vez ou outra a gente escuta que mataram um. Mas por quê? Porque era safado, porque era malandro,era isso, era aquilo. (Dona Rita. Entrevista concedida em 2008).

> É calmo. Aí os caras vão fazendo, vão fazendo e eles vão só segurando, só segurando e quando é daqui a pouco eles tum [imitação de tiro]. Aí aparece uns dois, três mortos. Um tempo desse aí, o vizinho aqui desse portão preto tem a Brasília [carro] velha, roubaram ... na porta dele ali. [...] Nessa noite eles roubaram para mais de 20 carros. [...] Aí descobriram ... sei que a turma pegou eles aí e foram nove parar na vala[41]. (Seu Anderson. Entrevista concedida em 2008).

41 "Parar na vala" é uma expressão popular que significa ser assassinado.

Seu Anderson fala de maneira mais direta da existência de um grupo que cuida dos casos de assalto no loteamento. Ele fala de uma "turma": "é um pessoalzinho que tem por aí. Essa tal de milícia. Assim, não deixa virar bagunça. É por isso que aqui não tem boca de fumo. Se tem, está na escondida". Outros moradores falam disso como se fosse um mal necessário. Dona Lúcia, por exemplo, relembrou o período dos irmãos Jerominho e Natalino. Segundo ela, o Boa Terra está mais violento (com pequenos roubos), o que não acontecia na época deles. Se, por um lado, eles eram os únicos que entravam no local (no período de campanha), por outro, não deixavam a violência se espalhar.

Ao falar das campanhas eleitorais de 2006, Carlos também relembra o tipo de atuação dos irmãos. Ele falou que eles não ameaçavam a população diretamente, mas os membros de sua equipe trajavam toucas pretas (estilo de bandido, segundo ele) e colocavam medo nas pessoas. Mas disse que, apesar das ameaças indiretas, ele continuou fazendo. Disse que preferia morrer ou se mudar a deixar de fazer campanha no bairro que ele mora há mais de 30 anos. Lilian, professora de um projeto de alfabetização do Estado, também fala que o loteamento é muito tranquilo, que não tem tráfico. E, prossegue, quando tentam implantar os milicianos impedem.

Embora fale da milícia como sendo algo positivo, na medida em que evita a implantação do tráfico e, consequentemente, o incremento da violência no Boa Terra, a mãe de Lilian, Dona Maria fala do assassinato de três pessoas da sua família. Segundo ela, todas as mortes estavam ligadas a uma família de policiais que mora no local. Ela parece justificar as mortes, apesar de sentir as perdas, por meio do possível envolvimento desses parentes com o uso de drogas. A violência parece, então, ser admitida enquanto "mal necessário" que, apesar de ser distinto da violência moralmente injustificada, possui um fundo comum que é a visão autoritária e violenta da ordem social.

Assim, mesmo tendo essas mortes na família, Dona Rita fala do bairro como um lugar tranquilo onde se pode entrar e sair a qualquer hora do dia. Ela disse que inclusive esquece a porta aberta da casa justamente porque não há motivo para preocupação. Ao mesmo tempo em que diz ter tranquilidade no loteamento, ela diz que seria necessária a existência de

policiamento no local. Segundo ela, o Batman[42] andou se escondendo por lá também, sendo muito comum a utilização do loteamento como local de esconderijo porque não há presença da polícia.

A presidente e um dos professores do grupo também falam de maneira mais direta sobre a existência de milícia no loteamento. Leonardo, o professor de *kung fu*, diz, no começo da entrevista, que seria delicado tratar de alguns assuntos, pois estaríamos numa "área miliciosa". A presidente do grupo confirma a presença da milícia e, assim como Janaína (ex-membro do grupo comunitário), fala da cobrança de taxas, não apenas para os motoristas de transporte alternativo, mas também para os comerciantes locais. A presidente fala que no Boa Terra existe milícia de "contra-cheque e escudo no peito", ou seja, milícia formada por policiais ainda na ativa.

No período em que morei no loteamento, pude observar com maior frequência o trânsito de uma viatura de polícia no loteamento. Vi, mais de uma vez, o motorista da viatura parado num bar, bebendo e conversando com outros moradores. Tratava-se de um morador, identificado como "Pedala", que seria responsável pelo controle das atividades lucrativas locais. O Pedala, de acordo com alguns interlocutores, seria o mais violento dos milicianos locais: ele conversaria menos e agiria mais.

Os moradores, de maneira geral, evitam citar nomes ou falar mais detalhadamente sobre o assunto. Seu Jader, por exemplo, não fala muito do assunto e diz que não se *mistura*. Já Seu Anderson afirma: "Eu não tenho muito contato com eles não". Ou, ainda, como Dona Joana que descreve como se comporta diante de alguma situação violenta:

> Mas eu, pra mim, eu não vejo nada, eu não sei de nada. [Se alguém lhe pergunta] "Vó, mas aconteceu isso assim, assim. A senhora viu?". "Não, meu filho. Essa hora eu já estava dormindo". Não sei. Não sou obrigada a ver nada, nem sou obrigada a falar. (Entrevista concedida em 2008).

Esse tipo de resposta além de denotar cuidado, ou seja, um senso de proteção (diante da possibilidade de retaliação), também indica uma tentativa de diferenciação (ou de limpeza

[42] Batman faria parte do grupo miliciano "Liga da Justiça", comandado pelos irmãos Jerominho e Natalino.

moral[43]) entre moradores e pessoas envolvidas com grupos milicianos. A prática de diferenciar-se daqueles que estão envolvidos com atividades ilícitas não é novidade, já que não é recente a identificação das favelas, dos loteamentos e dos bairros populares como *locus* da violência:

> Como se sabe, até os anos 1980, a representação negativa da favela como lugar da pobreza e da marginalidade era contrabalançada por sua valorização como berço do samba, do carnaval e da cultura popular. Desde os anos 1980/1990, porém, as favelas passaram a ser tematizadas quase que exclusivamente pela violência e insegurança que trariam aos bairros. (LEITE, 2008: 116-117).

Como também aponta LEITE (Ibid.), falar em "favela" na cidade do Rio de Janeiro remete a um repertório simbólico que compreende diversos "territórios da pobreza", tais como conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e/ou clandestinos e bairros periféricos. Desse modo, é possível pensar que, não apenas "a favela" (tal como é designada pelo IBGE), mas também os loteamentos são percebidos enquanto "territórios da violência". Tal percepção, prossegue a autora:

> [...] se traduz nas metáforas de "guerra" e de "cidade partida" entre o "asfalto" e as favelas, faz transitar parte da discussão da violência do campo da segurança pública para um terreno moral, onde os moradores de favela são tomados como cúmplices de bandidos pela via das relações de vizinhança, parentesco, econômicas e da política local. Sua convivência com bandos de traficantes de droga nos mesmos territórios de moradia é percebida como expressão de sua "moralidade duvidosa". A submissão dos moradores de favela à chamada "lei do tráfico" vem sendo percebida como uma escolha entre esta e a "lei do país", como uma opção por um estilo de vida que rejeitaria as normas e os valores intrínsecos à ordem social. Para esta formulação, aqui residiria a raiz de uma forte ambiguidade que marcaria as relações dos moradores de favelas com as redes criminosas sediadas nesses locais, levando-os a buscar proteção e apoio destes, bem como a protegê-los da polícia. (LEITE, Ibid.: 117)

Com a divulgação cada vez maior da mídia em torno do "problema das milícias", é possível pensar que os moradores de territórios que se encontram submetidos ao seu controle também apresentam uma preocupação em distinguir-se dos demais. Mesmo não condenando explicitamente tais práticas, os moradores não querem ser percebidos como envolvidos,

---

[43] Utilizo aqui a expressão *limpeza*, tal como desenvolvida por Machado e Leite (2008), para designar a tentativa de alguns moradores de se distanciarem dos grupos milicianos, tidos como *sujos moralmente*.

“misturados”. Um exemplo disso é Seu Anderson, que diz não ter muito contato com o “pessoalzinho”, mas faz a uma avaliação até positiva da turma:

> É porque eles não deixam implantar boca de fumo ... essas coisas não se criam aqui. Porque, a bem da verdade, tinha um menino que aqui era o chefinho, era um bandidinho aí, cria daqui mesmo [...] dizem que deram overdose nele e mataram ele. Mas ele era muito temido aí. Mas nêgo roubava. Se roubasse a sua televisão, você chegava pra ele [nome do chefe]: “Fizeram isso, isso e isso”. Aí ele ia ver. Se fosse da turma dele, ele mandava pegar o aparelho e levar na sua casa. [...] é aquele negócio: eles só pegam mesmo os caras que já estão pedidos. De vez em quando eles estão juntando um ou outro aí. No carnaval passado mesmo ... Eles vão só juntando, só juntando e aí quando eles chegam para cobrar ... Mataram um esses dias aqui cinco horas da manhã. Trabalhava na Michelin. Aí: “Ah, mataram o cara enganado. Agora ele era crente, estava trabalhando na Michelin, você vê” ... mas disse que antes disso aí ele fez umas zonzeiras por aí. (Seu Anderson. Entrevista concedida em 2008).

Em pesquisa realizada na favela do Pereirão, ROCHA (2009) discute que o silenciamento dos moradores diante das “ameaças” existentes e dos momentos de conflitos não teria uma função meramente reativa, qual seja, a da impossibilidade de falar sobre o assunto. A autora prossegue:

> Silenciar sobre os eventos violentos (ou sobre a possibilidade deles acontecerem) tem também a função de garantir a “segurança ontológica” [...] dos moradores, sua confiança na continuidade da rotina e na normalidade do fluxo de suas vidas, quando esses apresentam sua localidade como um ótimo lugar para morar, “tranquilo”, “em paz”. (ROCHA, Ibid.: 169).

Ser reticente em relação ao assunto “milícia” ou enfatizar a tranquilidade do loteamento, comportamento generalizado no loteamento, pode ser pensado como evitação, como tentativa de não se contaminar. E, mesmo reconhecendo a existência de episódios violentos, a violência no Boa Terra, segundo boa parte dos moradores entrevistados, seria amenizada por conta da violência generalizada, que atinge mais gravemente outros territórios. Quando comentavam sobre a existência de algum grupo que, além de controlar algumas atividades lucrativas (tais como transporte alternativo, televisão por assinatura, gás etc.), ofereceria segurança aos moradores, era comum a percepção de que tal grupo de fato garantiria uma certa “ordem” no lugar. De maneira geral, os assassinatos dos milicianos teriam ligação com o envolvimento da vítima em alguma atividade condenável, como a tentativa de implantar tráfico no local. Nas palavras de Dona Rita: “Uma vez ou outra a gente escuta que mataram um. Mas por quê? Porque era safado, era malandro”. Contudo, nem todos

os moradores deixavam de ressaltar que a existência de ligação com "paradas erradas" não seria justificativa para o assassinato de pessoas.

Dona Sônia, por exemplo, que disse não haver mais "donos" do Boa Terra, relatou dois episódios de violência relativamente recentes. Num deles, o rapaz foi assassinado num bar quando estava com o filho no colo. O assassino pediu para que a vítima tirasse o bebê do colo, antes de executá-la. Outro homem teria sido assassinado por uma criança que desceu de uma kombi. O menino teria caminhado até o bar onde estava a vítima e assassinou-a na frente do próprio filho, na hora em que estava saindo de um bar para ir para casa almoçar. Sônia ficou emocionada ao relatar, sobretudo, o último caso, pois se tratava de um vizinho de sua filha. Ela teria participado do aniversário do filho dele, após sua morte, e o menino não aceitou apagar as velas, pois queria que o pai o fizesse. Sônia chorou ao relembrar esse dia. Quando perguntada sobre o "motivo", ela disse que escutou dizer que um roubava pequenas coisas e o outro estaria envolvido com drogas. Mas ela deixou claro que isso não justifica retirar a vida de ninguém.

Embora não tenha sido meu objetivo acompanhar mais detalhadamente a dinâmica de coordenação do grupo "miliciano" local, não pude deixar de observar algumas situações em que o controle das milícias atingia as questões domésticas dos moradores do Boa Terra. Num outro momento da minha pesquisa, pude observar um conflito entre Janaína, então coordenadora da campanha do candidato à deputado estadual Coronel Jairo e Jorge, que havia auxiliado na campanha do mesmo. A discussão envolvia a acusação de não pagamento do serviço prestado. Jorge gritava na casa da Janaína que esta não havia cumprido o combinado, ou seja, ela teria pago um valor menor pelo seu trabalho. Os dois estavam exaltados e, quando Janaína disse que ele não deveria falar com ela dessa forma (sobretudo porque estava dentro de sua casa), Jorge se retirou, mas disse que procuraria o seu Dionísio para conversar. Diante disso, Janaína respondeu: "Pode procurar. Seu Dionísio é meu amigo". Citar "Seu Dionísio" na discussão parecia fazer sentido para os dois, mas não para mim. Afinal, quem seria Seu Dionísio? Por que ele estava sendo acionado numa discussão que envolvia duas pessoas que trabalharam juntas numa campanha?

Cheguei a pensar que Seu Dionísio fosse funcionário do deputado Coronel Jairo, mas, conversando com Janaína, descobri que se tratava de um policial militar, morador do bairro, conhecido por "mediar" conflitos entre os moradores. Dias depois do desentendimento entre Janaína e Jorge, Seu Dionísio telefonou para a residência de Janaína e eu mesma atendi a ligação (pois, na época, estava morando na casa dela). Como ela não estava em casa, ele não quis adiantar o assunto, pedindo apenas que ela desse um retorno. Transmiti o recado assim que ela chegou em casa e Janaína não demonstrou grande preocupação, reafirmando que se tratava de uma pessoa amiga. Segundo Janaína, ela teria ido até a casa de Seu Dionísio, dias depois do telefonema, conversado sobre a situação e explicado que não estava devendo dinheiro algum ao Jorge. Seu Dionísio teria, então, acreditado na "amiga", não fazendo nada em relação ao assunto. Mas o que poderia ter feito? Qual é o tipo de atitude esperado de um mediador como esse?

Não consegui conversar com muitos moradores acerca desse assunto especificamente, isto é, sobre a existência de policiais militares responsáveis por "administrar" conflitos entre moradores. Mas obtive relatos de que Seu Dionísio seria mais "tranquilo", que preferiria conversar a resolver os problemas de forma mais violenta. Já "Pedala", mencionado anteriormente, seria mais violento. Pelo que pude apreender, estes policiais resolveriam questões de toda natureza (problema entre marido e mulher, dívidas, entre outros), mas a forma de intervir, nesses casos, dependeria do policial acionado.

A impossibilidade de acompanhar de perto situações em que tais agentes foram acionados pelos moradores, embora inviabilize minha capacidade de tecer maiores comentários sobre as maneiras pelas quais eles se relacionam, não compromete a reflexão sobre a influência desses atores na vida cotidiana dos moradores do Boa Terra. Não seria possível, por exemplo, dizer se estes policiais são percebidos como mediadores em todas as partes do loteamento. Contudo, a observação de que o nome destes é lembrado na regulação de conflitos já indica que a penetração desses personagens não estaria restrita apenas à vida econômica local (com o controle de diversas atividades lucrativas), mas também nas relações de vizinhança e mesmo familiares, como informou Janaína. E na vida associativa local? Esses policiais converter-se-iam em obstáculo para a organização dos moradores?

De acordo com os moradores que exercem alguma função de liderança, seja organizando evento ou atuando na coordenação das atividades do grupo comunitário local ou da associação de moradores, os "milicianos" teriam um respeito, pois reconheceriam a seriedade do seu trabalho, especialmente, por conta dos anos em que exercem essa função. Nesse caso, negar a interferência das milícias em suas atividades pode ser pensado enquanto estratégia para a valorização de si. Sendo ou não estratégia de valorização, é possível pensar, através dos relatos dos moradores comuns, que a milícia, embora nem sempre seja nomeada como tal, representa um obstáculo à entrada de alguns candidatos. Dona Joana, por exemplo, comentou que Fernando teria sido impedido de cumprir uma promessa de campanha por conta do grupo miliciano local. Se a mediação exercida pelos moradores de um determinado bairro parece ser importante para o estreitamento das relações entre o político e a população de uma maneira geral, nesses territórios controlados por milícia o contato com alguma liderança local parece ser a maneira mais segura de estabelecer essa relação.

Um membro do grupo miliciano local – Lilico – candidatou-se a deputado estadual nas eleições de 2010 pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Ele, que havia sido assessor do vereador Jerominho, distribuiu adesivos que foram fixados em vários carros de moradores do loteamento. Nesses adesivos, só observei o nome do candidato. Nem o número, nem o partido apareciam. Era como se ele dispensasse as apresentações. Afinal, ele é morador do Boa Terra e até seu número de candidatura foi escolhido por conta da linha de ônibus Campo Grande-Boa Terra.

A campanha de Lilico, morador do loteamento Boa Terra, foi menos intensa que a dos demais candidatos. Não recebi material de campanha, embora houvesse uma pequena distribuição, e não presenciei corpo-a-corpo do candidato. Muitos adesivos foram colados em carros, antes mesmo do início da campanha e inúmeras placas do candidato foram colocadas ao longo da Estrada do Magarça, que dá acesso ao loteamento, e, especialmente, no próprio Boa Terra.

Na foto da placa, Lilico sorria. Sua vinculação ao bairro parecia evidente, não apenas pelo número da candidatura que faz referência à linha de ônibus local, mas também pela letra de seu *jingle* que se destinava diretamente ao "povo de Guaratiba". O *jingle* apontava Lilico

como a solução, uma vez que os demais políticos não teriam um compromisso de verdade e, após as eleições, abandonariam a população: "Nós estamos cansados, perdemos a fé de tantos candidatos que prometem e metem o pé". Mais uma vez, a dicotomia "políticos de dentro" e "políticos de fora" parecia ser o cerne da campanha eleitoral. Mas, no caso de Lilico, não só.

O candidato pelo PRTB havia sido assessor parlamentar do ex-vereador Jerominho, preso por chefiar milícias na Zona Oeste em parceria com seu irmão, o deputado estadual Natalino. Atualmente, Lilico estaria tentando dar continuidade ao "trabalho" dos "irmãos" e seria um dos responsáveis pelo controle do local não apenas no que se refere à segurança, mas também às atividades lucrativas do bairro (especialmente, o transporte alternativo).

Lilico não inviabilizou a realização de campanha de outros candidatos, embora apareça em alguns relatos como violento, já tendo executado muitas pessoas. Janaína, coordenadora da campanha do Coronel Jairo, teria procurado por ele para explicar seu envolvimento com outro candidato. Segundo ela, ele teria aceito a justificativa de que ela já havia trabalhado anteriormente para o Coronel e de que precisava do dinheiro. E disse que Lilico não teria sido tão compreensivo com Carlos, o organizador de eventos do bairro, que fora impedido de colocar material de campanha no loteamento por conta da sua má relação com Lilico.

Este esteve presente à inauguração da Clínica da Família, mas não teve direito à fala. Geni, moradora do bairro e membro da equipe do Coronel Jairo, disse que em um dos materiais de campanha do Lilico ele se apresentava como um dos responsáveis pela construção da Clínica da Família no Boa Terra. Mas o fato de não ter sido escolhido para falar, segundo ela, deixava claro que ele não tinha nenhuma ligação com essa "conquista". Sua relação com o prefeito, no entanto, não me pareceu ruim. Em evento realizado num galpão de uma das principais ruas do bairro, o prefeito estava apresentando seu candidato a deputado federal – o secretário da Ordem Pública –, Rodrigo Bethlem, na companhia de Lilico. Nesse dia, Eduardo Paes teria apoiado sua candidatura como "representante local".

Mesmo afirmando que Lilico era miliciano, o que certamente é amedrontador, alguns moradores fizeram criticas à sua atuação no bairro por não haver trabalhado para a obtenção de melhorias no Boa Terra. Segundo Jô, presidente do grupo comunitário local, e Janaína, a

candidatura de Lilico não seria "pra valer". Seu principal objetivo seria o de tirar votos de outros candidatos e impedir que alguém "de fora" se estabelecesse na sua região. Também Leonardo, professor do grupo comunitário, afirma que os candidatos locais não teriam feito nada pelo Boa Terra[44].

De acordo com matéria publicada no jornal *O Globo*, de 21 de novembro de 2010, Lilico obteve 1.417 votos na 243º Zona Eleitoral e 700 desses foram obtidos nas seções do Ciep Posseiro Mário Vaz, situado no Boa Terra. Com essa votação, Lilico conquistou a vaga de suplente, mas faleceu logo em seguida. Embora tenha sido o quarto mais votado na 243º ZE, Lilico não ganhou de outros candidatos locais, como é o caso do Fernando. Esse resultado e também o não "fechamento" do bairro sugerem que, embora tenham se rearticulado após a prisão de seus principais líderes, a milícia local parece ter perdido seu potencial de controle, possibilitando, assim, um maior trânsito de outros políticos em algumas de "suas áreas".

[44] Quando sugeri gravar a nossa conversa, Leonardo disse que era preciso ter cautela, pois estávamos em uma "área miliciosa".

5. O "Tempo da Política": as campanhas eleitorais de 2008 e 2010

Dando continuidade à proposta de analisar os diferentes significados atribuídos à política para, então, comparar com a linguagem dos sentimentos elaborada por BARBOZA FILHO (2008), desenvolverei uma reflexão acerca das situações em que os políticos e os moradores estão em contato. Como foi evidenciado na percepção dos próprios moradores (e em tantos estudos de antropologia da política), a política em sua forma mais explícita tem uma temporalidade bem marcada. Fora do tempo da política, ela é assunto de conversa entre vizinhos, por conta do esgoto a céu aberto ou pelas imensas filas do posto de saúde, ou seja, sua presença no dia a dia é sentida, sobretudo, pela precariedade da infraestrutura do loteamento. No entanto, se, por um lado, os assuntos políticos (ou melhor, os que deveriam ser solucionados pelos políticos profissionais) são frequentes, por outro, a atividade dos políticos é sazonal. Diversos moradores em variados contextos demonstram sua frustração diante dessa postura, reconhecida de maneira geral como interesseira.

Ao longo da pesquisa de campo observei contatos diretos entre políticos e moradores apenas no período de campanha eleitoral. Fora do "tempo da política", a menção aos políticos era feita por meio de moradores, especialmente quando estes organizam eventos com o auxílio do político. Discutirei, então, as estratégias e os discursos dos políticos-candidatos para auxiliar no processo de convencimento do eleitor. Como a perspectiva aqui abordada não é a de que o voto deve ser pensado enquanto ação individual, direcionada para a realização de objetivos previamente estabelecidos, e, sim, a partir de sua inserção e significados sociais, analisarei os recursos acionados pelos políticos nas suas interações com os moradores.

Se a tentativa de aproximação entre representantes e representados parece óbvia (na medida em que os primeiros seriam os porta-vozes das demandas dos segundos), o mesmo não ocorre com a discussão sobre as maneiras pelas quais os políticos constroem tal aproximação. Em outros termos, "não é óbvio como o tempo da política é vivido pelos políticos" (HEREDIA, 2002: 81). Como representantes e representados se relacionam? Em

que termos? Em quais arenas/espaços? Concentrar-me-ei na campanha de alguns candidatos a vereador e a deputado estadual, que investiram mais no loteamento (com placas, panfletos, carros de som e eventos), realizadas nos anos de 2008 e 2010. Antes, contudo, farei uma breve apresentação dos termos pelos quais a relação políticos profissionais e população será aqui analisada. Vale destacar, ainda, que analisarei apenas a disputa entre candidatos para os cargos de vereador e deputado estadual que têm um perfil de atuação mais concentrado, isto é, com bases geográficas específicas. O recorte baseia-se na exemplaridade das disputas que compreendem cargos "mais próximos" (aqueles que conferem um aspecto mais regional a questões e temas mais gerais), como o de vereador, deputado estadual e prefeito, pois, apesar de ser acirrada em todos os níveis, a competição entre candidatos parece mais dura entre aqueles que disputam o mesmo território e o mesmo tipo de eleitor (ou seja, que pertence a segmentos específicos da população).

5.1 Pensando a Representação Política

O conceito de representação política, embora tratado de forma difusa e não diretamente tematizado, aparece em praticamente toda a reflexão sobre o Estado e a política. O primeiro estudo seminal mais sistemático sobre o referido conceito foi produzido por PITKIN, em 1967, e permaneceu como referência praticamente exclusiva, segundo LAVALLE e ARAÚJO (2008), até 1995, quando Bernard MANIN publicou um livro sobre o governo representativo.

Para PITKIN (1967: 08), o conceito de representação, em seu sentido mais básico, é assim definido: "representation means, as the word's etymological origins indicate, re-presentation, a making present again". Não só isso: "[…] representing here means acting in the interest of the represented, in a manner responsive to them." (PITKIN: 1967, 209).

Representar, sob este ponto de vista, é agir de maneira substantiva por outros, levando em conta a existência de reciprocidade na relação entre representantes e representados e a exigência paradoxal de tornar presente, de alguma forma, alguém que não está. O estudo de

PITKIN propõe uma alternativa à visão mais ortodoxa de que a representação corresponde aos atos e às intenções dos indivíduos. Segundo ela, a representação não seria um atributo individual, mas, sim, uma atividade social, no sentido de uma ação coletiva. Tratar-se-ia de uma representação substantiva, na qual o representante age por outro, tomando decisões, e o representado se submete e honra os compromissos estabelecidos por seu representante.

Historicamente, a literatura tem enfocado a discussão mandato-independência enquanto um paradoxo. Afinal, deve-se adotar a perspectiva de que o poder foi delegado ao representante – e o papel deste, portanto, será tão somente seguir a vontade expressa por seus representados – ou a concepção de que o representante deve seguir seu próprio julgamento? Para PITKIN, é preciso abandonar as tentativas de reconciliar a natureza paradoxal da representação política. E, ao defender que a autonomia tanto dos representantes quanto dos representados deve ser mantida, a autora elabora um conceito de representação bastante inovador. Neste, conforme observou Loureiro, "[…] a representação é uma relação recíproca, na qual ação e julgamento são características tanto do representante quanto do representado […]" (LOUREIRO, 2009: 70).

Tomando como referência o Estado liberal-republicano, a autora discute que o processo de tomada de decisão de um representante não é simples. Além de buscar responder aos anseios de seus representados, o representante responde também aos interesses do partido, grupo ou organização do qual faz parte e das suas próprias opiniões: "Thus in legislative behavior a great complexity and plurality of determinants are at work, any number of which may enter into a legislative decision." (PITKIN, 1967: 220).

Há, claro, diversas críticas ao governo representativo. MANIN (1995), por exemplo, em seu estudo clássico, faz uma análise histórica dos processos de seleção dos representantes. O autor argumenta, principalmente, que a substituição da seleção dos governantes por sorteio pela instituição das eleições significa o abandono do método democrático por um essencialmente aristocrático. Eleição pressupõe distinção social entre representantes e representados; os eleitos seriam cidadãos "superiores". Em suma, MANIN tece associações entre governo representativo e eleições e entre eleições e aristocracia. Ele aponta quatro elementos que estariam invariavelmente presentes nos governos representativos:

> 1) Those who govern are appointed by election at regular intervals; 2) The decision-making of those who govern retains a degree of independence from the wishes of the electorate; 3) Those who are governed may give expression to their opinions and political wishes without these being subject to the control of those who govern; Public decision undergo the trial of debate. (MANIN, 1995: 6).

Para MANIN, as eleições tornam singular o governo representativo, e não a representação. Ele reconhece o componente democrático da eleição, na medida em que todos os cidadãos (independentemente da posição socioeconômica) têm o mesmo poder para escolher e destituir os governantes, mas argumenta que a distinção entre eleito e eleitor confere um caráter aristocrático ao processo. Vê, portanto, a representação como "autorização eleitoral" com base na relação entre indivíduos. Nessa perspectiva, a representação está praticamente reduzida à eleição. MANIN *et al.* (2006) asseveram que o voto, como instrumento capaz de promover controle do representante pelo seu representado, possui numerosas limitações:

> Representação é um tema de discussão porque os políticos têm objetivos, interesses e valores próprios, e eles sabem coisas e tomam decisões que os cidadãos não conseguem observar ou só podem monitorar com certo custo. Mesmo se, uma vez no cargo, os políticos possam não querer fazer nada a não ser atuar a serviço do interesse público, para serem eleitos eles podem ter que, em primeiro lugar, satisfazer certos interesses. E uma vez eleitos, podem querer dedicar-se aos seus objetivos pessoais ou a alguns interesses públicos que diferem daqueles dos cidadãos. E os eleitores não sabem tudo que precisariam saber, tanto para decidir prospectivamente o que os políticos deveriam fazer, quanto para julgar retrospectivamente se eles fizeram o que deveriam ter feito. (MANIN et al. 2006: 106).

Como PITKIN (1967), MANIN argumenta que, na democracia de partidos, os representantes não podem votar livremente, unicamente de acordo com o próprio julgamento, mas tampouco podem ser considerados como delegados do partido. A tomada de decisões, percebe-se, é sempre um processo que envolve diversas variáveis.

De maneira geral, pode-se dizer que os governos representativos foram instituídos nas sociedades mais complexas. Dada a inviabilidade da participação plena e direta dos cidadãos, decorrente das pressões demográfica e funcional, o poder precisava ser redistribuído por um

número restrito de representantes. A antiga assembleia direta é reduzida em suas dimensões pelo artifício da representação[45]. Conforme observa SOARES (1989: 11):

> Afinal, a participação ocorre por intermédio do exercício político e do instituto da representação, isto é, em termos bem simplistas, do artifício da expressão e defesa dos interesses e projetos com os quais se identificam determinados segmentos da sociedade. E, como se viu, os partidos e as associações políticas monopolizam os mecanismos de expressão e defesa de interesses e projetos.

Uma das principais críticas feitas aos governos representativos refere-se à capacidade de as eleições tornarem os governos realmente representativos. Estes autores analisam, portanto, inovações institucionais para o aprofundamento da democracia. De acordo com LAVALLE *et al*. (2006: 60):

> Eleições democráticas e representatividade distam de ser sinônimos […], sobretudo, pela exigência de limites estruturais inerentes à própria configuração da representação política no governo representativo. A representação política moderna cumpre simultaneamente funções de governo: de um lado, é representação perante o poder, quer dizer, defronte o Estado e o governo (poder executivo), e visa a fazer valer a voz e interesses do representado junto a, e se for preciso, contra essas instâncias; do outro, trata-se de representação no poder, ou seja, é constituída como governo ou como uma parte dele para mandar sobre a população, embora isso possa ser feito em nome do "governo do povo sobre o povo".

Assim, por meio do voto, são escolhidos os representantes da população perante o poder, para controlá-lo, moderá-lo e orientá-lo nas decisões conforme as expectativas dos eleitores. Contudo, o voto também constitui os representantes como um poder sobre a população, munido com faculdades para tomar decisões vinculatórias e para obrigar a sua obediência.

---

45 Tal redução da participação direta promovida pelo artifício da representação também tem gerado ampla discussão. Como se sabe, na teoria democrática, as noções de representação e participação demarcam as principais diferenças na constituição de modelos democráticos. Em tais regimes, as eleições e a representação política desempenham papel fundamental. No entanto, o conteúdo do que venha a ser "representação política", como já foi discutido, é controverso. Trata-se de uma categoria que suscita diversos debates e, juntamente com a noção de participação, demarca as principais distinções no processo polissêmico da constituição de modelos de democracia (LÜCHMANN, 2007). O poder, na democracia representativa, deve se organizar a partir de instituições que mediam os interesses individuais e o poder estatal. Na democracia participativa, a mediação de interesses privados e coletivos na elaboração do interesse público deve ser feita por meio de instituições construídas a partir de ampla discussão coletiva e pública. (LÜCHMANN, Ibid.). O peso conferido a cada um desses termos – representação e participação – define modelos (normativos) distintos de democracia.

A legitimidade do modelo democrático representativo reside no processo eleitoral por meio do qual os cidadãos elegem seus representantes, que se configuram como únicos responsáveis pelas decisões políticas. Já no modelo participativo de democracia, as decisões políticas devem ser tomadas por aqueles que estão sujeitos a elas; a população é diretamente incluída no processo de discussão e na tomada de decisões.

Enfatiza-se, nesse debate, a legitimidade da representação efetivamente exercida pelo representante. SARTORI (*apud* LAVALLE *et al.*, Ibid.) relembra que a representação tem dupla função: defender os interesses dos representados e, ao mesmo tempo, guiá-los. Sobre essa discussão, LAVALLE *et al.* (Ibid.: 57) argumentam: "se a autonomia política do representante não pode ser perseguida a ponto de esgarçar definitivamente sua relação com o eleitorado, o fortalecimento da representatividade tampouco pode ser buscado às custas de anular tal autonomia".

No debate brevemente apresentado, o foco não é a representação em si, mas sim a representatividade dessa representação (formal). Privilegiam-se questões ligadas à legitimidade da representação, em detrimento da reflexão sobre a dinâmica do exercício da mesma, seu conteúdo. Sendo assim, para fins da discussão ora proposta, distancio-me das perspectivas analíticas até aqui apresentadas, pois pretendo analisar de que maneira(s) os representantes eleitos exercem a representação. No lugar de pensar na representatividade da representação, refletirei acerca da natureza dessa representação. Acredito que os aspectos das práticas dos agentes – denominadas "políticas" – estão produzindo e, ao mesmo tempo, explicitando coletivamente o próprio conceito de representação. E é nesse sentido que me deterei na análise da campanha eleitoral de alguns candidatos.

Para compreender os processos classificados como políticos, é preciso lançar um olhar mais profundo, já que estes são fenômenos que transcendem as instituições formais criadas para sua regulação. Assim, cultura e política estão imbricadas, o que promove um alargamento da noção de política. Dito de outro modo, a política engloba obviamente sua dimensão mais institucionalizada (poderes, partidos), mas não só. A política é também a esfera onde são tecidas as redes de significado, "[...] uma das principais arenas onde a cultura [...] se atualiza publicamente." (KUSCHNIR, 1999: 10).

Em pesquisa realizada na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro desenvolvida por KUSCHNIR (1999), verifica-se também uma clara aproximação entre política e cultura materializada, sobretudo na ideia de mediação. A mediação, segundo os dados empíricos de

seu estudo, seria a maneira por excelência de exercer a representação[46], isto é, de agir de forma responsiva em relação aos representados. Para exercer seu papel formal, qual seja, o de elaborar, aprovar e rejeitar projetos de lei, os vereadores, de maneira geral, precisam estabelecer contatos com outros parlamentares, com o poder público e com a população (eleitores).

> Na maior parte do tempo, os vereadores ocupam-se em mediar alianças, seja através do contato direto com a população de eleitores e o Poder Executivo da cidade, seja indiretamente, através da negociação interna ao seu grupo de pares. Existe um certo padrão de acontecimentos cotidianos ligados ao exercício da vereança diretamente relacionado a essas interações. Além de intermediários políticos, muitos vereadores são também mediadores culturais entre o mundo dos eleitores, do Poder Executivo e do Legislativo. Atuam como intérpretes desses domínios, participando e estabelecendo vínculos entre seus múltiplos planos de cultura. (KUSCHNIR, 1999: 9).

Estabelecer relações nesses diferentes planos de cultura, como argumenta a autora, não é tarefa das mais simples, dada a heterogeneidade da vida nas cidades (SIMMEL, 1979). A ampliação dos círculos sociais e da capacidade de trânsito dos indivíduos por diferentes grupos de pertencimento é característica urbana[47]. Nas palavras de KUSCHNIR E VELHO (2000: 82):

> A passagem por diferentes mundos dá a alguns indivíduos a possibilidade de desempenhar, com maior ou menor sucesso, o papel de mediador. Assim, a circulação por universos distintos gera condições, em princípio, para que certos agentes sociais desenvolvam o potencial supracitado e que ativem essa competência específica.

Uma cidade como o Rio de Janeiro pode ser tida como *locus* privilegiado dessa complexidade: seus habitantes vêm de diferentes lugares do país e de fora e suas tradições culturais, religiosas e políticas são diversas. A cidade é entrecortada por diversas "zonas",

---

[46] Seria interessante trazer aqui uma advertência feita por KUSCHNIR (2007: 52): "Certamente, nem todos os políticos são mediadores. A trajetória como mediador esta relacionada a um projeto específico. À medida em que ganham experiência no mundo da política, muitos percebem que uma das estratégias para se tornar um político bem-sucedido é ampliar ao máximo sua esfera de relações. Assim, procuram sempre acrescentar novas redes sociais ao seu circulo de contatos, sem anular aquelas já consolidadas por experiências anteriores. Investindo em seu papel como mediador, o político torna seu mandato um espaço de convergência, estabelecendo pontes e conexões entre pessoas, instituições e saberes oriundos de diversos universos culturais. Com esse projeto, muitos conquistam e consolidam alianças em setores do poder público essenciais para o atendimento das demandas de seus eleitores".

[47] A definição das cidades como espaço onde coexistem diferentes formas de perceber e se relacionar com o mundo, é posteriormente afirmada pelos autores da Escola de Chicago, tais como: PARK (1967) e WIRTH (1967).

com posições diferenciadas na escala de prestígio, por exemplo. Como nos salienta KUSCHNIR (1999: 10):

> É esta fragmentação e heterogeneidade da vida social urbana que permite a movimentação dos vereadores através de suas interações e mediações entre a população e os diversos personagens atuantes no mundo da política. Segundo os valores básicos desse universo, o êxito do exercício do mandato esta relacionado à capacidade do vereador de manter essas relações alinhavadas e alimentadas cotidianamente. Nem todos o fazem da mesma maneira. O que confere heterogeneidade ao grupo é justamente o fato de que, internamente, existem diferentes estratégias para que esses eixos de relações se mantenham atualizados.

Diante da fragmentação e da heterogeneidade da vida urbana, a capacidade de se ajustar aos diversos contextos e passar por "metamorfoses" (VELHO, 1994) configura-se como extremamente relevante na atividade política, pois, através dela, o parlamentar torna-se capaz de adaptar-se a mudanças de contexto e conquistar adesão e votos. KUSCHNIR (1999) argumenta que, de maneira geral, os vereadores, sejam eles classificados enquanto "assistencialistas" ou "ideológicos" são percebidos como "agentes de soluções", que se relacionam continuamente com o poder institucionalizado, oficial e a população. Sua atividade estaria concentrada, sobretudo, no estabelecimento de *mediação de alianças* entre (e nesses) diferentes níveis. Para ter êxito, portanto, seria fundamental ter habilidade de transitar entre os distintos grupos. Para cumprir o papel que lhe foi delegado, o parlamentar converte-se em mediador. Ou seja, o exercício da representação é aqui pensado nesses termos, na medida em que "representação" é um conceito estritamente político e, mais ainda, refere-se à estrutura institucional, enquanto que mediação é um conceito mais amplo.

No trabalho de KUSCHNIR, a mediação não é pensada de maneira negativa, como distorção do sistema representativo brasileiro. Parlamentares "ideológicos" e "assistencialistas" podem exercer a função mediadora. A autora sugere que seria mais relevante analisar o sentido e o conteúdo da mediação. É interessante, portanto, refletir sobre as relações entre os políticos e seus eleitores no Rio de Janeiro. Em uma cidade tão heterogênea, com habitantes que "mantêm vínculos de sociabilidade e relacionamento, criam modos e padrões culturais diferenciados" (MAGNANI, 2000: 19), como a representação é construída? Se ela pode ser pensada enquanto mediação, como os políticos lidam com a

variedade de sua base potencial de apoio, costurando vínculos com o poder público e a população da cidade?

5.2 A campanha: os candidatos e suas estratégias

5.2.1 A Campanha Eleitoral de 2008

É "tempo de política": candidatos "invadem" os bairros da cidade, distribuem material de campanha, fazem discursos em carros de som e pedem votos. Tal cenário, reproduzido em toda a cidade do Rio de Janeiro, não foi muito diferente no Boa Terra. Em setembro, intensificou-se o burburinho característico desse período. Além da colocação de placas nas casas dos moradores, pude acompanhar alguns eventos organizados para anunciar os candidatos.

Nas eleições de 2008, houve 1.197 candidatos ao cargo de vereador na cidade do Rio de Janeiro (Informação extraída do site: http://www.tre-rj.gov.br/). No loteamento Boa Terra, foi possível observar a circulação do material de alguns candidatos, entre eles Carminha Jerominho[48], Duda Soares, Sociólogo Alexandre Pantaleão, Carlo Caiado e Fernando.

[48] A candidata, filha do vereador Jerominho, preso por acusação de chefiar milícia na região juntamente com seu irmão – o deputado estadual Natalino -, teve seu material divulgado no bairro. Muitas placas foram colocadas e seu carro de som circulou por lá. Vi uma equipe dela ao lado do carro de som. Todos vestiam a camisa da candidata, cuja marca é o "coração valente". Na letra da música de campanha, além do nome e do número de Carminha, havia a informação de que as prisões de seu pai e tio seriam decorrentes de uma perseguição da mídia. Na música, a competência de Carminha era afirmada pelos laços de parentesco: "Coração Valente, a chama não se apagou, pois Carminha é competente, é filha do vereador (…)". Além disso, no final da música, havia uma mensagem que dizia que, a despeito do que diziam os jornais, a Carminha continuava a ser candidata e que, no dia da eleição, os moradores tinham que dar o voto certo, o voto na Carminha, pois "quem conhece a verdade não se deixa enganar". No entanto, não pude observar nenhum contato direto entre ela e os moradores, apesar de terem me dito que ela havia feito "corpo-a-corpo" no loteamento. Nas eleições de 2012, também coletei alguns papéis de campanha de Carminha Jerominho. Num papel em formato de coração – marca de sua campanha –, ela apresentou um longo texto destinado aos moradores da Zona Oeste, com seu número e foto, além da frase: "Nunca é tarde para se corrigir mais uma injustiça". O texto dizia: "Olá! Muito Prazer! Eu sou Carminha Jerominho, tenho 34 anos, sou dentista, casada e mãe de dois filhos. Sou nascida e criada em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde resido até hoje. Muitos conhecem a minha história e os que não conhecem, vou contar, até porque certamente, todos já perceberam que tudo o que aconteceu comigo foi uma manobra infame de nossos adversários que tudo fizeram para me desgastar com a população. Entretanto, a população já tem o entendimento de toda esta trama e os nossos eleitores permaneceram e vão permanecer ao meu lado na hora de votar. Consegui ser eleita vereadora mesmo presa injustamente em uma penitenciária Federal masculina, onde fui a primeira mulher a ocupar a cela em Catanduvas – Paraná. Ainda assim com todo o massacre da mídia, obtive 22.068 votos. Assumi o meu mandato de vereadora em 2009, durante 06 meses, logo após, injustamente, me cassaram. E faltando 04 meses para começar uma nova eleição, a justiça reconheceu que errou e me devolveu o mandato.

Dedicar-me-ei à análise das campanhas de Carlo Caiado e Fernando, porque, embora apresentem repertórios semelhantes, a entrada deles no loteamento foi distinta: o primeiro recorreu a mediadores locais, enquanto o segundo fez a campanha apenas com sua equipe. Além disso, incluirei o candidato Sociólogo Alexandre Pantaleão, que apresentou um perfil distinto dos políticos supracitados.

É importante ressaltar que o estudo será baseado, sobretudo, no material de campanha distribuído, nos sites de cada um e em alguns dos contatos entre eles e os moradores do Boa Terra[49]. A intenção não é dar conta da análise de toda a campanha, mas discutir os principais elementos que indicam as formas de pensar e viver a "política" destes candidatos.

– **Carlo Caiado: "juventude, competência e compromisso com a população"**

Carlo Caiado conquistou seu primeiro mandato para o cargo de vereador em 2004, pelo Partido da Frente Liberal – PFL, atual Democratas. Antes disso, tinha sido assessor do deputado estadual, então Secretário Municipal de Obras, Eider Dantas, havia atuado na subprefeitura da Barra da Tijuca e na Região Administrativa (RA) do Recreio dos Bandeirantes. Na sua página pessoal na Internet, também no site da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro[50] e nos panfletos distribuídos no loteamento, são postas em destaque suas realizações na cidade (incorporando, inclusive, matérias de jornal) e, especialmente, o fato de ser um dos vereadores mais jovens[51]. Além disso, ao pôr em relevo sua formação acadêmica (Administração pela PUC-Rio e Especialização em Políticas Públicas pelo Iuperj), o

---

Mesmo porque NUNCA deixei de lutar para provar minha inocência. Ainda assim, em tão pouco tempo no Parlamento Municipal, fui reconhecida pela Revista Veja, que publicou uma matéria de pesquisa da ONG Transparência Brasil, que me destacou entre os 51 vereadores como uma das 3 que apresentou projetos de relevância para a nossa cidade. Poucos acreditavam que eu iria conseguir, muitos tentaram me desanimar, mas ... *OLHA EU AQUI!!* Nunca deixei de lutar para honrar todos os eleitores que acreditaram em mim. Não vou ficar acuada, ainda que tentem me obrigar a desistir. Sei que existem covardes que são capazes de fazer perversidades com as pessoas, mas não tenho anseios da população no Parlamento Municipal, irei lutar até o fim. O meu *CORAÇÃO é VALENTE*!".

[49] No caso de Fernando, utilizarei também a pesquisa realizada na minha dissertação de mestrado, quando acompanhei a rotina desse parlamentar no período entre novembro de 2005 e novembro de 2006.

[50] Site Pessoal <www.carlocaiado.com.br>; Site da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro: <www.camara.rj.gov.br>

[51] Renovação é uma palavra muito utilizada na sua campanha, desde 2004. Tal informação pode ser encontrada no filme "Vocação do Poder", lançado em 2005 e dirigido por Eduardo Escorel e José Joffily. Carlo Caiado é um dos candidatos tematizados no filme.

candidato parece querer demonstrar que está "preparado", ou seja, que possui o conhecimento necessário para o exercício de seu mandato. Sua competência foi destacada por César Maia, então prefeito da cidade (e seu "padrinho político"). No filme "Vocação do Poder", Carlo Caiado agradece o apoio do prefeito César Maia, diz que será seu soldado e que construirá com ele hoje o Rio do futuro. Em um dos panfletos do "Vereador do César Maia", o prefeito afirma:

> Carlo Caiado é certamente um dos melhores políticos da nova geração no Rio. Seu mandato como vereador foi cumprido de forma exemplar. O Rio precisa muito dele na Câmara Municipal para a defesa de nossa cidade, de nosso povo e o desenvolvimento do Rio. Conheci muitos vereadores. Como Carlo Caiado pode haver iguais, mas melhor não.

Citando sua atuação na Barra e no Recreio, Carlo Caiado apresenta-se como candidato preocupado especialmente com a Zona Oeste carioca. Como sabe que essa região não se resume à Barra e ao Recreio, tenta demonstrar seu compromisso com a Zona Oeste "mais pobre", e lista "obras" realizadas com a "parceria constante em prol da Zona Oeste" entre ele e César Maia. Entre essas "conquistas", destaca as obras de saneamento em Sepetiba e Guaratiba, a construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), em Santa Cruz, a duplicação e a modernização da produção da Michelin em Campo Grande, e a ampliação do "Ônibus da Liberdade" (responsável pelo transporte de crianças das escolas municipais da região).

Para reiterar sua dedicação à melhoria da qualidade de vida dos moradores dessa região, um de seus panfletos reúne, ainda, a opinião de algumas pessoas acerca de seu trabalho. Na seção intitulada "O Povo Fala", podem ser encontrados os seguintes comentários (com foto ao lado):

> O Vereador Carlo Caiado conhece a nossa região e está sempre procurando atender nossas necessidades. [...]. (Elizeth Xavier, nascida e criada em Santa Cruz).
>
> O vereador Carlo Caiado é um dos poucos políticos que atuam na região o ano inteiro. É um vereador de palavra e muito importante para Santa Cruz. (Augusto Pereira de Castro, presidente da Associação de Moradores do Caxias).

Nestes panfletos mais gerais, procura se apresentar como "alguém que faz", que tem "compromisso" com a região – o que os depoimentos dos moradores confirmariam. Sua

posição de mediador seria reconhecida devido ao saber técnico acumulado (graduação, especialização), às boas relações com o Poder Executivo (no caso, o prefeito César Maia, candidato à reeleição) e à proximidade[52] com os moradores da região (o que lhe permite conhecer os problemas locais). Assim, ele estaria transitando entre diferentes "espaços" (sociais, simbólicos e culturais) para melhor atender as diversas demandas. Diferentemente do tecnocrata que detém apenas o saber técnico (impessoal), o vereador demonstra a superposição desse saber técnico com o envolvimento político, interpessoal, o que o configura enquanto mediador.

Além dos panfletos, seria interessante pensar nas demais estratégias engendradas pelo vereador para aproximar-se dos moradores do loteamento. Posso destacar duas das principais estratégias utilizadas por Carlo Caiado no loteamento: 1) a manutenção de um grupo comunitário que oferece cursos gratuitos (ginástica, dança, lutas etc.); 2) a utilização de um cabo eleitoral que é reconhecido pelos moradores por conta dos eventos que promove.

Como já discutido anteriormente, o grupo comunitário GAC foi montado em janeiro de 2008 e, a partir de maio, o vereador assumiu o pagamento do aluguel de sua sede. O nome do vereador não aparecia nem no muro, nem nas paredes internas da sede, mas uma faixa colocada na parte interna revelava a "parceria": "O GAC agradece o apoio do vereador Carlo Caiado". A equipe de coordenação também entregava o material do candidato aos alunos e pedia que estes o repassassem a seus familiares. Além disso, houve a organização de um evento em que o candidato falaria diretamente aos moradores. Ele apenas parabenizou o grupo e os alunos dos cursos, pedindo que estes conversassem com seus pais e familiares, pedindo-lhes apoio.

Ao se despedir, Carlo Caiado disse que não pode prometer a construção de uma vila olímpica, mas que iria "se empenhar nessa luta". A preocupação em não fazer falsas promessas não é exclusiva de Caiado. Para se distanciar do ceticismo comumente relacionado à política – ou melhor, às intenções dos políticos –, muitos candidatos evitam fazer promessas, sobretudo as mais difíceis de serem realizadas.

---

[52] No filme "Vocação do Poder", Caiado se apresenta como "cria de Santa Cruz" e, apesar de não recuperar essa origem na sua fala, o candidato tenta se aproximar do universo de seus potenciais eleitores.

Entrando na caçamba do carro, Caiado prosseguiu na carreata que fazia ao lado de Carlos, seu cabo eleitoral. Do microfone do carro, ele falou ainda do saneamento, que precisava ser melhorado no local; agradeceu a Janaína e a Sueide pela "batalha no GAC" e disse que trabalharia para que o grupo comunitário se tornasse referência na região. A menção aos nomes dos moradores auxilia tanto no processo de aproximação entre o candidato e o loteamento (pois demonstra certa familiaridade) quanto na reiteração desses moradores enquanto "mediadores locais" (o capital político deles parece ser valorizado ao demonstrar certa intimidade com o candidato).

A realização desses eventos no bairro é importante para o candidato, mas também para os moradores que atuam como seus cabos eleitorais (ainda que não sejam chamados assim). A mediação pode ser pensada como uma rede: se, por um lado, o vereador possui acessos e contatos privilegiados nas instâncias de governo (fundamental na articulação da sua mediação), o morador – seu cabo eleitoral –, por outro, estaria mais apto para transitar entre os moradores e reconhecer, assim, suas demandas. Assim, o político-mediador e o mediador local constituir-se-iam em nós dessa rede de mediação. De um lado, o candidato, ao participar de eventos no local, procura demonstrar seu compromisso com seus eleitores, ou seja, ele será seu "porta-voz", aquele que procura tratar dos interesses locais. De outro, os moradores que conhecem e "trazem" o candidato conquistam prestígio. Seu contato com um político reforça a ideia de que eles têm facilidade de trânsito entre as instâncias de poder para a resolução dos problemas locais.

O candidato também auxiliou na organização de um evento gospel, com o pagamento de som e iluminação. Seu nome foi divulgado através de uma carta assinada por Carlos:

> Boa Terra: 59 anos com conquistas e avanços
>
> Neste momento festivo em que o nosso Boa Terra completa 59 anos, com conquistas e avanços, aproveito para saudar dois grandes amigos do nosso bairro: Solange Amaral (25), nossa futura prefeita, e Carlo Caiado (25622), o vereador que tem lutado de forma permanente por novas conquistas para o Boa Terra.
> A Solange Amaral, o Boa Terra tem a agradecer a construção da Escola Municipal, que trouxe para a nossa região um novo modelo de escola pública, que respeita e estimula nossas crianças.
> Quanto ao Caiado, o Boa Terra tem a agradecer, entre muitas outras obras já realizadas, mais uma importante obra: a iluminação da Praça 7, que trouxe alegria e lazer a milhares de crianças e adolescentes, bem como aos moradores do entorno da Praça.

Valeu, Solange Amaral (25)!
Valeu Carlo Caiado (25622)!
Nestes, eu confio e voto!
Carlos

A julgar pelo texto deste panfleto, o papel de Carlos na campanha de Caiado seria extremamente importante. Ele, na condição de morador antigo (vive há 49 anos no bairro) e de organizador de eventos e festas, faria a mediação entre o candidato e a população do Boa Terra. Carlos reuniria "[...] um conjunto de atributos capazes de serem reconhecidos pelo público como indicadores de notoriedade ou prestígio" (PALMEIRA e HEREDIA, 2010: 39). Sua "credibilidade", aparentemente conquistada por conta da dedicação ao lazer e ao entretenimento local, seria, então, transferida para o candidato que ele estava apoiando.

Apesar de procurar construir sua imagem pública vinculada à Zona Oeste, Carlo Caiado parecia reconhecer que sua identificação com a região era frágil, ou seja, ele precisava estar mais próximo da vida dos moradores. Só assim ele poderia conhecer mais os problemas e os dramas daqueles moradores para, então, se distanciar do descrédito dos políticos, de modo geral. Ele recorreu a um "intérprete cultural" (VELHO, 1999), capaz de introduzi-lo naquele contexto específico, reforçando sua capacidade de estabelecer contatos/alianças.

A mediação exercida pelo político entre a população e o Poder Público, vista numa chave hierárquica ou como rede (que apresenta pontos de interseção, mas não é uma pirâmide com o centro no ápice), consiste, por um lado, em trazer essa - base social para a esfera pública, para o interior do quadro institucional da cidadania. Ou seja, como mediadores, os políticos são uma espécie de porta de entrada das massas no ordenamento normativo, ainda que ele não vingue inteiramente. Por outro lado, para consolidar sua base enquanto tal, é indispensável valorizar sua aproximação sociocultural com sua base, em detrimento de seu desempenho no cumprimento de suas obrigações jurídico-institucionais. Os políticos precisam não apenas fingir que não fazem política, no sentido institucional do termo, mas se apresentar como (quase) iguais, na medida em que sua base só é sua porque está de fora (é massa, não classe ou cidadão). Isto é, os políticos precisam apresentar-se enquanto porta-vozes e não representantes, pois o primeiro papel implica identidade e defesa dos mesmos interesses, enquanto o segundo denota a realização de uma mediação. Esses "porta-vozes" seriam

responsáveis por inserir a base no ordenamento normativo, já que esta, em geral, não se reconhece/identifica com quem esta dentro dele.

Carlos seria o "intérprete" não apenas porque era morador, mas também porque era o "animador cultural" do bairro. Ele seria, portanto, alguém que conhece e é conhecido no loteamento, isto é, alguém apto para "abrir" a localidade para o candidato. Carlo Caiado conseguiu se reeleger em 2008 com 19.042 votos. Nas eleições de 2004, sua primeira candidatura, obteve 23.790 votos, concentrados, sobretudo, na Zona Oeste carioca.

– **Fernando: o fenômeno da Zona Oeste**

"Quem trabalha tem história pra contar". Esse era um dos principais *slogans* de Fernando, que acabava de conquistar seu quarto mandato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e estava, pela segunda vez consecutiva, na lista dos vereadores mais votados do Rio de Janeiro[53].

Fernando nasceu em Campo Grande, bairro da Zona Oeste carioca, e iniciou sua vida política engajando-se na associação de moradores local. Segundo ele, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a Zona Oeste apresentava muitos problemas referentes à legalização e urbanização dos loteamentos. Por conta disso, os moradores se organizavam em torno das associações e, posteriormente, na Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Seu envolvimento político-partidário só ocorreu quando o movimento reconheceu a importância de ter aliados nas instâncias oficiais de poder para o atendimento de suas demandas. Leonel Brizola e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) pareciam sintetizar as reivindicações do movimento de loteamentos, e a vitória expressiva de Brizola nas eleições estaduais de 1982 seria o reflexo disso.

No mesmo período da fundação do PDT na Zona Oeste, o atual vereador teria participado de várias ocupações de terrenos ociosos. Reconhecido como um dos líderes, ele chegou a ser detido em uma destas ocasiões. Segundo ele, os principais problemas, além da

53 O vereador obteve 68.799 votos nas eleições de 2008.

falta de urbanização do local, eram a legalização das propriedades e a situação dos mutuários[54]. Muitos moradores, inclusive o próprio Fernando, haviam financiado a compra de suas casas e não conseguiam pagar as parcelas devido ao alto valor dos aumentos.

A saída do PDT, em 1992, e a posterior entrada no seu partido atual seriam decorrentes de uma arbitrariedade de Brizola. Segundo Fernando, o então governador e líder do PDT, em uma intervenção autoritária, impossibilitou a candidatura de Marcos Santana (indicado de Marcello Alencar, na época importante quadro do PDT) à Prefeitura do Rio de Janeiro, já que este não era o candidato de sua preferência. Fernando, por ser manifestamente contrário à decisão do líder pedetista, teve dificuldades para a obtenção de legenda e, com o início tardio da sua campanha, acabou perdendo as eleições.

Em seu partido atual, Fernando foi candidato a vereador, pela primeira vez, em 1996. Está em seu quarto mandato seguido. Apresenta-se como alguém experiente, que sabe transitar pelos diferentes ambientes e costurar apoios. Do primeiro mandato, lembra-se das frustrações e das derrotas sofridas em decorrência principalmente da "ingenuidade". Atualmente, seria a "voz da experiência", capaz de ajudar os "desorientados" neófitos. Esses "calouros" seriam tão despreparados que precisariam de seu conselho nas tarefas básicas de rotina (como assinar ou não a sessão ordinária). Era com orgulho, então, que se apresentava como veterano e realçava suas habilidades de negociação. Reconhecia a importância de "ter jogo de cintura" na barganha política, pois não se sustentaria politicamente votando apenas de acordo com seu próprio julgamento.

Para ter projetos aprovados, o vereador considerava necessário estabelecer acordos com seus pares e votar em alguns de seus projetos, ainda que não lhes parecessem pertinentes. Na Câmara Municipal, Fernando dedica-se à apresentação de projetos de lei e emendas voltadas, sobretudo, para a Zona Oeste da cidade. Entre estas, estão execução de obras públicas, construção de estação de tratamento de esgoto, criação de praças públicas, ciclovias e centros culturais. A própria maneira que Fernando discursava no plenário ao defender seus

[54] No site da Associação Nacional dos Mutuários, encontra-se a seguinte definição: "É a pessoa que recebe do agente financiador (Caixa, Bancos, etc.), os recursos financeiros para compra do imóvel e, em contrapartida, se obriga a devolver essa quantia em prestações mensais durante certo período pré-determinado no contrato, acrescidas de juros, seguros obrigatórios e, anualmente, reajustadas por índices legais. O Agente Financiador é denominado "Mutuante", e quem recebeu o financiamento é chamado de "Mutuário"".

projetos e posições políticas indicava essa "territorialização" do mandato, sendo usual a utilização de pronomes possessivos nas referências à região: "a minha Zona Oeste".

Ao se dirigir aos moradores da sua base eleitoral, em reuniões comunitárias ou eventos, o vereador também evidenciava seu comportamento de mediador. Enumerou diversos projetos de lei defendidos e apresentou emendas publicadas no Diário Oficial do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro. Usando os recursos disponíveis no gabinete, como selos e telefones, o vereador estabelecia contato direto com seus potenciais eleitores. Havia até um funcionário responsável exclusivamente pela preparação das cartas de felicitação de aniversário, agradecimento dos votos ou de pedido destes.

A mala-direta, que continha cerca de 80 mil contatos, parecia exercer dupla função: aproximá-lo dos eleitores e cobrar apoio. Se, de um lado, a carta reforçava os vínculos estabelecidos na utilização dos centros sociais por meio da recordação de uma data comemorativa, por outro, era uma espécie de lembrete de que Fernando era aquele que estava "sempre perto" e que se recordava de aniversários e datas especiais. Mostrava-se como alguém em quem se pode "confiar" e a quem se "deve retribuir". A gratidão dos moradores às vezes se expressa pelo envio de cartas para o vereador. Além de agradecimento, continham pedidos dos mais variados:

> Fernando, desejo encontrá-lo em paz com saúde, ao lado dos seus. Recebi a segunda carta agradecendo o nosso voto, em que continuaremos juntos com o mesmo objetivo. Pois precisamos de pessoas, decididas e guerreiras para ajudar o povo sofrido. O seu partido esteve aqui em nosso bairro. Eu não estava presente porque eu preciso saber sobre aposentadoria do idoso [...].

Fernando procurava respaldar com o trabalho legislativo sua condição de vereador entre moradores da Zona Oeste e o poder público. Seus projetos e emendas são recuperados, por exemplo, em situações de cobrança dos moradores nas ocasiões em que visita os bairros. Muitas vezes, quando é interpelado por um morador acerca da sua atuação especialmente no que se refere à infraestrutura local, Fernando enumera os projetos de lei apresentados e também os casos concretos de obra que ele "conquistou".

Além do trabalho na Câmara, Fernando sustenta três centros sociais e desenvolve atividades na sua base eleitoral. O primeiro centro social foi montado em 1997, assim que

Fernando assumiu seu primeiro mandato. Dona Bárbara, antiga coordenadora do centro social de Águas Claras, comentou que, ao contrário dos demais políticos, que abrem centros sociais para obterem voto, Fernando montou o centro social após as eleições. Dessa forma, o vereador seria "desinteressado" porque não utilizou os centros sociais como meio de barganha eleitoral. Na entrevista realizada, Fernando declarou:

> O estatuto do centro social é Centro Social e Político Vereador Fernando. Na época, quando se pensou num centro social, é uma forma de manter a comunidade discutindo as questões do dia a dia. E eu sempre achei importante ter o referencial na região em que as pessoas pudessem saber onde funciona, onde tem, onde se discute, onde se tem a oportunidade de falar o que pensa [...] "Então eu vou fazer um centro social." [...] Eu vou fazer um centro social e vou atender as pessoas e vou fazer um centro social que dê a oportunidade pra quem quer aprender uma profissão." Porque não é nada, não é nada ... mas a mulher que tá desempregada em casa, ela sabendo uma profissão, ela vai cortar cabelo em casa, vai ganhar um dinheiro, ela vai fazer as compras ali. [...] "Vou montar um centro social de capacitação profissional." Aí começou, eu me elegi em 1996 e em 1997, maio de 1997... (Fernando. Entrevista concedida em 2006).

Apesar de assegurar que a ideia inicial não era construir um centro de atendimento e, sim, um espaço de discussão política e de capacitação da mão de obra local, Fernando explicou que essa mudança se devia ao que definiu como "novos rumos" da política. Com isso, o vereador pretendia apresentar e justificar um ajuste das suas práticas ao que considera o atual "jogo político". Precisaria se enquadrar, utilizando esses dispositivos, para continuar desenvolvendo seu trabalho em prol da *sua* região. Segundo o vereador, a política "foi mudando a forma" e as pessoas "não discutiam mais". Assim, ele teve de se adaptar às novas demandas.

O primeiro centro social de Fernando foi aberto no bairro Caxangá, onde nasceu. Os dois outros centros sociais mantidos pelo parlamentar também estão localizados em bairros da Zona Oeste da cidade. Pintados com as cores do partido político de Fernando, todos os centros funcionam da mesma forma, diferindo apenas em alguns cursos e serviços de assistência oferecidos. Funcionavam de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas, e aos sábados, das 8 às 12 horas. Tinham, em média, 80 funcionários (professores, faxineiros, secretárias etc.) cada. Em geral, os centros do vereador dispunham dos seguintes cursos e serviços de assistência: informática, cabeleireiro, manicure, entrelace, desenho artístico,

modelo e manequim, artesanato, lambaeróbica, advogados (na vara de família), ginecologista (com realização de exame preventivo), fonoaudiólogo e psicólogo.

As pessoas, para serem atendidas, deviam preencher cadastro nos centros sociais e pegar senhas. Os registros das pessoas atendidas eram então encaminhados ao gabinete para inclusão na mala-direta. Em todos os serviços de assistência, o atendimento era feito por ordem de chegada. As pessoas organizavam fila antes mesmo da abertura do centro social e, posteriormente, recebiam senhas dos funcionários. A primeira consulta com o fonoaudiólogo funcionava da mesma forma, porém as consultas subsequentes se davam com horário marcado, sendo qualquer alteração avisada por telefone.

Além das assistências (atendimento médico, odontológico e também assistência jurídica) e dos cursos, o vereador realizava uma atividade, classificada por ele como "atendimento". Neste dia (em geral, uma vez por mês, em dois de seus centros), os moradores chegavam cedo ao centro social e eram organizados em fila. Em seguida, a equipe do vereador distribuía senhas e classificava a natureza da demanda. O vereador, que chegava por volta de 8 horas da manhã, cumprimentava as pessoas e se encaminhava para a sala do advogado, onde conversava com os moradores, acompanhado de uma assistente encarregada de anotar os compromissos e os pedidos dos moradores.

Nesta atividade de contato direto com os moradores, Fernando não tentava apenas demonstrar proximidade com as pessoas (tentando lembrar seus nomes, comentando histórias sobre seus bairros de origem e fazendo brincadeiras). Também criticava o poder público que – personificado pelo prefeito ou governador – seria negligente em relação à Zona Oeste, especialmente no que se refere ao setor de saúde. Suas críticas também eram dirigidas aos demais políticos locais, que não se comprometeriam de fato com os moradores, já que apareciam para "ajudar" apenas em período eleitoral, abandonando a população nos anos não-eleitorais.

As demandas nesse tipo de atividade eram variadas. Dinheiro para remédio, material de construção, dinheiro para fazer um exame não oferecido pelos hospitais públicos, pagamento de dívidas, emprego, cestas básicas, bolsa de estudo em faculdades particulares locais, cobrança de obras inacabadas, aconselhamentos sobre situações jurídicas, dicas de

como montar uma associação de moradores ou de como organizar abaixo-assinados, cadeiras de roda, óculos (são doados cerca de cinquenta por mês), entre outras. O "atendimento" era tomado quase como obrigação, pois estar na condição de "poder doar" confere uma posição privilegiada na relação com os moradores/eleitores. Nos dias de "atendimento", o vereador levava pelo menos mil reais em dinheiro para "ajudar seu povo".

Havia preocupação contínua em não fazer promessas impossíveis de serem cumpridas, em procurar não "iludir" as pessoas e comprometer a imagem do político. Nos outros casos, de remédio, cadeira de rodas, por exemplo, Fernando mandava sua equipe ou o próprio atendido comprar. Ao entregar o dinheiro nas mãos do morador, o vereador não demonstrava apenas que era um "amigo", que ajuda quando necessário, mas também que existia uma relação de cumplicidade e confiança entre ele e o morador. Ao entregar o dinheiro aos cuidados do morador, o vereador reforça o elo entre estes, pondo em relevo, ao mesmo tempo, a honestidade do morador e a sua posição social, isto é, ele reforça a assimetria da relação. Afinal, ele, que por ser pertencente a um estrato social superior, possui recursos e se dispôs ajudar.

Quando a pessoa atendida era um antigo conhecido do vereador, ele perguntava: "O senhor se lembra da ocupação e da urbanização que a gente fez?" O resgate do passado por meio de alguma "luta" ou realização de obras também era uma tentativa de aproximar-se do morador e reforçar o vínculo estabelecido anteriormente. Não se pode supor, entretanto, que os laços construídos no processo de ocupação (na década de 1980) são os mesmos verificados em ocasião de realização de demandas, como das obras. Naquela ocasião, embora reconhecido como liderança, Fernando atuaria *junto* aos moradores (reconhecidos enquanto "companheiros de luta"). Hoje, investido do mandato, é alguém que trabalha *para* os moradores. Embora não faça essa distinção entre *trabalhar com* e *trabalhar para*, destacando, por exemplo, em seus materiais de campanha que as conquistas são feitas "com a comunidade", Fernando salienta diversas vezes que a população é acomodada, cabendo a ele a responsabilidade exclusiva de pressionar e resolver os problemas[55]. Além disso, com o

[55] Durante a campanha eleiroral de 2010, Fernando comenta que, diante do mau atendimento do posto de saúde, os moradores ficam indignados, mas não reclamam com a diretora do posto. Fernando deveria, então, acionar sua rede de contatos e atender a demanda local. Nessa ocasião, o então vereador desabafa: "E no dia em que eu morrer?"

mandato, seus acessos e recursos são privilegiados, consolidando, assim, a assimetria da relação que estabelece com os moradores.

De todo modo, recorrer ao passado é uma espécie de lembrete da sua frequente participação na vida dos moradores, seja pelo "trabalho político", como a ampliação da iluminação ou a pavimentação de uma rua, seja pelo "trabalho social", com a criação e a manutenção de centros sociais. Essa distinção entre "trabalho político" e "trabalho social" é feita pelo próprio parlamentar. Enquanto o primeiro remete à dimensão institucional do seu mandato – o trabalho propriamente ligado à Câmara –, o segundo esta ligado ao trabalho dos centros sociais – aos cursos oferecidos e aos atendimentos realizados.

O trabalho social é apresentado como sendo seu diferencial, ou seja, o vereador distancia-se dos "maus políticos" (interesseiros e oportunistas) ao demonstrar que seu trabalho ultrapassa as funções assumidas por um membro da Câmara de Vereadores. É habitual a referência ao seu trabalho como contendo "um *plus* a mais", reforçando, até por meio da redundância da expressão utilizada, a dimensão da "ajuda" prestada. O próprio parlamentar afirma que seu papel como representante da Câmara de Vereadores não é o de oferecer atendimentos e serviços gratuitos e sim o de legislar: elaborar, aprovar e recusar projetos de lei; fiscalizar o Poder Executivo.

Contudo, ele alegava não preterir a função legislativa. Pelo contrário, ele era um dos vereadores mais assíduos e elaborava diversos projetos voltados para "sua" região. Assim, não abandonava suas funções de vereador para se dedicar ao trabalho nos centros sociais. Nas palavras de Fernando:

> Eles [eleitores] reconhecem o trabalho que é desenvolvido com seriedade ... porque veem que o centro social funciona, que ta lá, independente se é ano par, se é ano ímpar, se é sol ou se é chuva. Toda formatura o vereador tá presente, ele atende, ele resolve aquilo que ele pode resolver. Aquilo que ele não pode resolver, ele não resolve. Se achar que tem que dar uma bronca, ele dá bronca. Se tem que xingar, ele xinga, entendeu? O vereador faz tudo isso. E as pessoas acham que isso é uma coisa importante de ressaltar num representante político. [...] Então, eu compro remédio. Como é que eu não vou comprar? [...] Aí você se pergunta: "Mas o papel do parlamentar não é esse". Realmente o papel do parlamentar é outro. O papel do parlamentar é estar no parlamento; eu estou. Elaborar as leis; eu estou. Discutir o orçamento, eu estou. Votar o orçamento, eu estou presente. Votar as matérias necessárias, estou presente. Discutir os temas mais importantes nas comissões, estou presente. Então o meu papel de vereador eu faço, só que no meio disso tudo ainda consigo fazer [...]. Enquanto tem vereador que acorda de manhã, vai andar no calçadão, vai malhar na academia, de manhã eu estou no centro social atendendo. (Fernando. Entrevista concedida em 2006).

Os dias de formatura dos alunos dos cursos oferecidos pelos centros sociais também eram uma ocasião importante para a aproximação entre o vereador e os moradores. A festa de formatura começava antes da chegada do vereador, que só se encaminhava para o centro social quando era informado de que o local estava cheio. O coordenador do centro abria o evento com alguma exaltação ao vereador; ele discursava; os professores falavam e os diplomas eram entregues pelo próprio Fernando.

Sua fala remetia à importância da formatura em um curso que invista no potencial das pessoas, visando a sua capacitação profissional. Após os discursos, Fernando chamava os formandos um a um, entregava os certificados e posava com eles para fotos. Sempre comentava, orgulhoso, o número de pessoas formadas e destacava a importância dessa "conquista" para os moradores da Zona Oeste, os quais são frequentemente associados às noções de necessidade e problema. A vestimenta dos formandos, assim como a presença de seus familiares na festa de formatura, eram aspectos que ressaltavam, segundo ele, o valor conferido ao serviço prestado. A escassez de oportunidades para qualificação da mão de obra na região, seja por meio de cursos de curta duração ou de escolas técnicas, é capaz de explicar o caráter solene desses eventos, evidenciado, como foi dito, no cuidado ao escolher a roupa (ou seja, com a aparência) e na participação das famílias no evento.

O vereador aproveitava estas ocasiões para se diferenciar dos maus políticos. Classificava seu trabalho como uma oportunidade para qualificar mão de obra "excluída", sujeita às piores condições de vida: precariedade de infraestrutura, baixa escolaridade, entre outras dificuldades. Na tentativa de realçar a natureza de seu "trabalho social", recuperava seu *slogan*: "Eu não dou o peixe pronto, dou a vara de ...", e as pessoas presentes completavam: "pescar".

Ao afirmar que o objetivo de seu trabalho era abrir o leque de possibilidades para uma população "carente", Fernando procurava dissociar-se do cunho clientelista/assistencialista usualmente atrelado pela mídia aos centros sociais mantidos por parlamentares. O vereador organizava, ainda, diversos eventos na rua, como o Pertinho de Você, em que deslocava parte da estrutura dos centros sociais para o espaço público (em geral, praças).

Com este evento, realizado dentro dos bairros, reiterava sua forma de fazer e perceber a política: próxima dos eleitores e realizada continuamente. Tal estratégia seria reforçada com outras "atividades de rua", como bingos (Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia dos Namorados), distribuição de brinquedos no Natal e reuniões com as "comunidades" (maneira pela qual são nomeados os bairros da Zona Oeste em que Fernando atua) para a resolução de problemas locais.

No evento Pertinho de Você, a equipe do vereador montava barracas para manicure, cabeleireiro e dentista. Para diversão das crianças, eram oferecidas piscina de bolas e cama elástica. É importante destacar que os "profissionais" responsáveis pelos serviços prestados, como o de manicure e cabeleireiro, eram os alunos dos cursos dos centros sociais, que trabalhavam sob a coordenação de seus professores. Geralmente, o evento contava ainda com a apresentação dos alunos do curso de modelo e manequim e com a realização de um bingo.

A chegada do vereador era anunciada no microfone; ele pedia a palavra e fazia um breve discurso que se remetia normalmente a algum outro período em que esteve presente no local. Na maioria das vezes, não tomava muito tempo falando, já que sua principal atribuição nesses eventos parecia ser a de "se fazer presente" e ouvir as demandas e reclamações dos moradores.

O significado da atividade parecia estar inserido em um conjunto de símbolos acionado pelo vereador na sua constituição como "político da Zona Oeste" nos mais diversos aspectos. Ao mesmo tempo em que era "da" Zona Oeste (nascido, criado e morador da região), conhecia a rotina e, consequentemente, dialogava com os valores e os problemas vividos pelos moradores; ele era alguém com *status* diferenciado e acesso aos diversos órgãos públicos para a resolução de problemas (além da elaboração de projetos de leis e emendas na Câmara de Vereadores) e recursos econômicos (conferidos pelo cargo ocupado) para atender a demandas pontuais e imediatas, por exemplo, material de construção ou cadeira de rodas.

Em todos os eventos de rua promovidos pelo vereador, ele se comportava da mesma forma. O conteúdo dos discursos, em geral, era o mesmo. O vereador não utilizava a gramática política tradicional (votos, eleições etc.), recorria ao passado com a intenção de fortalecer os compromissos entre representante e representados. A relação de confiança entre

Fernando e sua base eleitoral estaria assentada no trabalho permanente do vereador que, por conhecer bem a vida local, conseguia "ajudar" seus moradores. Mesmo não sendo proferida, esta era a mensagem de quase todo o contato com os moradores. Como se apenas o fato de estar presente, promovendo eventos ou oferecendo recursos demarcasse o escopo de sua atuação na vida diária das pessoas.

A campanha do Fernando em 2008 foi bem parecida com a dos outros candidatos. Sua equipe colocou placas nas casas e carros de som circularam pelo bairro, tocando seu *jingle* de campanha:

> Fernando (3 vezes). É meu vereador (bis)
> É Fernando não esqueça.
> 45620, É Fernando na cabeça.
>
> Vai à luta, ele é guerreiro
> Quem trabalha tem história pra contar
> Através dos Centros Sociais,
> Fernando dá a vara de pescar.
> Cada vez mais perto de você,
> Fernando dá a vara de pescar.
>
> Vem, vem. Chegou a hora.
> Lutarmos juntos, comunidade
> Fernando, Fernando, Fernando
> Tem compromisso com a sociedade
> 45620
> Tem compromisso com a comunidade.

No *jingle*, Fernando aparecia como "guerreiro". Aquele que tinha "compromisso com a comunidade" por estar "cada vez mais perto" e por dar "a vara de pescar". A manutenção de centros sociais e a organização de eventos na região era seu carro-chefe – a comprovação de sua "luta" pela Zona Oeste. Fernando, diferentemente de Caiado, não recorreu a um morador que lhe "apresentasse" ao Boa Terra. Segundo moradores, apenas caminhou pelo loteamento (acompanhado de sua equipe), entregou os panfletos e conversou com os moradores. Ao destacarem a naturalidade pela qual o candidato se deslocava pelo loteamento, os moradores reforçavam não apenas sua familiaridade com Fernando, mas também a intimidade que este tinha com o local.

O corpo-a-corpo realizado pelo candidato seguia uma dinâmica particular. A equipe da campanha (formada por funcionários dos centros sociais e outros funcionários temporários) se

encontrava no comitê (no centro de Campo Grande, bairro vizinho à Guaratiba). Lá, a equipe se dividia em grupos. O candidato separava a equipe para que cada grupo fizesse a divulgação em uma área especifica. Fernando ia em seu carro, acompanhado de alguns funcionários (em geral, os mais próximos), enquanto os outros seguiam para o local em uma kombi que toca a música da campanha e seria carregada com placas e material de campanha.

Fernando não ia a todos os bairros. Sua presença era prevista apenas nos bairros em que tinha maior atuação, onde possuía um grande número de usuários de seus centros sociais e onde havia "realizado" alguma obra. Naqueles em que comparecia, cumprimentava as pessoas e fazia discursos no microfone. Os funcionários andavam na frente, batiam nas portas das pessoas, entregavam folhetos do candidato e apresentavam suas realizações. Em geral, Fernando apenas cumprimentava os eleitores e pedia apoio nas eleições.

As "realizações" apresentadas eram quase sempre obras e o trabalho dos centros sociais que o candidato mantinha – um destes em Campo Grande, bairro vizinho a Guaratiba, do qual muitos moradores já foram usuários ou pelo menos conhecem algum frequentador. Valendo-se do atendimento dos centros sociais que acontecia ao longo de todo o ano e em todos os anos (não apenas no "tempo da política", nos anos "pares", isto é, anos eleitorais), Fernando apresentava-se como candidato que tem compromisso com os moradores da região.

No segundo turno da disputa pela prefeitura, contou uma moradora, o vereador teria feito Fernando Gabeira – candidato da coligação PV-PPS-PSDB – descer do carro e caminhar com ele. Ainda de acordo com o relato desta moradora, eles teriam andado na parte não asfaltada do loteamento, que, na ocasião, estava cheia de lama. Esse relato, feito com certa admiração, parece revelar que Fernando era visto como alguém socialmente mais próximo. Desta forma, é possível pensar que alguns dos elementos que o convertem num "fenômeno de votos" são a natureza de seu trabalho ("social" e "político" não esquecer que é preciso indicar o que estabelece está diferença); o alcance (pois os centros sociais estão distribuídos por vários bairros da Zona Oeste e os eventos também eram realizados em vários lugares) e a duração (ele estava no seu quarto mandato e seu trabalho era realizado durante todos os anos, sendo eles eleitorais ou não).

– **Sociólogo Alexandre Pantaleão e o CEPAG**

O candidato circulou pelo Boa Terra, mas não tive acesso ao seu material de campanha. Além disso, não observei a existência de placas com seu nome nas casas do bairro, o que indicava que seus recursos financeiros eram escassos. Contudo, sua presença no loteamento foi percebida por alguns moradores e, apos as eleições, consegui fazer contato e marcar uma conversa com ele. Seu nome de campanha, admito, me despertou interesse.

Alexandre Pantaleão tem 39 anos e é formado em ciências sociais pela Fundação Educacional Unificada Campograndense. Sua família inteira é do bairro de Guaratiba e, desde 1994 (aproximadamente), ele mora no bairro de Pedra de Guaratiba. Ele começou a fazer mestrado em ciência política, mas por conta de trabalho não conseguiu concluir. À época da conversa, ele era o presidente do Centro de Estudos, Pesquisas e Ações de Guaratiba – CEPAG, que reúne informações dos bairros da Pedra, Barra e Ilha de Guaratiba. A elaboração e a aprovação do estatuto do Centro de Estudos foram feitas em 2004/2005. A iniciativa teria sido do próprio Alexandre.

O CEPAG (cujo site pode ser acessado em http://www.cepag.org) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, voltada à reflexão de temas contemporâneos. De acordo com e-mail institucional, o CEPAG:

> É uma entidade pluralista, comprometida com a democracia e a cidadania, cuja existência vincula-se à defesa dos seguintes princípios: exercício e ampliação dos direitos dos cidadãos; compromisso com padrões sustentáveis de desenvolvimento; defesa e preservação dos recursos naturais; eficácia e eficiência dos serviços públicos; gestão democrática no âmbito do poder local.

Além do projeto de memória (“Museu Iconográfico de Guaratiba”), do pré-vestibular, do Banco de Currículo (que faz o encaminhamento de currículos para empresas da região) e de projetos de educação ambiental, o CEPAG promove reuniões abertas. Para tentar se aproximar dos moradores de Guaratiba, essas reuniões são itinerantes. A primeira delas, como lembra Alexandre, aconteceu no Largo do Correia, bairro de Guaratiba. O CEPAG organizou também um fórum, em setembro de 2007, convidando todas as entidades de Guaratiba. O Fórum produziu o documento “Carta das Entidades de Guaratiba: a Guaratiba que queremos”

e não contou com a participação de nenhuma ONG. No mês de junho de 2011, por exemplo, será realizado o projeto: "Prestação de Contas do Mandato do Vereador"[56]. Trata-se um projeto inserido nas ações da Câmara Temática de Desenvolvimento Político do CEPAG, que tem como objetivo convidar alguns vereadores para apresentarem suas propostas e atuação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, aproximando a população para a prática da participação política.

A primeira Assembleia Pública para a fundação do centro de estudos aconteceu no dia 5 de maio de 2005. Alexandre divulgou a iniciativa por meio de panfletos que foram entregues às Associações de Moradores da região, às escolas, ao comércio local, entre outros. Em 2009, existiam, segundo ele, cerca de 80 sócios-fundadores. A contribuição destes para a manutenção do centro poder ser anual, mensal ou trimestral. As eleições são realizadas num intervalo de dois anos. De acordo com o Sociólogo, os participantes do centro tinham uma "cultura" de que não deveria haver rotatividade no cargo e defendiam, portanto, que ele permanecesse como presidente. Ele, contudo, não concordou com esse posicionamento, o que teria sido indispensável para a mudança do modo de perceber a política entre esses moradores de Guaratiba. De acordo com Alexandre Pantaleão, na ocasião da entrevista, os moradores já enxergavam a importância da participação coletiva em todos os passos dados pelo centro.

Embora fale que todas as conquistas são do coletivo, ele destaca uma certa falta de consciência política na sociedade, nos moradores de Guaratiba e nos próprios membros do grupo. Para ele, no começo as pessoas pensavam que o grupo se destinava a fazer festas e eventos, mas com o tempo elas aprenderam que não era isso. Essa conscientização poderia ser percebida, inclusive, no processo eleitoral de 2008, em que se candidatou para o cargo de vereador pelo Partido Comunista do Brasil – PC do B. Os votos que ele obteve, por exemplo, seriam decorrentes das reuniões e conversas que ele organizou. Alexandre assevera que, ao contrário do que muitos candidatos fizeram, ele não fez nenhuma doação.

Alexandre Pantaleão afirma que a grande motivação de sua candidatura se deve à observação de que existem "forças ocultas" que inviabilizam a chegada de recursos públicos

---

56 O primeiro convidado é o vereador Vereador Reimont, do Partido dos Trabalhadores.

na Zona Oeste. Tal crítica remete diretamente ao exercício de um certo monopólio local por candidatos com perfil assistencialista, que mantêm centros sociais. O sociólogo afirma: "É preciso fazer com que os parlamentarem ajam como parlamentares mesmo". A crítica não se restringe apenas aos políticos profissionais, mas também às organizações não governamentais, que, segundo ele, estão sempre ligadas a algum projeto político e, portanto, não dispõem de autonomia. Assim, o CEPAG, não recebe nenhuma contribuição pública para ter liberdade de pressionar o Estado.

Na sua candidatura, obteve aproximadamente 1.632 votos. Como esses votos teriam sido "votos de reunião", ele acredita que com o tempo as pessoas podem mudar essa cultura política do "coronelismo urbano" (expressão utilizada por ele). Alexandre comenta que a divisão da cidade em áreas, que seriam redutos de candidatos específicos, torna o processo eleitoral tenso. Tal divisão territorial de atuação pode ser melhor explicitada na seguinte situação: Alexandre, na condição de presidente do CEPAG, procurou a Comissão da Criança da Câmara de Vereadores, que é presidida pela vereadora Lilian Sá, para encaminhar uma demanda por conselho tutelar para o bairro de Guaratiba. A vereadora respondeu que não poderia fazer nada, pois existia uma vereadora "responsável" pela região. O sociólogo argumentou, relembrando à vereadora que ela seria a responsável, na medida em que era presidente da comissão que tratava desses assuntos. Contudo, a demanda local não teria sido atendida.

Mas, ainda assim, ele conseguiu entrar em todos os lugares e distribuiu seu material de campanha (que, segundo ele, foi pago pelo seu próprio salário)[57]. Mesmo falando desse "déficit" de conscientização, ele relatou um episódio em que moradores do Piraquê – favela situada em Pedra de Guaratiba – se recusaram a receber melhorias nas ruas porque ela estava sendo oferecida por um candidato que tentava a reeleição, mas que, ao longo do mandato, nunca havia feito nada por eles. Após as eleições, os próprios moradores recolheram dinheiro e realizaram a obra.

A candidatura de Alexandre Pantaleão é interessante para pensar porque oferece um outro tipo de fazer política. Ainda que não completamente diferente dos demais candidatos, na

[57] Segundo Pantaleão, sua campanha eleitoral durou exatos trinta dias porque ele não poderia pedir licença do trabalho e parar de receber seu salário.

medida em que ressalta a sua centralidade na organização do centro de estudos (suas habilidades, seu conhecimento), o sociólogo apresenta uma prática política mais distante da lógica personalista discutida até então. A realização de reuniões para discutir as eleições e apresentar sua candidatura e o envolvimento com o CEPAG – um centro de estudos que não apenas recupera a história de Guaratiba, mas desenvolve atividades no sentido de melhorar seu acesso aos equipamentos públicos, por exemplo – demonstram que a linguagem política cunhada por Pantaleão comporta uma gramática mais universalista.

5.2.2 A Campanha Eleitoral de 2010

Nas eleições de 2010, o eleitor teve que escolher candidatos para cinco cargos diferentes: deputado estadual e federal, governador, senador e presidente. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral, disputaram 1.849 candidatos para o cargo de deputado estadual, e 6.015 para o de deputado federal. Como sempre, a disputa se dava não apenas no horário eleitoral ou nos debates, mas também no plano visual da cidade. As placas, que só podiam ser colocadas em locais privados, mediante a aprovação de seu proprietário, eram um importante recurso de divulgação dos candidatos. Nas palavras de PALMEIRA e HEREDIA (2010: 28):

> A campanha eleitoral "posta na rua", a fisionomia habitual dessas localidades se transforma. Os cartazes de propaganda, com fotos de candidatos, e as cores que identificam os diferentes partidos ou alianças partidárias, em faixas e bandeiras, oferecem uma visão desses aglomerados que não se tem em outros momentos.

Desde julho, observei um movimento para colocação de placas, não apenas na Estrada do Magarça, principal via de acesso ao loteamento, mas também no interior do Boa Terra. A equipe do deputado Coronel Jairo, formada por moradores do bairro, foi a primeira a se destacar. Nessa etapa da campanha eleitoral, as placas se concentravam nas ruas principais e foram colocadas, sobretudo, em casas abandonadas. Era muito perceptível também a grande quantidade de carros com adesivos de Lilico, candidato pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), que, como já mencionado, havia sido assessor do vereador Jerominho,

preso sob acusação de chefiar uma milícia armada na região, intitulada, ironicamente, "Liga da Justiça". O material de Fernando, eleito em 2008 para o cargo de vereador e candidato a deputado estadual em 2010, também foi amplamente distribuído no Boa Terra.

Nesta seção, analisarei a campanha eleitoral de Fernando e Coronel Jairo. O primeiro é o candidato da "região", não do bairro, mas que obtém sempre boa votação nas zonas eleitorais do loteamento; e o segundo é um candidato que recorreu aos moradores, contratando-os para a formação de suas equipes, com o intuito de facilitar sua "entrada" no Boa Terra.

– **Fernando da Zona Oeste**

"Você me conhece. Sou o Fernando da Zona Oeste". Era assim que o vereador, então candidato a deputado estadual, começava, na maioria das vezes, sua propaganda no horário eleitoral gratuito. A fala do candidato era sempre voltada para os moradores da Zona Oeste, com a menção de nomes de bairros, hospitais e postos de saúde locais. Quando se referia ao "resto da cidade", o candidato o fazia para mostrar as diferenças entre as distintas áreas do município: "O PAC empacou na Zona Sul e não chegou na Zona Oeste. Rolas, Zepelin, Boa Terra e muitas outras comunidades precisam de obra. Vou lutar para que a Zona Oeste tenha vez". Com essa fala, o candidato reconhecia que era baixo o prestígio da Zona Oeste, sendo necessário, portanto, que a região tivesse seu representante.

Seria interessante pensar, então, nos atributos apontados por Fernando como indispensáveis ao exercício da representação. Os pontos principais já foram destacados na análise de sua candidatura ao cargo de vereador, mas considero ainda relevante descrever brevemente a campanha de 2010 para tentar reconstituir o "padrão de comportamento" de Fernando, pois, como acompanhei mais de perto essa campanha, poderei problematizar outros aspectos.

Reconhecendo que não é o único candidato a disputar o lugar de "porta-voz" da Zona Oeste, o candidato precisa se diferenciar dos demais para, dessa forma, convencer seus potenciais eleitores. A análise do seu *jingle* de campanha, mais uma vez, parece produtiva:

Fernando (3 vezes) é meu estadual.
Esse tem trabalho, honrou meu voto.
Vai à luta, trabalhando sem parar.
Há 13 anos dá a vara pra pescar.
Cada vez mais perto de você,
Fernando de mãos dadas com o povão.
[número da candidatura], em paciência acabou com o lixão.
[número da candidatura] é contra a taxa de iluminação.
Duplicação da Estrada da Caroba.

Logo no começo da música, observa-se a menção aos quatro mandatos para o cargo de vereador conquistados por Fernando, como fez na campanha de 2008. Ele teria "honrado" o voto com o trabalho contínuo, sobretudo nos centros sociais que mantinha desde 1997, e pelos eventos que promovia em diferentes ocasiões (dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, natal, dia dos namorados etc.). Embora não mencionasse diretamente os centros sociais no horário eleitoral, o candidato valorizava o "trabalho social" que desenvolvia então há 13 anos. Deixando de usar a expressão "centros sociais" numa fala que seria aberta à cidade como um todo, Fernando estaria tentando fugir de uma acusação recorrente, que conhecia bem: a de que seu trabalho é assistencialista.

No cotidiano dos bairros da Zona Oeste, o vereador não demonstrava nenhuma preocupação nesse sentido. Pelo contrário, falava com orgulho dos centros sociais. Já num contexto mais amplo, em que "outros eleitores" também seriam seus espectadores, era mais cauteloso.

Como já apresentado na análise da sua campanha em 2008, seu trabalho social aparecia como relevante, pois através dele muitos moradores faziam cursos de qualificação. A ênfase dada à qualificação da mão de obra para inserção no mercado de trabalho ressignificaria o trabalho desenvolvido pelo vereador, que não seria assistencialista, pois não tornava sua clientela dependente de auxílios. Os cursos oferecidos abririam o leque de possibilidades para estes moradores que antes dos centros sociais não tinham acesso ao mercado de trabalho por falta de qualificação. Para fugir do rótulo de assistencialista, ele sempre recorria ao seu principal slogan: "Eu não dou o peixe pronto. Dou a vara de pescar".

Como na eleição anterior, em 2008, Fernando montou um comitê de campanha em Campo Grande. Era pintado nas cores de seu partido político – azul e amarelo – e trazia o

nome do candidato. Formada por funcionários dos centros sociais[58] de Fernando, do gabinete e por empregados temporários (em geral, vizinhos dos funcionários ou moradores de lugares-chave[59] para o candidato), a equipe se reunia todas as manhãs, pouco antes das oito horas. Nas paredes de uma das salas, vi cartazes com nomes de locais (situados, sobretudo, nos bairros de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz) a serem visitados pelo vereador.

Logo após o café da manhã, servido no próprio comitê, Fernando dividia a equipe em grupos menores. Cada grupo, liderado por uma pessoa de confiança (em geral, funcionários dos centros sociais), se responsabilizava por reunir o material de campanha (adesivos, folhetos e placas) em sua kombi, que tinham equipamento de som e transmitiam o *jingle* da campanha durante todo o trajeto. Fernando acompanhava apenas uma das três ou quatro equipes, que se dividiam nos bairros mencionados (como na eleição anterior, ele privilegiava bairros em que seu reconhecimento fosse maior). Antes de se deslocar para o bairro selecionado, ele ensinava de que maneira deveria ser feita a abordagem aos moradores. No bairro Nova Cidade[60], por exemplo, Fernando explicou quais seriam suas "realizações" no local: ele teria auxiliado no processo de ocupação desses lotes no fim da década de 1980, seria responsável por todas as obras de urbanização e o posto de Inhoaíba seria uma conquista sua.

As equipes, vestidas com coletes azuis, se dividiam, entregavam material de campanha aos moradores, explicavam o trabalho do candidato e pediam autorização para a colocação de placas. Antecipando uma das reclamações dos moradores, entregavam papéis com o número de telefone da RioLuz, empresa municipal encarregada da iluminação pública. Fernando, quando passava para cumprimentar as pessoas, dizia que elas também deveriam ajudá-lo a fazer pressão. O candidato conversava rapidamente com as pessoas, recebia elogios[61] e ouvia as reclamações. Geralmente, ficava mais tempo conversando com os moradores antigos, que o

---

58 Os funcionários dos centros sociais tinham disponibilidade para trabalhar na campanha porque todos os centros sociais da vereadora foram fechados pelo TRE. Esses funcionários eram tratados de maneira diferenciada, ou seja, eles tinham autorização da vereadora para intervir quando alguém estivesse fazendo algo errado. Esse prestígio lhes dava também mais responsabilidade, pois Fernando reclamava diretamente com eles quando havia qualquer problema.

59 Os lugares-chave seriam os bairros onde a vereadora tinha forte atuação, como Vilar Carioca, por exemplo. A candidata privilegiava moradores dessas localidades na escolha de sua equipe de campanha.

60 Acompanhei o candidato no corpo-a-corpo realizado no bairro Nova Cidade, no Calçadão de Campo Grande e num bairro de Itaguaí. Não observei de perto essa atividade no loteamento estudado, pois tive a preocupação de não me "contaminar", ou seja, não queria que os moradores pensassem que eu trabalhava para o Fernando.

61 Muitas pessoas se diziam usuárias dos seus centros sociais e outras agradeciam as cartas que recebiam na ocasião de seu aniversário.

conheciam desde a época das ocupações dos lotes, quando ainda era presidente de associação de moradores.

Se conversando com moradores, Fernando ouvia reclamações quanto ao atendimento do posto de saúde (o qual só teria sido construído pela "luta" dele), que não havia médicos, nem remédios, nas conversas seguintes falava do problema antes mesmo do morador. Procurava mostrar que conhecia bem as dificuldades e que já estava trabalhando para tentar resolvê-las. E acrescentava que sua principal luta como deputado estadual seria a melhoria dos hospitais estaduais da Zona Oeste. A comparação com a Zona Sul era frequente. Fernando reforçava sempre a percepção de que a Zona Oeste era preterida e abandonada para, quem sabe, reiterar a importância de alguém que trabalhe pela região.

Durante a caminhada pelo bairro, o candidato reclamou comigo da postura passiva dos moradores diante dos problemas. Ao conversar com os moradores, ele também incentivava uma postura mais ativa, mas, ao mesmo tempo, entregava cartões com sua assinatura para que os moradores contemplados pudessem solicitar especial atenção da diretora do posto de saúde. A equipe do candidato também anotava os pedidos de alguns moradores[62], tais como cadeira de roda, transferência de escola, iluminação, pavimentação, remédios, entre outros.

Fernando sempre dizia que não garantia o atendimento das demandas para não ser acusado de ter iludido os moradores[63]. Quando percebia a recorrência de determinada crítica, pegava o microfone e falava diretamente com os moradores. Lembrava sua atuação no local, mostrava que estava ciente das principais demandas e pedia o apoio deles.

Os constrangimentos impostos pela milícia que controlava a região[64] também serviam de justificativa para o menor número de realizações no local. Quando um morador reclamou que ele não fez nada pelo bairro Nova Cidade, Fernando respondeu dizendo que poderia ter feito mais, caso não tivesse sido expulso pelos milicianos. Ele afirmou algumas vezes que colocou um alambrado no campo de futebol e que este foi derrubado por milicianos. Segundo

---

62 Algumas coisas mais pontuais foram resolvidas na mesma hora, como dinheiro para fralda e empréstimo de palco para a realização de um show gospel. No ultimo caso, o vereador ligou para o funcionário responsável e ele acertou todos os detalhes com o morador.

63 Uma moradora do bairro Nova Cidade acusou o vereador de ter mentido, dizendo que resolveria o "problema do valão", mas que não tinha feito nada. Fernando garantiu que jamais teria feito a promessa, pois sabia que a questão ali era complicada, que havia a necessidade da realização de uma obra grande.

64 O bairro seria controlado pela **"**Liga da Justiça**"**, grupo chefiado pelos irmãos Jerominho e Natalino.

ele, para entrar naquela campanha eleitoral, tinha sido necessário negociar com a milícia ainda atuante (mas não mais comandada por seu adversário político). Esta só teria aceito sua entrada por reconhecer que ele "trabalhava de verdade"[65]. Fernando comparava a situação do Nova Cidade à do bairro Vilar Carioca, e afirmava que o último tinha melhores equipamentos e serviços públicos porque lá ele sempre pôde entrar para trabalhar.

Num corpo-a-corpo realizado no Centro Comercial de Campo Grande – o Calçadão –, a dinâmica do contato com as pessoas era um pouco diferente. Ali, passavam pessoas de bairros e condição socioeconômica diferentes. A recomendação de Fernando sobre a abordagem era, portanto, distinta: "fazer calçadão, não é o mesmo que fazer favela". Fernando demonstrou preocupação com a receptividade naquele lugar, justamente por perceber a heterogeneidade das pessoas que por lá circulavam. Esta apreensão parecia estar ligada à percepção de que moradores menos carentes têm criticas mais duras aos políticos. Nesta ocasião, o candidato dividiu a equipe em dois, formando um corredor em torno de si. Alguns integrantes da equipe seguravam bandeiras, enquanto outros interpelavam os transeuntes, entregando material de campanha e acompanhando-os até o candidato. O corpo-a-corpo foi feito na parte da manhã, numa tentativa de encontrar as pessoas menos cansadas e, portanto, com mais paciência para essa atividade.

A recepção do candidato foi positiva, pois muitas pessoas pararam para falar com ele e fizeram pedidos, tais como: canalização de valas, iluminação, remédio, colocação de placas com endereço de ruas, pavimentação de ruas, entre outros. Todos os pedidos eram anotados por uma assistente (no caso, eu) com nome, telefone e endereço. Os pedidos seriam encaminhados para seu gabinete e, na medida do possível, Fernando atendê-los-ia. Algumas pessoas demonstravam grande alegria ao conversarem com o vereador, diziam que o conheciam há muito tempo, elogiavam seu trabalho (em especial o dos centros sociais), agradeciam as cartas recebidas nas ocasiões festivas e diziam que Fernando não precisava

65 Nesse mesmo dia, verifiquei que existiam faixas da associação de moradores do Nova Cidade, divulgando a presença, nesse mesmo dia, do deputado Wagner Montes, candidato à reeleição. Perguntei ao Didi, membro da equipe do Fernando, se ainda existia milícia e tráfico no local. Ele respondeu que sim, mas destacou que a atuação de ambos estava mais discreta. Mesmo dizendo que tudo estava calmo no bairro, Didi aconselhou Fernando a não estar no mesmo momento que o deputado Wagner Montes no Nova Cidade. Seria melhor evitar, segundo ele. Fernando ainda combinou que na sexta seguinte iria começar a fazer o alambrado da praça principal e disse que, se o problema da luz persistisse, ou seja, se a prefeitura não resolvesse, ele tentaria resolver com o seu pessoal, isto é, com dinheiro do seu próprio bolso.

mais estar fazendo campanha porque ele já estaria eleito. Obviamente, a aceitação não foi absoluta, pois muitas pessoas fugiam e não paravam para cumprimentá-lo, inclusive com certo mau humor. Era possível observar certo ceticismo em relação à política através de declarações relativas à vontade de não votar em ninguém.

No mesmo dia, o candidato dirigiu-se ao município de Itaguaí para fazer corpo-a-corpo acompanhado de um grupo de evangélicas próximas a ele. No caminho, Fernando brincou, pois o bairro não parecia ter muitas casas. Em todo o trajeto, só víamos pasto e o candidato ironizou dizendo que panfletariam para vacas. Em Chaperó, a moradora evangélica recebeu o candidato e o acompanhou no trajeto pelo bairro. Ao andar pelas ruas, era possível reparar que o vereador não era sequer reconhecido. O bairro seria o reduto do Charlinho, político de Itaguaí, e um número reduzido de moradores conhecia o trabalho dos centros sociais.

Fernando e sua equipe caminharam de 15 às 18 horas e ele repetia continuamente que se tratava de uma agenda em que sua presença era dispensável, já que as pessoas não a reconheciam. Para tentar reverter essa "indiferença", Fernando, além de explicar o trabalho de seus centros sociais, dizia que, se fosse eleito, tentaria montar um centro social em Itaguaí.

Este episódio explicita a concentração da atuação do vereador. Estar presente ao corpo-a-corpo parecia ser indispensável apenas em locais onde a proximidade entre representante e representados já havia sido construída. Os projetos de lei e também o trabalho dos centros sociais dirigiam-se a um público específico, com o qual se pretendia estabelecer um compromisso. Como o diferencial do Fernando residia justamente em sua atuação cotidiana (não apenas nos "anos pares"), ele reconhecia ser "perda de tempo" tentar conquistar adesão e votos num lugar onde não atuava diretamente. Ali, ele seria apenas mais um candidato, como os outros.

Além da realização de corpo-a-corpo nos bairros, o encontro com os demais políticos da mesma coligação fazia parte da agenda do candidato. No fim do mês de julho, Fernando compareceu a um desses eventos, realizado no Colonial – um salão de festas no bairro de Campo Grande. Antes de se dirigir ao local, o candidato passou pelo comitê para colocar alguns adesivos da família Maia (César e Rodrigo) no carro. Apesar de ter material com os

referidos candidatos (aos cargos de senador e deputado federal respectivamente), ele não investia muito nessa parceria.

O evento contava com a presença de diversos candidatos e políticos que apoiavam as candidaturas de César Maia, Gabeira e José Serra: Carlo Caiado, Tio Carlos, Índio da Costa, Rodrigo Maia, MC Geléia, e vários outros candidatos do DEM e do PSBD participaram do encontro. Várias pessoas carregavam bandeiras e gritavam as músicas de seus candidatos. Nenhuma delas parecia ser morador comum, mas membros remunerados das equipes dos candidatos presentes. Estes discursaram, destacando a importância de fazer investimentos na Zona Oeste. Fernando foi mencionado tanto por Gabeira, candidato ao Governo do Estado, quanto por Serra, candidato à Presidência da República, demonstrando que ambos consideram-no o *verdadeiro* aliado na região, já que nas eleições anteriores havia conquistado quase 70 mil votos.

Valorizando seu conhecimento sobre a Zona Oeste, Fernando disse-me que José Serra perguntou a ele o que deveria falar, pois não conhecia nada da região. O candidato, "expert em Zona Oeste", disse os pontos que ele deveria abordar em seu discurso, os quais ele seguiu fielmente: falou de saúde e de transporte, considerados os principais problemas da região. O potencial de Fernando para transitar pela Zona Oeste e traduzir as demandas dos moradores era bastante destacado nas propagandas gravadas para o horário eleitoral da televisão, em que o candidato enfatizava o trabalho social que desenvolvia, criticava a existência da taxa de iluminação, a saúde e o transporte na Zona Oeste. Mais uma vez, ao apresentar problemas locais, facilmente identificados pelos moradores, Fernando pretendia reforçar a ideia de que ele era o legítimo representante da região, pois, além de ser nascido, criado e continuar morando em Campo Grande, possuía habilidades e contatos estratégicos na condição de vereador.

Sua identificação com a Zona Oeste, marca da sua campanha nos dois anos observados, é reiterada nos seus panfletos:

> Em [nome do bairro], Fernando é conhecido por suas realizações nas comunidades e pelo seu trabalho social que já existe há mais de 13 anos. Pela melhoria da qualidade de vida da população, Fernando pede o seu voto para deputado estadual. Bairro por bairro, comunidade por comunidade, ao longo dos anos, Fernando junto com os moradores deixa sua marca de

> realizações. Realizando obras como: drenagem, pavimentação, escolas, construção de praças, creches e posto de saúde. Um trabalho que todo mundo vê, conhece e que dura o ano todo. A luta do Fernando é levar melhorias a vários bairros da Zona Oeste.

Em seguida, o panfleto listava obras realizadas. Urbanização de praças de vários bairros (os nomes apareciam discriminados), troca de iluminação pública, asfaltamento de ruas, obra do Programa Favela-Bairro, obras de canalização, ônibus da liberdade (responsável por transportar os alunos da rede municipal de ensino). Do outro lado do folheto, eram mostradas outras "conquistas dos moradores junto com Fernando":

> Fernando vem realizando um grande trabalho em toda a Zona Oeste. Através de seu empenho, Fernando traz mais uma melhoria para a nossa região. A Lei número 3811 de sua autoria, que visa a duplicação da Estrada da Caroba foi aprovada pela Câmara de Vereadores. Os recursos já foram liberados pela Prefeitura e a obra já foi iniciada. [...] é o Fernando, mais uma vez, trabalhando pela Zona Oeste [...]. Fernando foi o único Vereador da Zona Oeste que votou contra a taxa de iluminação. Entendendo que é um absurdo mais uma cobrança a ser paga pelo bolso do trabalhador. A Zona Oeste não recebe os mesmos investimentos que os bairros da Zona Sul. Por isso Fernando entrou com uma ação na justiça para impedir essa cobrança abusiva.

Além de inserir esta informação no panfleto, Fernando e sua equipe distribuíam papéis com a votação do projeto de lei para confirmar a informação de que os demais "vereadores da Zona Oeste" não votaram a favor dos moradores da região. Pode-se dizer que o discurso contido no material de campanha pretendia reiterar a construção da imagem de Fernando como a representante, por excelência, dos moradores da Zona Oeste. Citando nomes dos bairros, obras realizadas, projetos de lei aprovados e o "trabalho social" desenvolvido, ele estaria cumprindo com as expectativas dos seus potenciais eleitores.

A estratégia desenvolvida pelo candidato para conquistar a adesão da população foi a mesma adotada em 2008. A intimidade com que falava das necessidades dos moradores ("Posto de Saúde de Inhoaíba – um sonho antigo da comunidade que se tornou realidade") e a ênfase dada ao caráter coletivo das conquistas ("conquista do Fernando e dos moradores") demonstravam a força do vínculo existente entre ele e seus representados, um tipo de laço que se pretende único. Embora outros candidatos se apresentassem como sendo "da região", somente Fernando parecia conhecer as principais demandas.

– **Coronel Jairo: "política com respeito e dignidade"**

20126. Coronel Jairo.
Analisando os problemas da cidade
Peço o seu voto pra voz da dignidade.
[...] Coronel Jairo, você fala e não esquece.
Pra deputado estadual vamos votar no candidato certo.
Veio para ficar.

Em 2010, Coronel Jairo candidatou-se ao cargo de deputado estadual pelo Partido Social Cristão (PSC). Formado em Direito e Administração de Empresas, o parlamentar entrou para a Polícia Militar, onde se tornou coronel. Seu primeiro mandato de deputado estadual foi conquistado em 2002. No perfil apresentado na sua página pessoal na internet, a Zona Oeste é mencionada quatro vezes. Não apenas como o lugar onde nasceu e mora, mas também como sede de uma de suas principais conquistas – a Universidade da Zona Oeste (UEZO).

A universidade pública, inaugurada em 2005, oferece graduação plena em ciências biológicas, ciências da computação, farmácia e engenharia de produção e graduação tecnológica em biotecnologia, análise e desenvolvimento de sistemas, produção de fármacos, processos metalúrgicos, tecnologia em polímeros e tecnologia em construção naval. De acordo com o site do deputado, a UEZO foi criada, sobretudo, para formar trabalhadores para as indústrias que estão se instalando na região e para o Polo Gás-Químico de Duque de Caxias.

O vínculo com a Zona Oeste era destacado tanto por sua origem quanto por conta das conquistas obtidas nos mandatos. A identificação com os problemas e o potencial dessa região pode ser observada no seguinte trecho extraído do site:

> Fiel às suas origens e atento aos percalços que a vida impõe ao povo do subúrbio, foi eleito presidente do clube que acompanhou toda a sua juventude: o Ceres Futebol Clube. Apaixonado pelo Ceres e pela Mocidade Independente de Padre Miguel, nunca deixou de exaltar a Zona Oeste, sua terra e sua gente.

A campanha começou cedo no Boa Terra. Coronel Jairo contratou Janaína, moradora que havia participado em outro ano da campanha de seu filho – o vereador Jairinho. Segundo

ela, o candidato começou a trabalhar no bairro em maio. A equipe, formada por moradores do loteamento e coordenada por ela, teria auxiliado moradores a obter documentos e o candidato teria disponibilizado transporte para levar os interessados. No começo de agosto, já era possível observar placas do candidato na principal via de acesso ao loteamento e nas ruas principais do bairro. No bairro de Guaratiba havia pelo menos duas equipes, responsáveis por atividades de divulgação através da entrega de material de campanha, da colocação de placas e da realização de uma pesquisa que visava avaliar se os moradores conheciam ou não os projetos de lei e as conquistas do deputado. Esses questionários, aplicados por sua equipe, converteram-se em importante meio de divulgação da atuação parlamentar de Coronel Jairo.

Analisando o material de campanha distribuído pela equipe do deputado e as perguntas incluídas no questionário sobre o mandato do Coronel Jairo, é possível perceber que ele criou um perfil mais amplo que o de Fernando. Embora sua página pessoal na internet destaque a Zona Oeste e as demandas dos moradores, os folhetos mencionavam leis de interesse de um grupo mais amplo de eleitores. Ele se apresentava como "a voz da dignidade". Assim, por exemplo, o texto final de um de seus panfletos afirmava:

> Em sete anos de mandato como deputado estadual, procurei sempre imprimir a marca da dignidade em meu trabalho. Neste período, fui autor de 50 leis estaduais, mais de 300 projetos de lei, além de centenas de indicações legislativas. Exemplos não faltam: o Bilhete Único, a licença-maternidade de 180 dias, a merenda especial para alunos diabéticos e a emissão da certidão de nascimento nas maternidades são todas iniciativas do meu mandato. Desde o dia 1° de julho, sou presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), o que muito me orgulha. Todas as conquistas e realizações do meu mandato foram conquistadas com o apoio do governador Sérgio Cabral e do deputado Jorge Picciani, candidato ao senado. É uma parceria de resultados, que busca cidadania e justiça social. Quero levar essa parceria para o interior reforçando a ligação com os municípios. Podem contar comigo para ajudar no desenvolvimento da sua cidade, buscando sempre atender as necessidades primordiais da população. Estamos juntos nessa caminhada. Deputado Coronel Jairo.

Nota-se que o texto remete a questões que não afetam apenas os moradores deste ou daquele bairro. O candidato faz referência até mesmo a outros municípios, embora não os nomeie. Assim, pretende evidenciar que está sendo coerente com a função de representante da população de todo o estado e não de um município ou de uma região específica.

Além disso, a declaração da importância da parceria com o governador Sérgio Cabral e com o antigo presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e então candidato ao Senado Federal, Jorge Picciani, parecem indicar não apenas uma tentativa de conquistar votos

para sua coligação, mas de demonstrar que dispunha de contatos pessoais importantes para o atendimento das demandas. Sua posição de mediador, de alguém com bom trânsito em diferentes grupos, confirmar-se-ia por meio destas importantes alianças. Até o Presidente da República era mencionado em seu panfleto (com foto inclusive tirada ao lado do deputado e do governador), enfatizando a extensão e a importância de sua rede de contatos. A esse respeito, CHAVES (2003: 51) assevera, em pesquisa realizada no município mineiro de Buritis, que a importância política das lideranças locais dependia não apenas da riqueza econômica, mas também dos vínculos pessoais com políticos hierarquicamente mais importantes, isto é, do "'conhecimento' de pessoas influentes'".

Ao longo da campanha eleitoral, o candidato realizava reuniões no galpão que possui em Bangu, sua principal área de atuação. Todas as segundas-feiras, os "cabeças"[66] de cada equipe se reuniam para pegar material de campanha e ouvir pronunciamentos do candidato. No dia em que compareci a essa reunião, o discurso do deputado foi longo. Ao contrário de Fernando (que brigava com sua equipe), o Coronel Jairo falava de maneira simpática e tranquila[67].

Ele iniciou o discurso agradecendo a presença de todos. Disse que a intenção não era fazer uma reunião cheia e, sim, com pessoas que estivessem realmente interessadas em ajudar na sua campanha. Destacou que ele e seu filho não estavam na política há anos "como muitos pensam". Foi apenas em 2003, afirmou, que decidiram tentar mudar o "sistema", isto é, apresentar uma alternativa política para a Zona Oeste. A região, segundo ele, é conhecida como "curral eleitoral"; os candidatos precisariam apenas de dinheiro para conquistar votos. Além disso, nesta região escolas técnicas universidades públicas não eram vistas como necessárias. Em relação à identificação da Zona Oeste como curral, o deputado foi enfático: "Meu pai não é boi nem minha mãe é vaca. É preciso fazer uma política que trate a Zona Oeste enquanto um lugar de famílias!"

---

66 Termo usado por Janaína e Sueide para referir-se aos coordenadores de equipe.

67 Parece que acompanhar o trabalho das equipes é de responsabilidade da sua filha, de seu genro e de alguns funcionários. A filha, por exemplo, reclamou com Janaína e Sueide porque alguém da equipe delas colocou placa numa árvore. Ela disse: "Vocês estão malucas? Não pode! Meu pai pode ganhar uma multa!". Janaína e Sueide logo disseram que o problema havia sido resolvido.

Para ilustrar seu argumento de que a Zona Oeste é tratada (e aceita ser tratada) como curral eleitoral, contou que, com o acesso que tinha à Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), resolveu a situação de diversas ruas numa determinada área de Bangu e que um morador veio avisá-lo que era bem provável que os moradores de uma das ruas "beneficiadas por ele" votassem no deputado Chiquinho da Mangueira (PMDB), que teria colocado refletor em uma esquina mal iluminada. A ajuda numa questão simples e pontual seria, portanto, motivo para votar. Coronel Jairo disse ainda que seria possível observar que muitos candidatos só apareceriam em setembro, pois acreditavam não ser necessário gastar muito numa campanha na Zona Oeste, como se seus moradores precisassem de muito pouco. Segundo ele, "estes políticos gostam apenas de pagar a festa, o churrasco e as cervejas. Gostam de passar e acenar, sem precisar discutir ou debater. Gostam de receber deferência".

Para reverter a imagem da Zona Oeste como curral, o deputado propunha uma "política macro"[68], voltada para a educação e a qualificação dos moradores da Zona Oeste. Sua proposta seria distinta daqueles parlamentares que mantêm centros sociais, pois estes, segundo o candidato, apostariam na falência da saúde e da educação, no lugar de pressionar o Poder Executivo e elaborar leis.

Numa tentativa de demonstrar humildade, o candidato disse que não sabia se sua opção era a correta, mas agia por *intuição* e *com o coração*. Usando uma linguagem das emoções, Coronel Jairo tentava demonstrar que compartilhava valores e experiências com os moradores da Zona Oeste. O candidato chegava a afirmar que nenhum dos políticos que se apresentavam como sendo *da* Zona Oeste (exceto ele) morariam ainda em um de seus bairros. Para diferenciar-se da política feita por outros candidatos da região, ele enfatizava que sua preocupação com a educação e com a qualificação de seus moradores era inédita. Citava, inclusive, o elogio recebido por um casal de advogados[69] de que seria possível separar a Zona Oeste em "AJ e "DJ": antes e depois de Jairo. Apesar de repetir que o mandato pertencia a todos os que votaram nele como seu representante, o candidato sempre se referia às conquistas como sendo suas.

---

[68] Expressão usada pelo candidato para designar uma atuação política destinada às questões gerais, como a educação, por exemplo.

[69] A própria menção à profissão do casal seria uma tentativa de valorizar o elogio recebido.

Além do intenso trabalho da equipe local (que estava de segunda a sexta nas ruas), a presença do deputado foi substituída pela participação do seu filho, o vereador Jairinho, na carreata e também na inauguração da Clínica da Família[70]. Em nenhuma dessas situações, o vereador – filho do candidato – falou diretamente aos moradores, mas sua presença parecia reiterar o compromisso de sua família com o Boa Terra. A equipe, coordenada por Janaína, organizou um evento num galpão do bairro para receber o candidato. Em nota divulgada no site do Boa Terra, o evento foi anunciado:

> No próximo sábado, dia 25 de setembro, será realizado um evento no antigo Amarelinho do Duda a partir das 16h. Além de pula-pula, pipoca e participação de DJ, o evento contará com a presença do Deputado Estadual, candidato à reeleição, Coronel Jairo. Estamos aguardando vocês!!!

Mesmo com a divulgação do carro de som e do site, o evento não reuniu muitas pessoas. As crianças, atraídas pela pipoca e pelo pula-pula, compareceram, mas sem a companhia esperada dos pais. O candidato demorou um pouco a chegar e entrou na companhia da sua equipe local de campanha. Ao lado desta, fez seu discurso. Disse que não pretendia se alongar muito e reproduziu grande parte da fala proferida na reunião com as equipes de campanha. Enfatizou a indignação que sente ao ver como os demais políticos se referem à "sua" região.

Para distanciar-se da imagem negativa comumente atrelada aos candidatos (que só apareceriam em tempo de campanha), o Coronel Jairo tentou se apresentar como "alguém de dentro", que possuía uma trajetória de vida similar à dos eleitores. Embora sua atuação estivesse mais concentrada em Bangu, tentou extrapolar o bairro, englobando toda a "Zona Oeste pobre", formada pelos bairros de Campo Grande, Bangu, Guaratiba e Santa Cruz. A promessa feita, ainda que não nesses termos, residia na ideia de que as conquistas de Bangu (escola técnica, por exemplo) seriam apenas um exemplo do que seria feito em toda a região. Sua origem social comum, que lhe conferiria o conhecimento necessário das principais

[70] No site do Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro (http://www.rio.rj.gov.br/), Eduardo Paes, as Clínicas da Família aparecem como sendo parte do programa "Saúde Presente", "uma inovadora estratégia de atendimento público de saúde de forma territorializada", na qual "cada área da cidade contará com uma teia formada por Programa Saúde da Família, postos de saúde, Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, Policlínicas e hospitais de referência, evitando que as emergências funcionem como ponto de entrada do Sistema de Saúde".

demandas, e sua posição diferenciada (deputado, amigo do governador e do presidente da Alerj) o converteriam em importante mediador.

5.2.3 Performance e repertórios: síntese da linguagem dos candidatos

Nas seções anteriores, apresentei as maneiras pelas quais os candidatos observados tentam aproximar-se dos moradores do loteamento, evidenciando, assim, as formas de fazer política de cada um. O panorama geral dos personagens sugere algumas variações entre os diferentes políticos, mas também algumas convergências fundamentais para a compreensão da linguagem política desenvolvidas por estes atores. Proponho, nesta seção, recuperar os dispositivos utilizados pelos candidatos, comparando-os e destacando suas diferenças. A ideia é entender como os candidatos tentam convencer os eleitores ao longo da campanha eleitoral.

A noção de ação simbólica não é novidade nas ciências sociais. Ainda em 1941, BURKE teria introduzido a categoria e, em 1973, GEERTZ teria sido o principal responsável por sua disseminação. Tais autores estariam valorizando o significado cultural (e não econômico ou instrumental) das atividades. A ênfase residia na performance teatral, desenvolvida na década de 1950 por GOFFMAN. Em sua teoria dramatúrgica, o autor discute que o individuo apresenta, em situações ordinárias, a si mesmo e suas atividades às outras pessoas – a plateia – e tenta regular (nem sempre de forma consciente) a impressão que elas terão de seu desempenho. Nessas interações face a face, a definição da situação é decorrente, sobretudo, da informação disponibilizada a respeito de determinado indivíduo.

Tal conhecimento torna a plateia mais apta para saber o que esse indivíduo esperará deles e também o que dele podem esperar. Informados, ator e plateia saberão agir de forma adequada. A expressividade do indivíduo, afirma GOFFMAN, se dá de duas maneiras: a expressão que ele transmite e a expressão que ele emite:

> A primeira abrange os símbolos verbais, ou seus substitutos, que ele usa propositadamente e tão-só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligada a esses símbolos. Esta é a comunicação no sentido tradicional e estrito. A segunda inclui uma ampla gama de ações, que os outros podem considerar sintomáticas do ator, deduzindo-se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitida. (GOFFMAN, 2005: 12)

A representação teatral é socializada, isto é, ela deve ser conformada, ajustada à compreensão e às expectativas do grupo no qual ela é apresentada. Quando se apresenta diante dos outros, portanto, o ator tende a incorporar os valores oficialmente reconhecidos e legitimados no grupo. Sob esse enfoque, é possível pensar na representação exercida pelos candidatos apresentados anteriormente. De que maneiras eles se apresentam diante de sua plateia (no caso, seus potenciais eleitores)? Como esses políticos interagem com os moradores do loteamento?

Os candidatos estudados não adotaram exatamente as mesmas estratégias de aproximação da sua base eleitoral. Contudo, há traços essenciais que parecem permear a forma de fazer política de todos eles, com exceção do candidato Sociólogo Alexandre Pantaleão, que apresentou um perfil distinto e, portanto, aparecerá no final da discussão para fazer um contraponto, bem como para mostrar alguma similaridade. Em primeiro lugar, pode-se destacar a ênfase dada ao pertencimento local. Todos, sem exceção, falaram da Zona Oeste com certa familiaridade. O conhecimento da realidade local parece ser um dos componentes mais importantes no processo da constituição destes enquanto "solucionadores de problemas". Assim, em suas interações com os moradores, os candidatos falam dos problemas existentes na Zona Oeste de maneira geral, procurando também destacar o bairro em que se encontram. Ao conferir prestígio a uma localidade específica, o político procura ajustar-se à expectativa dos próprios moradores que, como já foi visto, sentem-se abandonados por estes. Ou seja, os políticos promovem o deslocamento do bairro da *periferia* para a condição de *centro*.

Guiga, morador do Boa Terra e que possui um site sobre o bairro, elogia a campanha de um candidato porque este, após conhecer o Boa Terra, refez sua propaganda eleitoral e incluiu o loteamento como uma de suas prioridades. A admiração demonstrada advém não apenas pelo cumprimento de sua palavra, mas também pela valorização de um lugar que, na perspectiva dos moradores, tem sido negligenciado pelos políticos. De maneira geral, os candidatos apropriam-se da percepção generalizada dos moradores de que os investimentos públicos concentram-se na Zona Sul da cidade, e destacam a importância de se ter representantes da Zona Oeste.

Fernando figura-se como o mais local dos candidatos, pois sua área de atuação compreende os bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, onde se encontra o loteamento em questão. Apresenta-se como "Fernando da Zona Oeste" e não recorre a uma liderança local para fazer a campanha no loteamento. Além disso, na propaganda da televisão o candidato cita o Boa Terra, destacando a necessidade da realização de obras nessas localidades. Coronel Jairo, por sua vez, privilegiou em seu mandato o bairro de Bangu (com a implantação de escolas técnicas, por exemplo), mas destaca em sua fala a preocupação e o "carinho" com a região toda ("Nunca deixou de exaltar a Zona Oeste, sua terra, sua gente"). Bangu seria apenas, então, um exemplo do que seria feito em toda a Zona Oeste. Já Carlo Caiado, identificado com a Barra da Tijuca (visto pelos moradores como um "político de fora", assim como o Coronel Jairo), põe em relevo o seu conhecimento acerca da região através, especialmente, da fala de alguns moradores.

Em segundo lugar, destaca-se a preocupação dos candidatos em se apresentarem como pessoas comuns, parecidas com os moradores do bairro. Essa proximidade é construída não apenas pelas roupas que vestem (em geral, jeans, camisa e tênis), mas também pelos discursos que proferem. Com discursos sem muito rebuscamento, os candidatos procuram estabelecer vínculos com os moradores, imprimindo um tom coloquial ao que dizem, tentando assim se aproximar da linguagem cotidiana dos eleitores. Dessa forma, tentam fugir ao ceticismo popular quanto às intenções dos políticos que, em geral, pertenceriam a outra realidade e, por isso, abandonam a Zona Oeste com o fim das eleições.

Em todas as visitas dos candidatos ao bairro (mesmo nos eventos organizados), eles optaram por falar aos moradores evitando subir em palcos ou palanques, para passar a impressão de uma relação horizontal com a audiência. O candidato se apresentava como pessoa ordinária, disponível ao acesso dos eleitores. Portanto, não seria conveniente colocar-se numa posição de destaque que o afastasse simbolicamente dos moradores do Boa Terra. Apenas nas carreatas, os candidatos encontravam-se num lugar de maior visibilidade, pois, do contrário, poderiam não ser vistos ou reconhecidos, o que comprometeria o próprio objetivo da carreata. Não desconsidero, no entanto, a hierarquia manifestada nas ocasiões em que candidato e população estão em contato. Mesmo sem subir em palanque, Coronel Jairo, por

exemplo, numa atividade desenvolvida na campanha, proferiu seu discurso de pé com o uso de microfone, enquanto seu público encontrava-se sentado e quieto. Ao seu lado, também de pé, encontravam-se os moradores que ocupavam posições centrais na sua equipe de campanha. Além do candidato, Janaína – coordenadora local de sua campanha – só fez uso da palavra para apresentar o Coronel.

Em sua "representação do eu", os candidatos pretendem informar aos moradores que lhes são próximos, por conhecerem seus dramas e falarem "sua língua", mas, ao mesmo tempo, procuram evidenciar sua competência para a realização do papel a que se propõem, destacando seu capital social, político e também econômico.

Nos eventos festivos, organizados pelos próprios políticos, é possível observar essa contradição fundamental, qual seja, a de uma igualdade que se quer manifestar e na desigualdade decorrente da necessária inserção da *pessoa do político* numa ordem social e política. Ou seja, "A ambiguidade da categoria pessoa em sua dimensão política encontra-se no fato de supor uma igualdade universal, intrínseca a todos os homens como 'pessoas humanas', mas presente em cada homem na particularidade de sua persona social" (CHAVES, 2003: 64).

Os candidatos apresentados tentam fugir da representação do político enquanto algo "abstrato", na medida em que esta desperta, em geral, a desconfiança da população, para converter-se na *pessoa do político*, ou seja, alguém conhecido, que tem nome, que pertence a um lugar e que está comprometido (o que é reforçado através da lista de obras conquistadas; projetos e programas e implementados). Ao mesmo tempo em que tentam representar uma igualdade ideal, os políticos, em determinadas situações reforçam a desigualdade decorrente de sua inserção social e política.

Essa ambivalência na apresentação pode ser observada quando o Coronel Jairo diz, por exemplo, que é o único deputado que ainda mora na região. O tempo todo ele destaca que ser morador da Zona Oeste é uma opção, pois, assim como os demais políticos, ele poderia morar em áreas mais valorizadas. Nota-se que o candidato se apresentou como alguém que é próximo por morar no mesmo bairro, mas pertence a um estrato social superior. Tal pertencimento é destacado, por exemplo, na doação de dinheiro para a resolução de questões

pontuais. Mesmo Coronel Jairo, crítico severo à manutenção de centros sociais, mantém um galpão em Bangu para atender as demandas dos moradores. Fernando, mesmo durante a campanha, deu dinheiro a diversos moradores que lhe solicitaram, além de doar remédios e cadeiras de rodas. Nessas situações, o candidato demonstra que, mesmo sendo uma pessoa simples[71], é alguém com recursos diferenciados. Fernando reitera sua representação como pessoa que pode transitar em diferentes mundos, isto é, ele conhece a realidade da Zona Oeste porque é "cria" e morador da região, e que possui meios de acesso (econômicos, sociais e políticos) às instâncias governamentais que o tornam mais apto a atender as demandas locais e individuais. Carlo Caiado, ainda que de forma mais indireta, também recorreu ao seu capital econômico na tentativa de estreitar seus laços com o loteamento. Não deu dinheiro a ninguém, mas assumiu o pagamento do aluguel da sede do grupo comunitário.

Outra estratégia comum aos três candidatos é a de vincular-se a outro político de maior prestígio, na tentativa de ressaltar seus acessos às instâncias de governo, isto é, seu potencial de criar parcerias benéficas para o atendimento das demandas da população. Carlo Caiado recorreu especialmente ao prefeito César Maia; Fernando, em diversas oportunidades, destacou sua proximidade com Fernando Gabeira (candidato à Prefeitura e ao Governo do Estado em 2008 e 2010, respectivamente) e José Serra, enquanto Coronel Jairo destacou em seus panfletos sua proximidade com o presidente Lula e com o governador Sérgio Cabral. O peso político dos candidatos parece, portanto, ser proporcional à sua capacidade de costurar redes de relações. Segundo HEREDIA (2002: 89):

> Essa associação por meio de dobradinhas e de outras formas de apoio existentes em todos os níveis de candidatura expressa-se ainda nos santinhos e em toda a propaganda eleitoral. Tais apoios com que os candidatos contam, embora nem sempre signifiquem apoio financeiro, sendo muitas vezes apenas simbólicos, dão a entender que esse suporte não se limita à campanha, mas se estendera ao longo do tempo, abarcando as ações que poderão ser realizadas uma vez o candidato eleito. E isso é fundamental numa eleição, já que o prestígio de um candidato geralmente é visto como proporcional ao reconhecimento e ao prestígio daqueles políticos com os quais esta associado [...].

Nas interações, os atores procuram controlar os sinais enviados para não passarem uma imagem diversa da que pretendem expressar. Para obterem êxito, é importante a

[71] Fernando sempre anda de calça jeans e tênis, aparentando ser uma pessoa comum.

manutenção do controle expressivo, ou seja, a impressão da realidade gerada por uma representação é algo frágil que pode ser desfeita facilmente. A preocupação em não transmitir uma impressão equivocada pode ser explicitada nas performances dos candidatos mais externos ao loteamento: Carlo Caiado, que não mora na região e que tem a Barra e o Recreio como principais áreas de atuação, e Coronel Jairo, que é morador de Bangu, onde atuou principalmente. Os dois candidatos parecem reconhecer a descrença dos moradores em relação aos candidatos que não desenvolvem um trabalho prévio no bairro. A percepção de que essa desconfiança é generalizada faz com que os referidos candidatos atuem de maneira a tentar ultrapassar esse ceticismo.

Para tanto, parece ser imprescindível criar vínculos no bairro, especialmente num período anterior à campanha propriamente dita. No ano de 2008, Carlo Caiado acionou o grupo comunitário (inaugurado meses antes das eleições de 2008) e o animador cultural. Com o desenvolvimento das atividades no bairro (cursos de ginástica, capoeira, entre outros) por meio do grupo comunitário e com o auxílio de Carlos – o principal organizador de eventos do Boa Terra, como já foi dito – ele estaria tentando se identificar com os moradores. Usando o microfone, o candidato mencionou os personagens que o tornam mais próximo da realidade local, criando a possibilidade de estabelecer um compromisso com os moradores.

Em 2010, Coronel Jairo segue a mesma linha de atuação, ou seja, a de manter "pessoas suas" na região. Antes do período propriamente eleitoral, ele fez contato com Janaína e viabilizou a retirada de documentos de identificação para os moradores que não os tinham. No período da campanha, além de montar uma equipe apenas com moradores do Boa Terra, o deputado solicita à sua coordenadora local que prepare o discurso a ser proferido no evento. Por ser moradora, ela estaria mais bem capacitada a identificar os problemas locais. Ele, por sua vez, apropriar-se-ia do seu discurso para demonstrar aos moradores que, apesar de ser de Bangu, está a par das necessidades de Guaratiba, e do Boa Terra especificamente.

Fernando, mesmo sendo mais amplamente reconhecido pelos moradores do loteamento especialmente por manter centros sociais na região, também precisa lidar com a desconfiança. Muitos moradores criticam sua atuação no Boa Terra *(*"Ele nunca fez nada aqui"), embora reconheçam seu empenho e trabalho em outras localidades. Para aproximar-se

ainda mais dos eleitores e, quem sabe, driblar tais críticas, o candidato, nas duas campanhas observadas, faz um grande investimento na atividade do corpo-a-corpo. Nessas ocasiões, como já foi discutido, Fernando, além de distribuir seu material de campanha, conversa com os moradores e faz breves discursos no microfone do seu carro de som. Seu contato mais direto é valorizado justamente porque o candidato tenta constantemente se converter em alguém realmente próximo. Não por acaso, realiza um evento intitulado "Pertinho de Você".

Nota-se, então, que os políticos apresentam uma preocupação com sua reputação, com o "bom nome" que pretendem construir. Tal como BAILEY (1971), ao analisar a pequena política da vida cotidiana em aldeias europeias, é possível observar que "a política da reputação" perpassa o loteamento em questão, o que pode ser evidenciado na tentativa permanente dos políticos de não se desqualificarem socialmente. Todos os candidatos analisados, por exemplo, não fizeram promessas, isto é, não se comprometeram com questões (obras, vila olímpica, entre outros) por receio de "queimar"[72] seus nomes e, consequentemente, perder o prestígio entre os moradores.

No processo de apresentação de si, nos termos de GOFFMAN (2005), o ator recorre aos valores difundidos na sociedade para transmitir a impressão que deseja. Ele preocupa-se, não apenas com regras ordinárias de etiqueta e polidez, mas "[...] seu desempenho tende a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade [...]". Desse modo, não é de surpreender o esforço dos políticos para ajustar-se às expectativas dos eleitores e, consequentemente, escapar das representações negativas atribuída pelos moradores à política e aos seus agentes. Os repertórios singulares acionados por cada político são fundamentais na compreensão da linguagem política engendrada por estes.

No contato com os moradores do loteamento, os candidatos forjam seu compromisso por meio de sua origem social (Fernando e Coronel Jairo) e, quando esta não é capaz de promover uma identificação (como é o caso de Carlo Caiado, oriundo de um bairro com maior prestígio na cidade), por meio de suas realizações no local (como implantação do saneamento em Sepetiba). Todo o tempo eles falam para os moradores da Zona Oeste, ainda que intercalem questões mais globais, de interesse de toda a cidade. A valorização da pessoa –

72 "Queimar" é um termo usado pelos moradores que significa manchar, macular.

do morador da Zona Oeste – no lugar do cidadão demonstra que a política se dá, especialmente, no domínio da afetividade. Nas palavras de CHAVES (2003: 63):

> A categoria nativa *pessoa* implica uma unidade afetivo-racional incompatível com o sentido implícito à noção de cidadão, que supõe a ideia do indivíduo enquanto categoria genérica [...]e, sobretudo, uma separação radical entre a sua dimensão pública – a que se refere exclusivamente – e a dimensão privada.

A confusão das esferas pública e privada ("que supõe a inclusão dos elementos relacionais de outras instâncias de agregação no domínio político" [CHAVES, 2003: 64]) guarda relação estreita com a linguagem dos afetos. Não se trata, como já foi discutido, de uma negação da racionalidade instrumental, mas, sim, de uma conciliação entre gramáticas contraditórias.

Embora flertem com práticas usualmente classificadas como clientelistas, todos os candidatos tentam fugir dessa representação. Carlo Caiado mantinha o aluguel do grupo comunitário (que oferece cursos e assistências, assim como um centro social) e, ao mesmo tempo, se declarava contra a manutenção de centros sociais. Coronel Jairo faz a mesma crítica, alegando que os parlamentares que sustentam centros sociais apostam na falência do Estado e na dependência de seus usuários/clientes e enfatiza sempre sua luta pela educação dos moradores da região. Mesmo Fernando, que possui cinco centros sociais, procura ressignificar positivamente esse tipo de trabalho ao recuperar constantemente seu slogan – "Eu não dou o peixe pronto. Dou a vara pra pescar." – e ao destacar que seu trabalho social é um *plus a mais*, uma vez que seu trabalho na Câmara (de fiscalizar o Poder Executivo, elaborar projetos etc) está sendo bem feito.

Se, por um lado, rejeitam essa identificação com práticas clientelistas, por outro, os candidatos adotam, muitas vezes, uma lógica particularista de resolver por meio de recursos privados questões que idealmente deveriam ser publicizadas. Não é por acaso, então, que as interações analisadas entre representantes e representados são permeadas por esse traço forte do personalismo. Recorrer à linguagem dos sentimentos, aos códigos que tornam pessoais a relação entre os candidatos e seus potenciais eleitores, está na base da apresentação desses

candidatos enquanto políticos confiáveis[73], preocupados em atender as demandas locais. Destacar a carência da região, recorrer à trajetória comum entre representantes e representados, são recursos afetivos, acionados na tentativa de fugir da impessoalidade que poderia aumentar a desconfiança entre candidatos e eleitores. Antecipando o que seriam as expectativas dos eleitores[74], os candidatos se esforçam por mostrar que conhecem o cotidiano deles, diferenciando-se, assim, dos outros políticos que se aproximam para pedir votos, mas que não possuem nenhuma relação com o bairro, nem têm conhecimento detalhado do que os moradores querem ou precisam.

Nota-se, inclusive, uma preocupação em mencionar o nome das pessoas conhecidas, símbolo maior da proximidade verdadeira. Carlo Caiado não foi o único a citar os colaboradores locais no evento realizado no grupo comunitário; Fernando, mesmo quando não sabe o nome do morador durante o corpo-a-corpo, relembra, ao menos, situações em que, juntos, partilharam alguma experiência. Coronel Jairo também destaca a ajuda da sua equipe local e demonstra publicamente seu carinho e sua gratidão, abraçando cada membro. O abraço aos moradores que trabalham na campanha pretende demonstrar cuidado com os moradores do bairro em geral. Se o candidato soube agradecer moradores que trabalharam para ele, também saberá demonstrar gratidão àqueles que lhe confiarem o voto. Usando as informações de que dispõem, os candidatos tentam regular a impressão que os eleitores potenciais podem formar a seu respeito e obter a resposta esperada.

Outro exemplo dessa hibridez é protagonizado por Fernando, que mantém cinco centros sociais na região, mas que, ao conversar com moradores de uma favela durante o corpo-a-corpo, discursava irritado, dizendo que não importa o lugar de moradia, os direitos devem ser os mesmos. Nesse episódio, o candidato recorre a um registro universalista – direitos – para descrever uma situação percebida como injusta. Contudo, como foi repetidamente discutido, a forma de fazer política de Fernando baseia-se principalmente na sua condição de solucionador de problemas, o que se dá não no âmbito do público, mas, sim,

---

[73] Não desconsidero, no entanto, que o esforço dos políticos para fugir do ceticismo pode ser mal-sucedido. O personalismo pode também reproduzir a desconfiança dos eleitores. Assim, muitas vezes, os candidatos reclamam de "traição" quando não recebem a votação que era esperada de eleitores que lhe pareciam tão próximos.

[74] Essa expectativa pode ser exemplificada com a música de campanha do candidato local – Lilico: "Estamos cansados. Perdemos a fé ... De tantos candidatos que prometem e metem o pé".

de uma forma privatizada (via centros sociais, sobretudo). Sua linguagem ambivalente é, portanto, semelhante à linguagem que BARBOZA FILHO (2008) descreve como herança do barroco ibérico. Sua crítica à desigualdade do acesso aos recursos públicos insere-se, desse modo, na linguagem dos afetos e revela a hierarquização que lhe é constitutiva.

Como já foi dito anteriormente, a gramática afetiva que compõe a linguagem política aqui destacada é híbrida. Por isso, ao mesmo tempo em que a desigualdade do acesso à cidade é importante recurso para a constituição desses candidatos em mediadores (relação mais personalista), ela é alvo de críticas por parte desses mesmos políticos, que demonstram indignação diante do Poder Executivo e do próprio Poder Legislativo no que se refere à universalização dos direitos.

O candidato Sociólogo Alexandre Pantaleão, como já mencionado, apresenta uma forma de fazer política um pouco diferente. Mais próximo do que é usualmente reconhecido como candidato ideológico, o candidato a vereador ressalta a importância de defender a distribuição igualitária dos recursos públicos na cidade, participa de um centro de estudos sobre Guaratiba e realiza uma campanha sem muitos recursos econômicos, baseada sobretudo na realização de reuniões com moradores das diferentes localidades.

Embora não tenha acompanhado o contato direto entre os moradores e o candidato Alexandre Pantaleão, observei a relevância de sua origem para a construção de sua candidatura. Seu pertencimento (e o de sua família) a Guaratiba, demonstrado também na criação do CEPAG, parecem conferir maior legitimidade à sua constituição enquanto candidato. Ele teria se candidatado para disputar com esses políticos cujo perfil seria um tanto quanto pernicioso para o desenvolvimento da região. No lugar dos assistencialistas, ele seria um morador que reivindica coletivamente – através de meios públicos (sem recorrer à doação de benfeitorias ou manutenção de centros sociais e comunitários) – melhorias para a Zona Oeste.

Diferentemente dos outros candidatos, ele não recupera a familiaridade com a região para demonstrar sua maior capacidade de trânsito e de estabelecer mediações. Seu *know how* estaria assentado em outras bases: na sua competência enquanto líder (exemplificada na sua atuação enquanto presidente do CEPAG, pois os moradores não queriam que ele saísse do

cargo) e na sua formação como sociólogo. Para reforçar sua imagem como candidato ideológico e distanciar-se da imagem negativa muitas vezes atrelada aos candidatos percebidos como assistencialistas, a sua profissão (embora não atue como sociólogo) faz parte do seu nome de candidato.

Como não acompanhei de perto sua campanha, não foi possível apreender outros componentes de sua linguagem política. Contudo, a existência de um candidato como esse oferece outros contornos à vida politica local (reforçando a ideia de que há gramáticas políticas em disputa) e sugere, com o fato de não ter sido eleito, que sua forma de fazer política não está tão adequada quanto aquela engendrada pelos demais candidatos apresentados aqui. Apesar do ceticismo relacionado aos políticos de maneira geral, é possível afirmar que candidatos com mandato e com perfil de atuação mais pontual são mais bem sucedidos. É importante destacar, ainda, que a percepção de que o ordenamento normativo (e os direitos de cidadania) é mais facilmente (ou quase que exclusivamente) acessado por meio de um político-mediador e parece ser um importante componente na construção da adesão a um candidato.

Vale, ainda, fazer uma última observação a respeito do tema da "representação". Com a análise desses candidatos é possível identificar um paradoxo fundamental da relação entre representante e representado, que tem a ver com o descompasso entre as expectativas do político profissional e da população. A representação liberal republicana é constitutiva do Estado moderno – idealmente um espaço de livre disputa pela convergência dos diferentes interesses entre iguais. No entanto, a própria igualdade, que é função da representação, se constitui como campo de tensão. O poderia estaria, então, menos na capacidade de ação do Estado (e de suas instituições) e mais na representação que o sustenta na vida cotidiana. Embora a discussão sobre "representação" tenha sido feita por meio dos partidos enquanto atores políticos, vale destacar que toda a discussão feita sobre política, no meu estudo de caso, é personalizada (inclusive a ação coletiva institucional). Os partidos são citados pelos moradores e, especialmente, pelos candidatos (que valorizam a composição com partidos que estão no controle da política municipal, por exemplo, o que aumentaria a possibilidade de atendimento de demandas e ampliação de "acessos"). Contudo, na relação entre políticos e

moradores os partidos são praticamente substituídos pelos próprios políticos e seus interesses particulares. Assim, acordos entre partidos, nos planos estadual ou municipal, são reconfigurados no plano local.

6. O ESTADO E O LOTEAMENTO

Foram analisados, até aqui, os diferentes significados da prática da política e as diversas formas de experimentá-la, apreendidos não apenas pelas entrevistas, mas também pela observação dos formatos de organização empreendidos pelos moradores e pela dinâmica das relações desenvolvidas entre estes e alguns agentes externos e estruturas supralocais. Por meio de uma interpretação, que se supõe densa, dos elementos que compõem a linguagem política local, que suponho discutir como os moradores do loteamento se articulam com a "ordem institucional", seus atores e entidades. Trata-se, então, de uma reflexão acerca da relação entre Estado e população, moradora de uma área periférica da cidade.

Não foi meu objetivo mapear todos os "nós de poder", mas, sim, destacar alguns que observei como relevantes no cotidiano do Boa Terra. Seguindo a advertência feita por LEEDS (1978), identifico um conjunto mais amplo de recursos de poder[75] que transcende os meios de produção e mais valia, encontrando-se distribuídos nas localidades e nas instituições externas ou supralocais. O loteamento, assim como propõe LEEDS, é pensado enquanto localidade, que se constitui em pontos nodais de interação, ou seja, caracteriza-se por uma rede altamente complexa de diversos tipos de relação, pois segundo o autor, "os moradores de uma localidade relacionam-se uns com os outros através de vínculos [...]. Os indivíduos movem-se por estes laços, mobilizando ora um ora outro conforme o exigem a ocasião e a utilidade".(1978: 33-34). Observa-se, portanto, que o afeto situa-se nos laços enquanto a razão na utilidade e que a combinação entre esses modelos típico ideias construídos por BARBOZA FILHO (2008) variam no tempo e no espaço.

Ao considerar o loteamento enquanto localidade, proponho uma discussão sobre os arranjos de relação nele engendrados para analisar mais detidamente os ajustamentos e os reajustamentos entre o Boa Terra e as instituições de poder. A gramática política local

[75] Sua definição de poder também é mais ampla (LEEDS, 1978: 36): "As dimensões ou significados essenciais da noção de poder parecem ser o exercício de algum controle sobre a situação própria de alguém como indivíduo ou grupo e a influência na situação de outros".

esboçada até aqui ajuda a pensar nas formas de relação com o Estado, ou melhor, com suas instituições, e na natureza da "representação política" (entendimento prático dos interlocutores estudados) que está em jogo. Para tanto, concentro-me tão somente na dimensão da política em nível mais local, nas interrelações dos atores locais e os políticos profissionais. Considerando que:

> As favelas, bem como as áreas pobres [como é o caso da região estudada], no Brasil e sem dúvida igualmente na América Latina e em outras partes do mundo, confrontam-se com um conjunto de estruturas altamente organizadas que controlam os recursos estratégicos, tomam decisões, e operam com relação à unidade política como um todo, isto é, supralocalmente. As estruturas operam tanto isoladamente, por direito nato, quando articuladas entre si, especialmente através do Estado. (LEEDS, 1978: 45).

A ideia é, então, pensar de que forma os moradores desses territórios pobres tentam alterar seu lugar na cidade ou, nas palavras de LEEDS (Ibid.: 46), tentam "maximizar as vantagens a serem extraídas dos orgãos externos e seu pessoal [...]. Ou seja, a favela, como uma localidade, age como uma pessoa jurídica [ou melhor, grupos de interesse] contra a pressão externa". Antes de esmiuçar os procedimentos desenvolvidos pelos atores locais, seria interessante pensar de que lugar efetivamente esses moradores falam. Afinal, qual é a cidadania que lhes corresponde?

6.1 "Ser Cidadão com qual Cidadania?"[76]

Espera-se que numa sociedade democrática o Estado, enquanto detentor do monopólio da força material, seja a instituição social capaz de usar a força para regular as diferenças e, também, de estabelecer regras de negociação de conflitos (isto é, das diferenças hierarquizadas) e garantir seu cumprimento. Nesse sentido, a esfera pública (estatal) seria o espaço para a expressão de opiniões e reivindicações dos segmentos superiores e inferiores, tratados como iguais. Este seria, aliás, o real sentido das palavras cidadão e cidadania. Seria

[76] O título é equivalente ao do trabalho de conclusão de mestrado de Leite, Márcia. **Ser cidadão com qual cidadania?: um estudo sobre paradigmas da cidadania na filosofia politica moderna**. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Rio de Janeiro, Iuperj, 1993.

por meio do conflito que os segmentos inferiores imporiam seu reconhecimento enquanto interlocutores legítimos, dissolvendo hierarquias às quais estavam submetidos numa diferença sem correspondência possível. No Brasil, entretanto, o Estado tem se mostrado fraco no que diz respeito à produção de uma política social que garanta o exercício da cidadania pelos estratos inferiores:

> É como se os conflitos fossem reduzidos a uma mera factualidade, percebidos no registro estrito da defesa corporativa de interesses, sem que o seu acontecimento tenha esse desdobramento no sentido de figurar na sociedade e para a sociedade a questão da justiça – e, portanto, da igualdade – implicada na reivindicação por direitos (TELLES, 1998: 30).

As instituições estatais, por não servirem como espaço de discussão, conflito e negociação entre atores com interesses mais ou menos reconhecidos, encontram-se praticamente destituídas de conteúdo democrático. Dessa forma, o espaço público é restrito, hierarquizado e fragmentado, perdendo, assim, a "tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade através de espaços de participação, de representação e de negociação políticas" (Telles, Ibid.: 113).

Segundo José Murilo de CARVALHO (1993), até os anos 1930 não havia povo organizado politicamente, nem identidade nacional consolidada no Brasil. A participação política, mesmo nos grandes acontecimentos, era restrita a poucos, e o direito de votar era sistematicamente burlado, inclusive por meios truculentos. Sendo assim, teríamos uma tradição cívica pouco encorajadora, com uma herança colonial que afetou, sobretudo, a área dos direitos civis, pois o Brasil herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, a grande propriedade rural (que sustentava a política do coronelismo e estava fechada às leis) e um Estado comprometido com o poder privado. Em suma:

> Não havia república no Brasil, isto é, não havia "repúblicos", isto é, não havia cidadãos. Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e dos particulares. (CARVALHO, Ibid.: 23)

O período entre 1930 e 1945 é o grande momento da legislação social no Brasil, mas trata-se de uma legislação introduzida num ambiente de baixa participação política e de precária vigência dos direitos civis. De acordo com CARVALHO, esse "pecado de origem" e

a forma de distribuição desses benefícios sociais, não só coloca em dúvida sua definição enquanto conquista democrática, mas também compromete parcialmente sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa.

De todo modo, a legislação trabalhista representou um avanço, embora tenha deixado de lado categorias importantes de trabalhadores, tais como os autônomos, os domésticos e os trabalhadores rurais. Evidencia-se, dessa forma, a concepção da política social enquanto privilégio (e não como direito), pois, na medida em que "favorece" apenas as categorias "escolhidas" pelo governo, não se universaliza. De modo geral, beneficiaram-se particularmente aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo próprio Estado. Tratava-se, então, de uma política social caracterizada como "cidadania regulada" (SANTOS, 1979), ou seja, uma cidadania definida por restrições políticas. Trata-se de um modelo de cidadania dissociado, tanto dos direitos políticos quanto das regras de equivalência jurídica, tendo sido definido através dos direitos sociais, "doados" por um Estado protetor como recompensa pelo cumprimento do dever cívico do trabalho (TELLES, 2001).

Como os benefícios sociais não eram tratados como direito e, sim, como resultado da negociação de cada categoria econômica com o governo, observar-se-ia, segundo CARVALHO, a existência de uma cultura orientada mais para o Estado que para a representação – a "estadania". Assim, "O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de emprego e favores" (CARVALHO, 1993: 221). O Brasil sentiria, portanto, o peso da tradição tutelar "que transfigurou direitos no registro da proteção de um Estado benevolente" (TELLES, Ibid.: 19), inviabilizando a construção da figura moderna do cidadão, remetida à noção de indivíduo soberano nas suas prerrogativas políticas o que remete à inexistência (ou debilidade) da soberania, sustentada pelo monopólio da força em um determinado território, do Estado na regulação das diferenças. Pelo contrário, a identidade do cidadão é definida por seu vínculo profissional que, sacramentado por lei, o habilita para o

exercício dos direitos. Nesse contexto, a carteira de trabalho não seria apenas um indício trabalhista, mas, sobretudo, um registro de nascimento cívico (SANTOS, Ibid.)[77].

Segundo TELLES (Ibid.), se é verdade que tal prática estritamente corporativa de cidadania não existe mais, também é correto supor que suas marcas de origem se fazem sentir, tanto na cultura política brasileira quanto na armadura institucional dos direitos sociais. Ou seja,

> A persistência de uma percepção dos direitos como doação de um Estado protetor seria inexplicável sem essa peculiar experiência de cidadania dissociada da liberdade política[78], como valor e como prática efetiva, e que se confunde, se reduz, ao acesso aos direitos sociais. (TELLES, 2001: 23)

Se, para efeito de atribuição de direitos, a partilha corporativa deixou de existir, o pressuposto do vínculo ocupacional se manteve, o que implica dizer que o acesso aos direitos sociais encontra-se dissociado de uma condição intrínseca da cidadania.

Brodwin FISCHER (2008), ao analisar a formação dos direitos de cidadania dos pobres do Rio de Janeiro no século XX, discute que a precariedade do acesso aos direitos é um importante componente da pobreza urbana brasileira. Tomando como ponto de partida a reflexão acerca das relações estabelecidas entre os pobres e as instituições e os direitos, a autora assevera que a cidadania no Brasil sempre esteve atrelada ao *status* social. Embora tenha adicionado proteções legais e garantias trabalhistas, o Governo Vargas não criou uma sociedade na qual a cidadania não dependesse do *status* social, pois nem mesmo os direitos sociais foram universalizados.

Segundo a autora, os avanços na legislação brasileira sempre foram acompanhados de dimensões informais. A lei estaria repleta de entraves burocráticos, exclusões e outros tipos de "desajuste", que, em conjunto, teriam feito com que a grande maioria dos pobres do Rio de Janeiro tivesse parte significativa de suas vidas "fora" da esfera da cidadania.

---

77 Na tese, trato de uma outra dimensão do mesmo processo de "fragmentação" da cidadania. Enquanto em SANTOS a cidadania diz respeito ao acesso à cidade como fundamento do acesso aos direitos, na tese, a identidade é definida pelo modo de acesso à propriedade (loteamentos irregulares/clandestinos)

78 Vale a ressalva de que, no Brasil pós-ditadura, não se trata de falta de liberdade política (vide a Constituição Cidadã), mas de fortes desequilíbrios nas relações de força social que inverteram a tendência includente da "cidadania regulada" e da oferta de serviços públicos estatais.

Sendo assim, o acesso à cidade termina por ficar restrito aos grupos, incluindo os setores assalariados, que utilizam os aparelhos em seu proveito próprio:

> [...] às avessas dos critérios universalistas da cidadania, trata-se de direitos que, indexados ao trabalho regular, contêm em sua própria definição o princípio que exclui um formidável e hoje crescente contingente de trabalhadores que transitam entre o desemprego e as várias formas de trabalho precário no assim chamado mercado informal, que não têm acesso às garantias sociais e estão fora das arenas de representação sindical. (TELLES, Ibid.: 120).

Segundo LAUTIER (1997), assim como nas demais análises apresentadas, a institucionalização dos direitos de cidadania no Brasil não acompanhou o postulado da universalidade. Na sua análise, não há unicidade da cidadania e, consequentemente, do conjunto de direitos-deveres no território nacional. É como se houvesse uma apropriação formal da democracia representativa e, ao mesmo tempo, uma prática que particulariza sua implementação. Como a imensa maioria dos atores da economia informal nos países do Terceiro Mundo não se enquadra no sistema de direitos-deveres sociais ligados ao emprego assalariado, deve-se abandonar o modelo marshalliano (1967), aplicado em grande parte da Europa, que define a "cidadania plena" assimilada à "cidadania salarial", caracterizada pela garantia dos direitos sociais correlata ao trabalho assalariado. Os trabalhadores da economia informal dispõem de poucos direitos sociais associados a seu trabalho e seu nível de garantia é muito baixo.

Na perspectiva de LAUTIER, a cidadania nesses países seria fragmentada, de "geometria variável" e a precariedade do acesso aos direitos sociais refletir-se-ia sobre os direitos políticos: "A frágil garantia dos direitos à saúde, por exemplo, provoca uma reativação das relações clientelistas com os caciques locais, mesmo quando o contexto é formalmente democrático" (LAUTIER, 1997: 89).

A observação de que parte significativa da população urbana ativa de um país não cumpre com as obrigações legais e fiscais não pode ser tida como simples sinal de "ausência". O Estado tolera a informalidade por múltiplas razões, dentre as quais se destaca o fato de que a ilegalidade promove precariedade, gerando dependência e a permanência de práticas clientelistas e patrimonialistas de poder. Vale acrescentar também que a repressão do Estado em relação a esses segmentos não precisa ser justificada, já que se auto-legitima. Sendo assim, pensar a questão da informalidade enfocando o tema da cidadania possibilita a reflexão sobre

a capacidade do Estado de unificar e ajustar estatutos sociais num sistema único de direitos e deveres, incorporando os diferentes segmentos sociais.

A consolidação democrática (iniciada na metade dos anos 1980) e a ampliação das franquias eleitorais e da competição entre partidos não alteraram substantivamente a esfera pública no Brasil. O recorrente apelo à participação da sociedade civil na temática da "pobreza", e a conversão da filantropia em solidariedade (parceria e/ou governança) promovem o encolhimento do espaço público, reduzindo a esfera institucional de discussão, negociação e conflito e, dessa forma, distanciando-se cada vez mais da possibilidade de articulação de um sistema único de direitos-deveres comprometido com a ideia democrática de universalização do bem-estar social. Dessa forma, a dimensão fundamental da cidadania, que seria a possibilidade de expressão e reivindicação autônoma dos sujeitos na esfera pública, fica comprometida, reduzindo-se quase que estritamente ao direito de votar (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2004).

A perspectiva de LAUTIER me parece "boa para pensar", pois, apesar de apontar para a não universalização dos direitos de cidadania, não cristaliza, por exemplo, os trabalhadores do mercado informal numa condição de "excluídos". Justamente por se tratar de uma cidadania de geometria variável, isto é, que varia de acordo com a posição socioeconômica e política dos sujeitos segundo os quadros de disputa que estão em consideração, a condição desses sujeitos pode ser alterada por diferentes situações, isto é, morar em um determinado lugar ou se envolver em algum movimento de bairro pode modificar sua posição no que se refere ao acesso à cidade.

Partindo do pressuposto de que a cidadania no Brasil é de "geometria variável", tento compreender como esses moradores tentam modificar seu "lugar" na cidade, bem como ampliar sua capacidade de reivindicação e atendimento de demandas. Assumindo que o acesso à cidade é diferenciado (ou seja, é variável), o que pode abrir espaço para a constituição de políticos em mediadores e não em representantes, proponho uma discussão sobre as tentativas de ultrapassar tais barreiras. Se, de um lado, os políticos mediadores atendem as demandas da população local, disponibilizando recursos, de outro, eles o fazem

por meio da "privatização" do acesso a esses e, nesse sentido, podem ser pensados enquanto "barreiras".

Distancio-me de uma análise negativa, isto é, de uma abordagem marcada pelo signo da ausência. No lugar de pensar que faltam (aos sujeitos e aos contextos) racionalidade, informação, tradição partidária e cultura cívica, procurarei trazer à tona os discursos destes atores, na medida em que são capazes de elucidar a dinâmica de funcionamento das instituições estatais. A ênfase não será no ordenamento normativo e, sim, no seu funcionamento prático, pois pretendo escapar de um viés analítico que denuncia a disjunção arranjo/ordenamento. Tal como FREIRE (2007), procurei fazer uma descrição densa do repertório político mobilizado por esses atores, enfatizando os signos reconhecidos como universais (como ofensas aos direitos cívicos, por exemplo) e a gramática sentimental elaborada pelos atores. Sobre essa temática, a autora assevera:

> A ausência de um repertório enfatizando explicitamente o campo dos direitos fundamentais, substituído pelo realce das emoções que decorrem da falta deste direito é significativa. Esta passagem é indubitavelmente relacionada a um esforço de generalizar as criticas dessas lideranças para toda a população iguaçuana. […] Em outros termos, os sentimentos referem-se a experiências corriqueiras de se viver em Nova Iguaçu, e o movimento se apresenta, assim, do ponto de vista do potencial de apresentar uma aptidão de compreensão e de reconhecimento do outro (um outro que pode ser qualquer morador de Nova Iguaçu). […] A emoção é, de um lado, um procedimento dramatúrgico e, por outro, uma espécie de identificação das lideranças em relação aos impactos emocionais que podem provocar o "descaso", que nada mais é que "um descuido" dos governantes em relação à população. (FREIRE, 2007: 163).

A perspectiva aqui adotada põe em relevo a(s) maneira(s) pela(s) qual(is) os próprios atores definem o que é a política e as atividades e os demais termos[79] a elas relacionadas. Pensar a política e suas práticas a partir das elaborações dos próprios atores, situando-as espaço-temporalmente, implica considerar tais atores como "agentes competentes" (BOLTANSKI, 1990), dotados de capacidades críticas relevantes que são mobilizadas nas diversas situações da vida cotidiana – como tentei fazer nesta tese. Como afirma FREIRE (Ibid.: 158):

[79] Não é apenas a "política" que deve ser tratada enquanto dado etnográfico, PEIRANO (1982: 02) defende que termos como cidadania também devem ser formulados de acordo com a vivência e as elaborações dos sujeitos em contextos específicos: "Para cientistas políticos, o tema [cidadania] sugere imediatamente questões de justiça, participação política, direitos sociais. O antropologo propõe-se, em relação ao mesmo tema, perguntas aparentemente mais simples: qual a concepção que diversos grupos têm de cidadania? O que é um cidadão? Através de que simbolos é possivel detectar concepções de cidadania".

> Adotar este ponto de vista implica compreender a relação com os protagonistas observados de um modo que não se baseia numa relação de desconfiança, ou suspeita quando ao entendimento contido nos discursos ouvidos, cujo sentido profundo (inacessível aos próprios atores) seria "desvelado" pelo pesquisador, mas, sim, numa postura descritiva e interpretativa do ponto de vista do agente competente.

Pode-se dizer, a respeito da sociologia pragmática de Luc BOLTANSKI, que, ao privilegiar a análise situada, ele pôs em relevo a importância dada, no mundo ordinário, às controvérsias e às disputas. Numa entrevista (BLONDEAU e SEVI, 2004), BOLTANSKI afirma ainda que em **De la Justification** e nos trabalhos posteriores buscou "esquecer a história", "negligenciar as relações de força" e "pôr em relevo as microssituações em detrimento de uma macrossociologia". Nessa mesma entrevista, o autor define:

> Notre objectif était sortir de la sociologie critique, de mettre en suspens – pas du tout pour des raisons politiques, mais pour des raisons méthodologiques –, la position critique du sociologue, afin de nous donner les moyens de prendre l'activité critique développée par les personnes ordinaires, comme objet d'une sociologie. Nous voulions faire une sociologie des compétences critiques que les personnes mettent en œuvre dans la vie quotidienne. (Blondeau, 2004: 4).

A partir das competências dos atores analisados, discuto de que forma suas práticas atuam no sentido de modificar seu acesso à cidade, ampliando seus recursos de poder? Se a cidadania varia geometricamente, como moradores (suas instituições e lideranças), de um lado, e políticos profissionais, de outro, articulam suas relações? Como eles concebem e vivem a política? Na seção subsequente, tentarei reunir os principais atributos acionados nessas inter-relações por meio da análise das práticas de um ator especifico: Janaína que é moradora do Boa Terra, ex-membro do grupo comunitário local e cabo eleitoral de Coronel Jairo em 2010.

6.2. O caso de Janaína

Janaína é solteira e mora no Boa Terra há 24 anos, com sua única filha, numa casa própria. Ela trabalha como corretora imobiliária no loteamento e aluga dois conjugados construídos na parte de cima da sua casa. Já trabalhou como agente comunitária de saúde e

participou de projetos desenvolvidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro, tais como "Mulheres em Ação". Ela também já manteve uma pensão em casa, onde vendia "quentinhas".

Sua rotina, à época da pesquisa, consistia, sobretudo, em vender terrenos e ir ao cartório para resolver questões relativas à documentação destes. Por ter transitado muito pelo bairro por conta das suas ocupações profissionais, ela conhece um número grande de moradores e, por isso, seria "visada" pelos políticos. Assim, nos anos pares, Janaína é procurada por esses candidatos que buscam maior inserção no bairro. Nesse período, sua rotina é subvertida. O ofício de corretora é deixado um pouco de lado. Sua principal atribuição é caminhar pelo bairro e conversar com os moradores.

O número de candidatos apoiados por Janaína não é pequeno. Ela já trabalhou para candidatos iniciantes – como Carlinho Vanucci e Duda, candidatos da região que nunca conseguiram se eleger – e para candidatos estabelecidos (que tentavam a reeleição), tais como: Carlo Caiado (com quem fez uma parceria para a manutenção do grupo comunitário do bairro) e Coronel Jairo. A motivação apresentada por Janaína para participar das campanhas eleitorais é sempre a mesma: buscar respaldo político que, consequentemente, atrairá projetos para a localidade. "Ninguém vai a lugar nenhum sozinho", afirma Janaína. O apoio dado ao Coronel Jairo, além dessa motivação, tinha uma outra, que parecia ser de extrema relevância: conseguir um emprego para sua filha, aluna do curso de enfermagem de uma faculdade localizada em Campo Grande. Para alcançar seus objetivos, Janaína empenhou-se na campanha do deputado que, diferentemente da maior parte dos demais candidatos, começou ainda em abril, muito antes das eleições.

Nessa época, Janaína reunia alguns moradores para regularizar documentos de identificação pessoal. Tratava-se de uma importante demanda local decorrente da enchente ocorrida em abril de 2010, na qual muitas pessoas perderam tudo o que havia em suas casas, incluindo identidades e certidões de nascimentos. Visando resolver esse problema, o deputado disponibilizou transporte para viabilizar a retirada dos documentos dos moradores. Esse era apena o início da aproximação promovida por Janaína entre o candidato e a população do Boa Terra. Na campanha propriamente dita, a presença dele era sentida de forma mais intensa.

De segunda a sexta-feira, por volta das oito horas da manhã, Janaína reunia sua equipe, formada por oito pessoas, dividia-os em grupos e distribuía material de campanha pelo Boa Terra. Ela seguia com eles, batendo de porta em porta para pedir autorização para a colocação das placas. Quando Janaína conhecia os moradores, ela apenas dizia: "Dá uma forcinha aí para gente", enfatizando que se tratava de uma ajuda para ela e não necessariamente para o candidato. Os panfletos também eram entregues nessas ocasiões, os cabos eleitorais apresentavam o candidato e enumeravam algumas de suas conquistas.

Além da entrega do material de campanha, a equipe divulgava o evento com o candidato, que seria realizado num galpão do bairro. O encontro com Coronel Jairo também foi anunciado em carro de som e por meio de uma nota no site do bairro. Nada disso, no entanto, parecia ser suficiente para garantir a presença dos moradores. Embora demonstrasse confiança quanto à participação de seus vizinhos, Janaína articulava ao longo da semana uma "dobradinha" com uma candidata para o cargo de deputada federal – Dra. Amber.

Tal parceria não seria selada entre os próprios candidatos, mas, sim, entre seus cabos eleitorais. Para Marcelo, coordenador da equipe da Dra. Amber, seria interessante associar-se a algum candidato apoiado por alguém influente no bairro, já que, além de não ser sua área de influência (ela seria mais conhecida em Pedra de Guaratiba), existiam no loteamento dois comitês do candidato Marcelo Itagiba, seu concorrente. Já para Janaína, o apoio à Doutora seria imprescindível, pois ela havia se comprometido a passar com uma máquina (de pó de pedra) pela área das Casinhas[80]. Por ser uma área de grande precariedade, Janaína diz ficar constrangida em entrar para pedir voto "se ninguém fez nada por lá". Ela reafirma seu capital social e político, dizendo que conseguiria o apoio dos moradores mesmo sem recorrer à realização de obras, mas disse que não se sentiria bem. A preocupação com as Casinhas deve-se também ao fato de que são os moradores dessa área do bairro que votam nos colégios eleitorais do Boa Terra. Ou seja, são esses moradores que dão os votos que Janaína irá computar como "seus", pois esse é seu escopo de atuação. Pelos votos conquistados fora do bairro, afirma Janaína, ela não receberia nem parabéns.

[80] Marcelo, membro da equipe da Dra. Amber, comentou que sua candidata pretendia asfaltar parte da area das "Casinhas", mas, por medo de ser denunciada no TRE, preferiu não fazê-lo antes das eleições.

Quando entregava o material de campanha da Doutora e do Coronel, Janaína anunciava a vinda da máquina e os moradores reagiam positivamente, ainda que sem muito entusiasmo: “Ah, pelo menos é alguma coisa. Já é uma ajuda”. Nota-se, assim, que, para ampliar a inserção do Coronel Jairo no Boa Terra, realizar alguma melhoria na infraestrutura local seria de suma importância. Contudo, a ida da máquina foi desmarcada inúmeras vezes, o que provocou o descontentamento de alguns moradores. Um pastor, morador das Casinhas, disse, inclusive, que retiraria as placas do Coronel Jairo, já que eles haviam sido enganados. Janaína, nessa ocasião, tentou desatrelar o nome do seu candidato do da Dra. Amber.

No dia do evento do Coronel Jairo, a máquina não havia passado e, especialmente por conta disso, Janaína parecia ansiosa com o número de pessoas que participariam. Ela reclamou inúmeras vezes que o carro de som não divulgou as comidas que seriam servidas na reunião, o que refletiria consequentemente na participação dos moradores. O coronel se atrasa e, quando chega, os moradores presentes sentam-se nas cadeiras organizadas diante do palco. O candidato não sobe ao palco e fala aos moradores ao lado de Janaína, Geni e Cátia, tidas como “cabeças” de sua equipe. O discurso do deputado é seguido de aplausos e de conversas mais próximas com um ou outro morador. Ele posa para fotos, bebe refrigerante e não demora mais que vinte minutos para ir embora. Janaína não parece muito satisfeita com o resultado do evento, relembrando, inclusive, ocasiões em que conseguiu reunir um grande número de pessoas na sua casa.

Esse foi o único dia em que o candidato esteve presente no Boa Terra. Seu filho o representou por duas vezes: na inauguração da Clínica da Família e numa carreata. Para o dia da eleição, Janaína aumenta sua equipe para a realização de boca de urna. Cada pessoa, além do seu próprio voto, deveria acionar seus contatos pessoais e conseguir ao menos vinte votos para o candidato. Para tal atividade, receberiam cinquenta reais. No dia da eleição, após o período de votação, a equipe passou na casa da Janaína e recebeu seu pagamento. Na contagem informal de votos, a coordenadora parecia tensa, pois o número não lhe pareceu suficiente.

Coronel Jairo, embora tenha conseguido se reeleger, reconheceu, ao falar com Janaína por telefone, que não obteve boa votação de maneira geral. Portanto, o mau resultado no Boa

Terra não teria sido "culpa" dela. Janaína reclamou dos candidatos locais que, por não terem condições reais de se elegerem (como Lilico), só teriam se candidatado para tirar votos dos outros.

Na tentativa quiçá de me convencer de que seu trabalho teria sido bem-sucedido, ela comenta que o vereador, filho do Coronel, estaria interessado em desenvolver alguma atividade no Boa Terra, reconhecendo, assim, seu potencial de agregar e conquistar a adesão dos moradores.

Com poucos recursos para resolver as questões pontuais, Janaína tinha dificuldade para promover o nome do seu candidato. Ademais, a disputa com candidatos locais, como Carlinho Vanucci e Lilico (ambos ex-motoristas de ônibus das linhas locais), parecia fadada ao fracasso, já que os moradores nutriam grande desconfiança dos candidatos "de fora", visto como oportunistas, que apenas apareceriam no período eleitoral. A equipe de Janaína também tinha que ser cautelosa na campanha porque um de seus concorrentes – Lillico – seria miliciano, ou, nos termos de uma moradora, "do quebra"[81]. Assim, a equipe do Coronel poderia colocar suas placas, mas não poderia nunca retirar as placas do Lilico (como faziam com as placas dos outros candidatos).

A campanha é, portanto, um período de divisões. Certo dia, por exemplo, observei uma discussão entre Janaína e Geni, que, além de membro da equipe do Coronel juntamente com Janaína, era também uma das diretoras da associação de moradores. Geni procurava por um abaixo-assinado dos moradores para pedir a limpeza dos valões do bairro. Segundo ela, alguns moradores estavam solicitando o documento. Janaína, indignada diante da ingenuidade de sua amiga, perguntou: "Para quê eles querem isso agora? Janaína afirma que certamente existia algum candidato por trás desse interesse. Ela complementa ainda: "Você está louca, Geni? Você trabalha para o Coronel Jairo!" Por essa razão, Janaína disse que não entregaria o abaixo-assinado, porque esse pedido, em período de campanha, seria muito suspeito.

A apresentação, ainda que breve, do envolvimento de Janaína com os políticos tem o objetivo de reunir elementos que constituem não apenas a linguagem política local, mas,

81 "Ser do quebra" é ser alguém capaz de matar quem é visto como empecilho.

sobretudo, de analisar os ajustamentos[82] promovidos pela personagem em questão ao quadro político da localidade (numa escala micro, o Boa Terra; e, numa escala mais global, os loteamentos periféricos). Por reconhecer que o acesso à cidade não se dá de forma universalista, Janaína tenta reunir os atributos necessários para alterar seu "lugar" e atender suas demandas, tanto de ordem coletiva quanto individual.

Nas análises realizadas sobre a atuação dos políticos profissionais (com exceção do Sociólogo Pantaleão), discutiu-se que o atendimento das demandas, ou pelo menos a demonstração de esforço, parecia ser fundamental na conquista da adesão do eleitor. Não obstante, ao menos neste estudo de caso, não é possível restringir as relações entre políticos e moradores ao aspecto estritamente instrumental de dar (equipamentos e serviços públicos) e receber (votos). Para conquistar a adesão dos eleitores, era imprescindível também uma aproximação ao cotidiano destes como meio de diferenciação dos demais políticos. Os políticos, dessa forma, não representariam "interesses" (pois estes não são vistos como moralmente "legítimos") e, sim, "necessidades", que só são compreendidas por eles na medida em que se apresentam como "intérpretes culturais", isto é, como "iguais" em alguma dimensão. Ou seja, além de tentar barganhar os benefícios trazidos em troca do voto, o político deveria ainda cumprir com expectativas que faziam parte das representações dos moradores, numa tentativa de se distanciar do ceticismo relacionado à política.

Vale ressaltar que o vereador, ao estabelecer uma mediação entre os diversos órgãos do poder público e a população de uma maneira geral, não compartilha com os potenciais eleitores suas "entradas"; pelo contrário, ele "fecha" essa rede, numa tentativa de valorizar a importância do seu papel na relação. O parlamentar configura-se, deste modo, como peça central nessas relações, agindo como "mediador de alianças e intérprete cultural" entre esses diferentes domínios (VELHO, 1994; DINIZ, 1982). O interessante nestas relações é que, para ter poder, o vereador precisa monopolizar os "acessos", tornando sua posição uma espécie de

[82] Vale ressaltar que, tal como em ROCHA (2009: 21), a noção de ajustamento, aqui utilizada, não diz respeito às avaliações de ordem moral. Trata-se de uma categoria que denota o bom ou mau funcionamento das coisas e das pessoas. De acordo com ROCHA (Ibid.: 21): "O conceito recupera também a ideia weberiana de ação racional com fins a um objetivo [...]: seriam 'ajustadas' as ações que conseguem chegar com maior eficácia aos objetivos determinados, e são 'desajustadas' as ações que não alcançam os fins desejados. A dimensão da justiça, ou seja, se este enquadramento é justo ou injusto, não está contida na análise aqui feita".

status e contribuindo, por conseguinte, para a produção de um tecido social cuja marca é a "interrupção". Em outros termos, poder-se-ia dizer que, ele produz uma "sutura" horizontal, ao nível da política institucional (pois é sua capacidade como "mediador" que o faz "grande"), e, ao mesmo tempo, realiza uma "ruptura" vertical, pois não sendo porta-voz interrompe a mediação com os políticos locais (cabos) e a população local.

> Legitimando-se o político no papel de distribuidor, a função pública não é tomada como uma delegação, mas como investidura. Segundo a percepção local, ela possibilita o acesso aos recursos públicos e à autoridade de sua distribuição, tornando-os por concessão, favores. A posição que o político ocupa garante-lhe um *status* especial. Ele é percebido como uma espécie de "funcionário do governo". Este representa não apenas uma instância decisória, como também uma fonte de bens os mais diversos. Cumpre ao político agenciá-los em benefício do eleitor. O governo, que possui uma realidade onipotente, porém intangível, abstrata e distante, torna-se acessível pela mediação da pessoa do político. A relação política assim valorada estabelece uma hierarquia entre quem doa e quem recebe. (CHAVES, 1996: 135).

Sua posição privilegiada acaba por funcionar como uma barreira, ou seja, ela interrompe a publicização, produzindo uma separação entre o institucional (estatal) e o público (social), e podendo ser pensada, então, como uma espécie de resultado do funcionamento da "cidadania de geometria variável" de que nos fala LAUTIER (1997). Em outros termos, o grupo representado pelo vereador, por ter uma compreensão segregada da esfera pública, pensa não ser possível o acesso direto, como cidadãos plenos, às instituições públicas, acabando por legitimar o político como seu mediador. A especificidade deste tipo de relação reside no fato de que o "representado" não está presente como sujeito na "representação" que concede ao político, embora requeira que ele seja seu intérprete. Há, portanto, diferença de qualidade e de verticalidade neste tipo de, na medida em que há monopólio dos acessos e, consequentemente, fragmentação da noção de "público"[83]. Ou seja, ao mesmo tempo em que são um elemento da publicização, os "mediadores" são uma restrição a ela. Tal questão parece perpassar as relações entre os políticos e suas bases sociais, na tensão constante entre "interesses" e "identidade", entre proximidade e desconfiança.

A natureza da mediação estabelecida entre políticos e moradores do Boa Terra (que não é, de forma alguma, exclusiva dessa localidade) indica a constituição de um espaço

[83] O candidato Sociólogo Alexandre Pantaleão seria o contraponto, na medida em que tenta se constituir enquanto porta-voz, e não como mediador. A lógica do porta-voz, no entanto, parece não estar "ajustada" à política institucional, que detém a capacidade de oferta de serviços públicos, de modo que o porta-voz não atinge os objetivos esperados.

público descontínuo e particularista, no qual o acesso à cidade é restrito, fragmentado e hierarquizado. Nas palavras de ROCHA:

> Para Pierre Bourdieu [...], a vida política exige a posse de competências sociais e técnicas que não estão ao alcance de todos, e por isso a política é feita por poucos, ainda que afete a vida de todos. A maioria das pessoas não possui instrumentos materiais e culturais que permitem sua participação na política, e assim a divisão do trabalho político é definida pela quantidade de capital econômico e cultural que cada um consegue acumular, e também pela divisão assimétrica desses capitais, particularmente o capital cultural. "O mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existe" (Bourdieu, 2004). (ROCHA, 2009: 68).

Janaína, brevemente analisada, mobiliza os recursos disponíveis (sua origem, sua popularidade com a vizinhança, seu *know how* em projetos e em campanhas eleitorais) para deslocar positivamente sua posição social, cultural e política. O reconhecimento da importância de um "respaldo político" denota exatamente um ajustamento de Janaína ao quadro em questão (às regras do jogo ou à gramática política local). Mesmo sendo uma linguagem que comporta diferentes gramáticas (dialogando com valores dos diferentes modelos de cidade desenvolvidos por BOLTANSKI e CHIAPELLO (1999)*: domestique*, *marchande* e mesmo *civique*), a "grandeza barroca" reside especialmente na capacidade de estabelecer contatos e ampliar sua rede, pois, sem capital econômico e político, dificilmente Janaína conseguiria auxiliar no atendimento das demandas locais coletivas e, consequentemente, das suas demandas de ordem privada.

7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de um recorte pequeno – as relações e mediações políticas desenvolvidas num loteamento da zona oeste carioca –, pretendi refletir sobre um problema "grande", qual seja, o funcionamento da democracia no Brasil. Com o trabalho de campo (de observação antropológica da política), penso ter avançado na análise do "fazer político" nos conhecidos "territórios da pobreza" e, especialmente, nos loteamentos periféricos. No Boa Terra, enquanto "caso particular do possível", compreendi certas gramáticas que constituem a sua linguagem da democracia, nos termos de Barboza Filho (2008).

Se, no estudo de caso, é possível dizer, por um lado, que o mundo da política (e sua linguagem) é caracterizado fortemente por relações pessoais particularizadas – com a *pessoa do* político e uma certa antropomorfização do Estado -, não se pode excluir em absoluto a existência de componentes mais universalistas. Quando um morador ou um candidato, por exemplo, enfatiza a assimetria entre o acesso à cidade de moradores de um bairro periférico e um da zona sul, ele está recorrendo, de certa forma, à ideia de cidadania universalizada e igualitária.

Optar por uma perspectiva antropológica (em que o próprio conceito de político não é apriorístico) é levar a sério o que dizem os atores do contexto político local, ou seja, é tentar produzir uma leitura que valorize a coexistência de direito e favor, sem reduzi-la à falta de cultura cívica. A ideia não é polarizar as categorias mobilizadas pelos interlocutores da pesquisa e, sim, mostrar a imbricação existente entre elas. Abandonando, portanto, um enfoque normativo, realizo uma discussão, nos termos nativos, do que vem a ser a política.

A política no loteamento, como não poderia deixar de ser, guarda elementos compartilhados pela cidade como um todo. Afinal, o exercício da mediação por parlamentares (e sua dimensão de solução de problemas) não se restringe aos bairros populares. Se, contudo, considerarmos que a cidadania varia de acordo com a posição social, econômica e política, observaremos que o acesso dos moradores periféricos à cidade não é dos mais animadores. Afastados do núcleo urbano, com reduzidos investimentos públicos para a realização de grandes intervenções urbanísticas, tais moradores experimentam a cidade e, consequentemente, a política de um modo particular. Nesse contexto, em que a precariedade não é exceção, os contatos com políticos profissionais parecem fazer uma diferença significativa, isto é, a mediação que estes podem exercer no atendimento de suas demandas é muito valorizada. Porém, como é construída a relação com esses políticos?

Entram em cena, então, os demais atores políticos que, com suas experiências e habilidades, conseguem agregar outros moradores e construir seu "bom nome", chamando, assim, a atenção de políticos que pretendem conquistar adesão nessas localidades. Mesmo com constrangimentos (inclusive por conta da violência das milícias, nesse caso), tais

moradores desenvolvem suas atividades mais cotidianas – festas, bingos, cursos etc – e ganham destaque quando a "política" chega.

Assim como a *pessoa do político* [identificado, de maneira geral, com o político profissional], a *pessoa do* mediador local parece dispor de maior visibilidade que as organizações locais. As associações de moradores encontram-se inativas e seu esvaziamento não parece ter sido recente. Ao reconstruir seu pequeno histórico, observei que sua capacidade de agregar os moradores e encaminhar demandas coletivas era baixa. Tal perda de espaço é evidenciada, na fala dos presidentes, como sendo fundamentalmente de responsabilidade dos moradores que não têm interesse em participar desses espaços e do Poder Público, tido como omisso. Já o Grupo Comunitário local, embora não atuasse nos moldes tradicionalmente utilizados pelas associações de moradores (com reuniões para discussão dos problemas e de questões coletivas), conseguiu realizar atividades coletivas – como os eventos, por exemplo – sem manter, no entanto, uma adesão da população que frequentava eventualmente seu espaço.

Alguns personagens importantes – como Carlos ou Duda (que já foi candidato) – se aproximam dessas instâncias, mas não esgotam sua atuação nelas. Cada mediador local aciona suas trajetórias e habilidades para ampliar sua popularidade e capilaridade, conquistando (ou atualizando), por um lado, sua reputação no Boa Terra e, por outro, atraindo o olhar de políticos profissionais. Se o contato desse mediador local com um político auxilia no exercício da sua mediação (pois este pode viabilizar acessos para o atendimento de demandas, por exemplo), seu vínculo com o território é premissa para que possa ocupar tal lugar na vida política. A relevância desse vínculo com a localidade em que mora ou atua é destacada mesmo nos períodos eleitorais. Nesse "tempo", a costura de relações com determinados candidatos é feita com cautela, pois a reputação destes mediadores locais não pode ser comprometida caso tal político desaponte os moradores. Afinal, como enfatiza Carlos: *"A política passa"* mas ele fica no Boa Terra.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge Zahar Editor, 1987. 156 p.

ALVES, José Claudio Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Sociologia, sob orientação de Emir Sader. São Paulo: USP, 1998.

BAILEY, R. *Gifts and Poison: the politics of reputation*. Oxford, Blackwell, 1971.

BARBOZA FILHO, Rubem. *As linguagens da Democracia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 67, pp.15-38, 2008.

BEAUD e WEBER. Stéphane Beaud et Florence Weber. *Guide de l*'enquête de terrain. Paris: La Découverte, 2008.

BLONDEAU, Cécile e SEVIN, Jean-Christophe. Entretien avec Luc Boltanski, une sociologie toujours mise à l'épreuve. *Ethnographiques.org*, nº 5, abril de 2004. http:/www.ethnographiques.org/2004/Blondeau.html.

BOLTANSKI, L. *L¨amour et Le justice comme compétence*. Paris, Métaillé, 1990.

_____ e THÉVENOT. *De La Justification – Les Economies des Grandeurs*. Paris: Gallimard, 1991.

_____ e CHIAPELLO, E. *Le Nouvel esprit du Capitalisme*. Paris, Gallimard, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989.

BRITTO, Ana Lucia Nogueira de Paiva. *Novas Formas de Produção Imobiliária na Periferia: o caso da zona oeste do Rio de Janeiro.* Tese Apresentada ao Instituto de

Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional para a obtenção do título de doutora em planejamento urbano, sob orientação do professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. Rio de Janeiro: IPPUR, 1990.

BUARQUE DE HOLANDA. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BURGOS, Marcelo M. *Cidade, territórios e cidadania*. In: Revista Dados, volume 48, número 1. Rio de Janeiro, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires. *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da cidadania no Brasil*. México: Fondo de Cultura Economica, 1993. 239 p.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 236 p.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade escassa e violência urbana. In: *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995. 55 p.

CEFAÏ ET AL. *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. EDUFF, 2011.

CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

_____. *Festas da política*: *uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG).* Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAS, Veena E POOLE, Deborah. *State and its Margins: Comparative ethnographies*. V. Das

e D. Poole(orgs.) *Anthropology in the Margins of the State.* New Mexico: School of American Research Press, 2004.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 228 p.

DUARTE, Rosália. *Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, n. 115, pp. 130-154, 2002.

NEIBURG, F. In: ELIAS e SCOTSON. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIAS, Juliana. *Quando a exceção vira regra: os favelados como população "matável" e sua luta pela sobrevivência*. In: Teoria e Sociedade, n. 15, jul-dez, 2007, pp. 138-171.

FAVRET-SAADA. *Les mots, la mort, les sorts*. Paris: Gallimard, 1977.

FIGUEIREDO, Marcus. *A Decisão do Voto: democracia e racionalidade.* São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS, 1991.

FISCHER, Brodwin. *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro*. Stanford University Press, 488p, 2008.

WHYTE, William Foote. *A Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FREIRE, Jussara. *Sensos do Justo e Problemas Públicos em Nova Iguaçu.* Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro para a obtenção do título de doutora em Sociologia, sob orientação do professor Luiz Antonio Machado da Silva. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

FREIRE, Jussara. *Sociologia Pragmatista, operações críticas e democracia: percepções de justiça e competências de lideranças em Nova Iguaçu (RJ).* In: Anais do II Seminário Nacional "Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, 2007.

GAY, Robert. *Popular Organization and Democracy in Rio de Janeiro: a Tale of two favelas.* Philadelphia: Temple University Press, 1994.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GOFFMAN. 2005. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes.

GOLDMAN, Marcio e SANT'ANNA, Ronaldo S. Elementos para uma Análise antropológica do voto. In PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996. p.13-40.

_____ . *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOSNELL, Harold. *Machine Politics: Chicago Model*. Chicago: University of Chicago Press, 1968 [1937].

GOUIRIR, Malika. *L'observatrice, indigène ou invitée? Enquêter dans un univers familier*. Genèses, v. 32, pp. 110—126, 1998.

HEREDIA ET AL. *Entre duas eleições: relações político-eleitor*, In: Beatriz Heredia, Carla Teixeira e Irlys Barreira (orgs.), Como se fazem eleições no Brasil: estudos antropológicos, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL (Rio de Janeiro, RJ). *4 Estudos; consolidação de favelas, favelas cariocas, regularização de loteamentos, rendimentos no Rio*/ IPLANRIO. – Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1985.

KOWARICK, Lúcio. *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 203p.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____ . *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 162 p.

_____ . Cultura e representação política no Rio de Janeiro. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Org.). *Antropologia, Voto e Representação Política.* Rio de Janeiro: ContraCapa, 1996. p.183-202.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan/Observatório-IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

_____. *Favela-Loteamento: re-conceituando os termos da Ilegalidade e da segregação urbana.* X Encontro Regional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2004.

LAUTIER, Bruno. *Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal*. Contemporaneidade e Educação, II, 1. 1997.

LAVALLE E ARAÚJO. *O Debate sobre a Representação Política no Brasil: nota introdutória.* In: Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 52, pp. 9-12, 2008.

LAVALLE, HOUTZAGER e CASTELLO. *Democracia, pluralização da representação e sociedade civil*. In: Lua Nova, n. 67, São Paulo, 2006

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* Rio de Janeiro: Revista Forense, 1980 [1949]. 308p.

LEEDS, Anthony. *Poder local em relação com instituições do poder supra local". In: A sociologia do Brasil urbano*. LEEDS, Elizabeth & LEEDS, Anthony (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 1978.

LEFEBVRE, 2001. Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Márcia Pereira. "Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas".In Machado da Silva, L. A. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008, pp. 115-142.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. *Ser cidadão com qual cidadania? Um estudo sobre paradigmas da cidadania na filosofia política moderna*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política defendida no âmbito do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, sob orientação do professor: Luiz Jorge Werneck Vianna, 1993.

_____. *Para Além da Metáfora da Guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca.* Tese de Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, sob orientação de Regina Reyes Novaes. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

LEPOUTRE, David. *La* photo *volée: les pièges de l'ethnographie en cité de banlieue*. In. : Ethnologie française, vol. 31, pp.89-101, 2001.

LOUREIRO, Maria Rita. *Interpretações Contemporâneas da Representação*. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 1. Brasília, janeiro-junho, pp. 63-93 2009.

LÜCHMANN, L. *A Representação no Interior das Experiências de Participação*. Lua Nova: São Paulo, 70, pp. 139-170, 2007.

MACEDO, Andréia de Pereira de. *Produção Imobiliária e Segregação na Periferia do Rio de Janeiro: o bairro de Campo Grande.* Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, sob orientação de Luciana Correa do Lago. Rio de Janeiro, 2002.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia da Silva Pereira. Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: *Rio: a Democracia Vista de Baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004. p.61-78.

_____ . A continuidade do "problema favela". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). *Cidade: história e desafios.* Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____ . *A política na favela*. Cadernos Brasileiros, 9, 41. 1967.

MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Fapesp, v. 1, p. 15-53, 2000.

MANIN, Bernard *ET AL*. *Eleições e Representação*. In: Lua Nova, São Paulo, 67: 105-138, 2006.

_____. *As metamorfoses do Governo Representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.° 29, ano 10, outubro. 1995.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAUGER, Gérard. *Enquêter em millieu populaire*. Genèses, v. 6, n. 6, pp.125-143, 1991.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva, forma e razão da troca nas sociedades Arcaicas.* São Paulo: EPU, 1974 [1924].

MOTTA. In: *Revista Estudos Históricos, vol. 13, n. 24*. 1999.

NARRANDO A HISTÓRIA DE UMA LUTA. In: *Revista Proposta, n.29*. Luiz Antônio MACHADO DA SILVA, L. A.; FIGUEIREDO, Ademir; VERAS, Grazia de (Orgs.).Rio de Janeiro, pp.3-7, 1986.

NOIRIEL, Gérard. *Journal de terrain, journal de recherche et auto-analyse*. Entretien avec Florence Weber. Genèses, v. 2, n. 2, pp.138-147, 1990.

NUNES, Edson Nunes. *A gramática política no Brasil: clientelismo, corporativismos e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de Oliveira. *"Faço Política, mas não sou político". Um estudo sobre assessores políticos de um vereador da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro.* Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política, IFCS, UFRJ, sob orientação de Beatriz Maria Alásia de Heredia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 20*. 1992.

_____ ; HEREDIA, Beatriz. Os Comícios e a Política de Facções. In: *Anuário Antropológico, 94*. 1995.

_____ ; GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. 240 pp.

PALMEIRA, M. & HEREDIA, B. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.

PALMEIRA E HEREDIA, 1997. "Política Ambígua". In: BIRMAN, P., NOVAES, R. e CRESPO S. (org.) *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 159-183.

PARK, Robert. "A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Ambiente Urbano" [1915]. GUILHERME VELHO, Octávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores,1967.

PEIRANO, M. *Uma Antropologia no Plural*. Três Experiências Contemporâneas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

_____. *Antropologia política, ciência política: rituais, representações e violência – Projeto de Pesquisa*, Cadernos do NUAP, 1, Rio de Janeiro: NAU, 1998.

PITKIN. Hanna Fenichel. *The concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

REIS, Elisa P. *Desigualdade e Solidariedade: uma releitura do familismo amoral de Banfield*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, pp. 35-48, 1995.

RIBEIRO Luiz César de Queiroz. Espaço urbano, mercado de terras e produção de habitação. In: MACHADO DA SILVA, L. A. *Solo urbano, tópicos sobre o uso da terra.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RIBEIRO Luiz César de Queiroz.(1982) Espaço urbano, mercado de terras e produção de habitação, L. A Machado da Silva, Solo urbano, tópicos sobre o uso da terra, Rio de Janeiro, Zahar.

_____, (1991) Da propriedade fundiária ao capital incorporador: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado FAU-USP, São Paulo, 1991, 326 p.

_____, (1997) Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR/UFRJ; FASE, 352 p.

_____. (2001) Segregação, desigualdade e habitação: a metrópole do Rio de Janeiro, Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR: Planejamento e construção

democrática do espaço, volume 2, Rio de Janeiro, ANPUR, pp. 994-966.

RISCALA, Helena; LOPES, Paulo Sérgio; PERISSÉ, Sérgio. *Loteamentos em Questão: Campo Grande.* Trabalho de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano apresentado no Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ, 1989.

ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão*. Tese de Doutorado em Sociologia, defendida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.

SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. In: *Eure (Santiago), v. 27, n. 82*. 2001.

SANTOS, C. *Voltando a pensar em favelas por causa das periferias*. Rio de Janeiro, 1975. Mimeo.

_____. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALADARES, Licia do Prado (org). *Habitação em questão. Riode Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 17-47.*

_____ . *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____ . *Processo de crescimento e ocupação da periferia*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, 1982.

_____ . *Loteamentos na periferia metropolitana*. Revista de Administração Municipal, vol. 32, n. 174, pp. 22-39. 1985.

SITUANDO A QUESTÃO DOS LOTEAMENTOS. In: *Revista Proposta, n.29*. Luiz Antônio MACHADO DA SILVA, L. A.; FIGUEIREDO, Ademir; VERAS, Grazia de (Orgs.). Rio de Janeiro, pp.3-7, 1986.

SOARES, Luiz Eduardo. (1989), *Representação Política e Intersubjetividade: uma*

Resenha, n. 71, julho. Série Estudos.

TEIXEIRA, Carla Costa. *A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949 –1994).* Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política, 1998. . 1998.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, R. ET AL (orgs.). *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 138 p.

SIMMEL, G., A Metrópole e a Vida Mental, in Velho, Otávio Guilherme (org.), *O Fenômeno Urbano*, 4ª Edição da Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil, 1979.

SIQUEIRA, Raíza Alves de Sá. *A Política no Loteamento: um estudo sobre as mediações políticas de um loteamento irregular na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro*. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

_____ . *Eu não dou o peixe pronto. Dou a vara de pescar: estudo do cotidiano de um membro da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.* Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ – como requisito à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, sob orientação do professor doutor Luiz Antonio Machado da Silva. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

TELLES, Vera da Silva. *A nova 'questão social' brasileira*. Praga: Estudos Marxistas, 1998.

_____ . *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

VALLADARES, Licia do Prado. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, Licia (org.). Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____1991. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil, In:

BOSCHI, Renato. (org.). Corporativismo e desigualdade, a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo / IUPERJ, 1991.

_____ . *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005. 204 páginas.

VELHO, G. O Antropólogo Pesquisando em sua Cidade: Sobre Conhecimento e Heresia. In: VELHO, Gilberto, O Desafio da Cidade**.** Editora Campus, 1980.

_____. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 137 p.

_____ ; KUSCHNIR, Karina. Mediação e Metamorfose. In: *Mana: Estudos de antropologia social, vol. 2, n. 1*. Abril, 1996. p. 97-107.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. Mediação, Cultura e Política. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 344p, 2001.

VETTER e MASSENA. *Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? – Uma teoria da causação circular, in* L. A. Machado da Silva (org.), *Solo urbano – Tópicos sobre o uso da terra*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*; tradução de Waltenrsir Dutra; revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editôres. 1971.

WEBER, Florence. *Le travail à côté. Etude d'ethnographie ouvrière.* Économie Rurale, v.195, n. 195, pp.54-55, 1990.

WIRTH, Louis. 1938. "Urbanism as a way of life". *The American Journal of Sociology.* Chicago, The University of Chicago Press. v. 44. (tradução brasileira 1967. "O urbanismo como modo de vida". In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.)

MILLS, Charles Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta.As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense. 1985.